

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília

EDERALDO LUIZ NIERI

**DUAS FORMAS DA RECEPÇÃO DAS IDÉIAS DE LUKÁCS NO BRASIL:
ESTÉTICA E ONTOLOGIA**

MARÍLIA

2007

EDERALDO LUIZ NIERI

DUAS FORMAS DA RECEPÇÃO DAS IDÉIAS DE LUKÁCS NO BRASIL:
ESTÉTICA E ONTOLOGIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Ciências Sociais.

MARÍLIA – SP

2007

**DUAS FORMAS DA RECEPÇÃO DAS IDÉIAS DE LUKÁCS NO BRASIL:
ESTÉTICA E ONTOLOGIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Ciências Sociais.

Marília, fevereiro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Unesp – FFC – Campus de Marília

2º. Examinador.

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo
Unesp – FFC – Campus de Marília

3º. Examinador.

Prof. Dr. Paulo D. Barsotti
Fundação Getúlio Vargas

DEDICATÓRIA

Aos meus inesquecíveis amigos:

Necy de Sousa: incentivadora e companheira (amante de Cuba);

Maria José (nossa operária): por sua produção de valores de uso indispensáveis à existência da humanidade;

Maria Neide Nunes: por sua prática solidária e desprendimento material;

John Lenon (nosso Zé Lenon): por sua fé no futuro;

Robin (holandês): por sua opção de vida;

Karel Pianez Nieri (meu filho): por sua infinita curiosidade;

Cássia Regina: por sua vontade de apropriar-se do mundo intelectualmente;

Humberto de Oliveira: companheiro dos inolvidáveis (Butecos) de Marília;

Dângelis: mineirinho das Gerais;

Oliveira (nosso Capitão): por seu intrépido coração Vermelho.

Aos meus pais,

in memoriam: Deolinda de Freitas Nieri

Henrique Nieri

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa, auxílio e incentivo à pesquisa, que tornou possível a realização desta
Dissertação de Mestrado.

Às pessoas que, de várias formas, participaram deste trabalho de pesquisa.

Àqueles que no cotidiano contribuíram para que este trabalho pudesse ser materializado.

RESUMO

Este trabalho se propôs a abordar dois momentos da receptividade das idéias de Lukács no Brasil: a das idéias filosófico-estéticas; a das idéias filosófico-ontológicas. Demonstrou-se que o significativo consiste no caráter ídeo-político que se conferiu a ambos momentos – configurando uma unidade de continuidade-descontinuidade. No decurso dos anos 1960, jovens comunistas inspiraram-se nas idéias estéticas do filósofo para a elaboração de um projeto de política cultural como um momento de uma “renovação” política (do PCB). Neste contexto, se enfatizou dois pontos: que a política cultural de extração lukacsiana é incompatível com a tradição cultural do partido, que, no campo específico da arte, além de determinar-se por categoriais não-imanentes à produção estético-artística, caracterizara-se por elementos estéticos de extração stalinista-zhadnovista; e, que em razão de conceber dialeticamente as relações entre as revoluções burguesa e proletária, *As Teses de Blum* se distinguem das Teses (de extração terceiro-internacionalista stalinizada) estratégico-políticas propugnadas pelo PCB após 1958. Mediados pelas idéias ontológicas de Lukács, no contexto do capitalismo *contemporâneo*, autores marxistas (Sérgio Lessa, Ricardo Antunes, José Chasin, José Paulo Netto, Ivo Tonet), explicitam, primeiro, a falácia das teses que propugnam a descentralidade do trabalho do mundo humano-social, segundo, que a determinação do trabalho como o fundamento ontológico do ser social une-se à imperiosa necessidade de se emancipar a humanidade dos ditames do capital – neste sentido, conferem à sua adoção destas idéias lukacsianas, ainda que no âmbito das atividades acadêmicas, uma dimensão ídeo-política. Enfatizou-se esta dimensão em três momentos: mediante a explicitação de que o trabalho abstrato fundamenta as sociedades contemporâneas – do que deriva a atualidade da teoria do valor-trabalho marxiana para o enfrentamento das implicações em razão da ofensiva do capital à totalidade do trabalho; pela defesa da tese de dependência ontológica das demais mediações sociais em relação ao trabalho; e, pelo destaque de que subjetividade e objetividade, onto-geneticamente, conectam-se à unidade orgânica do trabalho: teleologia-causalidade – explicitando a unitariedade última do ser social em unidade com a unitariedade última do ser em geral.

Palavras Chave: dimensão ídeo-política, trabalho, trabalho abstrato, trabalho associado, prioridade e dependência ontológica, liberdade, unidade de descontinuidade-continuidade.

ABSTRACT

This work has the objective to learn about two moments of receptivity of the ideas of Lukács here in Brazil: Philosophical–Esthetics and Philosophical–Ontologies. It demonstrated its importance based on the aspect of political ideology in both cases – forming a unity of continuity-discontinuity. In the nineteen sixties young communist were inspired by the esthetics of the philosopher to formulate a political-cultural project as part of renovating political ideas (PCB). In this context two important aspects were emphasized: the political-cultural views of Lukács are incompatible with the cultural tradition of the party, arts specifically, are not judged on their esthetic – artistic value, but are more an enlightening on esthetics based on Stalin-Zhadnov; because of that there is a dialectic relationship between the bourgeois and proletarian revolution. *The Blum Theses* distinguish themselves from the Theses (influenced by the third international under Stalin) political strategies defended by the PCB party after 1958. Applying the ontological ideas of Lukács to contemporary capitalism, marxist authors like (Sérgio Lessa, Ricardo Antunes, José Chasin, José Paulo Netto, Ivo Tonet) in first place show fallacy in the theory that defend decentralization of work in the human social society, secondly a definition of work as an ontological foundation that meets the imposing necessity to overcome exploration by capital – and in this way they attribute to the receptivity of Lukács ontology ideas, although in the academic world this was a political ideology. In three occasions this ideology demonstrated itself: highlighting that employment is the fundament of contemporary society – which confirms Marx social theory to confront the consequences of offensive capital over work; by defending the thesis of ontological dependency of other social interactives in relation to work; and to accentuate that subjectivity and objectivity, ontology-genecology are immanently to work; teleology-causality – showing the ultimate oneness of the social being in union with the ultimate oneness of beings in general

Key words: political ideological significance, work, work remuneration, associated work, ontological priority and dependency, freedom, union of discontinuity-continuity

SUMÁRIO

Introdução:	9
Capítulo I. O Caráter Receptivo das Idéias Estéticas de Lukács no Brasil:	28
1.1. Contextualização do Tema:	28
1.2. A Tradição Cultural Pecebista:	42
1.3. A Nova Política e as Teses de Blum:	64
Capítulo II. Ontologia: Defesa do Trabalho como a Categoria Central do Ser Social:	91
2.1. Contextualização do Tema:	91
2.2. Ontologia: Trabalho e Emancipação Humana:	102
2.2.1. Trabalho: O Momento Predominante:	126
Capítulo III. Ontologia: trabalho e Subjetividade:	142
3.1. Introdução:	142
3.2. Práxis: Determinação Ontológica do Ser Social:	146
3.3. Subjetividade: Teleologia-Causalidade:	154
3.3.1. Trabalho: A Ontológica Unitariedade do Ser Social:	162
Considerações Finais:	185
Bibliografia Consultada:	197

Duas Formas da Recepção das Idéias de Lukács no Brasil: Estética e Ontologia.

Introdução.

Dentre os significados que configuram a trajetória das idéias de Lukács no Brasil, o propósito deste trabalho de pesquisa, materializou-se pelo intento de abordá-las por meio de duas dimensões: 1) a recepção das idéias filosófico-estéticas e literárias; e, 2) a recepção das idéias filosófico-ontológicas.¹

O significado de uma produção teórica consiste, do ponto de vista do proletariado, em sua contribuição para a tomada de posições alternativas postas pela própria objetividade cujo escopo se oriente decisivamente no sentido das resoluções dos mais prementes desafios estabelecidos pelos mais diversos complexos momentos mediadores que constituem um determinado contexto sócio-histórico em sua totalidade, não obstante o caráter singular indelével de seu fundamento seja incompatível com a ambiência ideopolítica e cultural dominante.²

¹Obviamente que consiste em um grave erro reduzir o significado das idéias de Lukács no Brasil mediante estas duas instâncias. “A adoção das idéias de Lukács, no Brasil, teve diferentes significados. Antes de mais de nada, ela inseria-se no esforço de renovação do marxismo pós-desestalinização; servia de suporte teórico na luta ideológica contra o irracionalismo (em especial a filosofia existencialista que tanto prestígio teve entre nós na década de 50 e no início da década de 60) e, depois, contra o formalismo, estruturalismo e positivismo (em voga nos anos 70); servia, também, para se reestudar criticamente a literatura e servia, finalmente, e em escala menor, para se pensar temas da realidade brasileira” (Frederico, 1995:190).

²Segundo Netto (2002:83), a razão desta incompatibilidade, que faz com que a obra (madura) de Lukács entre em colisão com a ambiência cultural de nossos dias, “deve ser procurada (...), mais precisamente, na **impostação ontológica** que passa a articular seu pensamento a partir de meados dos anos 1930, que ele reivindica expressamente depois da publicação da sua inconclusa *Estética* (...) e a cuja explicitação, fundamentação e desenvolvimento dedicaria a sua *Ontologia do ser social* – obra que, não por acaso, goza de diminuto prestígio na atualidade”. (O negrito está no original). Salvo observações expressas, no decorrer deste trabalho, os *negritos* e os *itálicos* estão sempre no original.

Netto, na esteira da ontologia marxiano-lukacsiana, tem insistentemente, (entre outros autores), demonstrado o caráter irracionalista, antiontológico e idealista desta ambiência cultural denominada de “pós-moderna”. Cf. “G. Lukács: um exílio na pós-modernidade”; e “De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos”, em: *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004. Em 2002, “G. Lukács: um exílio na pós-modernidade”, fora publicado pela editora Boitempo, em: Pinassi, Maria Orlanda & Lessa, Sérgio (orgs.): *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002. De acordo com o autor, um traço dessa ambiência cultural diz respeito ao “novo irracionalismo”. Esse aspecto tem potenciado, no dizer do autor, dois vetores: “e os potencia na exata medida em que, no limite, tais vetores operam para desqualificar os esforços teórico-rationais. Trata-se de uma parte, do abastardamento do significado heurístico da perspectiva da totalidade e, de outra, da leviana tematização da noção de crise dos paradigmas” (2002:92). Além disso, o “novo irracionalismo” instrumentaliza vulgarmente esses vetores recusando qualquer tipo de sistematização teórica, como qualquer tipo de preocupação com a formação de uma cultura humanista. Tal instrumentalização é um indicio de que entre o “novo irracionalismo” e a cultura acadêmica hoje dominante existem vínculos e conexões. “É, contudo, na consideração do cerne mesmo dessa cultura (...) que se encontram os núcleos de colisão como os elementos estruturais constitutivos da *Estética* e

O colapso dos regimes carcomidas do Leste Europeu consiste em um momento de manifestação da atual crise estrutural do capital. Concomitantemente (e, como resposta) à crise, inaugura-se um novo momento do imperialismo global sob a hegemonia dos Estados Unidos.³ Amparado em um complexo industrial-militar como condição objetiva imprescindível e mediante o ideário político-ideológico neoliberal como expressão desta, acentua-se a determinante mistificação apologética do Modo de Produção Capitalista (MPC) nesta sua “terceira fase do estágio imperialista”⁴ como o modelo civilizatório por

da *Ontologia...*”(Idem:93). Ilustrando: 1) Lukács empenha-se pela determinação peculiar do estético. “Ora, na cultura a que nos referimos, põe-se em causa essa peculiaridade; mais: enfatiza-se precisamente a intencionalidade de apagar as fronteiras entre o estético e o não-estético”; 2) a determinação das peculiaridades do estético, por Lukács, “implica a sua mais clara delimitação em face do conhecimento científico. Todavia, na cultura aqui aludida, e nomeadamente no quadro das ciências sociais, essa delimitação tem sido posta como irrelevante”; 3) “a unidade diferenciada que envolve sociedade e natureza (unidade que, em Lukács, implica a *peculiaridade* desses modos de ser do ser), sustentada na obra lukacsiana, tende a ser substituída por uma *identidade* – o que, no limite, conduz à tese segundo a qual todas as ciências são sociais”(Idem:93-95).

³ Sobre a nova onda agressiva imperial, instaurada após a crise estrutural do capital, Mészáros (2003:59) afirma que “O início da crise estrutural do capital ocorrida na década de 1970 produziu mudanças importantes na postura do imperialismo. Foi o necessário para adotar uma atitude cada vez mais agressiva e aventureira, apesar da retórica da conciliação, e mais tarde o absurdo propagandístico de uma ‘nova ordem mundial’, com sua promessa sempre adiada de um ‘dividendo da paz’. Ao contrário de algumas afirmações, seria errado atribuir essas mudanças à implosão do sistema soviético, embora seja verdade que a Guerra Fria e a presumida ameaça soviética tenha sido usada com muito sucesso no passado para justificar a expansão descontrolada do que o general Eisenhower, no final de seu mandato, chamou de ‘complexo industrial-militar’. Os desafios que justificavam a adoção de uma atitude mais agressiva (...) já existiam muito antes do colapso do sistema soviético (...)”. “O que mudou depois do colapso do sistema soviético” – continua o autor – “foi a necessidade de encontrar justificativas para a postura crescentemente agressiva do imperialismo dos Estados Unidos em diferentes partes do mundo, especialmente depois dos desapontamentos associados às tentativas de revitalizar o capital ocidental por meio da restauração economicamente sustentável do capitalismo (...) na antiga União Soviética” (Idem, 60).

A isto, deve-se acrescentar a importante observação de Netto (2001:46-47), segundo a qual, a crise estrutural do capital, não significa que “a ordem burguesa se revela como esgotada ou em vias de entrar em algo semelhante a um colapso (...); enfim, não se trata de supor o capitalismo como agonizante, incapaz já de reproduzir-se como tal.”Ao contrário, trata-se de assinalar que “a ordem burguesa contemporânea exauriu-se como padrão progressista, esgotou-se no que pode oferecer de ascensional aos homens. Superado o seu grandioso papel histórico-universal civilizador, ela só pode reproduzir-se agora com a (re)produção de complexos de contradições, antagonismos e problemas que, no seu marco, não podem ser ladeados senão com o aprofundamento de traços barbarizantes: mesmo os avanços e êxitos que possa lograr na exploração de novas alternativas geradoras de riquezas e de condições societárias inéditas vêm acompanhadas de seqüelas tais que não se trava o aviltamento de imensos contingentes populacionais”(Idem:46-47).

Sobre a crise estrutural do capital, cf. também: *Para Além do Capital: Rumo a Uma Teoria da Transição*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial. 2002.

⁴ “Na sua trajetória de pouco mais de um século, o imperialismo sofreu significativas transformações. Na história desse estágio do MPC, podem-se distinguir pelo menos três fases: a *fase “clássica”* que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os “*anos dourados*”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo *contemporâneo*, de meados dos anos setenta aos dias atuais. Se, como em toda periodização histórica, essa cronologia é puramente indicativa, o que nos importa sublinhar é que, malgrado todas as transformações (...), todo esse estágio do capitalismo se desenvolve sob a égide dos monopólios – o que significa dizer que o imperialismo se mantém em plena vigência na entrada do século XXI” (Netto e Braz, 2006:192).

excelência, triunfante, o de maior eficácia e, portanto, o mais adequado para o desenvolvimento das faculdades inerentes ao gênero humano.

O capitalismo *contemporâneo*, vale dizer, a atual fase “do estágio imperialista”, implicou inevitavelmente a intensificação de uma trágica divisão internacional do trabalho estabelecida e fomentada pelas transnacionais em correspondência com o seu Estado de origem. É suficiente aqui lembrar (como um momento integrador) a potencialização da revolução constante das forças produtivas, que ao se objetivar mediada pelos avanços arrebatadores da microeletrônica, robótica e da automação, tem redundado por um lado, na reestruturação do processo produtivo (não ao modo de produção capitalista) fundamentado na verticalização e hierarquização peculiares do binômio taylorismo-fordismo; e por outro, em incisivas conseqüências para a classe trabalhadora, tanto em sua forma de ser, objetiva, material, quanto em suas formas organizacionais e subjetivas. Como expressa Antunes (1995:147-148):

Tais mudanças têm conseqüências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e ‘envolvimento’ da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão (...) tudo isso feito sob um ‘inquestionável’ domínio da ‘produtividade’ e da ‘modernidade social’, acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional. A classe-que-vive-do-trabalho metamorfoseou-se.

Em outras palavras, o capital em sua totalidade, imerso em uma crise agora de caráter estrutural, tem incisivamente, fomentados novos e sofisticados mecanismos de subjugação do trabalho, seja por meio da reestruturação do processo produtivo do trabalho abstrato produtor de mercadorias, seja através da retirada de direitos dos trabalhadores, cuja efetivação concretiza-se pela mediação do poder político, ou ainda, por intermédio de outras (novas) formas de alienação e de manipulação como componentes intrínsecos à lógica de produção capitalista – temática que desde *História e Consciência de Classe* muito insistiu Lukács.⁵

⁵ “Isto ocorre sempre e por toda a parte. Com isso, todavia, o ameaçador absurdo, enquanto absoluto, se transforma imperceptivelmente em uma unilateral e confortável manipulabilidade da vida cotidiana. À sombra de Auschwitz e da bomba atômica, vive o homem uma vida cotidiana confortavelmente assegurada. É atenciosamente protegido e guiado de um modo suave e irresistível por um gigantesco aparato de manipulação que, naturalmente, foi já necessário para Auschwitz e para a bomba atômica. Esta estrutura ilimitada se estende do ser corpóreo à vida pública e, segundo a doutrina dominante, a resistência contra ela

Ou seja, o que está posto na ordem do dia é senão a exacerbação da luta entre classes contraditórias e, sobretudo, antagônicas, que implacavelmente, impõe enormes desafios, tarefas e conseqüentes atitudes às correntes de esquerda que, organicamente, do ponto de vista do mundo do trabalho, têm que necessariamente, criar formas de lutas que por meio de instâncias específicas (partidos, sindicatos, associações, movimentos sociais etc) cuja eficiência, articulação e clareza teórica, possam conduzir a luta de classes norteadas por objetivos que simultânea e dialeticamente se insiram e sejam parametrados por objetivos estratégicos globais. Quer dizer, que as particularidades nacionais sejam inexoravelmente vinculadas aos componentes universais no interior do todo desta contemporaneidade marcada e determinada pela ofensiva do capital total em escala mundial contra o trabalho em sua totalidade. Ora, isto é de extrema importância, na medida em que historicamente, as limitações das lutas setoriais e defensivas do trabalho frente ao capital,

(...) não foram superadas pela centralização sindical e política do movimento. Esse fracasso histórico é hoje fortemente enfatizado pela globalização transnacional do capital, para a qual o trabalho parece não ter respostas a oferecer. (...). O problema fundamental é que a pluralidade setorial do trabalho está ligada à pluralidade conflituosa hierarquicamente estruturada dos capitais, tanto no interior de cada país como em escala global. Não fosse por isso, seria fácil imaginar a constituição bem-sucedida da unidade internacional do trabalho contra o capital unificado ou unificável (Mészáros,2003:98-99).

Pois bem, é no interior deste contexto que, (em especial), às idéias ontológicas de Lukács, se tem conferido no Brasil um relevante significado. De que modo, já que reside em Lukács uma lacuna relativa à reflexão política? Na história do marxismo, de modo geral, a dimensão e a práxis políticas ocupam um *locus* de substancial importância. Todavia, os estudos de Lessa (2002a:120) revelam que na *Ontologia do Ser Social* a debilidade maior das “considerações de Lukács acerca da política se expressa, (...), no fato

seria simplesmente ridícula. Ser manipulado é, pois, a nossa *condition humaine*.” (Lukács,1986:10). Como diz Chasin (1987:37), “Ascendendo do tópico ao profundo, ou descendendo da crítica cuidada à indagação mais inocente, tropeça-se sobre as coisas que rodeiam no desgoverno e na contra-mão. E com as coisas os homens. E nesse tráfego bárbaro, os semáforos inverteram as luzes; não contentes, mudaram as cores. Motoristas e pedestres se atropelam, mas ninguém pára. Não há como se deter e todos desesperam por chegar aos destinos. Mas os rumos foram abolidos. Os coletivos trafegam sem tabuletas, os comboios não páram, nem partem. As ruas perderam os nomes e todos esqueceram para onde iam. Só resta a alternativa de continuar andando. Sem sentido”.

de ter tratado dela enquanto momento da ideologia, e não enquanto complexo pertencente aos complexos de alienação.”⁶

Portanto, que dimensão da práxis humana comportaria a importância de Lukács como uma essencial contribuição para a supressão (do ponto de vista do trabalho) da atual ofensiva (em escala global) do capital, que ostensivamente, tem posto em sérios riscos a própria existência da humanidade? Em outras palavras, em que sentido a produção ontológica de Lukács resgata a mediação metodológica por meio da qual Marx materializou sua contundente crítica à Economia Política e, conseqüentemente, recoloca a teoria do valor marxiana como um fulcro imprescindível para a apropriação teórica e enfrentamento crítico desta contundente ofensiva do capital?

A contribuição do filósofo húngaro às respostas como decisões (práticas) alternativas para a constituição de um projeto revolucionário cujo desdobramento implique o emancipar do trabalho da dominação e exploração do capital intensificadas e potencializadas mediante esse processo de reestruturação produtiva posto em curso como uma igualmente tomada de posição alternativa pelo capital com o intento de suprir sua própria crise de caráter estrutural,⁷ conecta-se à sua elaboração teórico-filosófica, sobretudo, às suas investigações filosófico-ontológicas como instância privilegiada de pesquisa sobre o ser-precisamente-assim social. O próprio Lessa (Idem,104), ao contestar a avalanche de inverdades e falsas suposições que pairam sobre tais investigações, assevera que “elas constituem um patrimônio fundamental para um projeto revolucionário que aponte para além do capital.”

Com efeito, as investigações filosófico-ontológicas levadas a efeito pelo autor de Budapeste (na esteira da teoria do ser social de Marx), ao determinarem, contundentemente, o trabalho (enquanto o intercâmbio orgânico entre o ser social e a natureza) como a categoria ontologicamente fundante do ser social – independentemente da peculiar

⁶ Todavia, isto não significa que a *Ontologia do Ser Social* não tenha sido programaticamente concebida como uma construção teórica cujas conseqüências não implicariam intervenções prático-políticas: basta recordar que a ontologia do ser social, para o autor de Budapeste, consiste no único tema viável para se restaurar a teoria do ser social de Marx – o que resulta em uma crítica radical ao marxismo esclerosado característico do *Diamat*; e em um reclamo explícito de que o socialismo só pode ser edificado sobre bases radicalmente democráticas.

⁷A abrangência e a intensidade da crise fez com que o capital procurasse respondê-la por meio de vários mecanismos, “que vão desde a expansão das atividades especulativas e financeiras até a *substituição* ou mescla do padrão taylorista e fordista de produção, pelas várias formas de ‘acumulação flexível’ (...) ou pelo chamado toyotismo ou modelo japonês”. (Antunes, 1999:189).

Em outras palavras, é possível sintetizar o conjunto de respostas que o capital monopolista formulou como decisões alternativas à crise estrutural do capital, “como uma estratégia articulada sobre um tripé: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal* (Netto e Braz,2006:214).

objetivação histórica deste –, repõem a teoria do valor-trabalho (com todas as implicações científico-filosóficas e prático-políticas que daí derivam) de Marx no centro do debate contemporâneo, dado que elas, em primeiro lugar, implicam uma crítica radical ao trabalho abstrato, fundamento material essencial do ser social burguês – por sua mediação tem-se a extração da mais-valia e a conseqüente acumulação do capital, vetores fulcrais para a reprodução do ser social burguês.

Em segundo lugar, ao restabelecerem a concepção marxiana da centralidade ontológica do trabalho, repõem no centro do debate contemporâneo a genial idéia de Marx segundo a qual os seres humanos fazem a história, ainda que a partir de determinadas circunstâncias.

Finalmente, restauram a concepção marxiana segundo a qual o proletariado para se emancipar dos grilhões do capital terá que, necessariamente, abolir-se a si mesmo, o que apenas poderá levar a termo “se sua autoconsciência incorporar como momento decisivo a auto-abolição de si mesmo como classe, o momento do gênero parasita.”(Antunes,1995:112). Como assinala o próprio Lukács (1981:504): requer “a ação transformadora da práxis revolucionária”. Na medida em que “A grande lição histórico-universal das revoluções é que o ser social não se transforma simplesmente, mas é sempre transformado” (Ibidem).

Isto é de enorme importância para o desdobramento do presente trabalho de pesquisa. Paradoxalmente, a “terceira fase do estágio imperialista”, ou seja, o capitalismo *contemporâneo*, tem-se configurado como um significativo contexto sócio-histórico, que, tão-somente na aparência implicou na destituição da centralidade do trabalho do mundo humano-social. Substancialmente, há que se considerar a primordial (e, ontológica) distinção entre trabalho abstrato e trabalho sob a determinação de intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza.

Ora, isto é significativo, já que se indaga pela essência última da forma societal contemporânea; porque se busca apreender teoricamente as intrincadas e complexas relações históricas, ou seja, as determinações reflexivas que se desdobram no bojo desse complexo societal entre essência e suas formas fenomênicas de se manifestar.

Com efeito, as dramáticas conseqüências sofridas pela classe trabalhadora em razão da reestruturação do processo produtivo em curso, indubitavelmente, complexificam a luta

do trabalho pela sua emancipação do jugo e da regência do capital. Não obstante, não suprimi a centralidade do proletariado neste contexto contemporâneo.

Desde logo e de um só fôlego, porque eliminar em definitivo a prospectiva da lógica humano-societária do trabalho compreenderia a eliminação de toda e qualquer forma de trabalho, isto é, o trabalho enquanto trabalho, o que é uma impossibilidade para o homem enquanto homem. É da ignorância teimosa disto que é feita toda a sabedoria dominante dos anos 900, desde o pragmatismo mais rombudo até ao irracionalismo mais empavonado. Assim, de joelhos para o presente e de costas para o futuro, os filosofantes e cientificistas da vigésima centúria perfazem aquilo que alguém já designou como ‘a cegueira específica dos profissionais da lucidez’ (Chasin,1989:28).

Colocações significativas, na medida em que o contexto atual da mundialização do capital, do atual estágio imperialista-monopolista do MPC, não invalida nem em uma vírgula sequer a crítica de Marx à Economia Política. Vale também registrar o explícito conteúdo ontológico do fragmento.

O estágio atual imperialista-monopolista do MPC, em consonância com a difusão das políticas neoliberais, contraditoriamente, ao não redundar na descentralidade do trabalhado na atualidade, não só ratifica o proletariado como a única contradição de fato ao capital, como também expõe suas principais teses de sustentação teórica sob a mais severa crítica – que se pense na crítica à tese do “Estado mínimo”; à do “fim da ideologia”; à da “formalização da liberdade”; e, à atribuição de estatuto ontológico ao mercado (à mercadoria), quer dizer, à realização da utopia de Smith, segundo a qual finalmente, o mundo humano-social estaria sendo regido pela “mão invisível”, cujo caráter automovente, cuja autodinâmica imanente, implicaria inexoravelmente, quer seja no fim da história (e, portanto, na consolidação incontestada da civilização capitalista), quer seja na transformação da subjetividade em mero epifenômeno.⁸

Em outras palavras, as mudanças postas pelo capitalismo *contemporâneo* não implicaram no esvaziamento e, portanto, na irracionalidade do conteúdo ontológico da categoria trabalho e, conseqüentemente, da centralidade do proletariado no plano teórico e

⁸ Entre tantas obras que tecem contundentes críticas às teses neoliberais, se pode consultar: Sérgio Lessa: “História e Ontologia: A Questão do Trabalho”, em: Revista Crítica Marxista número 20. 1ª. Edição, Editora Revan LTDA. Unicamp, Campinas, SP. 2005; José Chasin: “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, em: Revista Ensaio, número 17/18. Editora Ensaio. São Paulo, SP.1989; e, István Mészáros: *Para Além do Capital: Rumo a Uma Teoria da Transição*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial. 2002.

prático, que, por razões de seu caráter ontológico, consiste na classe social que se vincula ao trabalho. Neste preciso sentido, como a classe social que no dizer de Marx, possui uma peculiar “missão” histórica a cumprir, “missão” histórica determinada por sua própria condição de ser, ontologicamente, a classe contraditória e antagônica ao capital.

Por isso, o vaticinar de uma gama de autores, entre os quais, Vianna (1997:29 apud Lima 2003:159), se revelou inteiramente equivocado:

A decadência heurística da revolução está francamente associada a fenômenos contemporâneos como globalização do mercado, deslocamento do Estado-nação do seu antigo monopólio na representação de identidades coletivas, assim como pelo efeito do ‘assemelhamento’ universal — diagnóstico que já vinha da parte de Tocqueville —, e do esvaziamento da categoria trabalho como variável sociológica explicativa dos processos sociais.⁹

As considerações expostas até então se articulam à problemática metodológica. No decorrer deste trabalho, outras referências a esta importante questão tornar-se-ão forçosamente indispensáveis. Aqui, de imediato, o que importa consiste em salientar com Netto (2001:38), que

A teoria social de Marx re-produziu idealmente o movimento histórico-social num tempo dado; esta reprodução mostra-se necessariamente incompleta quando o seu objeto real se modifica noutra tempo (histórico-social) dado; o que importa na investigação marxiana não são apenas os seus resultados, mas o seu método: os primeiros podem anacronizar-se em função do movimento do objeto, o segundo permanece eficiente (porque compele o sujeito, na re-produção ideal do objeto, à máxima fidelidade a este, graças à sua aptidão para promover uma adequada recepção, ativa e criadora, do objeto pelo sujeito) na escala em que o objeto se mantém estruturalmente.

Em Lukács, tanto as questões peculiares à estética, quanto as que dizem respeito à ciência e à filosofia, inserem-se no quadro preciso das questões inerentes ao método. Na

⁹ Para que se evite qualquer mal-entendido, cumpre expor o contexto que segundo Lima (Idem:158-159) Vianna, fixou suas asseverações: “Nos seus ensaios mais recentes, Werneck Vianna tem insistido na importância da revolução passiva no Brasil, a ser assumida como critério de interpretação pelo ator interessado na constituição de uma República efetivamente democrática no país e orientada pelo eixo ‘interesses-direitos-cidadania’, espaço no qual cada grupo social tenha condições para converter seus interesses em direitos, o que deve ser resolvido no âmbito de uma renovada esfera pública. Neste sentido, a hipótese da revolução passiva não é continuada a partir da perspectiva da centralidade da classe operária, como o fez nos anos 70, mas, digamos, de sujeitos ‘fragmentados’, oriundos de variados movimentos sociais, como os negros, as mulheres, os homossexuais, etc.”

concepção do filósofo húngaro, estas dimensões do ser social (estética, ciência e filosofia), são formas (heterogêneas, mas com o mesmo estatuto ontológico) do reflexo cognoscitivo criadas sócio-historicamente para a apropriação das categorias (que, como formas de ser) constituem a objetividade do mundo.

Aqui, se está, exatamente, assinalando o significado teórico-metodológico para a crítica radical (do ponto de vista dos peculiares interesses do proletariado) dos complexos problemas que têm permeado o contemporâneo contexto globalizante capitalista enquanto uma (histórica) particular-universal formação social.

Assim, a proposta de se enfatizar a questão ontológica, decorre das conseqüências do próprio processo de reestruturação produtiva, da ofensiva do capital total à totalidade do trabalho. Postular a centralidade ontológica do trabalho consiste a não ser em considerar a classe proletária como o principal agente para a emancipação do trabalho da dominação e exploração do capital. A emancipação do trabalho significa senão a própria emancipação da humanidade – vale dizer: a construção da civilização comunista. Obviamente que do caráter ontológico do trabalho, não se pode deduzir a natureza revolucionária do proletariado. Em termos ontológicos, a consciência (a dimensão subjetiva), é uma categoria de fundamental importância nos processos revolucionários – mas, a construção de seu caráter revolucionário, requer necessariamente, das imprescindíveis mediações.

Em síntese: a adoção das idéias ontológicas de Lukács no Brasil insere-se, primeiro, no quadro de um esforço teórico-metodológico de se colocar à superfície a essência última das sociedades contemporâneas, segundo, no contexto de uma das questões que têm transpassado a história do marxismo, a saber: a de revelar, no interior de um determinado contexto sócio-histórico, o ator revolucionário cuja ação (poderá) implicar na superação de um determinado estado de coisas.

Neste contexto de mundialização do capital, a utilização das idéias filosófico-ontológicas lukacsianas no Brasil, tem-se norteado pela explicitação da centralidade do trabalho no mundo dos homens e, conseqüentemente, une-se à problemática de se emancipar o trabalho de sua subsunção ao capital. Neste preciso sentido, adquire uma

dimensão ídeo-política¹⁰ – ainda que no âmbito das atividades acadêmicas e de outras instâncias de caráter científico.

De outra parte, esta dimensão ídeo-política, no decorrer dos anos 60 do século passado no Brasil, materializou-se pela mediação das idéias teórico-filosóficas e estéticas (e literárias) de Lukács para a elaboração de um projeto de política cultural como um momento orgânico de uma política partidária, conferindo conseqüentemente, à utilização destas idéias, um caráter militante – já que naquele contexto, o empenho era o de se fazer política cultural.¹¹

As reflexões filosófico-estéticas lukacsianas se orientam no sentido de apreender intelectualmente o ser-precisamente-assim existente da arte. É claro que tal escopo se insere no contexto das preocupações ontológicas. Nesta particular esfera do ser social, um dos aspectos das reflexões lukacsianas diz respeito à relação da criação artística com a realidade social objetiva em questão. Para o autor de Budapeste, a necessidade das manifestações estético-artísticas se conecta à função social da arte, quer dizer, ao seu poder de proporcionar ao indivíduo-genérico um conhecimento (acompanhado evidentemente do gozo estético) sensível singular, irrepetível e insubstituível da objetividade – mais precisamente: a produção artística cumpre a substancial função humano-social de suscitar, pela mediação do reflexo estético, a autoconsciência do desenvolvimento do gênero humano. Daí que para Lukács “O valor duradouro da arte tinha algo a ver com a condição do homem como produtor de valores de uso” (Konder,1996:28).

¹⁰ Ideologia: em sua determinação ontológica se refere à natureza de sua função social, à sua função onto-prática. “Ou seja ‘exatamente ser ideologia não é uma qualidade social fixa deste ou daquele produto espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica é uma função social, não uma espécie de ser’. (...) Falar de ideologia em termos ontológico-práticos significa, portanto, analisar este fenômeno essencialmente pela função que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” (Vaisman,1989:420).

¹¹ Sérgio Lessa (SL): “Quando você, Leandro, fez a entrevista com ele, dez anos depois da primeira publicação de um texto do Lukács na revista Estudos Sociais, você ainda estava preocupado com a política cultural ou você já pensava em outras dimensões de Lukács?”

Leandro Konder (LK): “ Ainda com a política cultural. Nosso grande empenho era a política cultural. Nós, eu, e o Carlito, sempre pensávamos num certo uso das idéias filosóficas no plano da ação política; nosso campo de trabalho era, sobretudo, a política cultural. E, nesse terreno, acho que Lukács deu realmente uma contribuição importante. Trata-se de um autor que, no campo marxista, associa cultura e participação política com muito vigor”(Pinassi & Lessa, 2002:172). Em 1959, a *Revista Estudos Sociais* (número 5), “dirigida pelo fundador do PCB, Astrojildo Pereira, publica o primeiro texto de Lukács em língua portuguesa: *A destruição da razão*, que apareceu com o título “O irracionalismo – fenômeno internacional do período imperialista” (Frederico, 1995:185).

Para o presente projeto de pesquisa, contudo, um dos pontos fulcrais de interesse consiste no fato de que o valor estético, em Lukács, jamais fora dissolvido, utilitariamente, por razões de um seu emprego estritamente político. Obviamente que o filósofo sempre teve plena consciência das repercussões de suas concepções estético-artísticas na esfera política – em especial, na dimensão precisa da política-cultural.

Isto é sintomático, na medida em que, como ver-se-á no desdobrar do presente trabalho, a formulação de uma política cultural de extração lukacsiana, serviu, entre outros importantes aspectos, para uma contundente crítica à cultura partidária (do PCB), que, no campo específico da arte, era fortemente marcada por componentes estéticos de extração stalinista/zhadnovista; e por aspectos não-imanentes ao ser-precisamente-assim da produção estético-artística.

Todavia, há que pôr também em destaque, que a apropriação das idéias teórico-filosóficas e estéticas do filósofo se inseriam num quadro sócio-histórico fortemente marcado pelo intento resolutivo e inerente à necessidade imperiosa de renovação e de defesa intransigente do marxismo – após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS –, realizado em 1956, uma das preocupações primordiais dos comunistas era a de renovar o pensamento marxista livrando-o do esquematismo da vulgata stalinista. Do ponto de vista do quadro nacional, tal apropriação, guardava congruências com as profundas alterações sócio-históricas no contexto das particularidades de objetivação do capitalismo no Brasil.

Assim que de uma recepção como um momento orgânico de uma política partidária à predominante preocupação com a problemática da ontologia do ser social, é possível constatar (nestas formas receptivas das idéias lukacsianas) um componente que articula indelevelmente as idéias do filósofo à preocupação da defesa intransigente do arsenal teórico do materialismo-dialético e histórico; e à crítica contundente das formas societárias determinadas pelos ditames do capital com o objetivo último de asseverar a necessidade imperiosa de se suprimir o estado de coisas atual como salvaguarda da própria existência da humanidade.

Em outras palavras, a dimensão ídeo-política que caracteriza a receptividade destes momentos (estética e ontologia) da produção intelectual de Lukács no Brasil, dimensão que se expressa pela mediação da dialética unidade (mas não identidade) de continuidade-

descontinuidade, que, por sua vez, se objetiva, em primeiro lugar, mediante o emprego das idéias lukacsianas para a formulação de um projeto de política cultural, (aqui, em especial, das idéias estéticas e literárias), projeto que as inseriam no interior de um todo de uma determinada política do Partido Comunista Brasileiro – PCB – isto é, como um momento constitutivo de uma “renovação” político-partidária, que, se por um lado, procurava entrar em sintonia com as vicissitudes do Movimento Comunista Internacional – MCI – após os acontecimentos do XX Congresso do PCUS, por outro, buscava entrar em consonância com as exigências postas pelas significativas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que abalavam os alicerces do capitalismo brasileiro naqueles anos de desenvolvimentismo (nacional) econômico, e, posteriormente, às exigências impingidas ao enfrentamento político no bojo de um contexto de uma ditadura militar instaurada a partir de 1964.

Em segundo lugar, neste contexto de mundialização e de ofensiva do capital ao proletariado, por meio da utilização das idéias ontológicas do ser social lukacsianas, na esteira do espírito do filósofo de recuperar o verdadeiro pensamento de Marx e de renovação do marxismo¹² após longos anos de dogmatismo stalinista. Neste contexto, predominantemente, do ponto de vista do trabalho como o fundamento ontológico do ser social, há um intento de demonstrar, teórico-metodologicamente, a falácia das teses que propugnam a descentralidade do trabalho na ontologia do ser social, o adeus ao proletariado, o fim da história, o Estado mínimo etc.

O valer-se das idéias estéticas e literárias de Lukács para a formulação de um projeto de política cultural como um momento de uma política partidária, foi posta à superfície pelos importantes trabalhos realizados por Celso Frederico.¹³ Aqui, objetivou-se tão-somente a apresentar momentos (apropriados pelos jovens comunistas) da teoria estética

¹²Cumprir deixar exposto que, para se evitar possíveis mal-entendidos, além de Lukács, outros importantes autores marxistas têm sido utilizados para a peremptória crítica acerca das sociedades burguesas, a saber: Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Poulantzas, Mészáros, Mandel, Baran, Sweezy, Harvey etc. Aos estudos destinados à apropriação intelectual das particularidades da objetivação capitalista no Brasil, na esteira do pensamento de Marx e da melhor tradição marxista, (não obstante as importantes nuances interpretativas), é interessante lembrar-se de um Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodrê, José Chasin, entre outros.

¹³ Trata-se de “A Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade”. Em: *História do Marxismo no Brasil*. João Quartim de Moraes (Org.). Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1985. Volume II: Os Influxos Teóricos. Além deste trabalho, também é importante referir-se à *Presença e Ausência de Lukács* em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquiria Domingues Leão (Orgs) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial. 1996; e, à *A Política Cultural dos Comunistas*, em: Moraes, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Volume 3: Teorias. Interpretações. 1998.

lukacsiana enquanto uma produção intelectual que se conecta ao resolutivo propósito de superação do período da pré-história da humanidade; e, que, portanto, neste preciso sentido, trata-se de um arcabouço teórico viável à formulação de um projeto de política cultural.

Posto isto, cumpre assinalar que três capítulos compõem este estudo: 1) O Caráter Receptivo das Idéias Estéticas de Lukács no Brasil; 2) Ontologia: Defesa do Trabalho como a Categoria Central do Ser Social; e, 3) Ontologia: Trabalho e Subjetividade.

Respectivamente, este trabalho pautou-se pelos seguintes objetivos gerais:

Em primeiro lugar: apresentar aspectos da concepção filosófico-estética lukacsiana como um arsenal teórico imprescindível, primeiro, para a elaboração de um projeto de política cultural por jovens comunistas ávidos por fazer política¹⁴ como um momento orgânico de uma política partidária, segundo, para a disputa pela hegemonia das idéias estéticas num contexto fortemente marcado por conflitos sociais e pela exigência de engajamento cultural-artístico que permearam a conjuntura nacional no decorrer dos anos 60. E, em consonância com o contexto da recepção das idéias filosófico-estéticas de Lukács, apresentar algumas considerações críticas à afirmação de Celso Frederico segundo a qual *As Teses de Blum* “guardam algumas semelhanças estratégicas com a linha” política “desenvolvida pelo PCB após 1958”.

Em segundo lugar: apropriando-se da contundente asseveração de Tonet (2002:150) segundo a qual “não se trata apenas de teoria política ou de ciência política, mas de um resgate da teoria com base nos seus fundamentos filosóficos”, os objetivos do segundo capítulo consistiram em demonstrar que a utilização (entre outras contribuições teóricas) do

¹⁴ “A divulgação da obra de Lukács esteve inicialmente nas mãos de jovens intelectuais, quase todos gravitando ao redor do PCB, que atuavam no Rio de Janeiro (Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho), em São Paulo (José Chasin, José Carlos Bruni) e, posteriormente, em Juiz de Fora (José Paulo Netto, Gilvan Procópio Ribeiro e Luiz Sérgio Henriques)” (Frederico, 1995, 189). Em outro *lôcus*, mas abordando a mesma temática, o autor enfatiza que a característica curiosa que faz ímpares os discípulos do autor, é o fato de serem extremamente jovens: “Esses divulgadores eram intelectuais *al primo* canto: Carlos Nelson Coutinho publicou seu primeiro trabalho sobre Lukács com dezesseis anos de idade; José Carlos Bruni traduziu *Existencialismo ou Marxismo?* quando tinha vinte e três anos; com a mesma idade José Paulo Netto publicou artigos sobre a *Teoria do Romance*; José Chasin, ainda estudante na graduação de filosofia, escreveu um ensaio criticando Mannheim a partir das idéias lukacsianas. Desse grupo inicial, o mais ‘velho’ era Leandro Konder” (Frederico, 1996: 127).

“Entre o final dos anos 1950 e o início dos 1960, as idéias lukacsianas penetram mais intensamente no Brasil. A responsabilidade recai sobre uma jovem intelectualidade interessada, sobretudo, num arejamento político-cultural do partido comunista. Esses jovens não formavam um grupo coeso e, ao menos no início, não havia nem mesmo comunicação entre eles. Eram baianos, mineiros e paulistas que somente anos mais tarde haveriam de se encontrar e, em alguns casos, estabelecer amizades de toda uma vida” (Pinassi, 2002:9).

ponto de vista do trabalho como a categoria ontológica fundante do ser social, por autores marxistas (Lessa, Antunes, Tonet, Chasin, Netto, entre outros) das investigações ontológicas lukacsianas sobre o ser social, tem revelado que estas se constituem em um inestimável fulcro teórico-metodológico no *front* do debate acerca de candentes questões que têm transpassado o capitalismo *contemporâneo*.

Ainda no contexto do segundo capítulo, que estes estudiosos, na medida em que se valem (também) de tais investigações para o enfrentamento destas questões no bojo do contexto que se estabeleceu, se inserem tanto no contínuo processo da imprescindível restauração (em bases ontológicas) do movimento comunista quanto da necessidade de se restabelecer o caráter ontológico da teoria do ser social de Marx como um essencial instrumento para o combate constante e crítico ao capital, determinando por conseqüência, à sua recepção e utilização das pesquisas ontológico-filosóficas do autor de Budapeste no Brasil, uma dimensão ídeo-política – ainda que no âmbito acadêmico e de outras instâncias de caráter científico.

Em terceiro lugar, em razão de que, primeiro, a determinação da subjetividade em bases ontológicas revelou-se em uma radical crítica ao conjunto de teses (valores e idéias) profundamente conservadoras que expressam uma determinada concepção de homem, de sociedade etc., que o grande capital monopolista e seus representantes difundiram sob a denominação de “neoliberalismo”;¹⁵ segundo, pelo fato de que a subjetividade entendida enquanto o fundamento ontológico de todo pôr teleológico e como a dimensão de distinção e desenvolvimento das particularidades de cada singularidade individual, consistir em um dos momentos de crítica às teses que propugnam a descentralidade do trabalho do mundo humano-social, a subjetividade em bases ontológicas dialético-materialista, constituiu-se na preocupação central do tema proposto.

A exposição do primeiro capítulo estruturou-se como segue:

Contextualização do Tema em foco – tratou-se de expor, primeiro, com a incumbência de apresentar, ainda que muito brevemente, as vicissitudes político-partidárias do PCB como resultado de determinações sócio-históricas, quer seja relativamente às profundas alterações de uma objetivação capitalista dependente e subordinada aos centros

¹⁵No contexto do capitalismo *contemporâneo*, “não nos damos conta do valor do grande pensamento sistemático e declaramos tranqüilamente (...) o ‘fim do sujeito’, sem talvez levar em consideração todas as conseqüências da destruição filosófica da subjetividade” (Tertulian,2002:48).

hegemônicos do capital, quer seja no que se refere às alterações políticas que vinham ocorrendo no MCI depois da guerra e que se transformaram em uma profunda crise com as denúncias efetuadas por Krushev quando da realização do XX Congresso do PCUS, já que é dentro deste contexto que o PCB levaria a efeito uma “renovação” política que recebera o epíteto de “nova política”.

Ademais, é no interior deste contexto que as idéias de Lukács (em especial, as idéias estéticas e literárias) como um momento orgânico de tal política, foram recepcionadas e empregadas por jovens intelectuais ávidos por fazer política para a formulação de um projeto de política cultural.

A Tradição Cultural Pecebista: o intento fundamental foi o de trazer à superfície alguns princípios teórico-analíticos estruturantes da tradição (no específico campo das manifestações artísticas) cultural pecebista que se contrapõem, radicalmente, ao arcabouço teórico-estético e literário lukacsiano. Mais precisamente: tratou-se de expor momentos estéticos que, em razão de seu fundamento teórico-filosófico, são, inexoravelmente, contrapostos e excludentes. Em segundo lugar, o de apresentar, ainda que secundariamente, aspectos da crítica que a juventude comunista, mediada pelas idéias teórico-filosóficas e estéticas lukacsianas, concretizar-se-ia à tradição cultural partidária (pecebista) no bojo de um contexto de efervescência e de exigência de engajamento cultural-artístico, que, posteriormente, transformar-se-ia em resistência político-cultural; e momentos de sua crítica a outras tendências estético-literárias.

Finalmente: A Nova Política e *As Teses de Blum*: substancialmente, teve-se por finalidade demonstrar que as complexas relações e interações entre as revoluções burguesa e proletária são, dialeticamente, concebidas pelas *Teses* elaboradas por Lukács para o II Congresso do Partido Comunista da Hungria e, que, portanto, radicalmente, se distanciam da acepção sectária e esquemática advinda da IC que transpassara e determinara o conteúdo das Teses estratégico-políticas como formas “mediativas” (ou melhor, uma política de frente ampla, colaboracionista de classe, gradualista e etapista) propugnadas pela “nova política” para fazer política e, primordialmente, materializar a revolução proletária em solo nacional.

Mais precisamente: pautou-se pela apresentação de algumas ponderações críticas à proposição de Frederico segundo a qual a “convivência” entre a direção e a jovem

intelectualidade pecebista ávida por fazer política no bojo de uma efervescência de conflitos sócio-político-econômico e culturais que abalavam a sociedade brasileira nos anos 60 fora facilitada em razão de uma “estreita afinidade” entre a política do PCB e a linha “lukacsiana imprimida ao trabalho intelectual”, já que a política cultural de Lukács consiste em um desdobramento de sua política de frente exposta pela primeira vez nas ‘*Teses de Blum*’, que, por sua vez, guarda alguma semelhança estratégica com a linha política posta em prática pela direção do partido após 58, quer dizer, com a “nova política”

O segundo capítulo configurou-se do seguinte modo:

Contextualização do Tema: predominantemente, preocupou-se em apresentar momentos da contextualização sócio-histórica contemporânea fortemente determinada pela ofensiva do capital total em escala global, a qual, mediatizada, dentre outras respostas como decisões alternativas, por um processo de reestruturação produtiva, tem implicado incisivas conseqüências para a classe trabalhadora, tanto em sua ontologia, em seu ser-precisamente-assim, quanto à sua dimensão subjetiva.

Ontologia: Trabalho e Emancipação Humana: mediado pela genial idéia marxiana segundo a qual as categorias constitutivas da realidade humano-social são constituídas sócio-historicamente; e, que, ininterruptamente, travam entre si uma cadeia de complexas interações, o intento deste momento foi o de apresentar (ainda que não até às últimas conseqüências) as contundentes críticas que, em nome do trabalho como fundamento ontológico do ser social, como produtor de valores de uso indispensáveis à existência humana, os autores marxistas (Lessa, Tonet, Antunes, Chasin, Netto) levaram a efeito contra os defensores da ordem vigente que propugnam, entre outras teses, a descentralização do trabalho no mundo humano; e o adeus à classe trabalhadora.

Trabalho: O Momento Predominante: trata-se de um subitem – aqui, o intento fora o de apresentar algumas ontológicas determinações que conferem à forma histórico-concreta do trabalho a condição de prioridade ontológica, de momento predominante, da sociedade emancipada dos ditames do capital. Note-se: do capital e não só do capitalismo.

Quanto ao terceiro capítulo, quatro momentos o estruturam:

Introdução: apresenta a justificativa do tema. Mais precisamente: a razão mediante a qual a determinação da subjetividade em bases ontológicas se revelou como um momento

imprescindível de crítica às teses que propugnam o fim do trabalho, a descentralidade do trabalho do ser social, o fim da história etc.

Práxis: Determinação Ontológica do Ser Social: preocupou-se em explicitar que a práxis, esta categoria de extremo valor filosófico-ontológico, se converteu em um momento da defesa do trabalho sob a determinação de fundamento ontológico do mundo dos homens; e da teoria do ser social marxiana.

Subjetividade: Teleologia-Causalidade: o objetivo fora o de salientar que segundo a versão ontológica do marxismo, a subjetividade, onto-geneticamente, se insere imanentemente à unidade (orgânica) do trabalho: teleologia-causalidade.

Trabalho: A Ontológica Unitariedade do Ser Social: trata-se de um subitem – neste contexto, salientou-se que o trabalho consiste em uma ontológica mediação categorial pela qual, analiticamente, se pode expressar, sem dicotomizá-la, a (ontológica) objetiva unitariedade última do ser social.

Neste momento, cumpre deixar fixada uma importante observação: o rastreamento até às últimas conseqüências dos estudiosos (mais precisamente: Lessa, Tonet, Antunes, Chasin, Netto) que têm lançado mão da contribuição ontológico-filosófica lukacsiana em seus embates acerca de temas cujo teor traz em seu bojo implicações relevantes para o proletariado, é prescindível para os objetivos respectivos aos temas propostos – Ontologia: Defesa do Trabalho como a Categoria Central do Ser Social; e, Ontologia: Trabalho e Subjetividade. A contribuição de Lessa, por exemplo, para o esclarecimento de pontos fundamentais da ontologia lukacsiana e como um instrumental para se adentrar à imanência dos textos do filósofo que se norteiam essencialmente por uma abordagem ontológica do ser social, demandaria um estudo específico.

Neste trabalho de pesquisa, como já se expôs, trata-se substancialmente de estabelecer que as concepções ontológico-filosóficas de Lukács converteram-se em um instrumento de sustentação científico-filosófica imprescindível para o enfrentamento (do ponto de vista dos interesses do trabalho) dos graves problemas contemporâneos no contexto de um modelo sócio-político-econômico e cultural que se mundializa.¹⁶

¹⁶ Aqui, faz-se necessário a fixação de uma importante observação, a saber: não há nenhuma linearidade no que tange à interpretação e à compreensão das idéias ontológicas lukacsianas, tanto entre os autores referidos, quanto entre outros. Ao contrário. Elas são marcadas por momentos de divergências, de críticas e pela demonstração de possíveis “limites” no arcabouço teórico do autor de Budapeste. Ilustrando: na asseveração crítica de Chasin (1995:506) a “determinação onto-negativa da politicidade” consiste em uma das deficiências teórico-metodológicas da *Ontologia*. Com sinais trocados, Carlos Nelson Coutinho, assinala que a “práxis

Para finalizar este momento do presente trabalho, cumpre tão-somente expor alguns dos princípios que constituem o método ontológico-histórico.

No capítulo sobre Max de sua *Ontologia do Ser Social*, Lukács, assevera que em Marx, ao contrário do que ocorre em Hegel, as determinações reflexivas são apreendidas ontologicamente, como momentos necessários e imprescindíveis para a existência de todo ser; e, no decorrer de sua exposição, insiste no fato também posto à superfície por Marx, de que em toda organicidade, há sempre um momento predominante. Prioridade, que, em termos ontológicos, significa que a existência de um ser depende da existência de um outro ser, mas não vice-versa.

Em outras palavras, o método ontológico-histórico, se caracteriza não por uma aplicação lógica aos mais distintos e diversos complexos momentos constitutivos dos específicos e heterogêneos modos de ser no interior da totalidade da esfera ontológica respectiva – do ser social e da natureza (em suas dimensões orgânica e inorgânica). Ao contrário. As categorias são entendidas como formas de ser, determinações da existência. Do que deriva que, teórico-metodologicamente, elas são compreendidas como prioritárias aos aspectos meramente lógico-gnosiológicos; que se trata de re-produzir teoricamente a lógica intrínseca às coisas e não as coisas da lógica, exatamente porque as categorias são reais, constitutivas do ser; e que ademais, no desdobrar processual da atividade

política” é, “enquanto momento privilegiado da reprodução social” (1996:23), “O elo perdido, a principal lacuna na cadeia de mediações posta em movimento pela *Ontologia* (...). Não há na *Ontologia* (...) um tratamento autônomo satisfatório da especificidade da política enquanto esfera do ser social” (Ibidem). Instigado pela crítica de Coutinho, Lessa, ainda em (2002a:121), após assinalar importantes contribuições da *Ontologia do Ser Social* acerca da práxis política, já na parte conclusiva do texto, entre outras críticas considerações, faz notar que “Conceber a política como prática ideológica universal – e não enquanto dimensão alienada da existência humana – e o silêncio acerca do Estado na reprodução social parecem indicar áreas em que a tragédia soviética se fez mais diretamente presente nas investigações ontológicas de Lukács. Qualquer crítica mais radical desses dois complexos, propondo a sua extinção como tarefa histórica imediata da transição do capitalismo ao comunismo, entraria em conflito com sua concepção segundo a qual a União Soviética seria um socialismo deformado, no qual as tarefas econômicas de transição estariam efetivadas, faltando apenas a transição política”. “A perda, por nosso autor” – continua Lessa – “da importância decisiva do Estado na constituição das alienações que contemporaneamente brotam do capitalismo pode ser uma das fontes para as insuficiências do texto lukacsiano nessa área” (Idem:122). Tais considerações explicitam a determinação posta em linhas acima: “A debilidade maior dessas considerações de Lukács acerca da política se expressa, (...), no fato de ter tratado dela enquanto momento da ideologia, e não enquanto complexo pertencente aos complexos de alienação. (...)”. Contudo, e isto é da maior relevância, essa análise radical da política e do Estado apenas pode ser levada a termo com sucesso “(...) a partir da estrutura categorial decisiva da *Ontologia*, acima de tudo a radical historicidade e sociabilidade do mundo dos homens” (Idem:122). Exatamente por isso, que “se a tragédia soviética levou nosso pensador a equívocos graves na análise da política e do Estado, esses de modo algum comprometem, ou forçam uma revisão, do essencial de sua *Ontologia*” (Ibidem).

cognoscitiva, as categorias, não podem ser postas entre parênteses, já que não são simplesmente intencionais.

Assim que, o método ontológico-histórico e dialético, como uma atividade prático-intelectual para captar o fenômeno em sua imanência essencial, advoga que a análise deve apropriar-se da própria constituição genético-dinâmica do objeto em questão. Seus momentos constitutivos (investigação e exposição) não se confundem entre si. A forma, o tratamento, ou a exposição, não são atos pelos quais se descobre algo, mas o momento em que se demonstra o descoberto. Consciente ademais das repercussões objetivas dos interesses sociais na elaboração do saber, fundamenta-se na totalidade do ser social, considerando categoricamente o indivíduo genérico como essencialmente social.

É de fundamental importância também salientar que para a acepção teórico-ontológica, a práxis cognoscitiva, o conhecimento, não é contemplação; antes, trata-se de um predicativo do ser social: um momento da particular ontologia de seu ser-precisamente-assim, cujo caráter é a não ser onto-prático. Daí que a questão do conhecimento consistir, antes de tudo, em uma questão fundamentalmente ontológica – é um momento peculiar, inerente, à própria dimensão humana. Mais precisamente: conecta-se imanentemente, à ontologia do ser humano-social, à sua maneira específica de ser: à práxis que se revelou para esta acepção teórico-metodológica uma categoria de extremo valor filosófico-ontológico.

Capítulo I. O Caráter Receptivo das Idéias Estéticas de Lukács no Brasil.

1.1. Contextualização do Tema.

No lapso temporal que compreende os anos 1954-1958, o PCB conduziu a efeito uma série de expressivas mutações em suas diretrizes teóricas, políticas e organizacionais. Estas, foram impulsionadas por uma série de complexas conjunções conjunturais, a saber: 1) mediante significativas mudanças (tanto às de ordem econômicas, quanto às de ordem político-sociais) que se configuraram como resultado das complexas e contraditórias relações e interações de um capitalismo dependente e periférico em relação aos centros hegemônicos do capitalismo em sua fase monopolista e imperialista; 2) pelo impacto e os desdobramentos do XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956, que, (simultaneamente) por um lado, acelerou as mudanças que vinham ocorrendo na própria URSS e no Movimento Comunista Internacional – MCI –, por outro, inaugurou a crise do marxismo-leninismo oficial; e, 3) em razão de seus próprios problemas internos (orgânicos) que acumulavam e que de modo arrebatador vieram à superfície após os acontecimentos do XX Congresso.

Com a Declaração de Março de 1958, esta série de mutações é consolidada. Isto é significativo, porque, se por um lado, as resoluções estratégico-políticas propugnadas pela Declaração, implicaram uma descontinuidade em relação com a linha política que fora consolidada e implementada com o Manifesto de Agosto de 1950; por outro, continham momentos de continuidade com a linha política iniciada após 1945 – caracterizada pela conciliação de classes e pela colaboração com uma suposta burguesia “nacional”. Trata-se de uma complexa dialética que se expressa pela mediação da unidade de descontinuidade-continuidade.¹

Pois bem, em que período histórico lançou-se as bases dessa linha política, cuja gênese remonta aos anos 1945?

Com a violenta repressão desencadeada imediatamente após o fracasso do movimento insurrecional de 1935, o PCB quase que fora destruído. Reestruturado, no dizer de Mazzeo,

¹Posteriormente se verá que esta dialética de continuidade-descontinuidade também transpassara (de um modo específico) a atuação partidária no âmbito peculiar da cultura. Na especificidade deste patamar, esta dialética é posta em movimento em razão (sobretudo) do aspecto nacional-popular como um momento imprescindível pelo qual o partido constituíra-se sua acepção artístico-cultural. O acerto de contas com esta concepção se dará mediante a elaboração de um projeto político-cultural de extração lukacsiana.

o partido “lança as bases de sua linha política mais duradoura e que conformará seu *terceiro período*, que se caracteriza pela absorção das diretrizes do VII Congresso da IC e, conseqüentemente, da política de amplas alianças de classes” (1999:71).² Assim que, no contexto da linha política implementada pelo partido após 1945, o “Manifesto de Agosto” constituir-se-ia em “um hiato” (Ibidem).

Aqui, objetiva-se, apresentar, muito brevemente, as vicissitudes partidárias do PCB como resultado de determinações sócio-históricas, quer seja relativamente às profundas alterações de uma objetivação capitalista dependente e subordinada aos centros hegemônicos do capital, quer seja no que se refere às alterações políticas que vinham ocorrendo no MCI depois da guerra e que se transformaram em uma profunda crise com as denúncias efetuadas por Kruschev quando da realização do XX Congresso do PCUS, já que é dentro deste contexto que o PCB levaria a efeito uma “renovação” política que recebera o epíteto de “nova política”; e que as idéias de Lukács (filosófico-estéticas) como um momento desta política, foram recepcionadas e empregadas por jovens intelectuais para a formulação de um projeto de política cultural.

Em 1946, em Fulton nos EUA, Winston Churchill, discursa, lançando a expressão “cortina de ferro”: eloqüente prelúdio dos novos tempos que já se gestavam ainda sob os efeitos das catástrofes de Hiroxima e Nagasaki. O bipolarismo mundial tomava contornos cada vez mais explícitos: na Europa, os EUA, intensificavam sua ofensiva no sentido de criar um bloco anti-soviético. Nesse contexto de claras hostilidades e de recrudescimento político anti-soviético, sob uma forma-Estado autocrática burguesa institucional, o Brasil romperia suas relações diplomáticas com a URSS. Simultaneamente, o governo Dutra consolidara sua inflexão à direita: respaldado pelo Congresso Nacional, determina a ilegalidade do PCB: cassa os mandatos de seus deputados e põe em prática uma política implacável de repressão aos trabalhadores. Clandestino e aturdido em conseqüência do

² “Essa nova diretriz política tinha por norte a política das frentes populares, que punha de lado a tese da classe contra classe, apontando para unidades políticas de caráter pluriclassista dentro de um largo leque, chamado genericamente de ‘setores democráticos’ da sociedade, no qual situava-se a burguesia ‘nacional’” (Mazzeo,1999:71). Todavia, essa viragem não se deu sem disputas e sem divergências internas. No seu processo construtivo, formaram-se três grupos: “O de São Paulo, constituído por antigos militantes que não confiavam em Prestes e propunham reconstruir o PCB nos moldes antigos; outro, também de São Paulo, que englobava comunistas da Bahia e que pretendia hegemonizar o Comitê Central; e um terceiro grupo, a Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP –, composto por comunistas novos e antigos. Os dois últimos grupos acabam convocando a histórica Conferência da Mantiqueira, em 27 de agosto de 1943, com a participação de estados como o Paraná, Distrito Federal, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas gerais” (Idem:72).

novo contexto que se configurara, o PCB radicaliza uma guinada à esquerda – quer dizer, interrompe uma linha política caracterizada pela conciliação de classes e de colaboração com a ordem vigente instaurada imediatamente após a reconquista de limitadas garantias de liberdades democráticas sob a égide de uma autocracia burguesa institucional. Em outras palavras, propugnara uma política em descontinuidade com a linha colaboracionista e conciliadora de união nacional,³ cuja linha política se articula às determinações políticas elaboradas pelo VII Congresso da Internacional Comunista – IC, realizado em 1935. O esboço da política resultante dá-se com o Manifesto de Janeiro de 1948; e adquire sua elaboração definitiva com o Manifesto de Agosto de 1950.

O Manifesto de Agosto propugnava: 1) a luta de classes, já que não postulava o caráter nacional da burguesia brasileira; 2) a autonomia de classe; e 3) uma aliança predominantemente operário-camponesa cujo objetivo maior era a disputa hegemônica contra as forças burguesas pró-imperialistas.⁴ A estes componentes, é significativo acrescentar seu caráter não-reformista; e a plausível ponderação que suas considerações teóricas dispensou aos aspectos democráticos.⁵ Apesar disto, os limites de seus

³ Essa política colaboracionista de classe cuja essencialidade consiste em sua natureza reformista, que conseqüentemente, implicou na suspensão da autonomia do proletariado e demais camadas populares; e na cisão entre a esfera econômica e política (portanto, alheia ao método da crítica à economia política elaborada por Marx), no quadro internacional, articulava-se ao espectro da política externa implantada pela URSS: “Essa nova política, denominada de União Nacional, além de apoiar o governo Vargas contra o nazi-fascismo – caracterizando a versão do PCB do pacto entre a URSS e os Estados Unidos –, vinha juntamente com a campanha pela legalidade, pela anistia geral aos presos políticos e pelo envio de tropas brasileiras para lutar ao lado do povo soviético. O elemento fundamental dessa nova política era *a idéia de que o proletariado deveria colaborar na construção do capitalismo nacional*. De fato, esse delinear político representava a adequação das diretrizes da IC, que mesmo depois do fim do Komintern continuaria a ser a política implementada pelos comunistas de todo o mundo – obviamente, adaptada às respectivas realidades nacionais –, sendo posteriormente reforçada e ampliada pelo Kominform” (Mazzeo, 1999:71).

⁴ “O que podemos caracterizar como fundamental, nesse período, é a procura de uma intervenção política realizada dentro da concepção de frente única que havia sido definida no IV Congresso da IC. Essa nova formulação objetivamente alterava o leque das alianças, que deixava de ser tão amplo. Isso fazia com que o partido se voltasse para composições políticas que privilegiassem o proletariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, além de, marcadamente, buscar uma ação independente de classe. Portanto, a nova direção política buscava centrar sua política nos seguimentos subalternos da sociedade civil, no sentido de constituir uma hegemonia alternativa. Evidencia-se também a disposição do partido em estruturar a Frente Democrática de Libertação Nacional, o que irá caracterizar a disposição da formação de um *bloco político marcadamente de classe*, sob comando do proletariado e composto por seus aliados, principalmente as camadas médias” (Mazzeo, 1999:75).

⁵ De acordo com os estudos de Almeida (2003:93-94), dado o contexto sócio-histórico em que o Manifesto de Agosto fora concebido, o estigma de desvio de esquerda que se lhe atribui, assim como ao seu caráter marcadamente sectário, devem ser avaliados com as devidas nuanças. Quanto aos aspectos democráticos, tais elementos parecem não confirmar o paradigma que lhe é atribuído. Pois, assevera o autor que “O item do programa explicitamente dedicado, pelo Manifesto de Agosto, às liberdades democráticas era extenso, adequado à realidade da época e preservava a boa tradição marxista de defender liberdades muitas vezes consideradas ‘secundárias’, o que conferia ao texto, em aparente paradoxo, um caráter antecipatório. Para

pressupostos teóricos impossibilitaram a apreensão ideal de substanciais determinações categoriais da realidade brasileira; e a ausência de capacidade e flexibilidade do PCB para aplicar as diretrizes políticas por via das imprescindíveis mediações, terminou por transformar a tática estabelecida em uma ação principista, sectária e voluntarista.

Com as eleições de 1950, houve o retorno de Vargas ao poder – o pleito eleitoral outorgara o que se convencionou denominar de a “segunda presidência de Vargas:1951-1954”. Marcada fortemente pela ingerência do Estado na esfera econômica, a política executada por Vargas procurou direcionar a economia no sentido de fomentar o desenvolvimento industrial de base: siderurgia, petroquímica, energia, transportes etc.; e ao contrário de seu antecessor, promoveu uma política de abertura às atividades sindicais e populares. Nessas circunstâncias, o PCB, afirmara uma política de aliança e unidade com os trabalhadores por meio de sua Resolução Sindical de 1952, aprovada pelo Comitê Central. Nesse contexto, a Resolução Sindical já implicara repercussões nas diretrizes teóricas, políticas e organizacionais que se impuseram na medida em que o PCB, irremediavelmente, se via diante da necessidade imperiosa de superar a então ínfima inserção na esfera social e política que resultara, entre outros importantes fatores,⁶ da linha política implementada pelo Manifesto. O desdobrar dessa política de aliança, no entanto, importou a abertura e relevantes reconquistas de espaços no novo *status quo*: 1) atuação e concretas medidas de construção do partido no interior das empresas; 2) ampliação, influência e fortalecimento dos comunistas no movimento operário e nas lutas dos trabalhadores rurais; e, 3)

quem acha que certas reivindicações relativas ao ‘modo de vida’ e à ‘diferença’ são originárias dos movimentos contestatários do final dos anos 60, é importante observar que o Manifesto de Agosto defendia, juntamente com a ‘efetiva liberdade de manifestação do pensamento, de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical’ e o direito de voto para os analfabetos, ‘a abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher’; liberdade irrestrita ‘para prática de todos os cultos’; eliminação ‘de todas as discriminações de raças, cor, religião, nacionalidade, etc.’; auxílio e ‘proteção especial aos indígenas, defesa de suas terras e estímulo à sua organização livre e autônoma’. Mais reivindicações de caráter democrático, algumas realizáveis nos marcos do capitalismo, outras só factíveis nos termos de uma luta nacional-revolucionária, pontilhavam o documento”.

⁶ Mazzeo (1999:78), ressalta três substanciais fatores: “o primeiro a ser ressaltado deve ser creditado à própria política de conciliação que o partido vinha desenvolvendo anteriormente, incluindo incentivo à não-realização de greves, o que afastava os trabalhadores do partido. Também a existência do sindicalismo oficial contribuíra para a redução da implantação do PCB nos sindicatos. O segundo aspecto é, sem dúvida, o sectarismo e a política ‘principista’, implementada sem ajuste e elasticidade, principalmente, no movimento sindical. E, por último (...), o maior responsável pela queda da influência do PCB na sociedade, particularmente no movimento sindical urbano, foi a decretação de sua ilegalidade, pela autocracia burguesa, e a própria ação repressiva desencadeada pelo governo”.

participação nas campanhas pela nacionalização do petróleo – tema das efervescentes lutas em prol das questões nacionais.

A crise político-institucional desencadeada pela grande greve operária de março-abril de 1953 e que se intensificara com o suicídio de Vargas, impôs ao PCB a necessária incumbência de fomentar sua tática política de unidade e aliança não só com os trabalhistas, mas também com as demais forças defensoras dos preceitos constitucionais. Pressionado pelas manifestações populares antigolpistas, transita de uma avaliação do pleito eleitoral como elemento “secundário da luta política de classes” (Almeida,2003:94)⁷, para uma compreensão do mesmo como e enquanto um mecanismo político imprescindível tanto para salvaguardar a política de unidade e de aliança quanto para a ampliação das garantias democráticas no seio da sociedade civil diante do então recente poder político que se impusera mediante as pressões golpistas organizadas pelos setores conservadores e de direita das Forças Armadas e das frações burguesas articuladas aos interesses do grande capital internacional. A convocação do povo para o pleito de 3 de outubro de 1955, consiste na mais imediata e relevante expressão desta nova compreensão.⁸

No entanto, no período imediatamente anterior, no contexto tenso e contraditório de preparação e realização do IV Congresso (novembro de 1954), seja nos debates relativos à concepção da realidade brasileira, seja aos concernentes à linha política definida pelo Manifesto de Agosto, as divergências e disputas se intensificaram – métodos antidemocráticos foram utilizados pela direção partidária,⁹ inclusive com expulsões.

Especificamente sobre este Congresso, os estudos de Mazzeo evidenciam um fator da maior relevância no que concerne à retomada da linha política anterior ao Manifesto de

⁷Na conjuntura sócio-histórica em questão (tanto do ponto de vista internacional, quanto do quadro nacional), contudo, avaliada “como prelúdio da III Grande Guerra, (...) e tendo como referência a recente chegada ao poder dos revolucionários chineses (1949)” (Almeida,2003:94), considerar as eleições, como um instrumento “secundário da luta política de classes”, significava “evitar o eleitoralismo” como “uma saudável tentativa de aproximação da realidade concreta e não o contrário”. (Idem,94-95).

⁸ “Ao avaliar – em reunião plenária do Comitê Central em janeiro de 1956 – a vitória de JK e Jango nas eleições de 3 de outubro e o contragolpe de 11 de novembro, comandada pelo general Lott, o PCB reafirma a necessidade de mobilização em torno de defesa da legalidade e das liberdades democráticas” (Segatto, 1995:41).

⁹ A partir dos anos 50, o grupo de dirigentes formado por Arruda Câmara, João Amazonas, Ângelo Arroio, Pedro Pomar, Maurício Grabois – este que ao lado de Amarílio Vasconcelos nos idos dos anos 40, dirigia a Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP – que tinha ligações com Prestes e que representava o seu pensamento – ganha “notável expressão na direção do PCB, tendo papel destacado na elaboração de sua linha política (Manifesto de Agosto e IV Congresso). Seu poder de influência e direção dentro do PCB chega a ganhar expressão máxima quando da realização do IV Congresso de (1954), no qual exercerá grande domínio e controle”(Segatto,1989:104).

Agosto; e ressaltam, no interior do bipolarismo que se configurara no pós-guerra, as peripécias da política implantada pelo MCI. Eis o que, categoricamente, afirma o autor:

A retomada da linha política do terceiro período inicia-se no IV Congresso do PCB, (...). Ainda ambíguo, em relação ao Manifesto de Agosto, o PCB começa a se distanciar de sua linha política esquerdizante. Ressaltemos que no âmbito internacional, apesar da vigência de intensa disputa entre os EUA e a URSS, o MCI estava implementando uma política de colaboração com os governos burgueses, principalmente na Europa ocidental, após o término da guerra (1999:82).

Cumpra igualmente enfatizar, que o IV Congresso mantivera-se, sob o impacto, a comoção social e o agravamento da crise política em consequência do suicídio de Vargas, impregnado por uma visão um tanto anacrônica da realidade brasileira de então.

O nacional desenvolvimentismo do governo Kubitschek caracterizou-se por sua natureza pró-capitalista e intensificação da presença do Estado na economia; e não era, malgrado (nos parâmetros da CEPAL) ter denunciado a deterioração dos termos de troca e no decurso de seu mandato ter rompido com o FMI, antiimperialista. Porém, no decorrer do período de seu governo (1956-61), a continuidade e o impulsionar do desenvolvimento das forças produtivas no país como resultado da implementação do Plano de Metas; e malgrado a permanência de categorias sociais de caráter antidemocrático¹⁰ específicas de uma legalidade burguesa materializada por intermédio de uma revolução não clássica,

¹⁰ Sobre a não alteração em sua essência de aspectos antidemocráticos durante o governo Kubitschek, Maranhão (1985:98-99) a expressa do seguinte modo: “ (...) a estrutura sindical corporativa e atrelada ao Estado, a proibição da vida legal do Partido Comunista, a exclusão da participação efetiva das camadas populares no processo decisório. O que se pode dizer em favor de JK nesse campo é que seu governo tolerou as ações dos comunistas, em várias ocasiões, não aplicando dispositivos repressivos mais drásticos; permitiu que a esquerda tivesse órgãos de imprensa próprios; não aplicou de maneira sistemática a legislação antigreve; e tolerou a formação de organismos intersindicais proibidos por lei. Obviamente, tais conquistas não existiriam se o movimento popular não viesse desde 1952-1953 em uma crescente acumulação de forças; e se deve também levar em conta que a democracia que JK deixou como herança para seu sucessor se devia também à participação do PTB no governo, bem mais sensível às pressões do movimento popular do que o PSD”.

terminaram por colocar em causa a “imagem”¹¹ e as análises acerca do Brasil formuladas pelo PCB em seu IV Congresso.

Neste momento do presente trabalho, é de fundamental importância assinalar que as alterações implantadas pelo PCB, cuja gênese remonta à Resolução Sindical de 52 – com seus inegáveis desdobramentos positivos; o retomar (em curso) de sua linha política do *terceiro período*; a atuação do partido no pleito eleitoral de 55; de sua efetiva e conseqüente ação nas lutas pela consolidação do Estado de direito; e, dos abalos que sua arraigada concepção acerca da realidade brasileira sofrera com o desenvolvimento das forças produtivas de caráter capitalista que vinha se dando desde a Revolução de 30 e que se intensificara consideravelmente com a implantação do Plano de Metas, não foram suficientes para colocar à superfície, primeiro, a necessidade de se alterar substancialmente a estrutura do pensamento incrustado, segundo, a do próprio grupo de dirigentes.

Todavia, com as denúncias feitas por Krushev sobre os crimes de Stálin durante o XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, os conflitos internos passaram por novos desdobramentos, esse núcleo dirigente, então, dramaticamente, é submetido a um processo de reconfiguração. Além disso, a dinâmica das mutações teóricas, políticas e organizacionais em curso fora submetida a uma situação de dramaticidade – isto é, instaurou-se uma profunda crise político-ideológica. Ou melhor, com as mutações teóricas, políticas e organizacionais implantadas a partir da Declaração de Março de 1958 e ratificadas pelo V Congresso, em 1960, o processo dialético do par descontinuidade-continuidade em relação às formulações político-ideológicas determinadas pelo Manifesto de Agosto, radicalizara-se: retornava-se, ainda que com os devidos ajustes e correções, à

¹¹“Em 1954, no documento aprovado no IV Congresso, de novembro deste ano, o PCB consagra a seguinte imagem do Brasil: uma nação sob o risco iminente de ser colonizada, numa relação completa de dependência com o imperialismo norte-americano, que engendraria um processo de militarização acelerada, arrastando o país à onda guerreira incentivada pelos EUA. Em tal lógica, os governos da época – Vargas para o projeto de programa do IV Congresso, divulgado antes do seu suicídio, e de Café Filho, numa outra versão, depois do desaparecimento de Getúlio – só poderiam ser governos de ‘traição nacional’, governos de ‘latifundiários e grandes capitalistas’, na sumária nomenclatura de classe que será repetida ao longo dos debates de 1956-1957” (Santos, 2003:226-227). Ademais, “Na pretendida moldura marxista-leninista desta propositura, há uma inversão da dialética da ‘questão nacional’ em relação à abordagem clássica. Em lugar da interpretação de um processo de modernização capitalista e de seu impacto sobre o campesinato, como no esquema para a Rússia czarista, a assimilação sem reservas das generalidades de Stálin sobre os países coloniais vai ressaltar, no programa de 1954, ao contrário, os ‘fortes traços’ do Brasil como um país atrasado e dependente”. (Santos, 2003:227-228).

linha política do *terceiro período*; e em seguida, os opositores às novas (velhas) teses são expulsos: era a gênese do quarto e último período histórico do PCB.¹²

O novo núcleo dirigente, no desenrolar das lutas travadas no interior do partido, constituir-se-ia no grupo que deteria o controle dos principais órgãos diretivos do PCB.¹³ Ele consolidaria as mudanças renovadoras (isto é, renovadoras em relação ao Manifesto de Agosto de 1950 e ao Programa do IV Congresso de 1954) que receberiam o epíteto de a “nova política” – esboçada no documento denominado Declaração de Março de 1958, a “nova política” seria consubstanciada na Resolução do V Congresso realizado em 1960.

O projeto político que segundo a “nova política” desencadearia a revolução nacional e democrática como um momento indispensável para se implantar em solos brasileiros a sociedade socialista, dentre vários pontos, se pautou: 1) pela defesa do pluralismo; 2) compreensão da revolução socialista como culminância de um processo de conquista da hegemonia política pelo proletariado; 3) elaboração de uma política enraizada às particularidades da realidade brasileira, já que se reconhecia o desenvolvimento do capitalismo no Brasil mediante o fomento da industrialização de base, da urbanização; 4) concepção de que o desenvolvimento capitalista deveria ser orientado no sentido nacional e progressista; 5) definição da revolução brasileira por etapas, pois que se mantinha arraigado em postulados que sustentavam a hierarquização – isto é, a persistência de significativos

¹² Do ponto de vista do quadro mundial, a causa objetiva que gerou a necessidade histórica da construção do último período do PCB, insere-se nas profundas transformações pelas quais passava o MCI em sua totalidade; e do nacional, à crise, que, após o IV Congresso, se intensificara. Na feliz síntese de Mazzeo (1999:83), a crise do partido, “Constitui-se na *particularidade* brasileira de uma crise geral do movimento comunista, inaugurada com a desarticulação do Komintern, mas objetivamente determinada pela falência da perspectiva de uma revolução socialista na Europa a curto e médio prazo. Era a adaptação brasileira às resoluções feitas no Kominform sobre a nova política soviética. Mais do que isso, também era a inauguração do quarto período do partido, que produziu um núcleo dirigente coeso – sujeito a defecções, mas sem alteração da continuidade de suas formulações teórico-políticas –, conformando um *grupo dirigente tardio* no PCB. Com isso, queremos dizer que ao longo de 26 anos (após a destituição de Pereira e de Brandão, o primeiro *núcleo dirigente histórico*) o PCB não havia conseguido constituir um núcleo diretivo perene, que realizasse uma ação política de continuidade, acumulação e de centralidade teórica. A partir da Conferência da Mantiqueira, com a entrada de novos quadros no organismo de direção do partido e, mais precisamente, no contexto da luta travada após 1954 – principalmente após a crise provocada pelo relatório Krushev – confirma-se um núcleo diretivo que irá dar sustentação à política desenvolvida pelo PCB até sua outra grave crise em 1992”.

¹³O novo grupo dirigente resultaria dos desdobramentos das lutas internas em torno do grupo “centro pragmático”. Este, incorporou elementos de outras correntes que se estruturaram no interior do partido: a “conservadora” e a “renovadora”. Desta, figuraram entre outros, Agildo Barata; daquela, Prestes, Amazonas etc. Em 1961, através de um documento, a corrente “conservadora”, critica contundentemente a “nova política”, seus membros são expulsos e, em 1962, funda o PCdoB. O “centro pragmático” incorporou da corrente “conservadora” Prestes, Marighella entre outros; da “renovadora”, Roberto Morena, Armênio Guedes etc. Assim, esta vertente tornara-se majoritária: absorve teses então propugnadas pelos “renovadores”, sem contudo romper radicalmente com as concepções e princípios da doutrina marxista-leninista oficial (Segatto, 1995:63-64).

pressupostos do projeto revolucionário e dos esquemas teóricos formulados a partir do V Congresso da IC – das contradições: a primeira e imediata seria antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, cujas tarefas (dentre as quais: a luta por um conjunto de reformas positivas: reforma agrária, política externa independente etc) teriam que ser concretizadas pela mediação de uma política de frente ampla, colaboracionista de classe e de corte nacionalista – segundo as Teses do VII Congresso da IC de 1935; e, 6) pela defesa da viabilidade do processo revolucionário materializar-se de modo pacífico – reflexo da política de “coexistência pacífica” apregoada pelo MCI e consolidada pelas Teses enunciadas pelo XX Congresso do PCUS.

É imprescindível não obstante a formulação de (velhas) novas teses, deixar exposto que na efervescência dos conflitos político-ideológicos que transpassaram e sacudiram a conjuntura nacional no limiar dos anos 60, a “nova política” propiciou a intensificação da atuação do PCB no cenário sócio-político e cultural que vinha se dando desde o início dos anos 50. É significativo realçar que com a Resolução Sindical de 52, o PCB, por meio de seus militantes, retomava sua ação e influência no movimento sindical. O dado novo consiste no fato de que com a “nova política”, o PCB transformar-se-ia numa organização partidária com poder decisório reconhecido: no âmbito da sociedade política e na esfera da sociedade civil, atuaria com desenvoltura no sentido de consagrar sua política de frente ampla no interior de um cenário conjuntural marcado por uma radicalização de lutas político-econômicas e ideológicas que forças sociais (antagônicas e opostas) travavam em torno do poder do Estado burguês e, conseqüentemente, pela organização da vida social em sua totalidade imprimida segundo os interesses particulares de classes (ou de frações de classes) que deteriam e organizariam o poder político.

Ou seja, a “nova política” intensificou sua inserção tanto no movimento sindical (urbano e rural) como nas campanhas em prol das reformas de base de caráter nacionalista e antiimperialista; e igualmente lhe proporcionou uma forte influência no movimento estudantil, na intelectualidade e na vida cultural do país. As alianças eleitorais (partidárias) e nos movimentos sociais (sindicais e estudantis), se inserem inerentemente no contexto da política de frente ampla (de caráter nacional-democrático ou revolucionário democrático-burguês) propugnada pela “nova política”.

Em resumo: a positividade da “nova política” consiste, inexoravelmente, no fato histórico (com seus desdobramentos) de ter radicalizado a inserção do PCB nas mais diversas esferas que compõem os nexos e conexões da complexa trama do tecido social em sua totalidade – sócio-político-econômico e cultural. A “nova política”, como e enquanto consolidação das mutações teóricas, políticas e organizacionais cuja gênese remonta aos inícios dos anos 50, liga-se, inextricavelmente, primeiro, às exigências da sociedade brasileira que passava por profundas mudanças (político-econômicas e sócio-culturais); segundo, aos conflitos (orgânicos) internos do PCB; e, finalmente, aos acontecimentos ocorridos no XX Congresso do PCUS, que por um lado, precipitara as mudanças políticas que se acumulavam no MCI; e por outro, instaurava a crise do marxismo-leninismo oficial. Trata-se de um momento no interior de um todo. Exatamente neste contexto é que no MCI se inicia a divulgação das idéias de Lukács; e que nos quadros do PCB, uma jovem intelectualidade ávida por fazer política valeu-se das idéias do autor húngaro para a elaboração de um projeto de política cultural. Frederico (1995:184) é enfático e esclarecedor:

É somente após o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), em 1956, quando se inicia, ainda que parcialmente, o rompimento com a ortodoxia stalinista, que Lukács começa a ser conhecido pelo movimento comunista e, conseqüentemente, pela esquerda brasileira. A participação de Lukács na rebelião húngara de 1956, entretanto, manteve-o durante mais alguns anos na incômoda posição de dissidente ‘reformista’. Nesse movimento contraditório de desestalinização e condenação do ‘reformismo’, Lukács, aos poucos, foi sendo conhecido.

Isto é emblemático, porque se conecta direta e imediatamente à situação do autor no interior do MCI.¹⁴ Ora, este, como veículo escolhido pelo filósofo para divulgar suas idéias, sempre lhe fora hostil e adverso. O MCI não poupou esforços para estigmatizá-lo como um “revisionista”, “reformista”, etc. No âmbito acadêmico, sempre fora associado à ortodoxia stalinista. Tal associação, preliminarmente, consiste na mais contundente denúncia de uma deliberada má-vontade de perscrutar (ainda que mediante estudos estritamente imanentes à

¹⁴A situação de Lukács no movimento comunista: “em 1956, reaproxima-se das atividades políticas, utilizando-se do espaço aberto ao debate pelo Círculo Petöfi para reivindicar uma mais ampla abertura democrática. Nomeado ministro da Cultura, Lukács logo se vê impedido de realizar seus projetos concretos em razão da invasão das tropas soviéticas na Hungria; é deportado para a Romênia, volta à Hungria (1957), perde a cátedra que ocupava na Universidade de Budapeste e é expulso do PC” (Lessa, Pinassi: 2002,188).

produção teórica) sobre a evolução intelectual do autor; e de sua relação com o stalinismo.¹⁵

Neste particular, as palavras de Tertulian (1994:73) são convincentes:

Seria muito arriscado afirmar que a derrota do mundo comunista teria surpreendido Lukács. O autor da *Ontologia do Ser Social* considerava que os regimes da Europa do Leste, congelados no seu triunfalismo e afetados por uma indigência estrutural, estavam condenados a acabar e que se deveria proceder, com urgência, à sua reforma em profundidade para salvar a alternativa de um futuro socialista. É precisamente este sentido do combate travado durante os últimos quinze anos de vida pelo filósofo que o torna fiel ao compromisso de sua juventude.

De outro lado, especificamente à problemática da ortodoxia, é suficiente recordar o entendimento do autor para se constatar a distância que separa sua postura daquela veiculada e defendida pelo *Diamat* que se pretendia como o único legítimo herdeiro do legado dos fundadores do materialismo dialético e histórico. Em sua mais importante obra de juventude, Lukács, enfaticamente, concebe que

O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido dos seus fundadores (...). (Lukács,1974:15).

Trazer à superfície a herança hegeliana que permeia este texto de juventude, não pertence ao objetivo do presente trabalho. Neste momento, o imperioso, é o de expor que em sua mais plena maturidade intelectual, o autor de Budapeste, reafirma a concepção de ortodoxia elaborada em juventude; e o quanto ela é de fundamental importância para a restauração do pensamento de Marx. No “Posfácio de 1967” do texto em foco, Lukács não titubeia:

¹⁵Na introdução deste trabalho, se expôs que a marginalização de Lukács à ambiência cultural contemporânea se deve à sua “impostação ontológica”. Ora, é evidente que o esforço lukacsiano de demonstrar que a teoria do ser social de Marx se assenta em uma ontologia, em nada se aproxima da ortodoxia stalinista. Ademais, sua impostação ontológica que remonta aos princípios dos anos 30, demarca sua distância em primeiro lugar a qualquer tipo de “enquadramento” político-partidário; e em segundo, à dogmática stalinista.

Ao mesmo tempo, a presente exposição não significa de modo algum que todas as idéias expressas neste livro sejam sem exceção errôneas. Não é por certo o caso. As notas introdutórias ao primeiro artigo dão já uma determinação da ortodoxia no marxismo que, segundo as minhas convicções atuais, não só é objetivamente correta, mas poderia ter ainda hoje, na véspera de um renascimento do marxismo, uma importância fundamental. (Lukács,1974:365-366).

No Brasil, não obstante a recepção e divulgação das idéias lukacsianas reproduzam, em linhas gerais, o mesmo diapasão exposto, particularizam-se, primeiro, por terem-se dado predominantemente em um contexto social determinado por uma contra-revolução burguesa; segundo, como já se expôs em momentos anteriores, pelo fato de uma jovem intelectualidade valer-se das idéias de Lukács para a formulação de um projeto de política cultural. Projeto que as inseria como um momento de um todo de uma “renovação” político-partidária impingida por uma série de complexas conjunções às quais o PCB fora, inapelavelmente, constringido a entrar em sintonia.

Para finalizar este momento do presente capítulo, deixar-se-á expostas algumas breves considerações acerca da “ortodoxia no marxismo”.

Não obstante a “determinação da ortodoxia no marxismo” já nas “notas introdutórias ao primeiro artigo”, não significa que em *História e Consciência de Classe* o filósofo tenha conduzido até às últimas conseqüências esta “determinação”. As reticências são postas pelo próprio autor neste então famoso “Posfácio”. O propósito aqui se resume em apenas apresentar um (com seus desdobramentos) dos vários momentos dessas reticências elaboradas e expostas pela autocrítica lukacsiana. Trata-se da categoria “trabalho”, que, como e enquanto categoria ontológica, consiste na categoria central da teoria do ser social de Marx. O autor alemão *a* insere no contexto da problemática da ontologia do ser humano. Na determinação marxiana, a economia une-se ao processo ontológico da autoconstituição humana: da produção e reprodução da existência do ser social. Neste sentido, a categoria “trabalho” é concebida como um momento imanente da essência (histórico-ontológica) do ser humano, como o fundamento ontológico do ser social, como a dimensão ontológico-histórica que em última instância determina o sentido e a orientação da reprodução social em sua totalidade. Ocupar-se-á detidamente destas questões durante o desdobrar do segundo capítulo.

Em sua autocrítica, o autor é enfático: os “deslizes filosóficos” de *História e Consciência de Classe* são em razão (do ponto de vista metodológico) do errôneo “ponto de partida” para a análise dos “fenômenos econômicos: não o trabalho, mas estruturas complicadas de economia mercantil evoluída” (1974:360). “Isso desde logo” – continua o autor – “lhe impede de elevar-se filosoficamente às questões decisivas, como sejam as relações entre a teoria e a práxis, o sujeito e o objeto” (Ibidem).

Deste modo, *História e Consciência de Classe* situa-se na contra-mão dos princípios fundamentais da ontologia do ser social marxiano-lukacsiana. A natureza, por exemplo, (com todas as conseqüências metodológicas) emerge como uma categoria social e não dialética. No “Posfácio”, a determinação teórico-metodológica do autor de Budapeste é exposta mediante a seguinte trama argumentativa:

(...) é justamente a concepção materialista da natureza que marca a separação efetivamente radical entre a concepção burguesa e a concepção socialista do mundo; que iludir esses problemas é debilitar as discussões filosóficas; que isso nos impede, por exemplo, de elaborar com rigor o conceito marxista de práxis (Idem:357).

A determinação é explícita e não permite tergiversações. Que se pense nas formulações marxianas expostas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, quer dizer, em sua dialética (na categoria *aufhebung*) concepção da natureza como e enquanto natureza humanizada e/ou como e enquanto humanização da natureza. De outra parte, na abstrata, a-histórica, concepção liberal da “natureza” humana com todas suas negativas conseqüências à explicitação teórico-metodológica de complexos categoriais peculiares do ser social, como por exemplo, a liberdade. Ora, estas observações são de extrema relevância, na medida em que para a ontologia do ser social de Marx, a práxis é uma categoria de inestimável valor filosófico. Consiste num momento imprescindível da ontologia do ser humano. Basta que se pense na capacidade cognoscível humana para que se constate que o conhecimento não é contemplação. Ao contrário; ele é um dos predicativos do ser humano: une-se inerentemente ao seu ser-precisamente-assim existente; é um momento de sua substância cuja ontologia é o resultado dialético de determinações reflexivas do processo formador do vir-a-ser da objetividade e subjetividade social-humanas mediante a humana atividade prática, porque ser um ser prático consiste na

particularidade ontológica de seu ser – trata-se de um ser onto-prático. Exatamente nesta acepção é que se deve compreender a fecunda determinação ontológica da práxis que a melhor tradição marxista estabeleceu como uma de suas principais categorias fundadoras (em diálogo crítico com as demais correntes de pensamento) de sua concepção teórico-metodológica como forma ideal de apropriar-se do mundo. A magnífica síntese de tal determinação foi elaborada por Kosik (1976:201-202) como segue:

No conceito de práxis a realidade humano-social se desvenda como o oposto do ser dado, isto é, como formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano. A práxis é a esfera do ser humano. Neste sentido o conceito de práxis constitui o ponto culminante da filosofia moderna, a qual, em polêmica com a tradição platônico-aristotélica, colocou em evidência o autêntico caráter da criação humana como realidade ontológica. A existência não é apenas ‘enriquecida’ pela obra humana; na obra e na criação do homem – como em um processo ontocriativo – é que se manifesta a realidade, e de certo modo se realiza o acesso à realidade. Na práxis do homem advém algo essencial, que contém em si mesmo a própria verdade; não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica.

A ontologia da natureza, do ponto de vista estritamente filosófico-materialista, deve ser compreendida em seu ser-precisamente-assim com suas leis, conexões e interações que lhe são ontologicamente imanentes, isto é, como *causa sui* suficiente a si mesma; e em unidade com a ontologia do ser social, que, sobre a natureza edifica (mediante a práxis material produtiva) o seu mundo, (dialeticamente) superando-a.

Em sua obra de juventude, Lukács não prescinde da preocupação de explicar os fenômenos sociais a partir de sua base (material) econômica. A questão essencial, porém, com todas as dramáticas implicações decorrentes, consiste que do ponto de vista metodológico, a categoria central (o trabalho) da economia marxista é simplesmente posta à margem, acarretando-lhe, inexoravelmente, o seu empobrecimento – quer dizer, a supressão da própria dialeticidade processual constitutiva da peculiar realidade humano-social. Quando, analiticamente, marginaliza-se o trabalho como produtor de valores de uso, como trabalho na condição de fundamento ontológico da sociabilidade humana – isto é, como e enquanto o único mediador do intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza –, resulta que

(...) os mais importantes pilares reais da concepção marxista do mundo desapareçam, e que a tentativa para extrair com a mais extrema radicalidade as conseqüências revolucionárias do marxismo perca forçosamente qualquer verdadeira justificação econômica. Que a objetividade ontológica da natureza, base ontológica desta troca orgânica, por força desapareça, é coisa evidente; mas desaparece ao mesmo tempo esta interação que preside à troca orgânica entre o trabalho considerado de uma maneira autenticamente materialista e o desenvolvimento do homem no trabalho (Lukács, 1974:357-358).

1.2. A Tradição Cultural Pecebista

A polarização político-ideológica que sacudira o país nos finais dos anos 50 e nos limiares dos 60, não se deu às margens das manifestações culturais. A efervescência dos movimentos sociais no bojo de um capitalismo dependente e periférico que se reestruturava, quer dizer, que se transitava (subordinadamente aos centros hegemônicos do grande capital) à fase monopolista com todas as conseqüências e repercussões advindas deste processo, repercutiu na produção cultural – isto é, a produção artística se vê diante da imprescindível necessidade de se engajar político-socialmente.¹⁶ Isto é emblemático, já que a particularidade do reflexo estético realiza-se no interior de um determinado momento de um contexto sócio-histórico, cujas mediações como dinamismo de sua realização inserem-se numa rede de complexas interações e relações dentro de um todo. A advertência de Marx segundo a qual os homens fazem a história a partir de dadas situações é igualmente válida para a produção estético-artística. Trata-se da dialética entre determinismo e liberdade – a intervenção humana não se dá autonomamente à apreensão intelectual dos nexos e legalidades da ontologia social que se determina em conseqüência das determinações

¹⁶ “As harmonias sofisticadas da bossa nova ou as ingênuas canções de protesto; o teatro realista do Arena ou o teatro político levado às ruas pelo CPC; a explosão do Cinema Novo, trazendo para o primeiro plano a questão agrária etc., são manifestações diferenciadas de um único processo de tomada de consciência, de ‘conscientização’ como se dizia na época”. (Frederico, 1998:277).

Também segundo Almada (2004:19-20), “(...), em finais dos anos 50 e início dos 60, a Bossa Nova, os Centros Populares de Cultura, o Cinema Novo, os Teatros de Arena, Oficina e Opinião, a música de protesto, a poesia de Thiago de Melo, de Ferreira Gullar, de Vinícios de Moraes e de João Cabral de Melo Neto, a *Revista Civilização Brasileira*, o jornal *Última Hora*, os semanários *Opinião*, *Movimento*, *Binônio* e *Pasquin*, entre outros, a UNE e a agitação político-cultural estudantil, a releitura de Graciliano Ramos e a produção de Antonio Callado, a obra de Mário Pedrosa, mesmo alguns aspectos do movimento tropicalista (...) são marcos dessa revolução cultural, que arranca ainda em finais do governo de Juscelino Kubitschek, avança com vigor pelos primeiros anos da década e acaba sendo aos poucos sufocada pelo golpe civil-militar de 1964”.

reflexivas entre a subjetividade e objetividade. Não há neutralidade no reflexo artístico, ainda que a arte, como um complexo, determina-se mediante uma (relativa) autonomia.

A contra-revolução burguesa desfechada em 1964, com sua forma-Estado autocrática de caráter militar-bonapartista, pôs termo à participação política institucional. A resistência cultural então se converte em um pólo de aglutinação política dos opositores à forma-Estado então instalada. Após o AI-5 de 1968, entretanto, a repressão aos intelectuais e aos artistas progressistas e opositores ao regime (entre outras medidas repressivas) fora intensificada por iniciativas de uma política cultural que o Estado passou a fomentar por meio de seu Ministério de Educação e Cultura – MEC. No pré-64, em meio à efervescência cultural-artística em consonância com a vertiginosa ascensão dos movimentos sociais configurados, o PCB procurava concretizar sua política de frente ampla propugnada desde a declaração de Março de 58 em aliança (entre outras forças sociais) com uma suposta burguesia nacional.

Pois bem, neste preciso momento do presente trabalho, a preocupação fundamental consiste em apresentar alguns princípios teórico-analíticos estruturantes da tradição cultural pecebista que se contrapõem, radicalmente, ao arcabouço teórico-estético e literário lukacsiano. Mais precisamente: trata-se de expor momentos estéticos que, em razão de seu fundamento teórico-filosófico, são, inexoravelmente, contrapostos e excludentes. Em segundo lugar, apresentar, ainda que secundariamente, aspectos da crítica que a juventude comunista, mediada pelas idéias teórico-filosóficas e estéticas lukacsianas, concretizar-se-ia à tradição cultural partidária (pecebista) no bojo de um contexto de efervescência e de exigência de engajamento cultural-artístico, que, posteriormente, transformar-se-ia em resistência político-cultural; e momentos de sua crítica a outras tendências estético-literárias.

Preliminarmente, vale observar que mediante as idéias teórico-filosóficas e estéticas formuladas por Lukács, a juventude comunista, igualmente, interpretou e avaliou

importantes aspectos da literatura brasileira e européia¹⁷; e elaborou um projeto de política cultural.

Como ver-se-á no decorrer da exposição deste presente momento, tal preocupação articula-se, mediatamente, em primeiro lugar, a uma feliz observação de Frederico (1995:190), segundo a qual

(...), a política cultural de orientação lukacsiana inseria-se num quadro estratégico. Inicialmente, voltava-se contra o passado imediato dos comunistas, expresso na petrificação da teoria dos manuais soviéticos, que continuariam, durante longo tempo, servindo de base para a educação dos quadros partidários. No plano artístico, permitia a crítica da experiência *proletkult* dos CPCs da União Nacional dos Estudantes e do zhadnovismo incrustado na tradição do partido. Finalmente, a política cultural de extração lukacsiana seria o instrumento intelectual para se disputar a hegemonia junto à intelectualidade e aos produtores artísticos.

Em segundo lugar, à crítica observação de Lima (1960:04 apud Rubim,1998:374) acerca das teses divulgadas pela direção partidária para a realização do V Congresso de 1960: “Falta uma tese: sobre o desenvolvimento cultural”.¹⁸

No desenvolvimento das considerações que seguirão, inevitavelmente, se fará, ainda que brevemente, algumas considerações relativas à questão da incrustação zhadnovista na trajetória da prática partidária pecebista à dimensão cultural-artística.

Imediatamente, faz-se necessário enfatizar que em seu esforço de reconquistar sua influência na área cultural, o PCB, além de buscar novas formas de trabalho junto aos intelectuais, patrocinara, em 1958, com o objetivo de superar o dogmatismo, para os debates com outras correntes de pensamento e para incentivar estudos sobre a realidade brasileira, a publicação da revista *Estudos Sociais*. Simultaneamente, edita a revista do MCI, *Problemas da Paz e do Socialismo*. É sintomático acrescentar sua também presença e influência na revista *Brasiliense*, dirigida por Caio Prado Júnior. Esta aparece em 1955,

¹⁷ Cf. Carlos Nelson Coutinho: *Literatura e Humanismo: Ensaios de Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Paz e Terra, 1967; e Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques, Leandro Konder, Gilvan P.Ribeiro e José Paulo Netto: *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ, 1974. É imperioso deixar fixado uma importante observação: “A tentativa de desenvolver uma política inspirada em Lukács fracassou. A repressão dos anos 74-75 e o exílio foram fatores que isolaram o PCB. A partir de 1978, quando da decretação da anistia, a direção partidária voltou ao país dividida por conflitos inconciliáveis. Além disso, encontrou o movimento operário ocupado pelos diversos agrupamentos de esquerda e pelos setores ligados à Igreja que confluíram para a criação do Partido dos Trabalhadores (Frederico, 1998:293).

¹⁸ “No texto, taxativo,” – assinala Rubim (Ibidem) – “escreve o militante, jornalista e escritor Pedro Mota Lima: ‘Ao estudar a realidade brasileira as teses não assinalam um dos mais evidentes fatores, e não mero reflexo, do surto de progresso verificado em nosso país: o desenvolvimento da cultura nacional’”.

com o intuito explícito de pesquisar a realidade nacional, porém, desvinculando-se dos laços do marxismo então em voga. Outro indício de se buscar uma independência, pode ser detectada nas publicações do jornal *Para Todos*, a partir de 1956. Igualmente, o PCB, através de seus intelectuais, também buscou influenciar e marcar presença em entidades de natureza predominantemente política cuja preocupação central se pautava pela questão nacional e às lutas pela democratização do país, tais como a União dos Trabalhadores Intelectuais – UTI –; Comando dos trabalhadores Intelectuais – CTI –; o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes – CPC da Une; o Instituto Superior de Estudo do Brasil – ISEB –; e, a Associação Brasileira dos Escritores – ABDE. Esta última fundada em 1942 por escritores liberais com o apoio do PCB funcionava como uma ampla frente político-cultural.

O tema cultura de partido integra-se entre outros fatores à questão da herança cultural. Por sua vez, a herança cultural, imbrica-se, particularmente, com três relevantes questões: 1) com o grau de autonomia da cultura; 2) com a educação; e, 3) com a problemática da construção de uma nova cultura. Na história do marxismo, o tema “herança cultural”, transpassa os debates sobre a temática da política cultural. Lênin, Trotsky, Lukács, Marx, Engels, Rosa Luxemburg etc. incluem-se entre os defensores da assimilação da herança cultural.

No Brasil, no que tange a um dos momentos da peculiaridade da esfera cultural-artística, a literatura, de acordo com as pesquisas de Rubim,¹⁹ consiste no momento privilegiado para se apreender teoricamente as posturas do PCB frente à problemática da herança cultural. Tanto à arte, quanto às demais dimensões culturais, o partido posicionou-se favoravelmente à assimilação. Todavia, as categorias que determinam o ser-precisamente-assim da produção artístico-estética não foram postas como predominantes parâmetros na relação do partido com a herança; ao contrário, estes, foram estabelecidos por componentes exteriores às particulares determinações imanentes ao ser-precisamente-assim artístico-cultural como um produto do ser social. Referindo-se à aceitação de Castro Alves pelo partido, entre outras considerações, assinala Rubim (1998: 361-362):

¹⁹ Trata-se do texto “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”. Em: *História do Marxismo no Brasil*. João Quartim de Moraes (org.), Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998. Volume III: Teorias, Interpretações; e da obra *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. Tese de Doutorado pela Universidade de São Paulo – Dezembro de 1986. Cópia mimeografada.

(...). A aceitação da ‘herança’ do poeta e sua ‘utilização’ é tão intensa e versátil que, em um texto, Clóvis Melo imagina Castro Alves protestando contra os trustes americanos e os entreguistas, participando da campanha do petróleo, exigindo terra para os camponeses, escolas, melhores salários para os operários etc. Jorge Amado, (...), incisivo e direto diz em 1946, que se o poeta fosse vivo estaria no PC. Para completar: o artigo ‘Castro Alves, poeta do povo’, aparecido em março de 1948 no jornal *A Luta*, de Recife, termina com as seguintes palavras: ‘Poeta do povo, intérprete de suas grandes e sentidas reivindicações de liberdade e democracia, Castro Alves é digno da veneração que lhes votam todos aqueles que cantou em seus versos – as grandes massas expropriadas e sofredoras, que hoje encontram como guia a Luís Carlos Prestes, o herdeiro e continuador de sua luta.

Posto isto, o autor, sintetiza:

Fácil perceber que a recepção da obra de Castro Alves se realiza através de leituras de forte viés político-conteudístico, referida por vezes mais ao homem que à sua obra, mais à política, que à sua arte. Em verdade, não só se trabalha com leituras intencionalmente demarcadas, como se projeta em relação à obra e seu autor associações e valorações político-ideológica conjunturais, ‘instrumentalizando’ a cultura e subordinando-a a uma lógica marcadamente político-ideológica. (Idem:362).

Nestes termos, trata-se de uma concepção reducionista²⁰ do fenômeno artístico. Na antiguidade, os gregos, já concebiam o mundo como sendo um Cosmos, cuja ordem e racionalidade, em razão da peculiaridade dos seus múltiplos entes constituintes, como passível de apreensão intelectual. Heráclito de Éfeso, por exemplo, sugeria que as determinações universais do *Logos* pertencem à legalidade do próprio *Logos*. Sendo, portanto, a missão de cada sujeito (do logos subjetivo) compreender e viver segundo as leis imanes do *Logos*. O valor de uma obra de arte, como e enquanto produção humana, não se reduz à gênese social que possibilitou o engendrar de sua criação; antes, igualmente, ele é determinado pelas características intrínsecas à obra que, como resultado de suas recíprocas relações e interações imanes – como, por exemplo, entre conteúdo e forma²¹

²⁰ Em realidade, esta redução, já fora, anteriormente, devidamente demarcada crítico-analiticamente pelo mesmo autor. Após assinalar as positivas avaliações tanto de Clóvis Melo quanto de Jorge Amado sobre o poeta, conclui que (1986: 286): “Este trecho e os outros textos indicados demonstram que a assimilação da herança se faz através de um forte viés político-conteudístico, levando a que a herança, por vezes, seja mais política que propriamente cultural. Daí que, a utilização e difusão, sejam mais do homem que propriamente de sua obra literária”.

²¹ A dialética entre conteúdo e forma na produção artística, é estabelecida por Konder (1965:138) como segue: “Em toda obra de arte como tal há forma e conteúdo. As categorias de *forma e conteúdo*, entretanto, precisam ser utilizadas com cautela, de vez que os problemas essenciais da forma implicam necessariamente, em certo momento, nos problemas essenciais do conteúdo, e vice-versa. Sem que se preconize o abandono sumário das

–, requerem de um lado, uma riqueza objetiva e, por outro, uma igualmente riqueza subjetiva estético-artística. Em outras palavras, a compreensão e valoração da produção artística, têm que necessariamente, parametrar-se na ontologia do ser-precisamente-assim de suas manifestações – ou seja, nos elementos fulcrais de sua própria existência, pela mediação de suas próprias leis, segundo as leis peculiares da arte.

Isto significa que o ponto de partida metodológico para avaliar e interpretar uma determinada produção estético-artística reside na objetividade da própria obra, e não no sujeito.

Abordando um dos imanes componentes estético-artísticos, a originalidade, diz Lukács (1970:190), referindo-se à estética de Hegel. Na estética hegeliana,

(...), a originalidade aparece novamente em estreita relação com o conteúdo representado, na medida em que a originalidade é concebida como meio de produzir um conteúdo objetivamente importante e, conseqüentemente, o ponto de partida metodológico da interpretação é buscado não no sujeito, mas na própria obra.

Ou seja, no produto, na objetividade singular irrepitível e insubstituível que consiste a não ser em um resultado da objetivação posta pela subjetividade mediante sua práxis estético-sensível.

Na esteira desta formulação teórico-metodológica, Carlos Nelson Coutinho, um dos jovens comunistas que se valeram das idéias filosófico-estéticas de Lukács para a elaboração de um projeto de política cultural, em sua defesa de Lima Barreto, (vale dizer, do realismo como método), como o iniciador de uma “nova etapa – moderna e popular – do realismo” (1974:54) na literatura nacional, tem exatamente, como ponto de partida

duas categorias – que empregadas de maneira flexível, dialética, podem prestar ainda bons serviços – cumpre evitar o transformá-las rígidas, cumpre evitar o prender-se esquematicamente a elas”.

Por sua vez, Coutinho em (1967:111), a apresenta de uma forma mais plástica e contundente: “ (...) uma obra de arte só se torna ‘mundo próprio’, autêntico reflexo estético do real, após o processo de conformação, após a descoberta de uma forma artística adequada ao conteúdo. Do ponto de vista imediato, o processo de conformação implica na criação do ‘meio homogêneo’ de cada arte e cada obra singular: neste meio homogêneo (lingüístico, visual, auditivo) o artista concentra todas as determinações do conteúdo em uma realidade limitada, mas que, precisamente graças a esta concentração, aparece imediata e sensivelmente como uma totalidade intensiva e inesgotável, como ‘mundo próprio’. O meio homogêneo, assim, é a expressão formal imediata da particularidade, da síntese espiritual-sensível (evocativa) da universalidade e da singularidade, da essência e do fenômeno. Mas além da homogeneização do conteúdo, a forma desempenha ainda uma função universalizante, uma generalização dos conteúdos: vista deste ângulo, a forma é o gênero artístico ou literário, ou seja, um reflexo das determinações universais da evolução humana a partir de determinados pontos de vista igualmente universais”.

metodológico, a “objetivação posta pela subjetividade mediante sua práxis estético-sensível”.

Comparando *Numa e a Ninfa* e *Clara dos Anjos*, o autor assinala que enquanto na primeira obra Lima tinha por objetivo a desmistificação dos figurões da Primeira República, em *Clara dos Anjos*, ele, resumiria suas ambições juvenis em um romance histórico sobre o problema racial do povo brasileiro. Contudo, não obstante Lima a ter projetado como uma de suas obras mais importantes,

(...) colocando o melhor do seu ódio plebeu contra a injustiça, o calor do seu generoso *pathos* de solidariedade aos humilhados e ofendidos. (...), apesar do profundo interesse humano da novela, centrada sobre a sedução de uma jovem de cor por um personagem branco e rico, é impossível considerá-la como uma realização estética plenamente sucedida; Lima perde-se freqüentemente na simples acusação, o que lhe impede a criação de figuras humanas autênticas. A figura de Cassi, por exemplo, sobre a qual se centra a novela, não consegue atingir o poder de convicção literária e humana, tornado-se uma mera caricatura, incapaz de ganhar autonomia diante do demolidor ódio que o romancista experimenta contra ele. (Coutinho, 1974:31).

Quer dizer, Lima, não fora capaz de construir, em *Clara dos Anjos*, personagens típicos em situações típicas.

Em síntese: Coutinho, na esteira das idéias filosófico-estéticas lukacsianas, estabelece sua argumentação parametrando-a na objetividade da obra, em seu ser-precisamente-assim existente, não o submetendo a um viés de corte político-ideológico. Ao contrário, portanto, da tradição cultural pecebista que tinha como ponto de partida metodológico o sujeito, quer dizer, colocando um peso maior no próprio homem do que em sua obra.

Heller (1986:121) tecendo considerações sobre o evolucionar do pensamento estético de Lukács, fixa que

Desde os tempos de sua juventude, em Heidelberg, Lukács já invertia a questão colocada por Kant. Em lugar de fazer do juízo estético o objeto de sua problemática, ele punha a obra no centro de suas pesquisas: ‘As obras de arte existem. O que é que lhes permite existir?’. Foi este o programa que deu o tom à sua primeira tentativa de criar uma síntese estética. E, já então, não era o Belo e nem a relação deste com o Agradável que constituíam para Lukács o problema central da estética, e sim a arte enquanto produto humano.

Com efeito, o ser social, em sua totalidade, compõe-se de um todo que é formado por partes que mutuamente determinam-se entre si e com o todo; que travam entre si uma série de cadeias complexas de determinações reflexivas, mas que por sua vez cada parte consiste também em um todo, que, igualmente, é constituído por específicas categorias que travam entre si recíprocas relações e interações. As determinações reflexivas são a não ser as verdadeiras bases imprescindíveis para toda existência – uma vez que todo ser possui um duplo caráter: “ser em interação e em conexão complexa e ser ao mesmo tempo no âmbito de sua peculiaridade” (Lukács, 1979b:68). Ulteriormente, no segundo capítulo, ressaltar-se-á que segundo a ontologia marxiano-lukacsiana, em toda organicidade há sempre um momento determinante; e que do ponto de vista ontológico-histórico, a prioridade ontológica significa que a existência de um ser depende ontologicamente da existência de outro, mas não vice-versa.

Rastreando os estudos realizados por Rubim, torna-se possível enumerar os seguintes aspectos valorizados pelo PCB como momentos constitutivos de sua cultura mediante a qual assimilava, valorava e determinava a produção artística como digna de ser posta e considerada como herança cultural da humanidade: 1) postura progressista do autor diante dos problemas de seu tempo; 2) ligação com o povo e seus problemas; 3) realismo; 4) o caráter nacional; e, 5) a aproximação e/ou filiação do escritor ao marxismo. Assim, de imediato, pode-se notar que à exceção “realismo”, como método, os demais aspectos são exteriores à imanência das qualidades propriamente estéticas.²²

Do ponto de vista histórico, a chamada geração de 30 da literatura nacional reuniria uma série de características exigidas pelo partido, quer seja para a sua assimilação, quer seja para elevá-la ao áureo patamar de obras que em razão de sua “intrínseca” qualidade se

²² Para que se evite possíveis mal-entendidos, algumas palavras acerca da não-neutralidade artística fazem-se mister. Em sua *Introdução a uma Estética Marxista*, Lukács (1970:194), suscita a seguinte questão: “Que significa este partidarismo?”; e, imediatamente, inicia sua resposta como segue: “Antes de tudo, deve-se esclarecer que levamos aqui em conta exclusivamente a tomada de posição em face do mundo representado tal como toma forma na obra através de meios artísticos. O modo pelo qual o próprio artista imagina esta sua atitude em face da realidade é uma questão biográfica, não estética (...). Se afirmamos aqui que tal tomada de posição é espontânea e inevitável, devemos nos reportar ainda uma vez à diferença entre reflexo científico e reflexo artístico da realidade”. Depois de tecer as avaliações que se impuseram como necessárias, contundentemente, sintetiza (Idem: 195-196): “Se quisermos agora compreender conceitualmente o caráter do partidarismo no reflexo estético da realidade, deveremos observar que se trata, por um lado, da reprodução o mais possível fiel da própria realidade objetiva, mas que, por outro lado, a finalidade a que aqui visa não é compreender conceitualmente as leis universais e sim representar mediante imagens sensíveis um particular que compreende em si e supera em si tanto sua universalidade quanto sua singularidade, cujas características formais não pretendem uma aplicação universal no sentido da ciência, mas tendem a fixar universalmente uma experiência que assumiu a forma deste determinado conteúdo”.

integrariam, obrigatoriamente, à posteridade: a saber, “o realismo, a linguagem coloquial, o conteúdo impregnado de caracteres sociais, populares e nacionais e em geral permeado por uma posição político-ideológica progressista” (Rubim, 1986:290-291). Naturalmente que ao lado destas havia o fato de alguns escritores terem se filiado ao partido: Jorge Amado, Graciliano Ramos,²³ etc. Por outro lado, a relação com o modernismo se deu de modo radicalmente oposto.²⁴

Configuram-se, portanto, os elementos que explicitamente fixaram os parâmetros que forjaram a tradição cultural pecebista, ou melhor, sua cultura de partido que, necessariamente, refletiriam em sua prática político-cultural. Nas palavras de Rubim (1998:368):

(...) Tal ‘cultura’ funciona simultaneamente como uma ‘tradição’ cultural reivindicada, assumida e a ser incorporada por seus (...) militantes/filiados e como conjunto de critérios político-culturais e estéticos de valoração e seleção dos materiais culturais e artísticos presentes no social e, através deles, julgados pertinentes pelo PC para serem estimulados e desenvolvidos na sociedade. Em suma, uma ‘cultura de Partido’ que governa a intervenção político-cultural do partido, seus dirigentes e membros.

Ainda segundo a determinação do autor (Ibidem):

O modelo, intrinsecamente desequilibrado pelo predomínio do político sobre o propriamente cultural, enfatiza, em geral mais o autor que a obra e se detém no conteúdo, quase esquecendo a forma. Esta só importa quando em subordinação ao conteúdo e às necessidades de sua facilitação expressiva. A qualidade imanente do material cultural e artístico; o tenso e delicado amoldamento forma/conteúdo; a criatividade etc. deixam de ser elementos primeiros. Neste lugar, instauram-se exigências político-ideológicas, ainda que não formuladas em moldes e limites estreitos ou sempre sectários.

²³ Posteriormente, se verá que a juventude comunista receptiva e divulgadora das idéias de Lukács no Brasil trouxera à luz o caráter realista da produção de um de nossos maiores realistas: Graciliano Ramos. Ora, isto expressa que a adesão e/ou aceitação do escritor ao PCB, não se deram em razão de uma eventual comunhão com os parâmetros estabelecidos pelo chamado “realismo socialista”.

²⁴ Para os comunistas, a influência dos modernistas sobre a geração de 30 limita-se ao “terreno da forma, da linguagem e nada mais. O modernismo aparece assim, quando aparece, como um movimento/momento de renovação formal na história literária brasileira. E com esta caracterização, o modernismo não pode preencher os requisitos para compor a herança reivindicada e difundida pelo PC.”(Rubim, 1986:294). De outra parte, porém, em consonância com a concepção partidária, “Parcial ou momentaneamente alguns modernistas podem ser ‘salvos’ e re-incluídos na herança cultural aceita e difundida pelo PC. Este é o caso de Oswald de Andrade nos anos 30 quando filiado ao partido” (Idem:293).

Pois bem, este modelo cultural que predominantemente permeou a trajetória do partido, explicita a natureza das conjunturais relações deste com as dimensões culturais e artísticas (por meio de uma determinada proposta cultural) que se manifestaram no interior de diferentes momentos históricos do particular processo de objetivação e formação da sociedade burguesa brasileira.

Inevitavelmente, esta “cultura de Partido”, entraria em confronto com as dominantes manifestações artístico-culturais burguesas contemporâneas. Aqui, sobretudo, há que se pensar na relação PCB e vanguarda artística,²⁵ na medida em que a temática de uma cultura nacional e popular marca fortemente o paradigma cultural configurado pelos comunistas.

Nos anos 30, o tema da cultura nacional e popular consistia em um momento de um todo de uma política antiimperialista. As relações entre o PCB e a Aliança Nacional Libertadora – ANL – neste sentido, são reveladoras. No imediatamente pós-guerra, há um efêmero interregno. Com a implantação da Guerra Fria no plano internacional; e com a cassação dos direitos políticos partidários no âmbito interno, o componente antiimperialista retornava com suas devidas nuances. Nesta nova situação conjuntural (nacional e internacional), o PCB, atacava veementemente o cosmopolitismo da cultura burguesa, denunciava o imperialismo cultural e, simultaneamente, forjara verdadeiras trincheiras para a defesa da cultura nacional. Cumpre lembrar que neste contexto o PCB mediante o Manifesto de Janeiro de 1948, delineava uma política de descontinuidade com a linha colaboracionista e conciliadora de união nacional, cujas diretrizes políticas se articulavam com as resoluções elaboradas pelo VII Congresso da IC; e que fora consolidada com o Manifesto de Agosto de 1950. Do ponto de vista estritamente artístico-cultural, vale realçar que se trata do período de maior submissão pecebista à hegemonia stalinista-zhadnovista

²⁵ As conjunturais relações do PCB com as manifestações artístico-culturais nos vários momentos sócio-históricos, são reveladoras. “A coincidência e o estímulo ao comportamento ocorre, por exemplo, nos anos 30 e 40, quando as manifestações mais modernas da arte brasileira, como a literatura social realista da geração de 30 e a pintura social e figurativa destes anos, estão de acordo com as tradicionais características exigidas pelos marxistas aos produtores artísticos (...)” (Rubim,1986:305). De outra parte, quando a partir do final dos anos 40 e início dos 50, com o PCB totalmente subordinado à hegemonia stalinista-zhadnovista com seu realismo-socialista, estabelece-se um divórcio entre o partido e a arte brasileira contemporânea. As razões da mudança relacional não só decorreram da determinação da estética oficial então em vigor, mas igualmente “das próprias alterações de rumo da arte moderna no Brasil: no pós-45, com o romance social em declínio, desponta uma geração significativa de poetas, cuja obra não apresenta uma preocupação social explícita; os anos 50 são palco da experimentação e do trabalho formal dos poetas concretistas; na pintura, o abstracionismo se torna a arte de vanguarda e cada vez mais são combatidas com vigor pelo partido, por parte dos intelectuais a ele filiados e por sua imprensa, onde se destacam nesta tarefa a revista paulista *Fundamentos*, a carioca *Para Todos* e a publicação gaúcha *Horizonte*.” (Idem:307).

com seu realismo-socialista; e que conseqüentemente, a “cultura de Partido”, implacavelmente, submete a produção estética ao seu crivo.

Assim que concernente à esfera precisa da política-cultural, como uma parte do todo da política partidária, no contexto sócio-histórico em questão, a unidade descontinuidade-continuidade, se revela como uma complexa relação, cujo movimento/momento, repercute o momento de continuidade, quer dizer, o aspecto nacional como parte da acepção cultural elaborada pelo partido – sempre aos sabores conjunturais. A política cultural, inexoravelmente, manifesta-se como um momento do todo.

Anteriormente, já se expôs que em razão dos acontecimentos ocorridos no XX Congresso do PCUS, não só as mudanças políticas que se acumulavam no MCI se precipitaram, como também se instaurara um processo de desestalinização. Além disso, que fora exatamente neste contexto que o PCB retomava sua política de frente ampla; que no MCI se dava início à divulgação das idéias de Lukács; e, finalmente, que nos quadros do PCB, uma jovem intelectualidade ávida por fazer política filiara-se às idéias do filósofo. No bojo desta contextualização, o PCB, mediado por sua “nova política”, dava continuidade à sua política de alianças. No que tange às peculiaridades do campo artístico-cultural, o processo de desestalinização em curso, implicara no abandono da estética de extração stalinista-zhadnovista; e em uma “aproximação com outras vertentes progressistas da cultura brasileira e uma redefinição limitada da proposta cultural do PC até chegar à visão nacional-popular dos anos 60” (Rubim,1986:327).

O emblemático desta trajetória pecebista (no campo especificamente cultural-artístico), como se pode depreender, é o fato não-imanente da dominante presença da temática cultural nacional-popular, dado que esta, não fora determinada por aspectos predominantemente estéticos, mas por componentes ideológicos e políticos em razão de uma “cultura de Partido” que se configurou e orientou (ainda que implicitamente) as propostas culturais em consonância com uma série de complexas conjunções sócio-históricas – há uma “preocupação que, se varia em termos de intensidade a depender das conjunturas históricas, tem um certo grau de continuidade. Assim, no período stalinista, buscou as raízes populares, e nos anos 60, a cultura do povo é tratada como uma das fontes da pretendida cultura nacional-popular” (Rubim,1986:329).

A “nova política” como consolidação das alterações teóricas, políticas e organizacionais, cuja gênese remonta aos limiares dos anos 50, entre outras complexas circunstâncias, articulava-se às exigências da sociedade brasileira que então passava por profundas mudanças sociais, político-econômicas e culturais. Em momentos anteriores, se expôs que o PCB em seu esforço de reconquistar sua influência na área cultural e junto aos intelectuais buscou montar um aparato político-ideológico e, por extensão, cultural; e marcar presença em entidades ligadas ao mundo artístico, como por exemplo, o CPC. Obviamente que com tais iniciativas, certamente, se concretiza algumas de suas condições materiais mediativas como dinamismo para sua re-inserção na esfera cultural.

Aqui, contudo, é imperioso fixar que, em primeiro lugar, a “nova política” e acontecimentos internacionais, como por exemplo, o êxito da Revolução Cubana, se constituíam em situações que reclamavam por uma reaproximação junto aos intelectuais e, em especial, à juventude. A luta desencadeada pelo CPC da Une por uma cultura nacional-popular é, de imediato, apoiada pelos comunistas.²⁶

Em segundo lugar, e aqui reaparece a não-imanência que transpassa a atuação da trajetória do PCB na esfera cultural, consiste exatamente no fato de que sua “cultura de Partido” guardava correspondências com entidades que também buscavam inserir-se e intervir político-socialmente por meio da ação cultural. Explícita deste modo que a “renovação” política, manteve em seu bojo aspectos de uma política cultural esclerosada e anacrônica – que se recorde da crítica observação de Lima. Rubim (1998:371) é esclarecedor:

Apesar da politização intensa da cultura, em que se destacam como manifestações o teatro e depois a música, e, por conseguinte, dos riscos de sua pura instrumentalização e facilitação política, aliás, acontecida de certa maneira, alguma convergência acontece entre a ‘cultura partidária’ e a ‘cultura nacional-popular’ então proposta e desenvolvida, não por uma imposição arbitrária da direção do PC, mas na elaboração de (principalmente jovens) intelectuais, consciente ou inconscientemente, mediada pela ‘cultura partidária’.

²⁶ Do CPC da Une participam: Ferreira Gullar; Oduvaldo Vianna Filho; Gianfrancesco Guarnieri; Paulo Pontes; Carlos Nelson Coutinho; Leon Hirszman; José Carlos Capinam e outros. Destes, Oduvaldo Vianna Filho e Gianfrancesco Guarnieri, também foram membros ativos do Teatro de Arena.

Segundo ainda o autor, nos anos 60, este paradigma cultural partidário extrapola o seu próprio criador: dissemina-se entre a esquerda e intelectuais; e responde às exigências de engajamento de uma juventude ansiosa por consumir bens culturais.²⁷

A doutrina estética de extração Stalin/Zhadnov reduz o fenômeno cultural-artístico à dimensão ideológica. Ao identificá-los em termos absolutos, anula-os como e enquanto complexos. De outra parte, ressalvadas as possíveis distinções, o *Proletkult*, tal qual a doutrina estética que se tornara oficial na ex-URSS a partir dos anos 30, com suas teses de partidarismo da arte e da ciência, não só rechaçava a herança cultural, como também identificava cultura e ideologia. Para o *Proletkult*, a ciência proletária é senão uma ciência contraposta à ciência burguesa. Os aspectos bizarros e abstratos presentes na concepção dispensam qualquer comentário. As teses stalinistas das duas culturas (uma proletária, outra burguesa) mantêm-se no mesmo diapasão. Assim que para aquela jovem intelectualidade ansiosa por fazer política, era imprescindível acertar as contas com esse obscuro e miserável passado. O rigor teórico das idéias de Lukács para tal intento consistiria em um contundente contributo no *front* dos embates contra arcaicas concepções e práticas que se relutavam em persistir.²⁸

Anteriormente, apenas se indicou que para uma “política cultural de orientação lukacsiana” nada mais anacrônico e não-dialético do que uma “cultura de Partido” substancialmente fundamentada mediante aspectos não-imanentes ao ser-precisamente-assim da dimensão estético-artística; e em inteira consonância com uma teoria estética de extração stalinista/zhadnovista que confunde e, sobretudo, reduz a particularidade da práxis

²⁷O autor é contundente: “A feição assumida por tais exigências pode sugerir uma correspondência com aquelas construídas na história do PC. A disseminação da ‘cultura de Partido’ e principalmente de seus valores político-culturais certamente não se fez nestas circunstâncias de maneira imediata, linear e direta, mas foi mediatizada e atualizada pelo CPC e por sua moldagem aos parâmetros do projeto de uma ‘cultura nacional-popular’. A linhagem político-estética parece ser nítida” (1998,372).

²⁸Na história do marxismo, que se enfatize, não há, em relação à problemática da herança cultural, uma postura uníssona e, sobretudo, ao que se diz respeito à questão da evolução da cultura burguesa. Nesta particularidade, “As exceções são novamente o *Proletkult* com suas proposições acerca de uma ciência proletária e as teses stalinistas das duas culturas e da ciência proletária contraposta à ciência burguesa. Apesar da semelhança dos termos e da presença de idéias comuns, existe uma diferença que se reputa fundamental entre as formulações do *Proletkult* e as stalinistas. No primeiro caso, ciência proletária significa uma nova ciência, elaborada em contraposição à burguesa pelo proletariado. É sempre bom lembrar que o *Proletkult* se considerava originalmente a organização intelectual do proletariado, inclusive autônoma em relação ao partido bolchevique e propunha que o proletariado e não a intelectualidade fosse o sujeito produtor da nova ciência. As teses de Bogdanov a este respeito são elucidativas. No caso das formulações stalinistas, o termo ciência proletária deve ser entendido mais como uma ciência ‘de partido’ e não como uma ciência elaborada pelo proletariado. Este partidarismo da cultura e da ciência, significa a rigor politizar e ideologizar a cultura e a ciência tomando por base a interpretação stalinista de marxismo”. (Rubim:1986:297-298).

cultural-artístico à dimensão político-ideológica. Trata-se, em outras palavras, de uma concepção dogmática que, em termos teórico-metodológicos, acarreta uma

(...) deformação do autêntico marxismo e um perigo de empobrecimento cultural muito mais intenso do que a corrente 'liberal revisionista'. Confundindo a arte com o panfleto político, ela provoca uma completa dissolução da autonomia e da peculiaridade do conhecimento estético do mundo (Coutinho, 1967:124).

Para dar continuidade à apresentação dessas idéias filosófico-estéticas, que se contrapõem e que se excluem, cumpre iniciar assinalando que na concepção teórico-estética de Lukács, a especificidade do reflexo estético-artístico reside na categoria da particularidade; e que mediado por esta concepção filosófico-estética, é que se torna plausível enraizar a produção artística no aspecto nacional, como a condição material necessária e imprescindível para se construir estético-artisticamente, os personagens típicos, já que para o autor húngaro, o particular, na esfera estética, é a *dimensão organizadora* que estabelece a unidade com o singular e com o universal. Nas palavras de Lukács:

No interior deste (...) movimento é que consegue se expressar o caráter peculiar do reflexo estético. De fato, enquanto no conhecimento teórico este movimento de dupla direção vai realmente de um extremo a outro, tendo o termo intermediário, a particularidade, uma função mediadora (...), no reflexo estético o termo intermediário torna-se literalmente o ponto do meio, o ponto de reconhecimento para o qual os movimentos convergem. Neste caso, portanto, existe um movimento da particularidade à universalidade (e vice-versa), bem como da particularidade à singularidade (e ainda vice-versa), e em ambos os casos o movimento para a particularidade é o conclusivo. Tal como o gnosiológico, o reflexo estético quer compreender, descobrir e reproduzir, com seus meios específicos, a totalidade da realidade em sua explicitada riqueza de conteúdos e formas. (...). A particularidade é fixada de tal modo que não mais pode ser superada: sobre ela se funda o mundo das formas de arte. O processo pelo qual as categorias se resolvem e se transformam uma na outra sofre uma alteração: tanto a singularidade quanto a universalidade aparecem sempre superadas na particularidade (1970:149).

Portanto, é explícito que o ser-precisamente-assim artístico-estético, como e enquanto um complexo peculiar, possui uma especificidade imanente que o distingue da forma característica do reflexo científico, assim como dos demais momentos constitutivos do ser

social; porquanto uma política cultural (em seu momento artístico-cultural), dever-se-ia estabelecer-se neste inexorável fundamento.

É de fundamental importância também salientar que segundo as determinações lukacsianas, ciência e arte refletem as mesmas categorias que, como formas de ser, constituem a realidade objetiva. Todavia, enquanto a ciência se caracteriza pela mediação de um conhecimento desantropomorfizador, na medida em que para a ciência o que importa é a não ser apropriar-se do mundo objetivo em-si, que existe independentemente da consciência, o reflexo artístico da realidade é substancialmente antropomorfizador, isto é, o em-si refletido se refere ao ser precisamente humano, ao seu destino e, neste sentido, o em-si é apreendido como a dimensão especificamente humana.

Em sua crítica ao estruturalismo genético proposto por Lucien Goldmann, Coutinho, assinala que Goldmann, ao contrário de Plekhãnov, para quem os critérios estéticos são indiferentes, propõe, vagamente, uma adequação entre a “idéia” e a forma como a essência do estético. Todavia, sintetiza o autor, tal critério desaparece inteiramente em seu sistema. Diz Coutinho:

(...), Goldmann indica o seguinte: ‘Uma obra é literária ou esteticamente válida na medida em que expressa *uma visão coerente* no plano da imagem verbal ou sensível’. Ora, a partir disso, Goldmann considera válida qualquer obra que expresse coerentemente uma tendência social, afastando inúmeros outros critérios fundamentais: essencialidade e universalidade (totalidade) do reflexo da realidade objetiva, natureza antropomórfica (evocativa) da conformação artística, caráter particular (típico) dos personagens e das situações reproduzidos, etc., que juntos formam o sistema categorial do realismo. (1967:101)

No bojo da sociedade brasileira, o componente nacional permeava os candentes debates culturais no pré e no pós-64. Este nó górdio, convertido em pedra de toque pelos (jovens) comunistas em sua elaboração de um projeto de política cultural, desvencilhada da tradição cultural pecebista, encontraria sustentação teórica nas idéias estéticas e literárias de Lukács. A categoria “particular” e a acepção de “realismo” na compreensão lukacsiana constituir-se-iam no sólido terreno sobre o qual os comunistas assentariam sua proposta de política cultural. Na esteira do pensador húngaro, sustentariam teoricamente que as categorias (da singularidade, particularidade e universalidade), no complexo movimento

material concreto de sua dialeticidade, consistem na maneira de ser do próprio ser. O elemento nacional, portanto, seria tratado em sua dialética materialidade.

Mediados por esta concepção teórico-estética, os comunistas teceriam as contundentes críticas ao formalismo cosmopolita, expressando-se, uma “apaixonada defesa do caráter nacional de toda grande arte” (Frederico:1998:285). Aqui, Frederico, refere-se ao poeta Ferreira Gullar, que mediante uma argumentação sólida, direcionou “uma crítica sofisticada às pretensões da autodenominada ‘vanguarda’ artística, representada em nosso país principalmente pelos poetas concretistas” (Idem:284). Deste modo, Gullar, bem ao gosto estético de Lukács, expressava, contra os poetas concretistas que desejavam “exprimir o universal eliminando o particular, (...) a necessidade de enraizamento nacional para tornar a expressão artística, assim, particularizada, uma figuração verdadeira dos destinos humanos” (Idem:285).

Com efeito, na abordagem lukacsiana, a produção artística desempenha a essencial função humano-social de suscitar, mediante o gozo estético, a autoconsciência do desenvolvimento da humanidade.²⁹ Neste sentido, o realismo propugnado por Lukács, consiste em um “realismo do ponto de vista da causa da humanidade”(Heller,1986:128). Trata-se da indissolúvel relação entre o indivíduo genérico e o gênero humano. Assim, para o autor, o problema da autoconsciência na esfera artística está indissolúvelmente unido aos aspectos objetivos e subjetivos da obra. Lukács (1970:263) diz:

Apenas assumindo a particularidade como ponto central do reflexo estético da realidade pode-se estar em condições de explicar a específica unidade dialética entre fator subjetivo e fator objetivo como princípio animador contraditório da inteira esfera.

Isto significa que para a criação da obra é imprescindível a precisa concreticidade das determinações reflexivas que se estabelecem entre a tríade: universal, particular e singular

²⁹ O desenvolvimento da autoconsciência humana como um momento específico da função social da arte, não implica em Lukács, a negação deste teor de desenvolvimento em outras formas de reflexos da objetividade. Para o autor, os “conteúdos refletidos pela ciência” por exemplo, “(...) exercem uma influência extraordinária, por vezes mesmo revolucionária, sobre o desenvolvimento da autoconsciência humana. Basta recordar, por exemplo, os efeitos que tiveram as descobertas científicas de Copérnico e Darwin sobre a substância e sobre a forma da eficácia exercida por Marx ou Lênin, pelos conhecimentos econômicos e históricos por eles revelados, sobre a consciência social e nacional dos homens.” Ademais, continua o autor, “para que a autoconsciência possa efetivar-se através da eficácia das obras de arte é absolutamente indispensável passar pela via indireta do reflexo científico da realidade; uma concreta análise marxista comprova este fato (...) até mesmo em gêneros artísticos como a lírica e a música” (Lukács,1970: 275-276).

no interior de um determinado todo sócio-histórico. Disto decorre que a não-neutralidade, ou melhor, a tomada de posição, o partidarismo na arte, vem à tona:

(...), para o nascimento de qualquer obra de arte, é decisiva precisamente a concreticidade da realidade refletida. Uma arte que pretendesse ultrapassar objetivamente as suas bases nacionais, a estrutura classista de sua sociedade, a fase da luta de classe que é nela presente, bem como, subjetivamente, a tomada de posição do autor em face de todas estas questões, destruir-se-ia como arte. Para a ciência, é legítimo estudar as leis gerais comuns de uma formação econômica (...); para qualquer obra de arte, ao contrário, o objeto imediato da representação só pode ser, sempre, uma determinada etapa concreta. Esta verdade indubitável foi obscurecida, durante muito tempo, pela teoria idealista do ‘humano universal’ como matéria da arte; uma inversão salutar só foi possível com o aparecimento do materialismo histórico (...), que restituiu à arte (...) a realidade de sua efetiva função. (Idem,265).

Segundo Coutinho, o caráter partidário da arte não pode ser confundido com um partidarismo estreito e imediatamente político, tal como fora interpretado pela estética de extração stalinista/zhadnovista. Aqui, vale a pena fixar, com Rubim (1998:375), que “A politização excessiva da cultura realiza uma ‘política cultural’ que tem apenas um resultado: a paralisia da cultura”.

Assim, deve-se acentuar decisivamente o fato de que, do ponto de vista da imediaticidade, a arte

(...) suspende a relação do homem com qualquer finalidade prática; esta suspensão é, aliás, condição imprescindível para a realização de suas funções e tarefas específicas, para a elevação do homem acima do nível da cotidianidade e para o seu enriquecimento quando, após a vivência estética, ele voltar à vida cotidiana e às finalidades imediatas (Coutinho,1967:115).³⁰

³⁰ Na *Ontologia do Ser Social*, Lukács, apresenta a arte e a filosofia como formas puras de ideologia, quer dizer, formas puras porque estão distantes da ação prática imediata. Em seus estudos sobre a determinação ontológica do fenômeno ideológico, Vaisman (1989:438-439), contundentemente, assinala que “Na reflexão lukacsiana a intrincada questão do lugar das formas ideológicas puras no processo global só se esclarece com a compreensão de que a filosofia e a arte têm como princípio constitutivo a sua função ideológica. Para Lukács, filosofia e arte, complicadíssimos complexos de tipo espiritual, têm por *momento dominante* a sua função de ideologia pura, que se manifesta na sua gênese e na ação no tempo. O fato ideológico, em complexos espirituais como a filosofia e a arte, enquanto princípio homogeneizante determina sua qualidade e seu conteúdo”.

“Assim – continua a autora –, “o fato ideológico, no caso da filosofia e da arte, não é um elemento estranho a estas esferas, que é aclopado de fora, num ato desvirtuante ou espúrio, ao contrário, é o *momento dominante* que permite a síntese dos complexos filosóficos e artísticos, que refletem os conflitos humanos mais elevados, tanto em relação à individualidade, quanto à generidade, conjugadamente às premências agudas de cada momento dado” (Ibidem).

Para o autor de Budapeste, a função humano-social de suscitar a autoconsciência do desenvolvimento da humanidade, articula-se, inerentemente, ao reflexo (e à crítica) estético-artístico (através de imagens sensíveis) da objetividade humano-social. Quer dizer, o caráter partidário-humanista da produção artística, une-se à tomada de posição frente aos grandes problemas de interesses da humanidade, na medida em que

(...) combate e denuncia, com os meios que lhe são próprios, todas as formas de fragmentação, de limitação e de alienação da práxis criadora do homem. Este combate à alienação – que Lukács designou como ‘missão desfeticizadora da arte’ – faz parte da própria essência do reflexo estético: para cumprir a sua tarefa básica, a evolução sensível do destino de homens típicos vivendo em circunstâncias típicas, a obra de arte deve não só reduzir as idéias abstratas a realidades vivas e imediatas, como superar igualmente a superfície empírica e reificada do real (Ibidem).

Posto isto, um retorno à preocupação de Gullar, exposta em linhas acima, se pode constatar, que ele, coerentemente à concepção estético-filosófica lukacsiana, predicava peremptoriamente que a universalidade, quer dizer, o concreto universal-singular humano, por meio do reflexo estético, só poderia ser representado, fundamentando-se em sua categoria central, com o seu meio organizador – a particularidade, cuja objetividade teria que necessariamente, expressar-se mediante o componente nacional.

A firmeza da crítica de Gullar é de extremo significado. Ora, o autor húngaro, ao determinar a categoria “particularidade” como a esfera organizacional do universal e do singular, como a dimensão da configuração artística, a estabelece, em outros termos, como o momento privilegiado sobre o qual se pode erguer a tipicidade. Contrapondo o realismo ao naturalismo (porque o naturalismo consiste em um método cujo reflexo é mecânico, fotográfico da objetividade), Lukács, mediado por uma concepção gnosiológica de extração dialético-materialista da realidade, rechaça veementemente a pura e simples descrição da realidade em sua imediaticidade. Frederico (1998:293), recorda que

A polêmica de Lênin contra a *proletkult*, retomada e desenvolvida por Lukács na década de 1930 e seus comentários aos ‘romances proletários’ de E. Ottwalt e W. Bredel, forneceu uma sólida referência teórica para os comunistas contrastarem sua aspiração de uma literatura

verdadeiramente realista com o velho naturalismo travestido com roupagens operárias.³¹

Com efeito, os discípulos lukacsianos (Konder, Coutinho), teceram contundentes críticas ao naturalismo. Em seu “Alguns Problemas do Realismo Socialista”, Konder não só faz uma crítica à postura estética naturalista, já que esta “representa uma atitude de submissão do homem ante o real” (1963:48), como também uma duríssima crítica ao sociologismo presente no realismo socialista soviético. Quanto aos aspectos sectários e dogmáticos que repercutem negativamente à eficácia de uma política cultural, no Brasil, estes aspectos, impregnaram, de modo exemplar o CPC da Une, que no Manifesto de seu lançamento,

(...) falava-se de arte do povo, de arte popular e de arte popular revolucionária. E, para afirmar a terceira e concentrar nela todos os esforços da organização, estabelecia-se que as duas outras constituíam fator de alienação e eram reacionárias. Fazia-se abstração daquilo que existe de afirmativo, de válido, na arte ingênua do povo (...) para condená-la como reacionária (Ibidem).

Porém, imediatamente, faz a seguinte ressalva: “Felizmente o CPC não se ateve, na sua fecunda atividade, aos termos do seu Manifesto.”(Ibidem).

Ademais, ao contrário desta postura estética que postula a configuração de personagens médios, o realismo lukacsiano, defende intransigentemente, a construção de personagens tipos – isto é, personagens que, numa dada situação sócio-histórica, manifestem as máximas (contraditórias) possibilidades da formação social em questão.

Na esteira da tipicidade realista propugnada por Lukács, Carlos Nelson Coutinho, ao analisar esteticamente momentos da produção de Graciliano Ramos, diz (1966:119) que em

³¹ Como enfatizara Konder (1965:138-139): “Lukács, analisando as questões do romance, não se detém na consideração abstrata do *conteúdo* e nem no estudo limitado da *forma*: volta seus olhos argutos para o problema do método de composição. Reconhecendo que em todo romance há narração e descrição, Lukács constata que, na estrutura de um dado romance, pode predominar o *método narrativo* ou o *método descritivo*. O predomínio do método descritivo (...) acarreta o enfraquecimento da ação, a transformação da ação em um tênue fio que serve apenas para ligar os quadros ou situações descritas, as descrições interiores (*psicológicas*) ou exteriores (*sociológicas*). O predomínio do método narrativo, ao contrário, se não faculta por si mesmo a elaboração de um bom romance, pelo menos é o verificado nos grandes mestres da literatura de ficção: a narração, englobando e incorporando todas as descrições ao desenvolvimento da ação, põe os leitores em contato com experiências humanas captadas *ao vivo*, dinamicamente; põe os leitores em contato com personagens reais, cuja *evolução* tem um sentido real”.

São Bernardo, ao invés da descrição extensiva de fragmentos do real, como se dá em *Caetés*, há, em seu núcleo central, a presença de um

(...) conflito essencial que opõe, por um lado, as forças que reduzem o homem a uma vida mesquinha e miserável no interior da alienação do ‘pequeno mundo’ individual, e, por outro, as que impulsionam o homem a descobrir um sentido para a vida em uma ‘abertura’ para a comunidade e a fraternidade e na superação da solidão. Em suma, trata-se do conflito entre as forças da alienação e do humanismo, encarnadas nas classes sociais brasileiras. Esta captação concentrada do movimento da realidade deve se estruturar em torno de tipos excepcionais, superiores à média cotidiana, que encarnem em si o máximo de possibilidades concretas contidas em cada uma daquelas forças sociais em contradição. É o que ocorre em *São Bernardo*: Paulo Honório e Madalena são verdadeiras expressões de suas classes precisamente na medida em que expressam, em suas ações decisivas, as atitudes típicas mais profundas que elas comportam. Não é o mero ‘ambiente’ externo, desligado da ação concreta dos homens, que determina o universo e a problemática humana deste romance; é justamente enquanto reagem ao ‘ambiente’ que os tipos criados se definem e modelam a sua personalidade.

Agora bem, é exatamente este paradigma lukacsiano que fundamentaria e determinaria as cores de um projeto de política cultural.

Ainda no bojo contextual do regime militar, o PCB (em 1969), começa a pensar na realização de seu VII Congresso. Neste, finalmente, pretendia-se a formulação de uma explícita política cultural.³² Solicitou-se à comissão de “trabalhadores intelectuais” constituída, um relatório sobre a cultura nacional “para servir de subsídio a um projeto de resolução sobre política cultural” (Frederico, 1998:285). Utilizou-se então do instrumental teórico lukacsiano não só para o “projeto de resolução sobre política cultural”, assim como para os embates com intelectuais e artistas na disputa pela hegemonia no *front* cultural.³³

No que concerne ao ajuste de contas com a tradição cultural do partido, teria que, necessariamente, contrapor o realismo crítico como método à caricatura do “realismo socialista” de extração stalinista/zhadnovista. Como enfatiza Frederico:

³² A trajetória do PCB, predominantemente, segundo Rubim (1986:342), fora marcada pela inexistência de uma política cultural explicitamente formulada. A exceção corresponde aos anos 50: “A política cultural formulada e realizada de 1950 até 1955/56 é certamente a maior no campo cultural e ideológico no Brasil”.

³³ Segundo Frederico, a historiografia “praticamente” ignora a iniciativa do partido de formar uma comissão de “trabalhadores intelectuais” para a elaboração de um relatório “como subsídio a um projeto de política cultural”. Ainda de acordo com autor, o relatório sobre a cultura brasileira, “segundo o texto Projeto, compõe-se de quatro itens básicos: 1) situação da cultura e da intelectualidade: dados gerais; 2) cultura e ideologia; 3) cultura e política; 4) o clube, a cultura e os intelectuais”. (Idem, 285). O “clube”, uma referência, em linguagem cifrada, ao PCB.

A defesa do realismo como *método*, por exemplo, servia para contrapor o ‘realismo crítico’ àquela caricatura conhecida como ‘realismo socialista’ que, além de ter trazido constrangimentos inesquecíveis a muitos escritores que acabaram por abandonar o Partido, deixou diversos exemplos de má literatura. Quanto aos constrangimentos, o caso Raquel de Queiroz é o mais conhecido de todos: um de seus romances foi censurado pela direção do partido, proibido de ser editado, e objeto de um verdadeiro inquérito policiaisco que cobrava da então jovem autora comunista a ausência de ‘romantismo revolucionário’ e de ‘heróis positivos’. Quanto à má literatura, basta lembrar *Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado, com sua visão maniqueísta e seus personagens estereotipados (Idem:290).

Segundo ainda Frederico (Idem:291), a política cultural de extração lukacsiana, também envolveu uma

(...) autocrítica do CPC, relativa ao evidente descompasso entre a arte panfletária e nacionalista, com sua indiferença pela herança cultural humanista e progressista existente no país, e desprezo pela ‘alienada’ cultura universal.

Além disso, à crítica da vaga irracionalista então em voga, já que o pensamento social,

(...) refletindo os influxos da contracultura, desenvolveu-se entre os intelectuais oposicionistas, tradicionalmente situados à esquerda, deixando desarmados os militantes comunistas diante dessa onda contestadora que, para muitos, confundia-se com o próprio marxismo (Ibidem).

Finalmente, à crítica ao obreirismo basista

(...) praticado pela Igreja Católica e alguns grupos de esquerda, cuja tendência teórica sinalizava uma prática política esquerdista que desprezava a participação institucional (Parlamento, sindicato etc.); e, no plano cultural, expressa-se na valorização acrítica da ‘cultura popular’ (Ibidem).

Para finalizar este momento do presente capítulo, cumpre somente deixar exposto que a política cultural inspirada nas idéias de Lukács, em nosso país, se deparou com algumas incompatibilidades. Nos anos 60, as dificuldades surgiram a partir do momento em que os

produtores artísticos próximos ao PCB entraram em contato com as idéias do filósofo – é suficiente que se pense no empenho dos produtores das artes cênicas em transformar o teatro de caráter clássico.³⁴ Brecht com seu “teatro épico”, continuava sendo a grande referência. Portanto, se havia uma homogeneidade de opinião no que tange à necessidade de se renovar o marxismo e de se fazer uma arte que refletisse os problemas nacionais; por outro, a batalha pela hegemonia das idéias estéticas refletia irreconciliáveis atitudes e gostos diante das distintas propostas de intervir político-socialmente mediado pela peculiaridade da práxis artístico-estética.

Em síntese: a divulgação das idéias lukacsianas “foi obra de uma geração de intelectuais que se firma, principalmente, a partir do Golpe de 1964” (Frederico,1995:204). Nos anos 1970, sua divulgação é ampliada e renovada com a integração de “novos jovens (...) na reorganização do PCB” (Ibidem). No contexto do regime militar, a atividade política dessa intelectualidade ficou restrita aos parâmetros da política cultural.

Contudo,

Mudadas as circunstâncias, a velha e a nova intelectualidade de extração lukacsiana redefiniu a sua militância. E, como costuma acontecer nesses momentos decisórios, os destinos biográficos foram os mais diferentes. Para muitos, curiosamente, a crise do regime militar e a reativação da política institucional implicou num abandono do leninismo e, por

³⁴ “No seu artigo intitulado Elogio Fúnebre do Teatro Brasileiro, Augusto Boal, uma das vozes mais representativas do Teatro de Arena, divide os elencos que até então atuavam no teatro brasileiro em clássicos e revolucionários. ‘Clássico’, diz Boal, ‘é qualquer elenco que se mantenha dentro dos limites de qualquer estilo, louvável ou pecaminoso’. Para em seguida acrescentar: ‘O Teatro de Arena de São Paulo elabora a outra tendência, a do teatro revolucionário, cujo desenvolvimento é feito por etapas que não se cristalizam nunca, através de uma coordenação artística e de uma necessidade social...’” (Almada,2004:21). Em linhas logo a seguir, o próprio Izaías Almada advoga para o Arena o mesmo diapasão: “No panorama teatral brasileiro da segunda metade do século XX, o Teatro de Arena (...) foi talvez o único grupo política, estética e ideologicamente revolucionário nas atividades que desenvolveu, sobretudo na escolha de um repertório voltado para as discussões da realidade do país e por jamais esconder, muito particularmente a partir do final dos anos 50 e início dos 60, sua opção por uma estética de esquerda, marxista. O Teatro Oficina, que para muitos divide com o Arena os privilégios de ter empreendido uma revolução nos palcos brasileiros da época (e isto é verdade em muitos de seus aspectos), não compartilhavam da proposta política deste. Isso não o torna menos contestador, é claro, nem menos revolucionário, mas a ele não se aplicam os significados mais abrangentes que atribuo ao termo ‘revolucionário’, para além do significado estético: ideológicos, políticos e sociais. Até porque alguns espetáculos do Teatro Oficina, já a partir de 1968, enveredaram por uma antropofagia cênica que mais se explicava pelas teorias de um William Reich, por contatos com a obra de Antonin Artaud ou por uma leitura exacerbada do dionisíaco do que propriamente por uma estética marxista, de viés brechtiano ou não, sendo – para mim – apenas um dos pontos de divergência entre os dois grupos, cada um com o seu significado histórico. O Arena lia pela cartilha do social; o Oficina, pela do individual – ambos universais, tese e antítese de um teatro vivo, síntese de um povo e de um teatro em busca de sua identidade cultural” (Idem:22).

extensão, de Lukács e da tradição política e cultural que ele encarnava (Ibidem).

O autor de Budapeste então, não obstante continuasse sendo um ponto de referência para segmentos da esquerda preocupada em renovar o marxismo, deixou, sistematicamente, “de ser o teórico que orientava a política cultural. Nesse momento, portanto, chegava ao fim a primeira vaga da recepção político-partidária das idéias lukacsianas” (Frederico,1995:219).

1.3. A Nova Política e As Teses de Blum.

Nas condições sociais e políticas que emergiram no pós-64 e, em especial, após o golpe dentro do golpe –1968 –, intensificando a repressão aos intelectuais e artistas de esquerda que se opunham político-ideologicamente à nova ordem vigente; os paradoxos e o desdobrar das lutas internas entre frações no interior do partido que implicaram dramáticas cisões por consequência da ratificação da linha política propugnada pela “nova política”³⁵, constituíram-se em uma complexa conjunção, que, no desdobrar de sua própria dinâmica, concretizou-se num biombo cuja ação causal impediu aos jovens intelectuais que constituíssem uma concreta alternativa à direção partidária. A “nova política”, não obstante ter proporcionado, com poder de decisão,³⁶ a reinserção do PCB no interior da totalidade do

³⁵As divergências tornar-se-iam agudas e atingiriam seu ápice “na *Tribuna de Debates* ao serem discutidas as *Teses do VI Congresso do PCB* (...) nos últimos meses de 1966 e início de 1967. Dela derivariam duas posições e projetos políticos distintos: a) os que constatavam que os ‘erros’ haviam sido de esquerda, ou seja, a maioria do Comitê Central do PCB, os quais vencem o VI Congresso e aprovam uma proposta de luta contra a ditadura baseada numa política de frente democrática, que visava unir num amplo arco de alianças todos os que se opunham ao regime ditatorial e que tinham interesses na (re)conquista das liberdades democráticas. (...); b) já os que pensavam a política pecebista como tendo sido de direita abandonam ou são expulsos das fileiras do PCB e irão organizar diversos partidos, movimentos ou grupos: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), além de outros. (...)”. (Segatto, 1995:21-22).

³⁶“O período de vida legal do PCB 1945-1947 foi luminescente, assinalado pelos êxitos eleitorais. Mas se tratava de brilho enganoso, que disfarçava a sustentação fracamente estruturada nas massas operárias e a penetração insignificante no meio camponês. Do ponto de vista da influência política efetiva, o PCB era, então, residual. Já no período de 1958-1964, converteu-se numa organização com capacidade decisória, apesar da quase ausência de expressão eleitoral, uma vez que não conseguiu recuperar o registro de partido legal”. (Gorender,1987:46).

cenário nacional, instaurara, no dizer de Coutinho (1990:59 apud Segatto,1995:205), uma “tácita divisão do trabalho”, ou seja,

(...) os intelectuais comunistas podiam agir livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas. Disso resultava uma ambígua – e, ao longo prazo, insustentável – coexistência entre ‘marxismo ocidental’ na cultura e ‘marxismo-leninismo’ na política.

O monopólio político-partidário, esta “tácita divisão do trabalho”, também são denunciados e criticados por Coutinho em outro *locus*: aqui, referindo-se a esta problemática relação entre a jovem intelectualidade e a direção do partido, o autor afirma categoricamente que

(...) definíamos a política cultural (nós, o Gullar, o Vianinha, o Wernequinho [Luis Werneck Vianna], o Moacir [Félix], o Ênio Silveira, mas a política *tout court* continuava a ser monopólio da direção partidária. Ou seja: conseguimos fazer passar Lukács, Gramsci, etc. Mas na linha política *strictu sensu* não nos intrometíamos (...) Quando resolvemos nos intrometer, no final dos anos 1970, a coisa deu no que deu (Coutinho, 2002: 171).

Assim que, fechadas as portas para a prática política *strictu sensu*, a prática “alternativa” forçosamente concretizar-se-ia no âmbito específico da política cultural. Já se expôs que a “nova política” se esqueceu de uma tese; e que na esfera especificamente cultural do ser social, a “cultura de Partido” de extração stalinista-zhadnovista, fora fortemente criticada por àquela (então) juventude que se valera das idéias estéticas e literárias (como um momento de pré-ideação, teleológico) de Lukács para a formulação de um projeto de política cultural, assim como para intervir na luta pela hegemonia das idéias estéticas no *front* cultural, no bojo de uma efervescência de conflitos sociais que sacudiam a sociedade brasileira nos finais dos anos 50 e nos limiares dos anos 60. Agora, o significativo consiste em salientar que segundo Frederico (1995:189), a “convivência” entre a direção e a jovem intelectualidade, na medida em que ela atuava “alternativamente” no âmbito particular da política cultural,

(...) era facilitada pela estreita afinidade entre a política geral do PCB e a linha lukacsiana imprimida ao trabalho intelectual. Basta lembrar aqui que a política cultural de Lukács, é um desdobramento da política de frente exposta pela primeira vez, em 1929 nas *Teses de Blum*, a qual, por sua vez, guarda algumas semelhanças estratégicas com a linha desenvolvida pelo PCB após 1958 (...).

Em linhas acima, já se tratou do caráter “pacífico” desta “convivência” como um momento imanente de determinadas práticas que até então transpassavam a práxis política pecebista – que se pense no monopólio político-partidário. Neste subcapítulo, tem-se por objetivo demonstrar que as complexas relações e interações entre as revoluções burguesa e proletária são, dialeticamente, concebidas pelas *Teses* elaboradas por Lukács para o II Congresso do Partido Comunista da Hungria e, que, portanto, radicalmente, se distanciam da acepção sectária e esquemática advinda da IC que transpassa e determina o conteúdo das *Teses* estratégico-políticas como formas “mediativas” (etapas, conciliação entre classes antagônicas) propugnadas pela “nova política”. Em outras palavras, objetiva-se tecer algumas críticas considerações sobre as “semelhanças estratégicas entre a linha desenvolvida pelo PCB após 1958” e as “*Teses de Blum*”.

É de conhecimento que as “*Teses de Blum*” foram elaboradas em 1928 por Lukács, sob o pseudônimo de Blum, para o II Congresso do Partido Comunista da Hungria –KPU. Seu título completo era: “*Teses sobre a Situação Política e Econômica da Hungria e sobre as Tarefas do KPU*”. Tornou-se um lugar comum na história do marxismo que as *Teses* elaboradas por Lukács advogavam substancialmente que a política fundamental dos comunistas húngaros no período era a de propugnarem por uma ampla frente política policlassista como uma concreta e eficaz alternativa contra o fascismo de Horthy. Assim que naquela conjuntura social, (isto é, de advento fascista em âmbito internacional que Horthy representava internamente), não se tratava de restabelecer uma República de Conselhos aos moldes da Comuna de 1919, mas de centrar forças na construção, mediante a ampla frente, de uma “ditadura democrática”. Quer dizer, uma ordem social que não “ultrapassasse” os limites do ser social burguês sob formas democráticas. Porém, sobre estas “semelhanças estratégicas” entre a “nova política” e as “*Teses de Blum*”, há que se ultrapassar o campo delimitado das “semelhanças”.

Acontece que aparências são a não ser aparências; as aparências podem tanto ocultar quanto revelar a essência. Por isso, a apropriação teórica do mundo requer e exige que se

realize um desvio. O que o Lukács das *Teses de Blum* entendia por ditadura democrática? E pela palavra de ordem a “república”? Qual era sua concepção acerca da propugnada política imposta pela IC às suas seções, ou seja, sobre a luta de “classe contra classe”? As respostas a estas questões articulam-se direta e imediatamente ao arcabouço teórico mediante o qual o filósofo fundamentara sua visão acerca das complexas e dialéticas relações que se desdobram entre as revoluções burguesa e proletária. Mais precisamente, na esteira da dialética concepção acerca das tarefas proletárias formuladas por Lênin.

O grande líder da Revolução de Outubro de 1917 entendia que “As tarefas políticas concretas têm que ser formuladas na situação concreta” (Lênin,1975:74). Explicitamente, já em 1905, em suas candentes polêmicas contra os mencheviques, demonstrava não só a importante heterogeneidade existente entre as revoluções burguesa (democrática), popular e proletária (socialista)³⁷, como também, do ponto de vista dos interesses peculiares do proletariado como classe social antagônica ao capital, os limites tanto da revolução burguesa quanto da revolução popular.

Assim que, no “Posfácio” de 1967, Lukács explicita que diante da intensa complexidade do movimento comunista húngaro, uma análise exaustiva da situação econômica e social de seu país, o convenceu de que

(...) com a república como palavra de ordem estratégica, Landler tinha instintivamente posto o dedo na ferida quanto a uma perspectiva revolucionária correta para a Hungria: mesmo na hipótese de uma crise do regime Horthy tão profunda que criasse as condições objetivas de uma convulsão radical, uma passagem direta à república dos conselhos não era possível. Eis porque a palavra de ordem legal da república devia ser concretizada no espírito do que Lênin em 1905 chamava a ditadura democrática dos operários e camponeses (1974:369).

Pois bem, preliminarmente, cumpre fixar que As *Teses de Blum* não convergem com a estratégia e com o sectarismo da IC; e, igualmente, quer seja com o suposto etapismo revolucionário, quer seja com uma política colaboracionista de classes antagônicas e de

³⁷ Contra os interesses específicos da burguesia como classe, que preconizava a revolução nos estreitos limites da luta sindical, Lênin, contundentemente afirmava que “Nossa revolução, é uma revolução popular (...). Por isso, tu” – o proletariado – “deves, como classe mais avançada, e como a única classe conseqüentemente revolucionária, procurar participar nela, não só da maneira mais enérgica, como também desempenhando um papel dirigente. Por isso, não te debes encerrar no campo da luta de classes estreitamente concebida, sobretudo no sentido do movimento sindical; pelo contrário, debes procurar ampliar o campo de tua luta de classes, até *abranger* neste campo, não só *todas* as tarefas da atual revolução democrática popular russa, como também as tarefas da futura revolução socialista (Lênin,1975:107-108).

união nacional. A IC, esta instância de caráter internacional e com poder de decisão, no decorrer de 1929, consolida sua guinada à “esquerda”, propugnando de um modo sectário e em consonância com o esquematismo staliniano, a luta de “classe contra classe”.³⁸ Já em 1928, seu Comitê Executivo (Comitê Executivo da Internacional Comunista – CEIC), reage violentamente às *Teses* através de uma

(...) ‘Carta Aberta a todos os militantes do KPU’, (...), considerando que as *Teses* ‘nada tinham a ver com o bolchevismo’, eram ‘liquidacionistas’ e ‘direitistas’, por defenderem a revolução democrático-burguesa e excluírem a transição direta para a ditadura do proletariado, propondo ao contrário a ‘ditadura democrática’ (1979:19).³⁹

Segundo o conteúdo da “Carta Aberta”, dentre outros desvios, as *Teses* “excluía a transição direta para a ditadura do proletariado”. Quer dizer, as *Teses*, preconizavam as necessárias mediações, que, na interpretação do CEIC, se tratava de uma defesa da revolução democrático-burguesa como um momento indispensável para que a partir de tal patamar se pudesse consolidar a revolução proletária. Considerando a estreiteza interpretativa do CEIC, que, em realidade, estava totalmente congruente com o seu sectarismo e esquerdismo; e o núcleo racional das *Teses de Blum*, se pode constatar que a condenação impingida pelo órgão oficial do MCI derivava de uma igualmente estreita e sectária postura político-ideológica, mas não por razões científico-filosóficas, ou melhor, não em virtude de uma apropriação dialético-intelectual como e enquanto fundamento teórico para uma práxis política conseqüente do ponto de vista dos interesses do proletariado internacional. Basta pensar na ausência analítica das situações sócio-históricas que o VI Congresso da IC (julho de 1928) determinara suas Resoluções táticas e estratégias políticas para os países coloniais. Como expressa Del Roio (1990:109-110):

Mesmo reconhecendo que ‘os países coloniais são atualmente o setor mais perigoso para o imperialismo mundial’, o VI Congresso promoveu um grande esforço de generalização que foi condicionado pelo desenvolvimento da revolução chinesa, acabando por menosprezar a

³⁸ “A tendência para o deslocamento à esquerda da linha política da IC iniciada pelo menos desde o VIII Pleno (maio de 1927) atingiu seu ápice com o X Pleno (julho de 1929), tendo se acelerado logo após o encerramento do VI Congresso, quando Stálin passou a apoiar seus aliados nas diversas seções. Esse processo se deu paralelamente ao estreitamento da democracia interna tanto nos órgãos superiores da IC como nos diversos partidos”(Del Roio,1990:120).

³⁹ Conforme a Edição brasileira: Temas de Ciências Humanas. Livraria Ciências Humanas LTDA. São Paulo; número 07 – 1979.

particularidade da questão das alianças em outras formações sociais específicas; dito de outro modo, eludiu o problema de como fazer política em condições concretas muito diferentes. É sintomático que as fases anunciasses ‘a estratégia e a tática comunista na China, Índia e países coloniais análogos’, traindo o laboratório político do qual foi feita a generalização.

Neste sentido, é sintomático que, diferentemente, das atitudes e dos posicionamentos teórico-metodológicos que fundamentaram as Teses propugnadas pela IC, as *Teses de Blum* consideravam a heterogeneidade e complexidade das formações sociais no interior do contexto social do pós-guerra. Ora, a concepção dialética lukacsiana de então, utilizava-se das complexas interações que se estabelecem entre a universalidade e a particularidade, entre os âmbitos nacional e internacional.

No quadro internacional, há que se considerar dois importantes aspectos.

A teoria do “social-fascismo”, teoria que consiste em um momento constitutivo da guinada à esquerda pela qual passava a IC, é fomentada imediatamente após a realização de seu VI Congresso. Este fora realizado sob o impacto da derrota dos comunistas na China. É importante aqui realçar que a teoria do “social-fascismo” articula-se a uma determinada aceção em torno do fascismo e da social-democracia. No decurso do VI Congresso, Togliatti que não obstante dar ênfase sobre a particularidade do fascismo na formação social italiana, o concebia como uma forma específica no interior de uma tendência (geral) reacionária; porém neste contexto, ele não incluía a social-democracia. Thälmann, que ao lado de Neuman e Remele, pertencia à “esquerda” do Partido Comunista da Alemanha, cuja aliança com Stálin, selaria ⁴⁰ a decisiva vitória deste sobre seus adversários (tanto da

⁴⁰ “A trégua estabelecida no interior do PCUS durante a realização do VI Congresso foi rompida já em setembro, quando da dura polêmica entre Bukhárin e Molotov (da corrente de Stálin), sobre a caracterização do ‘terceiro período’” (Del Roio, 1990:115), do capitalismo no pós-guerra. “Para Bukhárin”, – continua o autor – “a crise capitalista era de crescimento e teria raízes na tensão entre países imperialistas em disputa pelo mercado mundial, acabando por desencadear uma nova guerra. Essa fase de capitalismo de Estado permitira um maior controle da classe operária por parte da burguesia, sendo o que levaria à revolução seriam os movimentos de libertação nacional aliados à URSS”. (Idem:115-116). Por sua vez, “Molotov (...), defendia a tese catastrofista de que a crise era de declínio do capitalismo, e que o aumento do desemprego e da miséria provocaria também o crescimento das tensões sociais no interior dos países imperialistas, o que levaria a uma nova guerra como válvula de escape e a um embate entre classes numa situação revolucionária. Ora, como esta não era uma simples questão acadêmica, politicamente teria maior possibilidade de sair vitorioso na luta aquele que conseguisse o consenso do PC da Alemanha. E assim para Stálin e Molotov, a aliança com Thälmann, já definida no IX pleno do CEIC, tornava-se crucial” (Ibidem). Como se pode depreender, além de seu catastrofismo, trata-se de uma concepção economicista-mecanicista. Tanto que, com base em tal concepção, a “IC passou a prever o ‘terceiro período’ coberto por uma nova onda revolucionária derivada da radicalização da classe operária, colocada diante de uma crise econômica e social sem precedentes. A polarização social no interior dos países imperialistas levaria ao desencadeamento da guerra anti-soviética.

“direita”: Bukhárin, Rikov e Tolski, quanto da “esquerda”: Trotsky, Kamenev, Zinoviev, Radek⁴¹) e, conseqüentemente, o deslocamento para a “esquerda” da IC, ao contrário, entendendo o fascismo como uma etapa necessária da ditadura do capital financeiro, deduzia que o fascismo impulsionava o advento da revolução socialista proletária. Desta segunda compreensão, derivava a

(...) perspectiva de que o fascismo e a social-democracia eram duas maneiras diversas de configuração do domínio do grande capital, que tendiam a se assemelhar sempre mais: eis, pois, a raiz da teoria do ‘social-fascismo’, cuja implicação só poderia ser a tática de ‘classe contra classe’” (Del Roio, 1990, 108).

“Social-fascismo” isto é: social-democracia como a irmã-gêmea do fascismo. As “*Teses de Blum*” são radicalmente opostas a tal reducionismo estreito e sectário. No decorrer da exposição, tornar-se-á evidente que seus fundamentos teóricos são de outro teor.

O segundo aspecto a considerar como um componente constitutivo da conjuntura sócio-político-econômico e cultural em nível mundial de então, consiste, primeiro, na complexificação das determinações reflexivas que se desdobram entre a estrutura econômica e a superestrutura ídeo-política no capitalismo em sua fase imperialista-monopolista no pós-guerra – trata-se do fenômeno da fascistização do Estado; segundo, a repercussão destas determinações reflexivas tanto à classe proletária quanto à própria social-democracia.

Imediatamente, contudo, é imperioso que se enfatize que as categorias constitutivas da objetividade social recebem em Lukács de 1928-1929 um tratamento a partir de sua imanente dinâmica no interior da precisa contextualização sócio-histórica. Assim que, para o Lukács de então, a ditadura democrática como uma concreta palavra de ordem

Nessa concepção somente a revolução proletária poderia evitar a guerra e, nesse caso, a social-democracia, que exercia influência preponderante na classe operária, seria o principal inimigo, particularmente sua ala esquerda, que, com seu ‘pacifismo’ e a defesa das instituições liberal-democráticas, iludia as massas e garantia o domínio do capital financeiro. Cada vez com maior freqüência, fazendo uso de métodos repressivos tendia a se confundir sempre mais com fascismo: era o ‘social-fascismo’. A idéia de que o fascismo e a social-democracia seriam duas armas alternativas da burguesia, para evitar a revolução socialista, rondava a elaboração da IC desde 1924, mas foi somente no X Pleno que a expressão ‘social-fascismo’ foi assumida em documentos oficiais, coincidindo com o predomínio incontestado de Stálin e com o fim de qualquer forma de democracia no interior do movimento comunista” (Idem: 118).

⁴¹ Cf. Marcos Del Roio: *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A Política de Alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, MG. Editora Oficina de Livros, 1990.

estratégica, só poderia ser levada a efeito e de modo conseqüente se se apreendesse o significado do imperialismo no pós-guerra; outrossim, o significado das variadas formas que a democracia burguesa viesse a assumir em razão da consolidação do poder político-econômico e cultural burguês em sua fase imperialista pós-guerra. O autor das *Teses*, categoricamente, assinalava que o país paradigmático na contextualização que se configurara no pós-guerra consistia no Estados Unidos da América. Aqui, não vem ao caso as especificidades do processo de objetivação capitalista norte-americana. O que importa ressaltar consiste em que “A América, não só economicamente, mas também politicamente, é um ideal da atual burguesia dominante” (1979:23). Segundo ainda Lukács, nas grandes democracias ocidentais havia a tendência a adotar o modelo (o regime político) democrático materializado naquele país. Daí que as “ilusões nas massas operárias, abstraindo as tradições revolucionárias que são vivas particularmente na França, mas que agem também na Alemanha, são apoiadas pela política da social-democracia” (Ibidem).

A fascistização do Estado complexifica a atuação política tanto das camadas burguesas quanto das camadas trabalhadoras, em especial, da burocracia operária. O autor das *Teses* assinala que a fascistização pode se manifestar sob várias nuances. Por isso, o que importa aqui destacar, como objetivo imediato de fixar que a concepção lukacsiana acerca da social-democracia (e do seu que fazer político) advém de condições materiais concretas em consonância com o seu evoluir de apreensão do materialismo histórico-dialético, (quer dizer, com sua superação de um esquerdismo exacerbado e de um messianismo ético de esquerda mesclado com uma epistemologia de direita) consiste no que segue: dado a fascistização do Estado,

(...) torna-se compreensível porque toda a social-democracia internacional coloca a questão nos termos alternativos ‘democracia ou fascismo’. Colocando a questão desta maneira, a social-democracia esconde dos operários os efetivos objetivos de classe de uma democracia possível na atual fase do imperialismo, e favorece a supressão das lutas de classe, o impedimento institucional das lutas salariais, a fascistização dos sindicatos, a inserção da social-democracia e da burocracia operária no aparato estatal (Idem:24).

No que se refere ao papel do Estado no contexto imperialista-monopolista que se configurara no pós-guerra também sofre importantes mutações. O Estado não paira sobre a sociedade civil; antes, tanto do ponto de vista genético quanto do seu desdobrar, sua base

material como um seu momento mediativo indispensável e necessário, reside na sociedade civil. As relações recíprocas que se estabelecem entre o Estado e a estrutura econômica consistem, igualmente, em significativos momentos para o fomento desta última, já que se trata de relações e interações complexas, dinâmicas e, sobretudo, mutáveis. Contudo, o momento de prioridade (ainda que em última instância) é determinado sempre pela sociedade civil. No imperialismo do pós-guerra,

Surge uma estreita ligação entre o Estado e a produção capitalista, relação que se apresenta, de um lado, como uma sempre crescente influência do Estado sobre as possibilidades de produção capitalista, sobre a disposição e a acumulação do capital etc.; e, de outro lado, como uma crescente influência do grande capital (capital bancário e indústria pesada dirigida por ele) sobre o Estado. Esta estreita ligação entre o Estado e o grande capital já se mostrava, também, antes da guerra. A evolução durante a guerra e depois da guerra não fez mais do que reforçar esta tendência. A agudização sempre crescente da luta de classe, portanto, obriga o Estado a criar garantias institucionais sempre maiores. A desorganização das massas, a sua falta de influência na vida do Estado, a interdição da luta de classes à classe operária mediante instrumentos legais, não são novidades, mas se colocam agora num novo contexto. (Idem:25).

Deste fragmento, o importante, (dentre outros aspectos), também é pôr em destaque que em virtude da “agudização da luta de classes”, a necessidade do ponto de vista dos Estados imperialistas do pós-guerra em consonância com os interesses do grande capital, de desorganizar as massas, “mediante instrumentos legais”, tornou-se imprescindível e fora posta em novos patamares. Quer dizer, as relações entre o Estado e a sociedade civil capitalista se complexificaram no pós-guerra.

No desdobrar deste momento do presente capítulo, apresentar-se-á (brevemente) a contextualização nacional húngara como a terrenalidade, a base material-histórica a partir da qual Lukács convenceu-se de que não se podia nutrir nenhuma ilusão acerca de eventuais alianças estratégico-políticas com a social-democracia de seu país.

Certamente que Lukács, ao contrário da concepção sectária e estreita formulada pela IC, não entendia a social-democracia como a irmã-gêmea do fascismo.⁴² Ele não a concebia

⁴²Acerca da caracterização do “terceiro período” do capitalismo, o grupo de Stálin, aliado à tendência esquerdista que então dirigia o Partido Comunista Alemão (KPD), “entendia ser o ‘terceiro período’ o momento de agravamento da crise capitalista em todos os quadrantes. Isso faria com que a burguesia apelasse para formas políticas repressivas, como o fascismo, a fim de garantir a exploração capitalista e tendesse para a eclosão de uma nova guerra imperialista, provavelmente voltada para a destruição da URSS. Os comunistas deveriam preparar-se para guiar as massas proletárias na nova ‘crise revolucionária’ que se antecipava, para o que era necessário acentuar a ruptura com a social-democracia, vista como defensora de ‘ilusões’

abstratamente. Todavia, isto não significa e, muito menos disto decorre, que Lukács a compreendia como uma força política, que, em virtude de seu caráter imanente e coerência política, consistisse em uma incondicional aliada (política) do proletariado. Tal concepção é adialética, metafísica, a-histórica, e, do ponto de vista dos interesses do proletariado como e enquanto a negação do capital, uma acepção inconseqüente. Para o dialético Lukács de 1928-1929, não se tratava simplesmente da evasiva alternativa, a qual, como um espectro rondava o mundo social-burguês capitalista em sua fase imperialista-monopolista no pós-guerra, a saber: “democracia ou fascismo”.

Ora, o autor das *Teses*, entendia a ditadura do proletariado, a luta de “classe contra classe”, a partir de seu conteúdo concreto, sócio-historicamente contextualizado, isto é, dialeticamente. Que se enfatize: a concepção revolucionária leniniana transpassa e orienta as formulações teóricas constitutivas das *Teses*. À época da formulação das *Teses*, no contexto nacional húngaro, após a derrota da República Soviética Húngara, Lukács, preconizava uma revolução das camadas populares no espírito do que Lênin em 1905 chamou de “ditadura democrática dos operários e camponeses”. Concebia-se a revolução das camadas populares como um momento de negação (no sentido dialético) no interior do processo revolucionário democrático-burguês. Este momento de negação, tinha o seguinte significado: tratava-se de um momento dialético e contraditoriamente imprescindível e necessário para a materialização da própria revolução democrático-burguesa até suas últimas conseqüências. Ou seja, este momento de negação consistia, dialético e contraditoriamente, no componente, na mediação revolucionária por meio da qual determinava-se o aprofundamento do conteúdo da própria revolução democrático-burguesa, na medida em que este momento de negação transformar-se-ia no impulso que, dialético e contraditoriamente, impede, ou melhor, impele a revolução democrático-burguesa à situação que se caracteriza pela impossibilidade de frear, de estancar o processo revolucionário e, conseqüentemente, de transformá-lo em contra-revolução. Quer dizer, de instituir e fixar o processo revolucionário nas instâncias jurídico-políticas do Estado nacional democrático-burguês. Assinalava Lukács que “funções antitéticas da democracia burguesa devem ser explicadas aos membros do partido com a máxima exatidão” (1979:22). Por quê? Porque

democráticas e participe do processo de incorporação da ‘aristocracia operária’ no Estado burguês em processo de fascistização, por isso mesmo identificada como ‘social-fascismo’”(Del Roio,2003:97).

Deve-se distinguir claramente se nesta democracia a burguesia é a classe politicamente dominante, ou se – com a perpetuação da exploração econômica – ela concede o poder, pelo menos em parte às amplas massas dos operários. No primeiro caso, a função da democracia é a de dispersar, desviar, desorganizar as massas operárias; no segundo, de minar e desorganizar o poder político e econômico da burguesia e de organizar as massas operárias para a ação autônoma (Ibidem).

Para os comunistas, disto resultava que o fundamental consistia, “perante a validade ou não da democracia” (Ibidem) em colocar a seguinte questão: “qual classe será desorganizada em seu poder pela democracia?” (Ibidem).⁴³ E, ainda: “A democracia tem, do ponto de vista da burguesia, uma função da consolidação ou de destruição? (A ‘luta’ da social-democracia pelas reformas democráticas desenvolveu-se sempre sob o signo de uma consolidação com vistas a prevenir uma revolução)” (Ibidem).

Considerando a história, portanto, o autor das *Teses de Blum* elucida os limites da democracia burguesa e (em consonância) da ação política da social-democracia. Com efeito, a perder de vista, os comunistas, jamais poderão abrir mão da teoria revolucionária de Marx segundo a qual a sociabilidade burguesa capitalista estrutura-se na divisão social do trabalho, no antagonismo de classes, no trabalho abstrato. E que, portanto, a classe que pode transformar-se de classe em-si em classe para-si consiste na classe social que se articula ao trabalho. No contexto no qual Lukács elaborou suas *Teses*, a teoria revolucionária de Marx, tinha a seguinte implicação:

Todas as palavras de ordem da ditadura democrática devem ser avaliadas deste ponto de vista: do ponto de vista da mobilização das massas e da desorganização da burguesia. Assim, por exemplo, o controle operário da produção, hoje tornado atual. Por isto, não se deve alimentar ilusões de que o controle sobre a produção poderia ter um efeito de consolidação. O desmascaramento da sabotagem burguesa – ou eventualmente apenas a

⁴³Em sua *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, Lênin, simultaneamente, critica e ironiza os erros cometidos pela “Conferência” dos mencheviques. Em suas próprias palavras: “A ‘Conferência’ esqueceu que enquanto o poder ficar nas mãos do czar, qualquer decisão de uns representantes quaisquer não é mais que charlatanismo oco e mesquinho, como foi a ‘decisão’ do parlamento de Frankfurt, famosa na história da revolução alemã de 1848. Marx, representante do proletariado revolucionário, em sua *‘Nova Gazeta do Reno’* instigava com sarcasmos implacáveis os liberais de Frankfurt, análogos aos atuais adeptos de *osvobozhdenie*, justamente por que pronunciava boas palavras, tomavam toda espécie de ‘decisões’ democráticas, ‘instituíam’ toda espécie de liberdade, e na prática deixavam o poder nas mãos do rei, não organizavam a luta armada contra as forças militares que se achavam à disposição deste último” (1975:19-20).

sua neutralização – só tem um certo valor como luta pelo poder, como instrumento de mobilização das massas (Ibidem).

Em síntese: em sua elaboração das *Teses de Blum* para a realização do II Congresso do Partido Comunista Húngaro, Lukács, atem-se às especificidades (em conexão com a universalidade) de sua Hungria. É fundamental, porém, expor que suas *Teses*, igualmente, eram conexas à derrota da Comuna Soviética Húngara.

De acordo com Nemes (1959:101), “A República Soviética Húngara foi criada após cinco meses do desmoronamento militar e político da monarquia austro-húngara e da separação estatal da Hungria”. O governo de coalizão liberal-social-democrata, instaurado após a queda da monarquia, fracassara em virtude dos erros de sua política externa e interna, já que as medidas de caráter político foram elaboradas e aplicadas com o objetivo de imprimir ao desenvolvimento do país

(...) um caminho burguês-reacionário: entrou em conchavo com as forças monárquicas, enviou expedições punitivas contra os operários – que ocupavam as fábricas – e contra os camponeses – que ocupavam terras – e organizou um terror anticomunista desenfreado (Idem:101-102).

Por conseqüência da profunda crise nacional, a democracia burguesa, imediatamente, se revelou como a ditadura do capital sobre o operariado e às camadas populares, que, conjuntamente, constituíam as grandes massas populares húngaras. Simultaneamente, dissiparam-se também as ilusões concernentes aos “objetivos ‘democráticos’ das potências vencedoras – a Entente e os Estados Unidos” (Idem:102). Tal situação trouxe consigo o seu quinhão para o abalo das posições e das situações contra-revolucionárias:

O desencanto suscitado pelo regime liberal-social-democrata abarcou círculos cada vez mais amplos de operários social-democratas e da pequena burguesia, que se afastavam da burguesia e ofereciam um apoio dia a dia maior ao proletariado revolucionário, a única classe capaz de arrancar a nação do abismo da crise (Ibidem).

No interior do contexto da crise estabelecida e que se agudizava, os partidos social-democrata e comunista se fundem, se unificam num ambiente de muita euforia e entusiasmo das massas, cujo corolário resultou na fundação de um governo revolucionário. Todavia, é importante que se observe: o partido social-democrata se aliou ao

comunista em razão do fracasso completo e evidente “da política direitista” e, “como resultado da pressão da ala esquerda e do impulso das massas, **reconheceu o princípio da ditadura do proletariado**” (Ibidem).

Porém, quando a pátria proletária se viu em perigo diante da ofensiva contra-revolucionária impulsionada pelas forças político-militares da Entente, a social-democracia, mediante seus principais líderes, vacila e capitula. Nas palavras de Nemes (Idem:105):

A situação política da República se complicou devido a que na direção do partido unificado e no Governo surgiram vacilações e idéias capitulacionistas, quando para salvar a República Soviética era necessário serem tomadas com rapidez medidas revolucionárias.

Em uma reunião do Conselho Governamental Revolucionário, continua o autor,

(...) dois líderes social-democratas, Kunfi e Weltner, propuseram que o Conselho se demitisse e se formasse um ‘Governo de transição’, isto é, propuseram em realidade capitular. Kunfi afirmou textualmente: ‘Como podem ser observados sinais de que os operários não possuem agora a energia e a capacidade necessárias para a luta, deve ser criada uma corporação, transmitindo-se-lhe o Poder, já que a **Entente** não deseja manter negociações com o Conselho Governamental Revolucionário’ (Ibidem).

No decorrer da argumentação e da exposição, as palavras de Nemes (Ibidem) tornam-se ásperas e, simultaneamente à sua contundência, assumem um tom de denúncia:

O oportunismo e a traição dos chefes social-democratas tornam-se ainda mais evidente se se tiver em conta que no dia anterior os operários de Budapeste haviam realizado uma grandiosa manifestação de Primeiro de Maio, sob os lemas da República Soviética. A manifestação foi uma prova de que estavam os operários dispostos a defender a pátria proletária, constituindo, além disso, uma revista de forças sem precedentes na história da Hungria. Em todo o território livre do país realizaram entusiásticas assembléias e manifestações por motivo do Primeiro de Maio.

De outra parte, há que se considerar que o partido social-democrata não era um todo homogêneo, isento e imune a todo tipo de tensões e de contradições. “Os comunistas” – continua Nemes (Ibidem) – “Szamuely e Bela Szanto exigiram que o Conselho Governamental continuasse a exercer as suas funções. A eles aderiram o social-democrata Mor Erdelyi e o socialista de esquerda Landler”.

Nas *Teses de Blum*, em sua abordagem relativa à contextualização mundial de então, quer dizer, naquele contexto de expansão e consolidação do capitalismo em sua fase imperialista-monopolista com suas complexas incidências tanto à democracia burguesa como à classe trabalhadora; e de ascensão do fascismo, Lukács, assinalava que o desenvolvimento húngaro particularizava-se tanto relativamente ao modelo italiano quanto ao inglês. A contra-revolução que impingiu uma dramática derrota à República Soviética Húngara, não obstante ter conduzido ao poder as camadas pequeno-burguesas e os camponeses médios, não obteve êxito, primeiro, em seu propósito de destruir ou reorganizar o movimento sindical, segundo, não conseguiu, como o fascismo italiano, adeptos entre a classe operária. As condições materiais-objetivas (como o momento mediativo) que engendraram as resistências proletárias, de acordo com o autor das *Teses* para o II Congresso do Partido Comunista Húngaro,

(...) podem ser encontradas, sobretudo, na derrota da revolução e nas ilusões democráticas da classe operária sobre a social-democracia. A consolidação dos grandes proprietários de terra e capitalistas que se seguiu à contra-revolução pequeno-burguesa e médio-camponesa, inserindo os órgãos dessa no aparato estatal, operou por longo tempo com métodos contraditórios em tais questões e em parte opera ainda hoje do mesmo modo (assim o pacto com os social-democratas e também o apoio que lhes é dado). O governo de Bethlen⁴⁴ conseguiu rapidamente, nos últimos anos, reestruturar o aparato estatal e as organizações sociais. Isto tornará rapidamente possível a adoção dos métodos ‘democrático-ocidentais’ (...) (1979:26).

Posto isto, ou seja, considerando as vacilações e capitulações dos social-democratas (ainda que não se possa concebê-los como um todo único, homogêneo), com os seus devidos desdobramentos e incisivas conseqüências para a República Soviética Húngara, se compreende as expressas preocupações lukacsianas com a palavra de ordem a “república”. Dialeticamente, apreendendo-a como um momento de um todo articulado, como um momento tático de uma estratégia político-revolucionária em sua totalidade no interior de um contexto social no qual desdobrava-se a particularidade de uma objetivação capitalista em ascensão fascista, de acordo com o formulador das *Teses de Blum*, nenhum comunista

⁴⁴ De acordo com a presente edição brasileira do texto (1979:20 – nota número 1), Graf István Bethlen (1874-1946). Político e estadista húngaro. Em abril de 1921 foi reconhecido como Ministro-presidente pelo Parlamento (...) no governo Horthy. Após as eleições de maio de 1922, governou com o apoio do Partido Nacional Cristão Unificado, coalizão dos principais partidos húngaros que representava os pequenos proprietários e os trabalhadores do campo.

“deve deixar-se enganar pela assim chamada propaganda republicana da social-democracia” (Idem:27-28). Em outras palavras, Lukács reclama que era necessário se advertir para o fato de que para os social-democratas a palavra de ordem a “república” não significava a não ser uma cobertura do legitimismo, “uma função de cão de guarda nos conflitos com os fascistas do partido pequeno-burguês de Albrecht” (Idem:28). Por isto, em momento algum, o “partido deve cunhar a palavra de ordem republicana de maneira isolada” (Ibidem); porque, o fundamental, consiste em que

Esta palavra de ordem somente pode ter um papel como luta pela democracia total, pela república em cujo vértice esteja o governo dos operários e dos camponeses,⁴⁵ como uma luta contra a liquidação democrática da democracia, como uma realização da palavra de ordem ‘classe contra classe’, como uma mobilização para a luta pela ditadura democrática (Ibidem).

Mas isto ainda não é tudo. A luta pela ditadura democrática, tem que necessariamente, ser posta em prática, isto é, “ser desenvolvida pelos operários em estreita conexão com a luta contra o fascismo e contra a mediação estatal dos conflitos” (Ibidem). Disto resulta que a luta pelos direitos civis burgueses deve ser entendida como um momento da totalidade das exigências cotidianas dos operários. Nas palavras duras e precisas de Lukács: “Mesmo

⁴⁵ A ênfase dada à aliança proletário-camponesa, também (além de estar no espírito do que Lênin em 1905 denominara de a “ditadura democrático-revolucionária do proletário e dos camponeses” – 1975:113) remonta ao caráter equivocado da política que a Comuna Soviética Húngara pôs em prática com os camponeses. Nemes, aponta três grandes ensinamentos da República Soviética Húngara, sendo que o terceiro, ele o descreve como segue (1959:110): “**O terceiro ensinamento diz respeito à questão camponesa.** Os erros da República Soviética Húngara neste terreno confirmaram com toda a justeza da política camponesa leninista, aplicada conseqüentemente pelo PCUS depois da Revolução de Outubro. **Em um país com grandes vestígios feudais, como era então a Hungria, não se pode saltar as etapas do desenvolvimento agrário democrático revolucionário nem diminuir a importância da divisão da terra.** Uma parte bastante considerável das grandes fazendas semifeudais confiscadas devia ter sido repartida, para satisfazer em parte a necessidade de terra e, além disso – o que é muito importante – para reforçar a segurança dos camponeses com pouca terra do seu direito a ser proprietário de uma parcela. Isto devia ter sido feito em benefício do robustecimento da aliança operário-camponesa”.

Porém, Lênin jamais deixou de explicitar em suas análises a ontológica e fundamental distinção entre o ser-precisamente-assim do proletariado e camponês – ambos sócio-historicamente constituídos: “Somente o proletariado é capaz de apoiar os camponeses (...) até o fim. É indubitável, finalmente, que também na Rússia a vitória camponesa, isto é, a transferência de todas as terras para os camponeses, significará uma revolução democrática completa, será uma base social da revolução levada ao fim, porém, de maneira nenhuma equivalerá a uma revolução socialista, nem à ‘socialização’ de que falam os ideólogos da pequena-burguesia, os social-revolucionários. O êxito da insurreição camponesa, a vitória da revolução democrática, só farão limpar o caminho para uma luta decidida e verdadeira pelo socialismo, no terreno da república democrática. Os camponeses, como classe possuidora das terras, desempenharão nessa luta o mesmo papel de traição, de inseqüência, que agora desempenha a burguesia na luta pela democracia. Esquecer isto é esquecer o socialismo, é enganar-se a si mesmo e aos demais a respeito dos verdadeiros interesses e das tarefas do proletariado” (1975:122-123).

considerando estes problemas cotidianos, deve ser empreendida a denúncia da traição social-democrática, da adaptação orgânica da social-democracia ao fascismo democratizado” (Ibidem). E é exatamente em virtude destas razões que

(...) na mesma medida em que se deve lutar contra qualquer niilismo que se manifeste diante dos direitos civis burgueses, deve-se também sempre colocar em relevo o valor relativo que do ponto de vista da classe operária tem a democracia, tanto na sociedade burguesa como na ditadura democrática (Idem:28-29).

A conclusão do autor que põe de manifesto e de modo inequívoco sua dialética concepção acerca das complexas relações e interações entre as revoluções burguesa e proletária e das fundamentais distinções entre ambas já que se trata de classes contraditórias e, em especial, antagônicas, (“A mais completa realização da democracia burguesa está longe de eliminar a exploração da classe operária” – Ibidem), é imediatamente precedida por uma citação de Lênin extraída de *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*: ‘Entre opressores e oprimidos, entre burguesia e proletariado, não pode haver nenhuma igualdade’”(Ibidem).

Pois bem, para que se explicita a distância que separam *As Teses de Blum* e a “nova política”, é imperioso apresentar alguns princípios teóricos formadores de seu núcleo racional.

A “nova política” não conduziu uma ruptura até às últimas conseqüências com suas raízes dogmáticas e com suas costumeiras aplicações políticas sem as devidas mediações das exauridas concepções forjadas pela IC. Acresce-se a isto o fato de que, a práxis política de frente ampla, propugnada pela “nova política”, não se concretizaria alheia a uma prática política de natureza pragmática e de vicissitudes, como demonstra a brusca mudança de avaliação e conseqüente apoio do PCB ao governo Goulart em fins de 1963.⁴⁶

⁴⁶ A vicissitudes do PCB unem-se às vicissitudes do próprio governo Goulart. De acordo com Segatto (1995:163) a reaproximação do PCB “com o governo Jango estreita-se com as negociações iniciadas, em dezembro de 1963, por San Tiago Dantas em torno da montagem da Frente Ampla. O projeto envolvia a constituição de uma aliança de centro-esquerda que ia dos comunistas ao PSD. Visava desbloquear o entendimento em torno das reformas e mudanças políticas e colocava a possibilidade de um governo de coalizão, que contasse com as simpatias do PCB, em particular, e das esquerdas em geral”. Assim, “Em fins de 1963 há uma reaproximação entre o PCB e Jango. Se por um lado o PCB mantinha as esperanças de transformar o governo Goulart em um governo nacionalista e democrático, por outro Jango passa a sinalizar para a esquerda e acenar com a possibilidade de assumir compromissos com as reformas” (Idem:162). “O PCB passa então” – continua o autor – “a propor uma recomposição do governo, expurgando-se os setores ‘conservadores e conciliadores’. Propõe a montagem de ‘um governo nacionalista e democrático, que conte em seu seio com representantes das forças da frente única, inclusive dos trabalhadores; um governo apoiado

Às inerentes vicissitudes e ao pragmatismo, cumpre também assinalar que a política de alianças pecebista com a perspectiva de consubstanciar uma frente ampla nacionalista e democrática conformou-se permeada por uma concepção que ignorou as complexas mediações que se dão entre a práxis política e a problemática de classe.

O indivíduo é um ser social. Nas estruturas de classes, sua generalidade e individualidade são subsumidas pela mediação da classe. A classe, no entanto, não seria mais que uma simples abstração se o caráter estrutural de sua ontologia (de seu ser-precisamente-assim) não fosse explicitado mediante um rigoroso trabalho científico-filosófico. No interior societal solidificado estruturalmente por meio de uma divisão social do trabalho as lutas entre classes contraditórias e antagônicas, que, dialeticamente, consistem no componente imprescindível e único por meio do qual, elas respondem aos problemas postos e decorrentes da trama do tecido social, são inevitáveis.

As complexas determinações reflexivas que se estabelecem entre determinismo e liberdade só se tornam compreensíveis teoricamente quando e à medida que são relacionadas às intrínsecas conexões causais do devir contínuo-descontínuo da unidade essência e fenômeno no interior da formação de um determinado todo social. As vicissitudes de classes e/ou de frações de classes, ou seja, os câmbios opcionais, as transformações ocorridas no modo de pensar, sentir e agir, se articulam (ainda que não imediata e diretamente), ao jogo dialético (com seus desdobramentos) dessas “intrínsecas conexões causais”. A temporalidade das classes é uma determinação social. Neste contexto, a elaboração conceitual da categoria “revolução”, assim como a práxis revolucionária, emergem como exigências inerentes às necessidades sociais, quer dizer, são determinadas como decisões alternativas concretas cujo significado é senão o de materializar saídas que satisfaçam específicas (e não universais) necessidades.

Ora, diante da extensão e intensificação dos movimentos reivindicatórios por reformas de base, a burguesia nacional, absorvida por uma conjuntura de radicalização de forças, não ocultara sua verdadeira face e opções: as contradições que, segundo sua avaliação, geneticamente, colocavam seus particulares interesses em xeque, se elevavam das organizações proletárias articuladas aos interesses das classes populares, e não do imperialismo.

num diapositivo militar realmente nacionalista e democrático, um governo capaz de realizar as reformas de base”. (Ibidem).

Almeida, em seu texto “Insistente desencontro: o PCB e a revolução no período 1945-64” ressalta o equívoco da avaliação pecebista, já sob o governo de Kubitschek, a respeito de uma suposta burguesia com interesses nacionais e, conseqüentemente, das correlações de forças sociais que se desdobravam entre as classes e frações de classes que lutavam pela hegemonia, quer seja no âmbito da sociedade civil, quer seja no patamar da superestrutura. Ou melhor: no interior do todo do ser social burguês brasileiro. Assevera o autor que

A percepção, pelo PCB, de que o movimento nacionalista cresceria revelou-se ainda mais correta no início dos anos 60. Faltou discernir que se tratava de uma outra configuração do nacionalismo, pois a forte presença das classes populares, inclusive do campo, era portadora de um potencial antiimperialista incompatível mesmo com amplos contingentes da ‘parte boa’ do governo JK, aquela que o PCB pretendia reforçar. O nacionalismo que adotava não era antiimperialista, e sua democracia (burguesa) era de baixíssima intensidade (2003:121).

Do ponto de vista de “amplos setores da burguesia brasileira”, – continua o autor – “a mesma realidade era vista com os sinais trocados. O grande problema não era o imperialismo, mas as camadas populares”.(Idem:119).

Como se pode depreender, tratou-se de um erro crasso, na medida em que a luta pela hegemonia, “pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida (...)”. (Gramsci,1988:33).

Por isso, o êxito de se lutar pela hegemonia no interior de um determinado momento sócio-histórico, pressupõe a correta apropriação teórica das forças sociais (com divergentes e antagônicos interesses) que estão atuando no cenário político-econômico e social, o que envolve, no dizer de Gramsci, “o problema das relações entre estrutura e superestrutura”. (Idem:45).

De acordo ainda com as considerações gramscianas, na relação de força, é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental, são:

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações. (Ibidem).

Importa, aqui, de passagem, deixar assinalado que da proposição marxiana, na apreciação de Gramsci, não se pode atribuir qualquer inferência de caráter economicista-mecanicista; e de fixar que o equívoco cometido (segundo a avaliação pecebista, mediado por sua “nova política”) no período imediatamente pré-golpe, segue o mesmo diapasão. Na asseveração crítica de Segatto:

Já bastante articuladas, as forças conservadoras e de direita beneficiam-se muito das debilidades, das divisões e do triunfalismo das esquerdas. O PCB e as esquerdas, de um modo geral, acreditavam piamente em seu poderio popular e, no caso de emergência, no ‘dispositivo militar’ do governo. Prestes chega mesmo a afirmar que se a direita tentasse o golpe, ‘teria sua cabeça cortada’. (Segatto, 1995:169).

Isto é sintomático, porque traz à superfície que a transformação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) preconizada pelo Manifesto de Agosto de 1950 em Frente Nacionalista, constituída “por ‘patriotas da burguesia nacional’, da pequena burguesia e do proletariado urbano e rural” (Mazzeo,1999:85), propugnada pela “nova política”, como a imprescindível tática política mediante a qual concretizar-se-ia a primeira “etapa” do vir-a-ser revolucionário imprescindível e necessário para se impulsionar a revolução proletária, isto é, a revolução democrático-nacional, demonstrou-se, como a própria história haveria de revelar, a não ser em desastrosas conseqüências tanto para o próprio PCB e demais forças de esquerda, quanto para as camadas populares. Quer dizer, o PCB, deixara de “levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia” seria “exercida”.

Aqui, torna-se imperioso re-enfatizar um aspecto da maior importância, a saber: as individualidades são sempre sociais. Nas sociedades de classes, a subjetividade como e enquanto o fundamento ontológico de todo pôr teleológico; e como a dimensão de distinção e desenvolvimento das particularidades de cada singularidade individual, é subsumida pela mediação da respectiva classe de origem. De acordo com (Mazzeo,1999:80), “(...) um dos grandes problemas do PCB foi a composição social dos quadros de dirigentes, em sua maioria oriundos da pequena burguesia”.

Adscrito à problemática da subsunção da respectiva classe de origem, que, do ponto de vista ontológico, trata-se de uma universalidade que transpassa as particularidades das sociabilidades fundamentadas na divisão social do trabalho de caráter estrutural, no caso

específico do Brasil, unem-se, primeiro, a forte presença do pensamento positivista na formação cultural do Brasil republicano, “atuante na mentalidade dirigente do Partido Comunista” (Idem:81); segundo, o marxismo vulgar de extração terceiro internacionalista stalinizada. Isto é, esvaziado do caráter dialético do pensamento marxiano, cuja tendência, se caracterizara pela ausência de se apropriar teórico-metodologicamente das necessárias mediações (das determinações reflexivas entre a estrutura econômica e o poder político, das correlações entre forças que disputavam pela ação hegemônica) a partir das quais materializar-se-ia a práxis política.

Informada mediante esse arsenal cultural alheio ao pensar dialético, a “nova política” elaborou uma acepção do processo de objetivação capitalista no Brasil fortemente marcada por um viés de natureza mecanista-economicista. Aqui, é suficiente ilustrar com a seguinte determinação da sociedade capitalista brasileira segundo a Declaração de Março de 1958:

(...) o desenvolvimento das forças produtivas faz surgir no país uma burguesia ‘nacional e progressista’, em contradição com o imperialismo, além de aumentar o contingente do proletariado urbano e também rural. (Idem:85).

De imediato, é plausível afirmar que a Declaração de Março desconsiderou as complexas determinações reflexivas que se desdobram entre subjetividade e objetividade, entre determinismo e liberdade. Evidentemente que tais determinações articulam-se às particularidades como a materialização dos essenciais momentos que determinam a universalidade do ser-precisamente-assim existente capitalista. Ora, a presença do marxismo vulgar veiculado pela IC, que, entre outras distorções do pensamento marxiano, concebe a subjetividade como um simples epifenômeno, é patente. Adialética, a “nova política” não pôde dar-se conta de uma importante premissa do pensar materialista-dialético e histórico, premissa segundo a qual o desenvolvimento econômico pode em determinadas condições criar situações revolucionárias, mas que, entretanto, a subjetividade como um momento necessário para as grandes mudanças sociais, não constitui jamais em uma determinação direta e imediata de seu desenvolvimento. Basta que se recorde das acepções esquemáticas aplicadas pela IC ao processo revolucionário chinês, quando, ao contrário das avaliações elaboradas pela IC acerca do caráter revolucionário da burguesia (nacional) industrial, esta fração burguesa, após os acontecimentos de Xangai, dá uma guinada para a

direita e implementa uma política de ruptura com os comunistas. *Mutatis mutandis*, o PCB, deixou de considerar em suas análises que em um país como o Brasil de capitalismo tardio e de tradição autocrática, é imperioso que se tenha sempre presente que do ponto de vista da classe burguesa e de suas frações de classe, o grande problema “não era o imperialismo, mas as camadas populares”.⁴⁷

Assim que, positivismo, marxismo vulgar de extração terceiro internacionalista stalinizada e a composição dos quadros de dirigentes (em sua maioria) de origem pequeno-burguesa, forma um todo, uma unidade, que, consistem nos nexos causais explicativos da fragilidade das formulações teórico-metodológicas do PCB acerca da complexidade inerente às particularidades de objetivação da ontologia do ser social burguês em seu (contraditório) devir constitutivo em terras brasileiras. Ademais, é imperioso lembrar que por razões de uma série de complexas conjunções, a história do PCB é permeada por dramáticas mudanças de seus quadros dirigentes – que se recorde do contexto que implicou na destituição do primeiro núcleo de dirigentes do partido.

Das interações e relações desses componentes, estabeleceu-se uma complexa dialética de continuidade-descontinuidade na construção da linha política do PCB ao longo de sua história – que se pense na prática política oscilatória; e na aplicação mecânica das diretrizes políticas sem as devidas mediações das exauridas concepções forjadas pela IC.

Essa complexa dialética, outrossim, a debilidade teórica, adicionadas a importantes acontecimentos, tanto no quadro nacional (acelerado desenvolvimento do capitalismo), quanto no âmbito internacional (guerra-fria, substituição do *Komintern* pelo *Kominform*, os

⁴⁷ Em suas análises sobre o golpe de 1954, Boito Jr., demonstra que a crise de 1953-1954, resultara da exacerbação do “conjunto de contradições no qual se inseria a política populista do governo Vargas.”(1982:109). Em primeiro lugar, estaria “a contradição entre as classes populares e o conjunto das forças presentes no bloco no poder”. (Ibidem). Em segundo lugar, as contradições existentes “no interior do bloco do poder: contradição entre a burguesia compradora e o imperialismo norte-americano, de um lado, e a burguesia industrial de outro lado; contradição entre a burguesia e a burocracia de Estado; entre os grandes proprietários de terra e a burguesia compradora e a contradição entre o capital imperialista norte-americano e o capital imperialista europeu”. (Idem:113). Mas, o autor também ressalta as contradições presentes no interior das próprias camadas populares, como por exemplo, a contradição entre, de “um lado, o proletariado e a baixa classe média e, de outro lado, a alta classe média liberal; (...)”. (Ibidem). Todavia, contundentemente, afirma: “A contradição entre as classes populares e as forças presentes no bloco no poder atua como a contradição determinante da crise da política populista do governo Vargas.” (Ibidem). “O seu desenvolvimento” – continua – “desloca a contradição entre a burguesia compradora e a burguesia industrial para um plano secundário e coloca em primeiro plano a contradição existente entre o conjunto da burguesia e a ação relativamente independente da burocracia de estado. Ou seja, embora não se tenha verificado, em 1954, a prefiguração de uma revolução popular, o ascenso da luta reivindicatória provoca, graças à crise de hegemonia e à ação da burocracia de Estado, um remanejamento de alianças no interior do bloco no poder que torna a continuidade da política do governo impossível”. (Idem:113-114).

desdobramentos do XX Congresso do PCUS no interior da totalidade do movimento comunista), determinaram também

(...) a nova viragem à ‘direita’, já a partir de 1954. Assim, o PCB irá retomar a política que havia sido realizada no período da legalidade de 1945, quando novamente busca se transformar num partido *institucional de esquerda*, seguindo direcionamentos externos – a teoria da coexistência pacífica da URSS. (Mazzeo,1999:82).

Desnecessário lembrar que a retomada da linha política do *terceiro período* pecebista cujo desdobramento resultara na “nova política”, inicia-se no IV Congresso realizado em 1954. O que importa, aqui, é ressaltar que de acordo com um dos formuladores da Declaração de Março de 1958, Gorender, a nova linha política “partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso: a concepção da revolução brasileira em duas etapas”. (Gorender, 1987:30). Trata-se de uma crítica sintomática, já que impregnada pelas resoluções políticas da IC, a “nova política” fora concebida nos parâmetros da “Teoria consagrada”⁴⁸. Como é de conhecimento, na historiografia dos comunistas brasileiros, “Teoria consagrada”: trata-se de uma denominação atribuída por Caio Prado Jr., que desde o IV Congresso do PCB, defendia a tese segundo a qual “a visão da existência de ‘relações feudais de produção’ no campo era uma grosseira transposição mecanicista das realidades européias”. (Mazzeo,1999:79).⁴⁹

⁴⁸ Segundo Caio Prado Jr., (1978:65, apud Mazzeo,1989:13), A “Teoria Consagrada’ desdobra-se das teses da Internacional Comunista, a partir de seu VI Congresso Mundial de 1928, onde se definem os países de gênese colonial da seguinte maneira: *países coloniais e semicoloniais* (China, Índia, etc.) e *países dependentes* (Argentina, Brasil e outros), que possuem um embrião de indústria, as vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; *países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal* ou ‘modo asiático de produção’ tanto na vida econômica como na sua superestrutura (...)”.

⁴⁹ De acordo com Segatto (1995:91-92), na *Tribuna de Debates* do V Congresso do PCB, no qual, consolidara-se a “nova política”, apresentou-se uma terceira posição: a de Caio Prado Jr. Este, procura “contestar as interpretações presentes nas *Teses* sobre o processo do capitalismo (como sendo positivo), da estrutura fundiária e das relações de produção no campo (sobretudo da existência de relações semifeudais), do caráter da burguesia (existência de um setor da burguesia com interesses nacionais), do imperialismo como entrave ao desenvolvimento capitalista), do Estado (de composição heterogênea e representando interesses, ao mesmo tempo, reacionários e progressistas) etc. Discorda, também, das proposições acerca do ‘caráter da revolução brasileira’, principalmente no que diz respeito às ‘contradições principais’ apontadas nas *Teses* e da política de alianças. Conclui que ‘a orientação do Partido não há que se concentrar na política de alianças e que, embora essa política não deva ser subestimada, ela passa a um segundo plano, devendo se acentuar a ação do Partido, em primeiro lugar, naquilo que nas *Teses* figura subordinadamente em um plano secundário, a saber, na luta de classe do proletariado (...)”.

A teoria do vir-a-ser revolucionário por etapas, fora consolidado no VI Congresso da IC (julho de 1928), cujas premissas advogam o bloco das quatro classes: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional; e o necessário momento da revolução democrático-burguesa para a constituição, posterior, do socialismo, implicando a homogeneização “científica” de uma imensidão de realidades altamente complexas e heterogêneas. As complexas relações e determinações reflexivas entre universalidade e particularidade são prescindidas, portanto.⁵⁰

No bojo do bloco das quatro classes, de acordo com as Teses da Declaração de Março, postulava-se a hegemonia do proletariado. Porém, num país como o Brasil, de capitalismo tardio e de tradição autocrática, no qual, a burguesia como classe social dominante, (com suas correspondentes e imprescindíveis instituições de sustentação de poder de classe), já se havia consolidado, falar em revolução, no que “se refere à própria burguesia” (Almeida, 2003:122), consiste a não ser em algo que já pertencia ao “passado”. (Ibidem). Por isso, traçar como necessidade a luta pela hegemonia no interior da ampla frente pelo proletariado, revelou-se como “ilusório” (Gorender,1987:30). O autor de o *Combate nas Trevas*, em linhas posteriores, categoricamente, sintetiza:

A linha política do PCB, (...) empurrava à plena luz o seu erro essencial. A burguesia brasileira não pode ser colocada na mesma categoria da burguesia nacional chinesa, acerca da qual teorizou Mao Tse-tung, ou das burguesias de países atrasados da América Central, da África e da Ásia – burguesias incipientes e fracas, passíveis de condução hegemônica por um partido revolucionário vigoroso. No momento de 1964, a burguesia brasileira já era classe dominante. Dispunha de grandes recursos econômicos, do aparelho de Estado, de equipes de intelectuais orgânicos e de uma rede de instituições para o trabalho ideológico. A pretensão do PCB de hegemonizá-la fundava-se numa ilusão. Sucedeu o contrário: o PCB é que foi hegemônico. (Idem:62).

⁵⁰ Com isso, não se pretende afirmar que as orientações do VI Congresso deixaram de recomendar aos comunistas que procurassem adaptar suas resoluções e diretrizes políticas às suas respectivas realidades concretas. Ao contrário, objetiva-se enfatizar que a consolidação da teoria por etapas, apesar de parcialmente, considerar os processos históricos consoantes às formações sociais, por basear-se na teoria do “bloco das quatro classes” e no “caráter da *etapa da revolução democrático-burguesa*”, generalizava as “complexas realidades sociais num determinado modelo a ser seguido. Com isso queremos dizer que se, de um lado, havia alguma positividade em se considerar *aspectos* das particularidades históricas e de suas diversidades sociais, econômicas e culturais, de outro, a *generalização* acabou deprimindo as potencialidades analíticas e principalmente criativas dos partidos comunistas em suas ações objetivas” (Mazzeo,1999:46.). Basta recordar do trágico destino do acúmulo das originais análises relativas à realidade brasileira no período elaboradas por destacados membros do PCB e que determinaram suas diretrizes políticas quando da realização do III Congresso do partido – entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929.

Segundo ainda o mesmo autor, outro elemento que também se manifestou como “ilusório”, consiste na opção pelo “caminho pacífico num país em que a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo”. (Idem:31).

Ora, “o caminho pacífico” para a revolução pressupunha o consenso da burguesia nacional com os demais segmentos sociais que compunham a Frente Nacionalista. O problema, porém, residia no fato de que “Estava fora de objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução”. (Ibidem).

Todavia, é imperioso também salientar que com a Declaração de Março, o PCB, não obstante os devidos ajustes e correções, retornava à linha política de seu *terceiro período*. Quer dizer, retomava uma linha política que, além de se basear na concepção por “etapas” da revolução para se construir o socialismo em terras brasileiras, propugnava uma política reformista que se expressava pela tática de conciliação de classes e de frente ampla, cujas diretrizes remontam ao VII Congresso da IC – 1935.

Como anteriormente já se expôs, após os acontecimentos do XX Congresso do PCUS, com seus desdobramentos e de suas dramáticas repercussões na cotidiana práxis política pecebista, originou-se um novo grupo de dirigentes que daria sustentação e viabilidade à nova linha política (então) estabelecida.

A linha política inaugurada com a Declaração de Março, (como também já se expôs), na medida em que determinava o “caminho pacífico” para o socialismo em solo nacional, constituía-se em um exaurido instrumental teórico, que, equivocadamente, propugnava uma aliança com uma suposta burguesia com interesses nacionais.

Com as correções efetuadas no V Congresso, a nova linha política “ganharia contornos mais acabados e definitivos, além de conquistar – com o ato congressual – sua legitimidade orgânica” (Segatto, 1995:94). Isto é sintomático, porque ao se confirmar a teoria da revolução por “etapas” e de conciliação de classes, efetuava, simplesmente, com todas as conseqüências daí advindas, (num país, no qual, a burguesia, “não precisava de nenhuma revolução”), a supressão das complexas relações e interações dialéticas que se desdobram entre as revoluções burguesa e proletária. Daí que, a estrutura contraditória imanente à ontologia do ser social burguês que se expressa pela mediação de contrapostos interesses de suas principais classes sociais constitutivas, burguesia e proletariado, fora

convertida na contradição que se tornaria objetiva mediante os interesses da nação e do imperialismo e de seus agentes internos.

Neste contexto, a primeira “etapa” da revolução brasileira deveria ser de caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A diluição da luta de classes e, por decorrência, a luta pela hegemonia, expressa pelo abandono da luta levada a efeito na dimensão material-econômica da sociedade, “travada na disputa pela hegemonia do movimento sindical” (Mazzeo:1999:85) com a autocracia burguesa,⁵¹ tornaram-se implacáveis. O resultado inexorável fora que: com sua “nova política”, o PCB, ao privilegiar uma linha política de frente ampla e de colaboração entre classes antagônicas, “subordina a luta do proletariado ao *politicismo de viés liberal* e institucionalista” (Ibidem).

Enfatizando: a práxis política pecebista instaurada a partir da Declaração de Março, era determinada e orientada por um momento teórico, por uma teleologia, exaurido e, por conseguinte, inadequado para a apreensão teórica do complexo processo de objetivação capitalista no Brasil, a partir do qual, como a condição material indispensável, (já que a apreensão teórica das forças sociais que lutam pela hegemonia é de fundamental importância), se formulasse diretrizes políticas cujo atuar implicasse intervenções conseqüentes (do ponto de vista do proletariado e de seus “naturais” aliados) na objetividade social. Em síntese: que estabelecesse com clareza o conteúdo do processo revolucionário e as conseqüentes tarefas das classes subalternas. Paradoxalmente, contudo, tratava-se de um instrumental teórico “adequado a um grupo *dirigente tardio*, que materializava em sua concepção política a *via stalinista de socialismo*” (Mazzeo,1999:87).

Explicita-se, portanto, novamente, que a “nova política” é, radicalmente, distinta da dialética concepção elaborada por Lênin. Quer dizer, fora incapaz de considerar a situação concreta (como a síntese de múltiplas determinações) para se formular as concretas tarefas políticas do proletariado.

De outra parte, a “ditadura democrática”, propugnada pelas *Teses de Blum*, como se demonstrou, não preconizava a democracia burguesa como um momento necessário e

⁵¹ Segundo os estudos sobre o Manifesto de Agosto de 1950 realizados por Mazzeo, “A despeito dos equívocos efetuados pelo PCB nesse período, (...), podemos dizer que o partido chegou a praticar, até mesmo no que se refere ao aspecto central do confronto com a autocracia burguesa, uma oposição que era travada na *base material da sociedade*, isto é, a disputa pela hegemonia do movimento operário consubstanciava-se na luta pela organização sindical independente do proletariado na tentativa de se construir um sindicalismo deslocado do Estado, buscando a consolidação dos Centros Operários como sindicatos autônomos”. (1999:76).

imprescindível anterior, para que posteriormente, (não há nas *Teses* nenhuma separação espaço-temporal), se colocasse a revolução proletária em movimento.⁵² Ao contrário, as complexas relações e interações entre as revoluções burguesa e proletária são concebidas (é importante enfatizar) dialeticamente, bem ao gosto de Lênin: “A ditadura democrática, (...), só pode ser entendida como a via concreta através da qual a revolução burguesa se desdobra em revolução do proletariado” (Lukács,1979:22).⁵³ Além disso, tampouco fazia alusões a um suposto caráter nacional da burguesia húngara; e, conseqüentemente, não prescrevia uma política de conciliação entre classes antagônicas – a política de linha de frente do PCB, é necessário fixar, em muito se distancia da concepção teórica que alavancou a elaboração das “*Teses de Blum*”.

No *Manifesto Comunista*, as tarefas de responsabilidade dos comunistas estão explicitamente delimitadas. Apreende-se, portanto, que a renovação “política” estabelecida com sua “tácita divisão do trabalho” estava permeada por limites e inadequada às exigências das tarefas proletárias na situação concreta em que fora formulada – a “política *tout court*” continuava a ser “monopólio da direção”; mas os intelectuais definiam a “política cultural” e, à revelia do “monopólio da direção”, conseguiram “fazer passar Lukács, Gramsci etc.”.

⁵² Entre as tarefas preconizadas pelas *Teses* de incumbência do Partido Comunista Húngaro, consta a seguinte (Lukács,1979:20): “Deve-se, desde já atacar toda concepção de que a ditadura democrática é uma forma transitória entre o regime de Bethlen e a ditadura do proletariado – é como dizer que atualmente existe o regime de Bethlen, que após sua destruição obteremos a ditadura democrática e que somente quando tivermos edificado e realizado esta última amanhecerá a época da ditadura do proletariado. As formas de uma ditadura democrática podem ser muito variadas. No início de 1917, em oposição a Kamenev que desejava fixar o partido na forma da ditadura democrática de 1905, Lênin acentuava que no início da revolução de 1917 a ditadura democrática era realizada de forma bem precisa: uma destas formas era a de um contragoverno formado pelos conselhos dos operários e do soldados”.

⁵³ Imediatamente, Lukács cita Lênin: ‘Não existe nenhuma muralha chinesa entre revolução burguesa e revolução do proletariado’ (1979:22).

CAPÍTULO II - Ontologia: Defesa do Trabalho como a Categoria Central do Ser Social.

2.1.Contextualização do tema

Em termos históricos, é possível verificar que em razão da imanente dinâmica do metabolismo peculiar do modo de produção da sociabilidade burguesa, o qual, implica complexas e intrincadas determinações reflexivas que compreendem as lutas entre classes contraditórias e antagônicas e as expressões jurídico-políticas destas,¹ há não só um

¹Como sintetizam Netto e Braz (2006:169-170): “Ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: *mobilidade e transformação constituem o capitalismo*, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca. A expressão sociopolítica das suas contradições, que surge nas *lutas de classes*, permeia e penetra todos os passos da sua dinâmica. A história do capitalismo – a sua evolução –, portanto, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas, de alterações nas

ininterrupto vir-a-ser cada vez mais intenso de subsunção do trabalho vivo pelo trabalho morto, como também uma permanente mutação das interpenetrações e interações entre as atividades produtivas e improdutivas como partes formadoras do trabalho abstrato (quer dizer, entre o setor produtivo e o de serviços) e entre o momento de execução e o de concepção do trabalho.

Estes complexos, cujas complexas interações entre si e com o todo do setor econômico, desdobram-se em determinados rearranjos e reestruturações com incidências na reprodução social em sua totalidade. Este revolucionar ininterrupto das forças produtivas, repercute sobre e é fomentado, mediatamente, pelo aparato jurídico-político. Confirma-se, portanto, a teoria política marxiana segundo a qual o Estado não se configura pela universalidade.²

A partir dos anos 70, em escala mundial, instaurou-se uma crise estrutural do capital tanto em sua particularidade capitalista quanto nas experiências do assim chamado “socialismo real” com a URSS como o seu carro-chefe. A crise destas há que ser

atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica. E todos esses vetores não só se transformam eles mesmos: as suas interações também se alteram no curso do desenvolvimento do MPC” – MPC: Modo de Produção Capitalista.

²Tal confirmação pode ser perfeitamente constatada (com suas distinções, características e exigências peculiares às respectivas fases do capitalismo) no processo mesmo do complexo e contraditório evoluir da civilização burguesa: “Como tal, o Estado, desde quando a pressão da burguesia *ascendente* deu origem ao chamado absolutismo, sempre interveio no processo econômico capitalista; o traço intervencionista do Estado (que, até Keynes, causava um *frisson* nas elites burguesas e em seus porta-vozes liberais) a serviço de franjas burguesas revela-se muito precocemente, (...). Nada é mais estranho ao desenvolvimento do capitalismo do que um Estado ‘árbitro’. No entanto, com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, essa intervenção muda funcional e estruturalmente.

“Até então, o Estado, na certa caracterização marxiana o representante do capitalista coletivo, atuara como o cioso guardião das *condições externas da produção capitalista*. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as funções econômicas” (Netto: 2006:24).

compreendida como um momento da crise do capital em escala global.³ O seu desfecho é conhecido, assim como suas negativas repercussões para o mundo do trabalho.⁴

Vale aqui recordar que o imperialismo sofreu importantes transformações em sua trajetória de pouco mais de um século. Como já se expôs na parte introdutória do presente trabalho, na história dessa fase (ou estágios) do Modo de Produção Capitalista (MPC), pode-se especificar três momentos: a fase denominada “clássica”(1890 a 1940); a dos “anos dourados” (do fim da Segunda Guerra Mundial aos limiares dos anos 70); e o estágio que abarca o capitalismo *contemporâneo* (de meados dos anos 70 aos dias atuais).

Nesta “terceira fase do estágio imperialista”, distintamente do que ocorreu no estágio dos “anos dourados”, o que revela um seu momento específico, no que se refere ao papel do

³A crise da sociedade contemporânea que a envolve em sua totalidade (na crise do Estado de bem-estar social, na crise do então denominado “socialismo real” – e, como parte desse processo, nas tentativas “terceiro-mundistas” de romper o estatuto do subdesenvolvimento), apresenta formas distintas com suas (respectivas) dramáticas conseqüências, que, entre outras, têm se expressado como “possibilidade de *regressão social* – de que o denominado *neoliberalismo* é paradigmático” (Netto,2001:66). Ainda segundo o autor, “Não há dúvidas de que uma perspectiva analítica instigante é aquela que se contém na abordagem destas crises enquanto faces distintas de uma crise do *domínio do capital* (...), crise que pode ser explorada diferencialmente, seja sob a fecunda ótica de uma ontologia da sujeição do trabalho, seja à luz da saturação das formas fetichizadas da produção de mercadorias. No estágio atual das pesquisas, todavia, creio que é necessário aprofundar a *especificidade* dessas crises, apontando privilegiadamente para a processualidade endógena de cada uma delas, sem pagar, porém, o preço da perda do seu entrelaçamento (...). E isto por uma razão muito elementar: se ambas (juntamente com o fracasso das tentativas ‘terceiro-mundistas’ para escapar à heteronomia econômico-política e ao desastre social) plasmam um quadro de crise global para a sociedade contemporânea, suas dinâmicas (...) remetem a lógicas medularmente diversas e com significações muito distintas. Se a resultante de ambas pode prefigurar um panorama catastrófico, com a iminência emersão da barbárie em larga escala, seu caráter é *diferente*. Em síntese, as duas crises *não podem ser equalizadas*” (Idem:68-69).

⁴A repercussão do desmoronamento da URSS e do Leste Europeu sobre o movimento operário também foi significativa: “ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Basta lembrar a crise que se abateu sobre os partidos comunistas tradicionais e o sindicalismo a eles ligados” (Antunes, 1999:188). Em contrapartida, no processo histórico constitutivo imperial global que resultou na hegemonia norte-americana, há que se destacar o revolucionário papel desempenhado pela ex-União Soviética (no pós-guerra) como um contraponto no interior do contexto imperial multipolar – não só na difusão da revolução socialista, mas também no que concerne aos movimentos de emancipação nacional e social que “eclodiram por toda a periferia do Império e de respaldo para o avanço do movimento operário no seio dos próprios países imperialistas ocidentais.”(Del Roio,2004:39). Nos anos 70, finda o relativo equilíbrio estratégico entre as potências nucleares; o início da crise estrutural do capital dá-se com o fim da acumulação do capital com base no padrão fordista. No limiar dos 60, o império norte-americano já havia amargurado uma derrota humilhante na Ilha dos Porcos em Cuba. Nos 70, outras se somariam a esta. A estas por sua vez, se juntaria o fenômeno do movimento operário e popular que se avançava e tomava corpo em alguns países da Europa Ocidental; e a emersão de pólos industriais (fomentados evidentemente pelos países capitalistas hegemônicos) em países localizados nos elos débeis da cadeia capitalista-imperialista. Assim que “ficou patente a necessidade de se reorganizar o poder imperial a fim de abrir caminho para a ofensiva do capital na produção, por meio de uma revolução tecnológica e gerencial que apontasse para a superação do fordismo. O ataque contra o movimento operário, no decorrer dos 80, visou à retirada de direitos e o enfraquecimento máximo de suas instituições sócio-políticas, tais como o sindicato e partido de massa.” (Ibidem).

Estado, papel que se revela através do par dialético descontinuidade-continuidade, o objetivo dos monopólios, mediados pela ideologia neoliberal,

(...) não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital** (Netto e Braz, 2006:227).

Posto isto, é imperioso lembrar que nesta fase atual do imperialismo-monopolista, estabeleceu-se em escala global uma nova onda agressiva imperial sob a hegemonia dos Estados Unidos. Sustentado por um complexo militar-industrial e pelo ideário político-ideológico neoliberal,⁵ acentua-se a mistificação apologética do MPC como o modelo civilizatório por excelência e ontologicamente imanente ao ser-precisamente-assim humano: enfatiza-se o livre mercado, a sociedade livre e democrática baseada nos direitos indelévels do cidadão com o escopo claro de dicotomizar a dimensão política do ser social de sua esfera econômico-material.

Neste recente período de mundialização do capital, (vale dizer, do capitalismo *contemporâneo*: “terceira fase do estágio imperialista”), deve-se acrescentar que as transações comerciais implementadas e operadas pelos grandes monopólios ⁶ têm por um lado conduzido inúmeras empresas à situação de falência incrementando o seu domínio que em escala mundial monopolizam de forma intensiva o mercado e, por outro, não obstante a tão propalada era da formação de *Blocos*, em nada tem minimizado a contradição entre os

⁵ Vasapollo, contundentemente, assinala não só a dramaticidade desta ofensiva para o proletariado, como também a sua impregnação ídeo-política: “Será possível solucionar o problema do desemprego pela introdução de novas formas de trabalho atípico, ou seja, flexível ou precário? Será possível solucionar os problemas de subsistência e de qualidade de vida de todos aqueles que vivem na pobreza por falta de salário ou por dependerem de trabalhos temporários, precários, atípicos, em geral, ou com poucas ou inexistentes garantias trabalhistas? O conceito de flexibilização do trabalho e o abandono do modelo de trabalho estável, por tempo indeterminado, já pertencem à nossa atual forma de pensar e muitos são os economistas e estudiosos que declaram que só através de um rápido intercâmbio de postos de trabalho será possível uma adaptação às novas regras impostas pela globalização e pelo novo paradigma socioeconômico produtivo” (Vasapollo, 2005:15).

⁶ “Para se compreender a atual fase de competição global, é necessário vinculá-la à análise da organização do ciclo produtivo, às características do tecido produtivo e social, ao papel do Estado, às relações entre as regiões internacionais e suas estruturas econômicas, aos interesses de domínio e de expansão que permeiam o conflito global entre empresas e pólos geoeconômicos. Essas problemáticas estão todas fortemente interligadas, freqüentemente dependentes, desde a passagem do fordismo para o pós-fordismo” (Vasapollo, 2005:17).

Estados-nações e o suposto caráter internacional de Estados na qualidade de expressões jurídico-políticas desses *Blocos* então constituídos e/ou em processo de formação.

Com efeito, a economia do imperialismo, cumpre realçar, como e enquanto o momento monopolista do MPC, em sua terceira fase, apresenta (e/ou intensifica) novos componentes determinantes de seu ser-precisamente-assim, tais como: o denominado comércio *intracorporativo*, a estruturação de *blocos* supranacionais, a hipertrofia do setor de serviços e, como a mais relevante de suas determinações: a *financeirização* do capital.⁷

Quanto a esta (última) imprescindível determinação para o desdobrar da lógica imanente do capitalismo *contemporâneo*, Netto e Braz (2006:230), contundentemente, assinalam que ela é fomentada pela mediação de

(...) recursos informacionais, que garantem comunicações instantâneas entre agentes econômicos situados nos mais distantes rincões do planeta, esse processo tem suportes na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro. Esta, ao longo dos últimos trinta anos, acompanhou a concentração geral operada na economia capitalista; contudo, teve efeitos específicos, dada a amplitude que as atividades especulativas adquiriram nesse mesmo lapso de tempo: menos de 300 bancos (e corretoras de ações e títulos) globais controlam, em finais do século XX, as finanças internacionais.

Porém, a razão substancial desta peculiar e essencial determinação da “terceira fase do estágio imperialista”, consiste indelevelmente, no fato de que a financeirização “resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registradas entre os anos setenta e meados dos oitentas” (Idem:231). E, isto, porque

(...) ‘o capitalismo é um sistema econômico que prefere não produzir em vez de produzir sem lucro’ (...), compreende-se que um montante fabuloso de capital disponibilizou-se então sob a forma de capital-dinheiro (...). Parte desse capital foi investido na produção e, especialmente, no setor de serviços em outros países pelas corporações imperialistas (representando o chamado *investimento externo direto - IED*), aliás um dos dinamos da mundialização. Parte substantiva, porém, permaneceu no circuito da circulação buscando valorizar-se nesta esfera (Ibidem).

⁷Acerca da natureza imperialista do império do mundo Del Roio (2004:37), assevera que “Desde fins da década de 70 do século terminado, assistimos uma ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, assim como um esforço de implantação de um Império Universal, nucleado no poder da oligarquia financeira transnacional e de suas instituições (Banco Mundial, FMI, OMC), mediado pelo poder político de alguns Estados, articulados no Grupo dos 7, mas muito particularmente pelos EUA”. Quanto ao objetivo explícito deste caráter imperial, esclarece o autor: “é a mundialização do capital e a sua consolidação como único sujeito político livre”. (Ibidem).

Agora bem, na medida em que a crise estrutural do capital, nas economias (capitalistas) centrais, repercutiu incisivamente no *welfare state* e, contundentemente, determinou que os paladinos e as forças da ordem pusessem em curso, entre outras tomadas de decisões alternativas,⁸ uma reestruturação do padrão produtivo estabelecido (do binômio taylorismo-fordismo) cujo desdobrar implicou, entre outras conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho, re-configurando a classe trabalhadora – tanto em sua forma objetiva, material, sua forma de ser⁹, quanto em suas formas organizacionais e subjetivas.¹⁰ Neste último sentido, a esfera que compreende propriamente sua dimensão política, ideológica, dos valores e do ideário que fundamentam suas ações prático-concretas – em síntese: que dizem respeito à “sua consciência de classe” (Alves,2000:09). Em outras palavras, neste contexto de crise de caráter estrutural, o capital (em sua particularidade capitalista) tem decisivamente fomentados novos e sofisticados mecanismos de dominação do trabalho vivo – reestruturando o processo produtivo do trabalho abstrato produtor de mercadorias; retirando direitos trabalhistas cuja efetivação concretiza-se pela mediação do

⁸ Cf. parte introdutória deste trabalho, mais precisamente: nota 7.

⁹ “É a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ele surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas no aspecto objetivo, com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo. É por isso que, na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter ‘neutro’ na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de empregos e salário mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe”. (Alves,2000:09).

¹⁰ As transformações ocorridas afetaram “também intensamente os organismos sindicais em escala mundial”. Antes de tudo, verifica-se “uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 1980”. (Antunes, 1995:59.). Além da retração da taxa de sindicalizados, engendraram outras implicações, como por exemplo, a “intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial etc., (...). Não se trata de um corporativismo estatal, mais próximo de países como o Brasil, México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais excludente e parcializado, que se intensifica, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora” (Idem: 64).

De sua parte, Alves tem insistido que a carência de impregnação utópica insere-se em um processo de burocratização que tem atualmente perpassado as práticas sindicais brasileiras em seu núcleo hegemônico com incidências desastrosas para o devir constitutivo da consciência da classe trabalhadora. “A burocratização de suas estruturas”, – diz Alves (2003:25) – “e, não apenas isso – a crise de seu ‘intelectual orgânico’, o partido –, criou uma ideologia do sindicalismo que não consegue destilar esperanças e catalisar forças anímicas capazes de mobilizar, no imaginário de largos espectros do mundo do trabalho, novas utopias sociais. Esta talvez seja a verdadeira crise do sindicalismo. O sintoma é a sua identificação com o ideário da empresa, em busca do desempenho corporativo, e a mera adaptação à ordem do capital tende a esvaziar o lastro utópico e político do sindicalismo”.

poder político; incrementando novas formas de alienação e de manipulação por meio de sua lógica intrínseca de acumulação, expansão e dominação.

Sintomático também é o fenômeno de que esta contextualização tem sido convertida em um sólido e fértil terreno para a formulação de teorias que insistem em caracterizar a crise do capital como sendo de natureza conjuntural;¹¹ e fundamentalmente, (já que estendem e fundem a crise da sociedade do trabalho abstrato ao trabalho como e enquanto necessidade imanente à existência humana), de extorquir do ser social a centralidade ontológica do trabalho como intercâmbio (orgânico) material entre sociedade e natureza, como a práxis material produtiva de valores de uso indispensáveis à reprodução social e, neste sentido, enquanto a categoria fundante do ser social que lhe impulsionou o salto ontológico da natureza superando (no sentido dialético) as determinações meramente biológicas – com o intuito explícito de descaracterizar o pensamento social de Marx, em especial sua teoria do valor-trabalho com as conseqüências advindas: extinção da luta de classes; adeus ao proletariado; conciliação entre capital e trabalho; mercado democrático etc.

Em síntese: a incisiva crítica feita por Marx à Economia Política Clássica ter-se-ia, hodiernamente, transformado a não ser em simples especulações abstratas desvinculadas das conexões imanentes que regulam e dinamizam o movimento do mundo regido (“naturalmente”) pelas mãos invisíveis do mercado. Ora, é explícito que a sociedade burguesa, no lapso temporal que compreende a época do período concorrencial aos estágios imperialistas-monopolistas, experimentou profundas mutações; e que no interior de sua totalidade, certamente, surgiram fenômenos e processos que (obviamente) não foram estudados por Marx. Todavia,

A crítica da Economia Política clássica realizada por Marx possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômicas da sociedade burguesa. A análise das leis de movimento do capital e as descobertas marxianas operadas na segunda metade do século XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital. (Netto e Braz,2006:25).

¹¹ “Já na década de 1970, muitos pregavam que ela não duraria mais do que alguns meses e, logo em seguida, a uns pouquíssimos anos, Mário Henrique Simonsen e Delfin Netto, os mandarins da economia do Brasil à época, não se cansaram de repetir que as turbulências seriam passageiras. Ao contrário das suas previsões, o aprofundamento e a extensão da crise tornaram inegável a alteração dos eixos do capitalismo mundial” (Lessa,2005a:75).

Ao lado das conseqüências enumeradas anteriormente, isto é, às profundas metamorfoses sofridas pela classe trabalhadora, impingidas por esse processo de reestruturação produtiva, como um dos momentos constitutivos das respostas enquanto tomadas de decisões alternativas pelos defensores da ordem vigente com o intento de superar a crise estrutural do capital, terminaram por conferir (também) uma suposta objetividade à indagação acerca do posto central ocupado pelo papel social do trabalho no interior das sociabilidades contemporâneas imersas na crise estabelecida; e o que é mais significativo: propugnou-se o adeus ao proletariado, o adeus à classe trabalhadora – a crise estrutural da sociedade do trabalho abstrato na condição de solo material, objetivo, transformou a categoria trabalho em um dos temas centrais das ciências sociais. Mais precisamente: consolidada, esta base material fora convertida pelos apologistas de plantão do *status quo* no nóculo primordial de sustentação teórico-metodológica, que insistentemente, com a intenção explícita de colocar em xeque a teoria do valor-trabalho marxiana¹², propugnam a presença de uma relação radicalmente nova da sociedade capitalista em seu todo com o trabalho. Tal proposição, fora pertinentemente questionada por Lessa (2002b:45-46):

(...). Seria verdade que nos encontramos, tal como postula Gorz em *Adeus ao Proletariado*, no limiar do desenvolvimento de uma nova esfera de relações sociais, não mais determinada pelo trabalho abstrato, e que co-existiria com as relações sociais capitalistas típicas? Poderiam tais relações, por esse processo, deixar de ser o único modo de relação entre os homens? Estamos vivendo o fim da ‘sociedade do trabalho’, à *la* Kurz?

¹² Em sua crítica de caráter ontológico ao “trabalho imaterial” (trabalho sem objetivação e, portanto, que propugna a desarticulação estrutural do trabalho: teleologia-causalidade), postulado por Negri, Hardt e Lazzarato, Lessa demonstra a total ausência material-objetiva como respaldo ao núcleo duro de sua elaboração teórica. Nesta suposta formulação científica segundo o autor, a política simplesmente paira sobre o ar. Absolutamente autônoma, se hipostasia. A teoria do valor já não possui um fundamento material-econômico; antes, assentar-se-ia no suposto jogo das vontades (subjetivas) políticas. Isto porque em essência, é inerente ao capital estender-se a todos os setores da vida social, cujo corolário implacável seria a absoluta identidade entre o capital e a totalidade da vida dos indivíduos. Nas palavras do crítico: “Hoje, vida e reprodução do capital ter-se-iam tornados sinônimos e, nessas condições, a relação de exploração revelaria a sua essência: uma relação de poder, portanto, uma relação política, e não material-econômica. Ora, como toda relação política é também ideológica, isto significa que o capital é uma relação entre subjetividades. Em outras palavras, ao chegarmos aos dias em que vivemos, a absoluta identidade capital/totalidade social faria emergir uma subjetividade que supera o capital e instaura uma nova forma, ‘comunista’, de valorização. Por isso, (...), seria possível superar o capital na subjetividade mesmo antes de tê-lo superado na objetividade. Viver como comunista seria, então, não apenas compatível com o capital, como ainda mera questão de se constituir um ‘estilo de vida’ que estivesse para além da valorização do capital” (2005a:17-18). Considerações críticas sobre *Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt*, do mesmo autor, em: (Lessa, 2001:119-143).

Como se pode depreender, o aspecto central da problemática emerge imediatamente: a reestruturação produtiva determinada mediante uma exigência para salvaguardar a forma societal regida pelo capital, fora simplesmente, transmutada em uma questão ideológica. Epítetos tais como sociedade pós-industrial, democrática, pós-moderna, cidadã etc., que, tornaram-se tão freqüentes na ordem do dia, expressam com toda força e clareza o que se pretende defender e ocultar – precisamente: um processo irreversível de uma crise estrutural do capital (que se pense na insuperável contradição que se aprofunda entre a capacidade de consumo e o da capacidade excessiva de produzir) com suas dramáticas seqüelas àqueles (já que suas necessidades, ainda que impostas pela própria lógica do capital, malgrado a magnitude da capacidade produtiva instaurada, não podem mais ser atendidas – a começar pelo direito “sagrado” ao próprio trabalho) que vivem da venda de sua força de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva do capital consiste na base material sobre e a partir da qual as personificações do capital nas mais diferentes latitudes edificam o projeto ídeo-político neoliberal.¹³ O *leitmotiv* deste, como expressão fenomênica da crise estrutural do capital, em sua aguda e constante luta contra o trabalho, se determina mediante o propósito de recuperar os patamares de acumulação e expansão (do período pós-guerra, próprio dos “anos dourados”) do metabolismo reprodutivo do capital. A eclosão das revoltas do operário-massa (*mass worker*) predominantemente semiqualficado e típico do

¹³“A principal característica do novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sob a era neoliberal, é seu caráter irruptivo sobre o trabalho, constituindo, a partir daí, um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. O sentido irruptivo da nova ofensiva do capital na produção decorre, principalmente, do seu caráter sistêmico, que articula (e concentra), num período histórico, com maior amplitude (e intensidade), um verdadeiro complexo de reestruturação capitalista no país.

“Nos anos 90, o Brasil passou a incorporar uma pauta de problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do capitalismo mundial e que são impostos pela nova ofensiva do capital na produção (uma das características estruturais da mundialização do capital). Surge, como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade de emprego e salário que atinge o pólo ‘moderno’ da classe operária. Além da parcela imensa de ‘marginalizados’ com relação à legislação trabalhista (que em virtude da nova Lei do Trabalho temporário pode ser parcialmente incorporada, mas com estatuto salarial precário), tende a surgir nova exclusão social no próprio campo da modernidade. A precariedade e a insegurança penetram no núcleo ‘integrado’ da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo ‘formal’ de emprego. Desenvolve-se, em maior amplitude, portanto, um mundo do trabalho no Brasil, mais diversificado, mais segmentado, polarizado, que tende a tornar ainda mais difícil a própria constituição da solidariedade de classe”(Alves,2000:247).

“Nos anos de 1990, a década da desertificação neoliberal em nosso país, uma tormenta abateu-se sobre o nosso mundo do trabalho e em seus núcleos orgânicos. Tivemos privatização acelerada, informalidade descompensada, desindustrialização avançada e financeirização desmesurada. Tudo conforme ditava o figurino global. Se Collor foi um bonapartista aventureiro, fonte inesgotável de irracionalidade, com FHC e sua racionalidade acentuada o país descarrilou nos trilhos do social-liberalismo, eufemismo designado aos socialistas e social-democratas que praticam o neoliberalismo” (Antunes, 2005:164-165).

modelo produtivo verticalizado e hierarquizado (taylorismo-fordismo) no final dos anos 60 e início dos 70, pôs explicitamente em xeque “os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao controle social da produção” (Antunes, 1999:41).¹⁴

Ora, se o operário-massa fora (através de um suposto sistema de compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado)¹⁵ um sustentáculo político-econômico e ideológico do Estado do bem-estar social, suas formas de luta contra o processo produtivo então em voga aliadas aos primeiros sinais de estancamentos econômicos, desempenharam um significativo papel para a crise de natureza estrutural do capital que se instaurara a partir do período em foco e com significativas repercussões no respectivo Estado.

Assim, a luta de classes conformar-se-ia (entre outras medidas, como respostas do capital à resistência dos trabalhadores) desde os limiares dos anos 70 mediante um enorme incremento das forças produtivas – marcadamente de caráter científico-tecnológico. Postas sob controle (temporariamente, por meio de vários mecanismos repressivos) as revoltas do operário-massa pelas forças e personificações do capital, consubstanciavam-se então as bases “sociais e ídeo-políticas para a retomada do processo de reestruturação do capital num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo” (Idem:45).

¹⁴ Neste preciso sentido, assinalam Netto e Braz (2006:214-215): “A conjuntura dos anos 1967-1973 é desfavorável ao imperialismo. As mobilizações anticapitalistas registram então o seu auge, tanto no centro (...) quanto na periferia, onde se concluía a liquidação dos impérios coloniais (...). No domínio da economia, o quadro não lhe era favorável. Constatava-se, (...), uma desaceleração do crescimento, assim como uma rápida queda das taxas de lucro, e aumentavam os custos das garantias conquistadas pelo trabalho, mediante o reconhecimento dos direitos sociais (resultantes das lutas conduzidas pelos trabalhadores), implicando uma carga tributária que o capital aceitara quando as taxas de lucro eram mais altas”.

¹⁵ Paralelamente ao modelo produtivo taylorismo-fordismo como um seu momento de sustentação “erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de ‘compromisso’ e de ‘regulação’ que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (Antunes,1999:38). Ainda segundo o autor, (Idem:40-41), “Já no final dos anos 60 e início dos anos 70, deu-se a explosão do *operário-massa*, parcela hegemônica do proletariado da era taylorista/fordista que atuava no universo concentrado no espaço produtivo. Tendo perdido a identidade cultural da era artesanal e manufatureira dos ofícios, esse operário havia se ressocializado de modo relativamente ‘homogeneizado’, quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades,além das formas de sociabilização ocorridas fora do espaço da fábrica. Isso possibilitou a emergência, em escala ampliada, de um *novo proletariado*, cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela *massificação*, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe. Se o *operário-massa* foi a base social para a expansão do ‘compromisso’social-democrático anterior, *ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60 (...)*”

Torna-se compreensível, portanto, que não se trata de uma simples acidentalidade o fato de que, simultaneamente, dar-se-ia no interior deste complexo contexto global que se estabeleceu, a gênese da implantação do padrão produtivo com base no toyotismo e o do período da tão decantada acumulação flexível¹⁶ nos centros hegemônicos do mundo capitalista e de sua expressão ídeo-política e jurídica – o Estado neoliberal. Formara-se um todo: reestrutura-se o processo produtivo (mas evidentemente, não modifica em absolutamente nada o modo de produção) e, conseqüentemente, erige-se sua expressão político-jurídica. Trata-se de vários momentos de um mesmo processo – tem-se uma descontinuidade como um momento fundamental para que a continuidade em novos patamares se afirme. Não se trata de mutações essenciais; antes, de respostas como decisões alternativas concernentes aos patamares fenomênicos da crise estrutural de acumulação do capital em sua particularidade capitalista.

Pois bem, é exatamente neste complexo contexto sócio-histórico que se configurou, que estudiosos marxistas, postos neste trabalho em destaque (Netto, Lessa, Chasin, Antunes e Tonet), tanto no âmbito acadêmico, quanto em outras instâncias de caráter científico, têm demonstrado em termos teóricos e empíricos, em primeiro lugar, que a tese da extinção da classe trabalhadora não se sustenta. É indubitável que ela tenha sido submetida a significativas mudanças em sua fisionomia, que se metamorfoseou; mas que deduzir disto sua supressão é converter a fenomenal crise das sociedades regidas pelo metabolismo do capital, quer dizer, das sociedades fundamentadas no trabalho abstrato, estranhado, assalariado e produtor de mais-valia, em uma questão simplesmente ideológica, apologética.

Em segundo lugar, que os delineamentos ontológicos (retomados e sistematizados em especial por Lukács) da teoria social marxiana, que, se assenta na centralidade do trabalho entendida como a *possibilidade* (concreta) de abolir as estruturas sociais fundamentadas

¹⁶ “A recessão generalizada de 1974-1975 acende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma *estratégia política global* para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa. O primeiro passo é o ataque ao movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social encarnado nos vários tipos de *Welfare State* (...). Nos finais dos anos setenta, esse ataque se dá por meio de medidas legais restritivas, que reduzem o poder de intervenção do movimento sindical; nos anos oitenta, o assalto do patronato toma formas claramente repressivas – de que são exemplos as ações dos governos Thatcher (...) e Reagan (...).” (Netto e Braz, 2006:215). Ao mesmo tempo, começar-se-ia a ser introduzidas “circuitos produtivos que deslocam cada vez mais o padrão que se consolidou nos ‘anos dourados’: esgota-se a modalidade de acumulação denominada *rígida*, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a *acumulação flexível*” (Ibidem).

sobre o sistema metabólico do capital e que tem por eixo substancial o processo da autoconstrução humana, mesmo após o desastre das experiências do “socialismo real”, tem-se revelado (como um momento essencial) de contribuição teórico-metodológica não só para a apreensão intelectual da complexidade da crise em sua totalidade, (ou seja, da sociedade contemporânea que a envolve em sua totalidade), mas em especial, no contexto dos candentes debates emergidos hodiernamente, (o adeus ao proletariado, a descentralização do trabalho no mundo social-humano, o fim da história, a transmutação da subjetividade em simples epifenômeno etc.), para a sustentação teórica das imprescindíveis e viáveis premissas mediante as quais se pode colocar em movimento o substancial processo revolucionário cuja finalidade consiste em superar a fase da pré-história da humanidade.

Finalmente, para o enfrentamento destas candentes controvérsias cuja gênese insere-se no interior do contexto desse modelo sócio-econômico-político e cultural particular à “terceira fase do estágio imperialista” do MPC, intensificadas após o colapso do “socialismo real”, é que esses estudiosos (entre outros), do ponto de vista dos interesses do trabalho na determinação de categoria fundante do ser social, como dimensão social insubstituível e ineliminável que determina (em última instância) o sentido e a direção do devir (da historicidade) reprodutivo da sociabilidade humana, têm-se utilizado das idéias de Lukács (em especial de suas investigações ontológicas) como uma contribuição (entre outras) teórico-metodológica imprescindível.

Mas, quais as repercussões destas transformações impingidas ao processo produtivo no mundo do trabalho? Já se expôs que este sofreu relevantes mutações. O trabalho abstrato descaracteriza-se como momento único e ímpar em seu devir constitutivo de mais-valia? O trabalho como intercâmbio orgânico entre ser social e natureza, o trabalho como “categoria” fundante da ontologia do ser social, teria perdido este seu posto para a política ou para a esfera informacional? A composição orgânica do capital (capital variável e capital constante) desestruturou-se? Seria possível identificar a forma de ser (a densidade ontológica) da classe trabalhadora hoje? Após o colapso das “experiências socialistas” que tinham a ex-URSS como o seu carro-chefe, tornou-se justificável a propugnação de substituir a forma histórica (concreta) do trabalho, enquanto o fundamento da forma de sociabilidade respectiva, pela dimensão da política?

2.2. Ontologia: Trabalho e Emancipação Humana.

O objetivo deste tema consiste em apresentar (ainda que não até às últimas conseqüências) as contundentes críticas que, em nome do trabalho como fundamento ontológico do ser social, como produtor de valores de uso indispensáveis à existência humana, estes autores marxistas levaram a efeito contra os defensores da ordem vigente que propugnam, entre outras teses, a descentralização do trabalho no mundo humano; o adeus à classe trabalhadora, o fim da história, a elevação do mercado a estatuto ontológico do ser social etc. Aqui, é importante enfatizar que 1) as questões (acima enumeradas) são momentos constitutivos dos efervescentes embates contemporâneos postos e impostos como conseqüência da crise das sociedades contemporâneas regidas pelos ditames do capital em sua totalidade; 2) que as respostas (elaboradas teórico-metodologicamente) a tais questões constituem momentos mediadores por meio dos quais as críticas foram concretizadas por estes estudiosos, tanto em suas atividades desenvolvidas no âmbito da academia, quanto em outras instâncias de caráter científico.

É por mais evidente, trata-se de um dado empírico, que há no capitalismo *contemporâneo*, vale dizer, na “terceira fase do estágio imperialista”, em termos quantitativos, (com repercussões qualitativas), uma redução substantiva da classe trabalhadora na esfera produtiva do trabalho abstrato produtor de mais-valia. Assim que, é palpável no processo de produção de mercadorias, neste momento de tecnologização da ciência, do avanço das forças produtivas baseado substancialmente no avanço científico-tecnológico, uma fenomenal diminuição quantitativa (de sua dimensão subjetiva) da força de trabalho, que, no modo de produção capitalista, como repetidamente demonstrou Marx, é transformada em mercadoria, ainda que não em uma mercadoria qualquer, mas na “mercadoria” geradora de valor, em relação aos fatores objetivos, ou seja, às demais dimensões das forças produtivas – aqui, cabe a seguinte ressalva: desde a *Miséria da Filosofia* que Marx pôs à superfície que a força de trabalho se constitui na principal força produtiva; e, em especial, no principal vetor revolucionário.

Assim que a histórica e imanente relação entre os momentos (objetivo e subjetivo) cuja articulação consiste em um momento inexorável no devir produtivo de valores, pode

ser, atualmente, expresso como segue: um aumento crescente do capital constante em relação ao capital variável: a composição orgânica do capital, esta unidade (mas não identidade) contraditória, esta totalidade, no capitalismo *contemporâneo*, está contundentemente submetida a um movimento cujo desdobrar tem implicado um aumento *continuum* do capital constante em relação ao capital variável.

N’*O Capital*, Marx (1982:54), explicitamente, deixa exposta a radical distinção histórico-ontológica e, portanto, primária a qualquer conteúdo de teor lógico-gnosiológico, entre trabalho abstrato (produtor de valor de troca) e trabalho (produtor de valor de uso):

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.

Em momentos posteriores, este caráter essencial-ontológico, quer dizer, em sua “qualidade de trabalho útil e concreto” produtor de valores de uso, em termos universais, é determinado pelo autor alemão (Idem:208-209) de maneira lapidar e inquestionável:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro. O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látego do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, ou se o executa Cincinato lavrando algumas jeiras de terra ou o selvagem ao abater um animal bravio com uma pedra.

Escusado dizer que as abstrações são geradas por mediações concretas imanentes à concreticidade de um determinado contexto sócio-histórico. O que por ora importa consiste em dar toda ênfase acerca da importância destas determinações elaboradas por Marx para o tema proposto. Do que deriva, imperiosamente, a necessidade de levar a cabo uma aparente digressão composta por três momentos. No desdobrar expositivo, tornar-se-á evidente o

significado, do ponto de vista da emancipação do trabalho do jugo do capital, nos debates no bojo das sociedades contemporâneas submetidas à crise de caráter global, desta radical distinção ontológica explicitada por Marx.

Sintetizando: esta fundamental distinção, consiste na pedra angular para a confecção do tema aqui proposto. A totalidade determina-se como uma das essenciais categorias do modo de pensar ontológico dialético-materialista, no interior da qual as categorias têm que ser apreendidas historicamente. Desnecessário assinalar, que do ponto de vista ontológico-metodológico, a totalidade é uma categoria concreta, uma determinação da existência.

A essencialidade ontológica do trabalho para Marx insere-se, intrinsecamente, no contexto da problemática da ontologia do mundo humano-social. Economia na determinação marxiana, não é um tratado de números estatisticamente entabulados; antes, trata-se de um momento constitutivo da produção e reprodução da existência do ser social. Sem o trabalho, não há reprodução social. Na perspectiva de Marx, o trabalho entendido como o fundamento ontológico do ser social, liga-se de modo inerente ao caráter revolucionário de seu pensamento.

Neste modo peculiar de pensar, ciência e filosofia formam um todo; estão em uma inseparável unidade. Tal unidade por sua vez, não se reduz a uma mera questão metodológica; antes, insere-se no contexto das proposições prático-revolucionárias marxianas, já que a crítica à dinâmica materialidade (ao modo de produção e à superestrutura ideológica correspondente) do mundo burguês é de fundamental importância para a sua supressão. A separação analítica de ambas é senão um efeito, com reflexos na produção ideal, da própria fragmentação das personalidades humanas mediante uma imposição, por meio de múltiplas mediações, das contraditórias condições materiais que determinam determinados modos de práxis social na cotidianidade do contexto social das sociedades regidas pela lógica do capital em sua totalidade.

Ou seja, a fragmentação do saber que se expressa sob as suas mais variadas formas, é senão um reflexo do caráter da produção material objetiva que se assenta na divisão social do trabalho característica das estruturas sociais fundamentadas nas classes sociais não só contraditórias, mas, sobretudo, antagônicas entre si.¹⁷

¹⁷ As experiências pós-capitalistas, vale dizer, não se configuram mediante determinações típicas de uma organização societal cuja sociedade civil se baseia nos conflitos que se desdobram entre classes sociais contraditórias e antagônicas. Ao contrário. Nas sociedades pós-revolucionárias, deu-se uma indevida fusão entre o partido (do proletariado) e o Estado. A parte tornou-se o todo. Nas palavras de Netto (2001:21): “O

A “oferta e procura”, “produção e consumo”, diz Mészáros (1993:77-78), explicitando que em Marx o significado ontológico da economia só é compreensível por meio da capacidade de se apreender intelectualmente a relevante idéia de “interações complexas”, que elas

(...) são categorias econômicas *par excellence*, mas somente na superfície. Um exame mais cuidadoso revela que *nenhuma* delas faz qualquer sentido, seja qual for, sem a categoria historicamente mutável das ‘*necessidades humanas*’, que não pode ser explicada, de modo plausível, em termos de determinações econômicas unilaterais.

A separação de um suposto Marx maduro (economista) de um jovem Marx (filósofo), é importante fixar, não condiz com o itinerário intelectual do autor alemão. Na *Ontologia do Ser Social (OSS)*, Lukács, ao que se refere ao assunto agora imediatamente em pauta, igualmente, determina com a mesma ênfase (e, isto, simultaneamente), contrapondo Marx a Hegel, quer dizer, trazendo à tona o caráter primário dos aspectos ontológicos aos lógico-gnosiológicos; ao marxismo vulgar, que, concebe a consciência como uma determinação de leis causais de um objetivismo férreo, como um simples epifenômeno – a anulação da subjetividade é inevitável e a impossibilidade de pensar temas tão complexos, como por exemplo, a liberdade, vêm à superfície.

Falando de Hegel, já observamos que Marx – em nome do concreto caráter de ser que têm as entidades sociais – exige a sua investigação concreto-ôntica (ontológica), ao mesmo tempo em que rechaça o método hegeliano de expor essas conexões sobre a base de esquemas lógicos. Temos, portanto, que no caminho do jovem Marx se delineia com clareza aquela orientação no sentido de concretizar, cada vez mais, as formações, as conexões, etc. do ser social, que – em sentido filosófico – alcançará seu

drama que se desenrola depois de Outubro consiste nesta dupla determinação: a revolução é abortada no Ocidente e a velha Rússia passa a ser o *topus* da experiência da transição. Os experimentos que se seguem, culminado especialmente com a vitória dos comunistas chineses, não revertem aquela dupla determinação: nem incorporam sociedades onde estão presentes os pressupostos visualizados por Marx (...), nem realizam o espraiamento da revolução pelo mundo – antes, configuram o seu insulamento no ‘campo socialista’, ademais de, em boa parte das situações, terem contado com uma dominante externa, o Exército Vermelho como agente de libertação do nazi-fascismo. Este insulamento e esta dominante, mas principalmente as condições econômico-sociais de que arrancam os experimentos revolucionários, respondem pelo tipo de transição que se estabeleceu nas sociedades pós-revolucionárias: a constituição de um sistema político que de alguma forma se converteu, ao cabo de algum tempo, na *ditadura do proletariado contra si mesmo* – para retomar as proféticas palavras, pronunciadas na primavera de 1919, de Lukács (...); ou seja: um Estado hipertrofiado que, sob o controle de um segmento burocrático, arroga-se a inteira demiurga social. A forma política característica deste tipo de transição, a autocracia stalinista, assume, neste desenvolvimento, o traço ‘modelar’ da transição socialista”.

ponto de inflexão nos estudos econômicos marxianos. Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, cuja originalidade inovadora reside, não em último lugar, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de que a economia seja o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o ‘economicismo’ (1979b:14-15).

Não consiste em uma mera casualidade que o filósofo húngaro em sua *OSS*, tendo como ponto de partida o intercâmbio orgânico entre ser social e natureza se tenha proposto a apropriar-se teoricamente das formas específicas de produção e reprodução das sociedades humanas. Mais precisamente, a “delinear as articulações mais gerais que conectam os complexos sociais ao trabalho” (Lessa,2002b:244). Para o autor de Budapeste, na esteira da teoria do ser social de Marx, o trabalho como o modelo da práxis social, na qualidade de categoria central do ser social, não se trata de uma arbitrariedade intelectual. Ao contrário; é antes de tudo uma necessidade ontológica

(...) considerar o trabalho exclusivamente no sentido preciso do termo, em sua forma originária, como órgão do intercâmbio orgânico entre homem e natureza, porque somente deste modo é que podemos destacar aquelas categorias que se produzem originariamente de modo necessário e que por isto fazem do trabalho o modelo da práxis social em geral (Lukács,1981:50).

Desta caracterização ontológico-histórica, cumpre ressaltar quatro importantes pontos: 1) geneticamente, há categorias constitutivas da vida social-humana que são determinadas pelo trabalho e, que, portanto, em suas formas mais complexas, mantêm uma relação de identidade e de não-identidade com sua forma originária¹⁸ – por exemplo, a liberdade, a ciência, a educação, os valores etc; 2) em termos ontológico-genéticos, (e mesmo em suas formas mais complexificadas, estruturadas, independente do contexto sócio-histórico – em termos universais, portanto), o trabalho em sua “qualidade de trabalho útil e concreto” como produtor de valor de uso relativamente a estas categorias,

¹⁸ Lessa, não só em seus estudos específicos relativos à ontologia do ser social lukacsiana, mas igualmente em sua defesa da centralidade do trabalho no mundo dos homens, tem insistentemente, posto o caráter unitário último da sociabilidade humana, que, se objetiva mediante complexas relações entre a identidade da identidade e da não-identidade. Antunes em suas polêmicas com Habermas se utiliza do termo “distanciamento” para expressar estas complexas relações. Voltar-se-á com maiores detalhes sobre esta importantíssima determinação. Mais precisamente em Trabalho: A Ontológica Unitariedade do Ser Social.

consiste na categoria predominante – que se pense na linguagem e/ou no pensamento; 3) aí está caracterizado em termos gerais a índole do método ontológico: analisar ontologicamente consiste em indagar desde a constituição ontológico-genética. Como enfatiza Marx, “(...) o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo” (1978:118). O método-ontológico não consiste em uma aplicação lógica aos aspectos essenciais do ser; em um consenso intersubjetivo; e, tampouco, em colocar as categorias entre parênteses. Mesmo porque, ele as compreende enquanto categorias reais, constituintes do ser; e não como categorias meramente intencionais.

Disto deriva que a dialética subjetiva surge como uma reprodução intelectual da dialética objetiva apreendida em seu imanente processo de constituição genético-histórica – eis o motivo pelo qual a velha separação entre materialismo histórico e materialismo dialético tal como fora propugnada pelo *diamat* é absolutamente carente de sentido; e, 4) que

(...) a problemática do trabalho, como problema filosófico, acompanha todas as investigações sobre o ser do homem, desde que o problema ‘quem é o homem’ seja concebido como problemática ontológica. A ‘ontologia do homem’ não é antropologia. A problemática do trabalho como problema filosófico e como filosofia do trabalho se baseia na ontologia do homem. (...). O espanto que se tem ao constatar que desde os tempos de Marx a problemática do trabalho não se desenvolveu filosoficamente só assume o seu verdadeiro sentido depois de se ter chegado à constatação de que a filosofia materialista é também a última (...) ‘ontologia do homem’ (Kosik, 1976:179-180).

Em seu belíssimo artigo, *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*, a articulação ontológica imanente entre trabalho e ser social, no mesmo diapasão, é enfatizada pelo autor de Budapeste (1978:05-06):

Com o trabalho, (...), dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada, porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto.

Exatamente neste plano genérico que o trabalho é entendido como indispensável à existência humana, e, neste sentido, o trabalho “tem um estatuto ontológico central na práxis social: ‘Com justa razão se pode designar o homem que trabalha... como um ser que dá respostas. (...)’” (Antunes,1995:83). Ser um ser que responde significa ontologicamente ser um ser

(...) que reage a alternativas que lhe são postas pela realidade objetiva, retendo certos elementos que nela existem e transformando-os em perguntas, para as quais busca a melhor resposta possível. Em outras palavras, o homem é um ser que responde a seu ambiente e, ao fazê-lo, ele próprio elabora os problemas a serem respondidos e lhes dá as repostas possíveis naquele momento (Vaisman,1989:411).

As “repostas possíveis naquele momento”, são dadas em forma de decisões alternativas. Uma boa leitura do *Manifesto Comunista* pode trazer à luz que Marx entende as resoluções das lutas de classes como alternativas. E se se recorda a proposição marxiana segundo a qual “A humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem ou pelos menos, são capturadas no processo de seu devir” (Marx,1978:130), se explicita que toda alternativa é de índole concreta: a decisão concreta de pessoas concretas sobre as condições concretamente melhores para viabilizar uma finalidade que é igualmente concreta. Aqui, é suficiente pensar que ao trabalho, como a categoria ontologicamente contraditória e antagônica ao capital, para se emancipar do jugo deste, não lhe resta outra alternativa, por uma necessidade ontológica, senão a de, buscando as concretas e indispensáveis mediações, aboli-lo.

Pois bem, é exatamente nos parâmetros dessa ontológica distinção entre trabalho abstrato e trabalho, (isto é: como indispensável à existência humana, como órgão do intercâmbio entre sociedade e natureza, como protoforma da práxis social, como o fundamento ontológico da sociabilidade humana, que possibilita o desenvolvimento superior do homem, como a questão filosófica que se articula inerentemente à ontologia do ser-precisamente-assim humano, que implica a transformação do mundo-circundante de forma consciente e ativa), que se torna decisiva quando se pretende apreender teoricamente a essencialidade das formas sociais regidas pelo sistema metabólico do capital – mais

precisamente: mediante a forma histórico-concreta deste ato fundante do ser social, quer dizer, mediante o modo pelo qual os homens organizam suas relações e interações com a natureza e entre si. Sua troca material. Na determinação marxiana: mediante a sociedade civil.

Com efeito, a lógica imanente do sistema metabólico do capital, seja em sua particularidade capitalista, seja nas assim chamadas experiências socialistas, atribui ao trabalho uma dupla dimensão: trabalho abstrato e trabalho como a “condição eterna da vida humana”. Este, enquanto categoria histórico-ontológica-universal, articula-se e é subordinado à sua forma histórico-particular: trabalho abstrato – assalariado, produtor de mais-valia, alienado e alienante: sua (particular) universal forma no interior dessas totalidades sócio-históricas.¹⁹

A não distinção desta histórica duplicidade, tanto conceitual quanto por uma questão político-ideológica, certamente suscitará o corolário segundo o qual a crise da sociedade do trabalho abstrato produtor de mais-valia seja concebida de modo eminentemente equivocado como a crise da sociedade do trabalho enquanto o fundamento ontológico do ser social, em sua “qualidade de trabalho útil e concreto”, criador de valores de uso, que, no dizer de Marx, (e, na sua esteira, enfatizado pela ontologia de Lukács), consiste em uma necessidade humana primária, essencial, independentemente do contexto sócio-histórico.

Portanto, na qualidade de prática material-produtiva que transforma a natureza em produtos úteis à existência humana: necessários à reprodução social. E ao transformar a natureza que ontologicamente lhe é independente e auto-suficiente, transforma a sua própria natureza, humanizando-se. Conseqüentemente, não pode haver ser social sem trabalho.²⁰

¹⁹ Em seu *Para Além do Capital*, Mészáros (2002:98), enfatiza que “O capital é um modo de controle que se sobrepe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado (...) pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, por funcionários públicos do Estado de tipo soviético). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *peçoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história. Da mesma forma, se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da ‘burocratização’, eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do ‘peçoal burocrático’ deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do ‘capitalista solícito’, se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital ‘capitalista avançado’”.

²⁰ Todavia, a ontologia dialético-materialista entende que a existência social é irreduzível ao trabalho: “O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo

Sob a lógica objetiva do capital, o trabalho é transformado em trabalho abstrato: suprimindo as suas singularidades, suas qualidades inerentes, na medida em que do seu ponto de vista, o que importa é senão o *quantum* de trabalho coletivo destinado à sua própria acumulação e reprodução. O capital, como relação social, como um sistema de controle societal, subsume o trabalho a trabalho abstrato. Tal operação, contudo, em nada altera o caráter ontológico específico destas modalidades de trabalho. Em termos ontológicos, em que pese as históricas determinações reflexivas, entre trabalho e trabalho abstrato não se desdobra aproximação alguma, muito menos uma identidade entre ambos: “suas funções sociais são e continuam a ser ontologicamente distintas. O trabalho abstrato é a relação social pela qual é produzida mais-valia. Nesse sentido, todas as atividades humanas produtoras de mais-valia são *trabalho* no sentido de *trabalho abstrato*” (Lessa,2002b:30).

Em outros termos, a função social objetiva do trabalho, é uma determinação do *locus*, do peso particular-universal imanente à ontologia desta categoria para a reprodução e emancipação humana; ao passo que a relevância da particular função social do trabalho abstrato se reduz à necessidade inerente da reprodução e acumulação do capital. Este princípio ontológico fundamental, (é importante fixar, já que se trata de questões eminentemente de cariz filosófico-ontológico), transpassa decisivamente toda a ontologia lukacsiana: a maneira de ser dos múltiplos complexos particulares que compõem o ser social conecta-se à concreta mediação de sua “função objetiva” (Idem: 212) e não a “um elemento gnosiológico qualquer” (Ibidem). Neste preciso sentido, “é o lugar ocupado pelo complexo particular no processo de reprodução social a determinação decisiva de sua particularidade” (Ibidem).

A explícita distinção de caráter histórico-ontológico de trabalho e trabalho abstrato, ou seja: a concepção do trabalho enquanto a “condição natural eterna da vida humana”, sob a configuração de ser a centralidade ontológica do ser social, converteram-se em um dos pilares que possibilitaram a Marx formular seu projeto de superação da subordinação e

composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (...). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si” (Lessa,2002b:27-28).
Para se evitar desnecessárias repetições, referir-se-á, salvo nos casos imprescindíveis, a “trabalho” enquanto o fundamento ontológico do ser social, enquanto a “condição natural eterna da vida humana” etc., simplesmente como trabalho.

dominação do trabalho ao capital; e não sua eliminação. Na feliz síntese formulada por Lessa (2002b:34):

(...), é a concepção marxiana, no debate contemporâneo recuperada por Lukács, da centralidade ontológica do trabalho que alicerça sua concepção imanente de história: os homens fazem a história, ainda que em circunstâncias que não escolheram. Tanto as ‘circunstâncias’ como a reação dos homens a elas são igualmente produtos da síntese dos atos singulares em complexos e tendências sócio-históricas universais. Por sua vez, é justamente essa radical historicidade do ser social que possibilitou a Marx sua crítica radical do trabalho *abstrato*, demonstrando que o estranhamento (...) produzido pela exploração do trabalho pelo capital não corresponde a nenhuma essência a-histórica dos homens, podendo portanto ser superada pela constituição da sociabilidade comunista.²¹

Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho,

(...) é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (como sugere Robert Kurz...) ou se trata da crise do trabalho em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a

²¹ A teoria da história edificada a partir do conceito de trabalho como o fundamento ontológico do ser social, que enfatiza as complexas determinações reflexivas entre subjetividade e objetividade humano-social e, conseqüentemente, a possibilidade de sempre transformar a própria história, é totalmente distinta e superior à concepção burguesa sob suas várias vertentes, inclusive à de Hegel. “É apenas meia-verdade a idéia segundo a qual, ao contrário da metafísica medieval, a concepção de mundo burguesa poderia incorporar a radical historicidade do mundo dos homens. A metade que contém a verdade é a afirmação de que a concepção metafísica é impermeável à história. A falsidade se condensa na afirmação da capacidade de o pensamento moderno (incluindo Hegel) pensar a história em todas as suas dimensões. Pois, tal como ocorre com a concepção de mundo hoje predominante, também o auge do pensamento burguês representado por Hegel apenas foi capaz de pensar a história limitadamente, isto é, enquanto processo que teleologicamente conduziria à ordem do capital. Tal como para Hegel, também para os nossos dias a concepção de que o mercado corresponde à nossa imutável essência de proprietários privados é um obstáculo ideológico intransponível para pensar-se a historicidade do próprio capital. De fato, colocada a ordem burguesa como a finalidade da história, está assentado o cenário que tornam inescapáveis os problemas do ‘fim da história’ peculiar à concepção burguesa de mundo.”(Lessa,2005b:80).

A teoria da história que perpassa e ilumina o conceito “trabalho imaterial”, também está radicalmente impregnada por uma visão fatalista, escatológica, já que a história humana é movida e impulsionada por uma força racionalizadora, por um impulso racionalizador. Na feliz expressão de Lessa (2005a:17), trata-se de uma fábula: “Há muitos séculos atrás, quando a Europa estava abandonando o período medieval, surgiu o ‘amor para o tempo a se constituir’. Este amor para o tempo era uma força racionalizadora que mudou para sempre a história dos homens. Levou-os a buscar formas cada vez mais desenvolvidas de sociabilidade. Lançou multidões em enormes jornadas, as revoluções burguesas, que resultaram no padrão de racionalidade da sociedade industrial do século XIX e início do século XX. Esse padrão de racionalidade, ainda que muito superior ao do passado, possuía suas próprias contradições. Tais contradições levaram ao Estado de bem-estar social e à Revolução Russa. O primeiro, pela estruturação de um padrão de produção e consumo de massa, tentou manter o controle do capital sobre a produção. O regime soviético tentou garantir a liberdade pela hipertrofia do Estado”. E ainda: “O ponto de partida de Negri, Hardt e Lazzarato é sua afirmação de que a História, desde o Renascimento, é movida por uma ‘força racionalizadora’ (...), uma ‘motivação humana na busca do político [que] consiste nisso: em viver uma ética da transformação através de uma ânsia de participação que se faz amor para o tempo por se constituir’(...). A essa motivação que se faz amor para o tempo denominaram ‘poder constituinte’” (Idem,78).

natureza (como sugerem Offe...; Gorz... e Habermas... entre tantos outros) (Antunes,1995:77).

Isto é extremamente emblemático para os propósitos do presente momento deste trabalho: qual é o objeto de estudo da Economia Política?

De acordo com Netto e Braz (2006:29):

(...) o objeto da Economia Política são as relações sociais próprias à *atividade econômica*, que é o processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade.

Que se enfatize: o trabalho consiste na base substancial e insubstituível da práxis econômica, na medida em que ele é a concreta mediação pela qual torna-se possível à humanidade produzir seus valores de uso indispensáveis à sua reprodução. Nesta exata medida, o trabalho, cria “os valores que constituem a riqueza social” (Ibidem). Exatamente por isso, é que os “economistas políticos sempre concederam ao trabalho uma importância especial em seus estudos” (Ibidem).

Contudo,

(...), o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.

Ou seja, o trabalho não é simplesmente uma categoria (enquanto uma forma de ser) pertinente à Economia Política; antes, trata-se de uma categoria cujas determinações fazem dele, do ponto de vista ontológico, uma categoria central e imprescindível para a apropriação teórico-metodológica da ontologia peculiar do ser social – dos fenômenos pertinentes à ontologia humano-social.

Ora, para Marx, o fundamento da sociedade é o conjunto das relações de produção: o modo pelo qual os homens organizam o trabalho (as relações e interações entre si e com a natureza) e a vida. Isto significa que as relações de produção não são “de modo algum uma simples questão de economia ou de história ou de sociologia” (Tonet,1977:117). Ao contrário. Trata-se de uma questão eminentemente filosófico-ontológica, já que “é a

resposta à pergunta: qual é o fundamento ontológico do processo de tornar-se homem do homem?”(Ibidem). A apropriação teórico-metodológica da categoria trabalho, enquanto o fundamento ontológico do ser social, possibilitou a Marx fazer a *crítica* à Economia Política, e não *simplesmente* a elaboração de “mais uma obra de economia política”(Ibidem).

Como se vê, trata-se de uma distinção que se enlaça direta e imediatamente aos específicos interesses do proletariado na condição de classe social contraposta e antagônica ao capital. Sumariando: tal distinção é de fundamental relevância, na medida em que consiste em uma determinação ontológica cuja apreensão intelectual pela dialética subjetiva torna pertinente indagar-se pela essência última das formas sociais determinadas pelo “controle sociometabólico” do capital, quer seja sob as formas que assumiram as “experiências socialistas”, quer seja sob o capitalismo *contemporâneo*, que corresponde à “terceira fase do estágio imperialista”. Aqui, focalizar-se-á esta (ontológica) radical distinção à particularidade capitalista.

No campo específico da particularidade capitalista, esta (ontológica) distinção possibilita a apreensão teórica das intrincadas e complexas relações históricas, as interações complexas, que se estabelecem no interior do MPC, cujo desdobrar implicam e compreendem as complexas relações e conexões que se estabelecem entre as (determinações) de identidade da identidade e da não-identidade, quer dizer, que envolve a complexidade que ininterruptamente se complexifica em razão do evoluir essencial e fenomênico (com suas determinações reflexivas) preciso do MPC. Netto e Braz (2006:188) são enfáticos:

O imperialismo é um estágio de desenvolvimento do capitalismo; por isso mesmo, as leis (tendências) que comandam a dinâmica desse modo de produção continuam operando nesse estágio. No entanto, fazem-no sob condições novas e dessas novas condições, que modificam a operação daquelas leis, decorrem processos e fenômenos antes inexistentes (ou que antes não tinham a relevância que, com o imperialismo, passam a ter).

Com efeito, na (*OSS*), Lukács, categoricamente, explicita que

(...) a substância não é uma relação estática-estacionária de auto-conservação, que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao contrário, ela se conserva em essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo (1979b).

Certamente que o trabalho abstrato, produtor de mais-valia, portanto, de mercadorias, é senão um momento imanente constitutivo da essência do capitalismo *contemporâneo*, cujo fundamento persiste (não obstante as importantes mutações) na estrutural divisão social do trabalho como dinamismo dos conflitos irreconciliáveis entre trabalho e capital que se desdobram na práxis social cotidiana na dimensão da sociedade civil. De acordo com Marx (1982:204), “O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz”.

Nas sociedades produtoras de mais-valia, de mercadorias, que se fundamentam no trabalho abstrato, visa-se essencialmente a produção de valores de troca. Na medida em que o valor é sempre o resultado do trabalho humano, ainda que sob a égide do fomento do avanço das forças produtivas de caráter científico-tecnológico, para o capital, a tragédia consiste no fato indelével de que ele não pode suprimir o trabalho vivo de sua composição orgânica. Se o constante revolucionar das forças produtivas implica a intensificação²² da subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto, profundas alterações e extensão das interações e conexões entre o trabalho produtivo e improdutivo e entre o momento intelectual e o de execução do trabalho, todos estes fenômenos, em nada têm alterado a tragédia que é intrínseca ao capital. Como diz Antunes (1999:206-207) referindo-se ao ininterrupto processo de apropriação do saber intelectual pelo capital:

É evidente que desse processo que se expande e se complexifica *nos setores de ponta do processo produtivo* (o que hoje não pode ser em hipótese alguma generalizado) resultam máquinas mais inteligentes, que, por sua vez, precisam de trabalhadores mais ‘qualificados’, mais aptos para operar com essas máquinas informatizadas. E no processo desencadeado, novas máquinas mais inteligentes passam a produzir atividades anteriormente feitas pela atividade exclusivamente humana, desencadeando-se um processo de interação entre trabalho vivo diferenciado e trabalho morto mais informatizado. O que levou Habermas

²² Sobre o princípio da “autonomação”, Alves (2000:43 – em nota 12 de pé de pág.) esclarece que: “Autonomação’ é uma junção das palavras autonomia e automação. É um princípio ‘importado’ por Ohno da indústria têxtil, na qual um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo”. Escusado dizer algo sobre a violenta e perversa potencialização de exploração à qual o trabalhador fora submetido.

a dizer, (...) erroneamente, que a ciência se transformava em principal força produtiva, substituindo – e com isso eliminando – a relevância da teoria do valor trabalho. Ao contrário, (...) há uma nova forma de interação do trabalho vivo com o trabalho morto, há um processo de *tecnologização da ciência* que, entretanto, não pode eliminar o trabalho vivo, ainda que possa reduzi-lo, alterá-lo, fragmentá-lo.

Em síntese: a tragédia do capital é que ele não pode suprimir definitivamente o trabalho vivo, não podendo, portanto, eliminar a classe trabalhadora – o proletariado.

Ademais, a transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se transforma em “linguagem da máquina própria da fase informacional, por meio dos computadores, acentua a tendência apontada por Marx, no Livro I de *O Capital* de redução e transformação do trabalho vivo em trabalho morto” (Idem:124).

Isto é significativo já que se trata de uma questão da própria lógica do movimento de controle societal do capital, e não de uma problemática cuja origem seja determinada por questões de conteúdo gnosiológico, ético e/ou moral. Consiste como se pode perceber, em uma questão imanente à lógica produtiva e reprodutiva do próprio sistema metabólico do capital. As personificações do capital, em virtude das conexões e determinações causais de sua própria forma societal baseada na estrutural divisão social do trabalho, na propriedade privada etc., estão inexoravelmente determinadas a conviver com o trabalho abstrato na qualidade de vetor produtor e realizador de valores e, portanto, como componente necessário e imprescindível para a reprodução social em seu todo de sua própria organização societal.

A burguesia, como e enquanto classe social, faz história não segundo sua indelével vontade; mas a partir das contraditórias e dialéticas condições materiais postas e impostas pelas determinações causais do mundo criado à sua imagem e semelhança – que se pense no proletariado como a contradição viva ao capital, na lei tendencial da queda da taxa de lucro etc. A burguesia como classe social está irremediavelmente condenada a conviver com àqueles que mediante seu trabalho realmente produzem a riqueza social. Como classe social, não pode suprimir o seu antagonismo e sua contradição que lhe é imanente – este seu elemento antagônico, que lhe é senão um seu momento negativo, contraditório e dialeticamente, consiste no fundamento ontológico, real, implacável sob o qual, a reprodução das determinações e conexões imprescindíveis do sistema metabólico do capital, não materializar-se-iam. Esta “tragédia do capital” torna-se ainda mais visível

quando se recorda com Marx (1982:224-225) que o trabalho não só produz valor, mas que também o transfere:

Pondo-se de lado o conteúdo, a finalidade e a natureza técnica do trabalho, o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto de trabalho novo valor por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. Além disso, os valores e os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes do valor do produto; os valores do algodão e do fuso, por exemplo, no valor do fio. O valor dos meios de produção se conserva através de sua transferência ao produto. Ocorre essa transferência durante a transformação dos meios de produção em produto, no processo de trabalho. É levada a efeito pelo trabalho. Mas como?

O trabalhador não executa dois trabalhos ao mesmo tempo, o de acrescentar valor ao algodão com seu trabalho e o de preservar o valor dos meios de produção, isto é, transferir ao fio o valor do algodão que serve de matéria-prima e o do fuso com que trabalha. Apenas por adicionar valor novo conserva o valor antigo. O acréscimo de valor novo ao material de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diversos produzidos pelo trabalhador ao mesmo tempo, embora execute apenas um trabalho. Só se pode evidentemente explicar a dupla natureza desse resultado por meio da dupla natureza do seu próprio trabalho. No mesmo tempo, em virtude de uma propriedade, seu trabalho tem de criar valor, e, em virtude de outra, conservá-lo, ou seja, transferi-lo.

A proposição é explícita e não permite nenhum tipo de tergiversação: o trabalho produz e transfere valores. Hodiernamente, não obstante a reestruturação de o anterior devir produtivo com base no binômio taylorismo-fordismo, peculiar aos “anos dourados” do estágio imperialista do MPC, a apropriação do saber intelectual pelo capital, do princípio de “autonomação/auto-avaliação”²³ desenvolvido pelo toyotismo etc., a “tragédia” persiste

²³ “O princípio de ‘autonomação/auto-avaliação’ consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação. Nesse caso, a ‘autonomação’ designa o princípio de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso, em que o trabalho interage ativamente com processos produtivos automatizados. O toyotismo desenvolveu o conceito de ‘autonomação’, ampliando-o a situações de trabalho e operações que não mobilizam necessariamente máquinas automáticas. Ohno criou o conceito de ‘auto-avaliação’ para caracterizar os dispositivos organizacionais que dizem respeito à execução do trabalho humano.

“Na verdade, a idéia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso, é importante uma nova concepção de linha de produto e um novo perfil de operário. Surge, desse modo, o princípio de linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Ocorre a ‘desespecialização operária’, com a substituição dos ‘operários parcelares’ por ‘operários polivalentes’, os profissionais plurioperadores” (Alves;2000:43-44).

como se fosse um espectro a rondar e a frustrar o objetivo mor do capital: colocar o trabalho vivo (o capital variável como um momento constitutivo da composição orgânica do capital) no museu da história.

Portanto, a grande questão de fundo permanece e fora posta inteligentemente à superfície por Antunes (1995:77): a sociedade contemporânea, “é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias?”. No caso de uma resposta afirmativa, elucida-se que a crise da sociedade do trabalho abstrato “somente poderá ser entendida, em termos marxianos, como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto” (Ibidem). Quer dizer, fundamentando-se analiticamente (entre outras contribuições teóricas) na crítica da Economia Política elaborada por Marx.

Mesmo porque, a evolução do MPC, ao longo de todo século XX, isto é, as complexas determinações que envolvem e determinam a complexidade que se caracteriza mediante as relações e interações que se desdobram entre as categorias de identidade da identidade e da não-identidade precisas desta evolução, não infirmam nenhuma de suas tendências estudadas por Marx. Ao contrário, comprova-as amplamente. Netto (2001,36-37), as enumera como segue:

(...) a concentração e a centralização do capital; o caráter da produção capitalista; a reiteração das crises periódicas; as dificuldades crescentes para a valorização; os problemas referentes à manutenção dos patamares das taxas de lucros; a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes emersões de pobreza absoluta; e, os processos alienantes e reificantes.

Em outras palavras, “O desenvolvimento da ordem burguesa, até este limiar do século XXI, vem *repondo* as determinações estruturais que a teoria marxiana apreendeu nela” (Idem:37).²⁴

²⁴ “A perspectiva teórico-metodológica” – diz o autor – (Idem:37) “instaurada pela obra marxiana – com seu cariz ontológico, sua radicalidade histórico-crítica e seus procedimentos categorial-articuladores – é aquela que permite, arrancando dos ‘fatos’ objetivados na empiria da vida social na ordem burguesa, determinar os processos que o engendram e as totalidades concretas que constituem e em que se movem. Esta perspectiva é a que propicia, na dissolução da pseudo-objetividade necessária da superfície da vida capitalista, apreender e desvelar os modos de ser e de reproduzir-se do ser social na ordem burguesa. (...). Entretanto, o desenvolvimento da ordem burguesa não vem apenas repondo as determinações estruturais descobertas por Marx. Ela não as repõe simplesmente: ora as modifica, porque suas condições dinâmicas se alteraram; ora as subverte, conferindo-lhes articulações outras, porque sua estrutura se complexificou sensivelmente; mais: *tal desenvolvimento põe novas determinações*, ignoradas/desconhecidas por Marx. Em quaisquer destes casos, o que há que operar é precisamente a análise da dinâmica do desenvolvimento contemporâneo da ordem burguesa a partir das descobertas de Marx, uma vez que nelas está a condição *indispensável* (mas não

Ademais, é forçoso aqui lembrar que de acordo com o método ontológico-histórico, a essência, não obstante sua constante mudança, se “conserva enquanto essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo”.

Pois bem, em termos universais, a práxis humana é uma determinação essencial do ser social. Sob a contraditória determinação capital-trabalho, ela é a essência do ser social em sua particular-universal configuração no MPC. O que aqui importa, em articulação com o que por ora está imediatamente em foco, é pôr em destaque que o MPC, enquanto substância, que também se transforma,

(...) não sofrer alteração essencial, o mundo será fundamentalmente o mesmo, não importa quantas e quão intensas tenham sido as mudanças, quão complexo, dinâmico, heterogêneo e multifacetado seja o seu estado atual” (Tonet: 1997:211-212).

Retomando agora a questão formulada por Antunes, deve-se realçar que se à mesma, responde-se negativamente, recusa-se o papel central do trabalho, tanto em sua dimensão abstrata, criador de valor de troca, de mais-valia, quanto em sua “qualidade de trabalho útil e concreto”, criador de valor de uso, que, nesta dimensão, é imprescindível para a produção da riqueza material indispensável à reprodução social. Em momentos posteriores, tratar-se-á do pressuposto marxiano segundo o qual o “trabalho associado” é a mediação ontológica material-objetiva, a única mediação categorial que ontologicamente pode possibilitar concreta e efetivamente superar a pré-história da humanidade.

Os que pactuam da recusa assinalada, advogam a descentralização do trabalho, desconsideram a essencial distinção entre trabalho e trabalho abstrato. Daí o inevitável corolário: adeus ao trabalho – quer quando concebem a sociedade contemporânea como sociedade de serviços, pós-industrial e/ou pós-capitalista, quer quando a entendem

(...) pela vigência de uma lógica institucional tripartite, vivenciada pela ação pactuada entre o capital, os trabalhadores e o Estado, essa sociedade contemporânea, menos mercantil e mais contratualista, não mais seria regida centralmente pela lógica do capital, mas pela busca da alteridade dos sujeitos sociais, pela vigência de relações de civilidade fundadas na cidadania, pela expansão crescente de ‘zonas de não-mercadorias’, ou ainda pela disputa dos fundos públicos (Antunes,1995:78).

suficiente) para apanhar os novos processos (Idem:38).

Em outros termos, o processo de reestruturação produtiva em curso não traz consigo, em seu âmago, a possibilidade de suprimir sua contradição essencial, a qual, lhe é intrínseca, imanente ao seu metabolismo de valorização e de acumulação: sem trabalho abstrato, não há em definitivo capital; não há produção de mais-valia necessária para a reprodução da sociabilidade burguesa em seu todo. De outra parte, sem o trabalho na “qualidade de trabalho útil e concreto”, produtor de valores de uso, como o fundamento ontológico do ser social, enquanto o intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, como o entendem Marx e Lukács, não há o essencial: a história humana.²⁵

Deste modo resulta que a crise estrutural do capital mediante seu processo de reestruturação produtiva, ao invés de eliminar, ao contrário, tem senão fomentado novas interações e interconexões entre os fatores subjetivo e objetivo no processo produtivo, por razões das novas exigências da lei do valor impostas por sua própria crise (em escala global) de caráter estrutural. Consolidam-se, portanto, mudanças de caráter fenomênico e não (isto é obvio, por razões das intrínsecas determinações causais de sua lógica de se valorizar e de se acumular) essenciais. Sumariando: mediante uma peculiar unidade dialética de continuidade-descontinuidade, em novos patamares, portanto, “as determinações” estruturais do MPC, “até este limiar do século XXI”, continuam, implacavelmente, sendo repostas.

²⁵ O processo de reestruturação produtiva como uma decisão alternativa cujo escopo consiste em superar a crise estrutural do capital que se estabeleceu, além de implicar as profundas mudanças no mundo do trabalho (heterogeneidade, fragmentação, precarização da classe trabalhadora etc.), este processo de reestruturação produtiva, que, em outros termos, se trata de uma atual ofensiva do capital em escala global contra o trabalho, peculiar ao atual estágio imperialista do MPC, tem posto em realidade em sérios riscos a própria existência da humanidade – que se pense nas recentes catástrofes ecológicas de toda ordem. Isto é assim porque “o sistema do capital em si não é apenas a reunião de um conjunto de entidades materiais, organizadas e, sempre que as condições o exijam, reorganizadas com sucesso numa ordem adequada pelos recursos combinados da ‘racionalidade instrumental’ e da ‘ética protestante do trabalho’, como é geral e erroneamente entendido. Pelo contrário, é um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de lógica própria e de um sistema orgânico de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si (...) todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados”(Mészáros,2004:16).

Ainda de acordo com o mesmo autor em (2002:832-833): “(...), o capital – por sua própria natureza e suas determinações internas – é *incontrolável*. Portanto, investir as energias de um movimento social na *tentativa de reformar* um sistema substancialmente *incontrolável* é um empreendimento muito mais infrutífero do que o trabalho de Sísifo, já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de exercer controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que estamos tentando reformar. Desde o princípio, isso foi o que condenou e tornou autocontraditório o empreendimento parlamentar socialdemocrata. Por décadas os partidos socialdemocratas continuaram a iludir a si próprio e a seus eleitores de que seriam capazes de instituir, ‘no devido tempo’, por meio da legislação parlamentar, uma reforma estrutural do *incontrolável sistema do capital*”.

A justeza do que se está expondo pode ser verificada através das heterogêneas formas de resistência dos trabalhadores à ofensiva do capital em escala global – ainda que não sem vacilações e contradições, com trágicas conseqüências para a classe trabalhadora – tanto aos aspectos objetivos, em sua forma de ser, quanto aos subjetivos, sua consciência de classe etc.

Dois momentos são suficientes para que se demonstre a prova dos nove.

As respostas, entretanto, têm sido diferentes: da parceria com o capital, até a recusa firme e decidida em co-participar de um projeto que tem fraturado substancialmente as classes trabalhadoras em todas as partes do mundo onde vigora a lógica destrutiva do capital. Em ambos os casos, entretanto, apesar das fortes diferenças, as dificuldades têm sido enormes (Antunes,1996:21).

Mészáros (2004:53), traz à tona um dos momentos mais infelizes e incoerentes (o que demonstra a total falta de compreensão do processo em curso, um momento de profundo estranhamento, de individualidades inautênticas, de total ausência de solidariedade entre os trabalhadores, uma subsunção plena ao capital, uma ausência de internacionalismo proletário, em resumo, uma absoluta ausência do que chamou Antunes – 1999:205: “o sentido de pertencimento de classe”), dos trabalhadores:

Tragicamente, a vitória do governo reacionário de Margaret Thatcher contra os mineiros se deveu também ao fracasso da solidariedade da classe trabalhadora: internamente, pelo comportamento do Partido Trabalhista sob liderança de Neal Kinnock de abandonar os mineiros na fase final e crucialmente importante da disputa, fazendo assim prever a completa integração do ‘Novo Trabalhismo’ com a ordem estabelecida, e, internacionalmente, pelo envolvimento do sindicato polonês – chamado ‘Solidariedade’ – que, traindo clamorosamente o ideal escrito em letras grandes na sua bandeira, aliou-se ao governo britânico opressor, em vez de negar o fornecimento e transporte de carvão para a Grã-Bretanha naquele momento crítico.

Explicita-se, portanto, que se trata da luta de classes: dos conflitos sociais que se desdobram na dimensão da sociedade civil; e da forte presença do Estado como expressão jurídico-política, no seu exercício de guardião protetor dos interesses do capital.

Em suas pesquisas filosófico-ontológicas, Lukács, re-enfatiza o fato de que não há práxis social sem uma prévia-ideação, sem um momento ideal, sem teleologia, e que “a ideologia é antes de tudo aquela forma de elaboração ideal da realidade cuja função social consiste em tornar consciente e operativa a práxis social dos homens” (1981: 446).

O grande capital, (os monopólios), para fomentar sua estratégia de combate ao trabalho, patrocinou “a divulgação maciça do conjunto ideológico que se difundiu sob a designação de **neoliberalismo**” (Netto e Braz, 2006:226).

Pois bem, especificamente no que tange ao papel do Estado nesta “terceira fase do estágio imperialista”,

A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de ‘diminuir’ o Estado e cortar as suas ‘gorduras’, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Contudo, melhor que ninguém, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal (...). (Idem:227).

Em definitivo, o capitalismo *contemporâneo*, mediado por suas (recentes) determinações, com suas dramáticas implicações à classe dos trabalhadores em razão de sua reestruturação do processo produtivo, tanto o trabalho abstrato, quanto a presença e a função social do Estado, prevalecem na qualidade de essenciais e imprescindíveis determinações para a reprodução e acumulação do capital – a determinação (da práxis) de substância universal do social sob a forma contraditória trabalho-capital, revela-se, em seu *continuum*. Este *continuum*, esta contradição particular-universal precisa do MPC, também é posto à superfície, igualmente, por Vasapollo (2005:105):

A tendência atual, com o aumento do número de trabalhadores assalariados que estão fora da produção material, com o aumento dos empregados flexibilizados e dos precarizados, dos atípicos, além do incremento dos índices de trabalho intelectual, dos falsos trabalhadores autônomos, que compreendem o ‘operário coletivo, tudo isso está longe

de testemunhar a ‘desproletarização’ da classe operária ou da classe trabalhadora.²⁶

Das críticas asseverações de Vasapollo, é imperioso observar que em termos estatísticos, isto é, de dados extraídos com base na imediaticidade da práxis social cotidiana, da mais pura empiria, não se pode concluir-se pela extinção do proletariado como classe social contraditória e antagônica ao capital. Não que os dados estatísticos sejam desprovidos de todo valor para a elaboração do saber científico. Não se trata disto. O problema é bem mais complexo. Trata-se (já que a realidade é uma unidade de essência e fenômeno), de apreender, teórico-metodologicamente, toda esta empiria, esses dados fenomênicos, em unidade com as essenciais determinações estruturantes do ser social em questão. Isolar, analiticamente, o fenômeno da essência e tratá-lo como essência, implica a não ser no mais puro e simples falseamento da realidade. Considerar a realidade humano-social (em unidade com a ontologia da natureza) em sua totalidade, a partir de seu fundamento ontológico, na histórica concreticidade de suas determinações reflexivas com

²⁶ “A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, *no caso em que se apresentem* isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou ‘autêntica’ realidade” (Kosik, 1976:12). Determinação precisa que não permite tergiversação. Ora, o método ontológico-histórico, (sem identificá-los), confere à essência e ao fenômeno o mesmo estatuto ontológico. Ademais, quer seja a fluidez (fenomênica) quer seja a continuidade da essência (em seu ininterrupto devir), são, analiticamente, explicitados tendo por base os parâmetros do seu ser em suas múltiplas determinações objetivas, reais. Como expressa Chasin, (com Mészáros), referindo-se à crise de caráter estrutural do capitalismo *contemporâneo*: “A crise estrutural do capitalismo tem a cara medonha da crise do sistema financeiro internacional. Ou melhor, o complexo agudamente contraditório das finanças internacionais é a *máscara* que reveste a estrutura crítica, (...), do sistema produtivo global. ‘Pois o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a manifestação de crises econômicas de raízes profundas, do que a sua causa, ainda que, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento’ (...). Mais uma vez o fenômeno vela e se contrapõe à essência: não há caloteiro maior do que o credor de todos os credores, a *república* exemplar do extremo norte das Américas. A dívida interna e externa dos EUA alcançam cifras fantásticas, do mesmo modo que seus déficits públicos e comerciais, atingindo sua adição a ordem de grandeza dos trilhões de dólares. São números siderais, – diante dos mesmos a dívida latino-americana é poeira miúda, que some de baixo do tapete. O mais extraordinário, todavia, é que, através desse endividamento que exorbita os limites da pobre imaginação terceiro-mundista, o gigantesco cangaceiro do norte exercita sua modernização civilizadora de caráter imperialista. Não apenas sobre os países da América Latina, mas também sobre as nações européias e asiáticas, incluídas a Alemanha e o Japão, dentre as quais, é o caso exemplar e gritante, a triste figura da Inglaterra de Madame Thatcher” (1989:8).

É importante aqui deixar fixado que não há entre os autores marxistas brasileiros focalizados uma concepção uníssona acerca da estrutura ontológica do proletariado no bojo do capitalismo *contemporâneo*. Antunes por exemplo, trabalha com a “noção de classe trabalhadora ampliada” Uma “noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital” (1999:103). Ao passo que Netto, entende que “A classe proletária (ou proletariado) é constituída pelos operários *urbanos e rurais* e se insere no conjunto bem mais amplo dos trabalhadores assalariados (que não constitui, estritamente *uma classe*); nesse sentido, rigorosamente, proletário não é o mesmo que trabalhador – todo proletário é trabalhador, nem todo trabalhador é proletário. É por isso, aliás, que evitamos a expressão *classe trabalhadora*, ainda que autores clássicos a utilizem” (2006: 220 – em nota 5).

as demais dimensões do ser social, é condição necessária para se apropriar intelectualmente da essencialidade do ser-precisamente-assim.

Aqui, algumas referências às perspicazes críticas elaboradas por Netto e Braz em *Economia Política – uma introdução crítica*, são suficientes para corroborar a falácia da tese que pretende sustentar a descentralidade do trabalho do mundo dos homens.²⁷

Assinalam os estudiosos que a teoria do valor-trabalho fora abandonada há muito tempo pelo pensamento que se contenta com a análise da dinâmica relativa aos fenômenos econômico-sociais que se desdobram no bojo da totalidade da sociedade burguesa.

“Nos últimos trinta anos”, – assinalam – quer dizer, hodiernamente (com suas particularidades) da ofensiva do capital ao trabalho no contexto da fase atual do “estágio imperialista” do MPC, “a própria centralidade do trabalho vem sendo posta em questão por algumas das correntes de peso nas Ciências Sociais” (Netto e Braz,2006:50) – que se pense em Habermas, Offe, Gorz, Kurz etc.

A partir de qual suposto “fundamental” se advoga a descentralidade do trabalho? Dos então “inquestionáveis” fatos empíricos. Da imediaticidade da práxis social cotidiana – vale dizer, do isolamento (no plano meramente analítico) entre fenômeno e essência. Evidentemente que privilegiando, como o momento significativo da análise, os aspectos fenomênicos. No isolamento, converte-se a imediaticidade na concreticidade, ou (para se lembrar de Kosik), transmuta-se a pseudoconcreticidade no fundamento essencial da realidade. Nas palavras de Netto e Braz

(...) a partir da constatação estatística de dois fenômenos de muita visibilidade desde os anos oitenta do século passado – a redução dos contingentes de trabalhadores alocados à produção de bens materiais e o crescente desemprego que afeta praticamente todas as sociedades capitalistas contemporâneas –, teóricos de posições diversas sustentam, propondo soluções analíticas muito diferentes, que o trabalho já não se constitui mais o eixo a partir do qual se organiza a vida social. Tornou-se freqüente, nos meios acadêmicos, o discurso acerca do ‘fim do trabalho’, do ‘fim da sociedade do trabalho’, assim como a referência à ‘sociedade (ou economia) do conhecimento’ – discurso geralmente associado às várias ideologias ditas pós-modernas (Ibidem).

²⁷ Com as referências às críticas considerações formuladas por Netto e Braz, objetiva-se tão-somente evitar as desnecessárias repetições. Para se evitar possíveis mal-entendidos, cf. obras tais como: de Antunes: *Os Sentidos do Trabalho* (1999); *Adeus ao Trabalho?* (1995) etc; de Chasin *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda* (1989) etc; de Lessa *O Mundo dos Homens* (2002b) etc.

Todavia, quando se considera a dinâmica essencial da sociedade capitalista, com suas constantes mutações e reposições de seus predominantes componentes estruturantes, constata-se que esses “dois fenômenos”, “**não autorizam a desconsideração do trabalho**” (Ibidem) do ser social, por parte das análises que os têm como o ponto fulcral para se apropriar intelectualmente da realidade em seu ser-precisamente-assim existente.

O fato de, em termos quantitativos (com repercussões qualitativas), estar ocorrendo uma redução substantiva da classe dos trabalhadores na esfera do setor produtivo do trabalho abstrato produtor de mais-valia, estatisticamente entabulados, (no plano meramente lógico), inferir-se a supressão do proletariado na qualidade de determinação negativa do capital e, por extensão, a eliminação da categoria trabalho na condição de fundamento ontológico do ser social, resulta da própria imanência dinâmica dos determinantes estruturais do MPC.

Ora, esta redução expressiva dos trabalhadores na dimensão produtiva da economia, “explica-se pelo formidável desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que exponenciaram a produtividade do trabalho (...)” (Ibidem).

Quanto ao estrutural desemprego, insere-se no quadro dos intrínsecos

(...) limites da sociedade burguesa, no interior da qual não há soluções que permitam inscrever todos os homens e mulheres aptos nos circuitos do trabalho – sempre foi própria à sociedade burguesa uma *população excedente* (...); agora, levada a um extremo para o qual essa sociedade não tem outra proposta senão a do ‘terceiro setor’ ou a pura e simples assistência social (Ibidem).

Essas alternativas, a rigor, demonstram que o MPC, inexoravelmente, em razão de sua própria lógica de produção e reprodução, não pode responder aos problemas por ele mesmo engendrados, de um modo humano e progressista.

Em síntese, o fato de parte das

(...) Ciências Sociais, em face dos limites da sociedade burguesa, não contribuírem para a sua crítica, mas, ao contrário, colaborarem para desqualificar o trabalho, como ‘um valor superado’, esse fato é eloquente acerca da função legitimadora e apologética dessa parcela das disciplinas acadêmicas (Idem:51)

em prol da reprodução do MPC (com todas as conseqüências dramáticas para o proletariado; assim como para a própria sobrevivência da humanidade) em sua atual fase imperialista. Em termos lukaesianos, assumem a condição de formas ideológicas.

Portanto, as sociedades contemporâneas não invalidam nem uma vírgula sequer a teoria do valor-trabalho de Marx; de sua crítica à Economia Política. Que se enfatize: o trabalho consiste na categoria central da teoria do ser social de Marx. Já no Posfácio de 1967 de sua *História e Consciência de Classe (HCC)*, Lukács (1974:357), assinalava, com toda força e contundência, que na “economia marxista” o trabalho sob a condição de “mediação da troca orgânica entre a sociedade e a natureza”, consiste na “categoria (...) fundamental”.

Na ontologia marxiana, contudo, (como já expôs em momentos anteriores com o próprio Lukács), isto não implica e tampouco sugere uma concepção economicista-mecanicista. No autor alemão, o método dialético apreende a lógica das coisas em sua totalidade. Todo complexo está em determinação reflexiva com os demais complexos constituintes da sociabilidade em sua uma totalidade. O liame (a mediação concreta), que articula (por meio de uma cadeia de complexas determinações reflexivas) as demais instâncias do ser social, conferindo-lhe uma racionalidade e uma unitariedade, consiste exatamente no trabalho.

Porém, a ontologia dialético-materialista entende que em toda totalidade orgânica há, por uma determinação ontológica, e não por razões de conteúdo lógico-gnosiológico, sempre e ineliminavelmente, um momento predominante.

O trabalho, tão-somente existe no interior de uma totalidade social. Trata-se de uma categoria essencialmente social. E o fato de ser

(...) ‘parte’ do mundo dos homens não apenas não cancela como é a condição de possibilidade absolutamente necessária para que possa desdobrar seu caráter de categoria fundante do mundo dos homens. (...), ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas ser portador das determinações essenciais do ser social, das determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza (Lessa, 2002b:38).

Para as preocupações que norteiam a confecção do presente momento deste trabalho, as considerações supra não derivam de uma casualidade. Ao contrário; elas inserem-se no

contexto da intransigente defesa da ontológica centralidade do trabalho no mundo dos homens. Ora, contra os defensores da ordem vigente, deve-se sempre enfatizar que a dimensão econômica (o trabalho) no sentido marxiano-lukacsiano, em sua forma histórico-concreta, em última análise, é a não ser, o momento predominante. Assim que se faz mister apresentar algumas considerações acerca dessa determinação de extremo valor ontológico-metodológico. Considerando sua enorme complexidade; e sua importância como um momento da crítica aos que propugnam a descentralidade do trabalho do ser social, as apresentar-se-á em um subitem à parte.

2.2.1. Trabalho: O Momento Predominante.

Aqui, objetiva-se apresentar algumas outras ontológicas determinações, que, de acordo (na esteira da ontologia marxiano-lukacsiana) com os marxistas aqui focalizados (Netto, Lessa, Tonet, Chasin, Antunes) conferem ao trabalho a categoria central estruturante do ser social. Mais precisamente: apresentar algumas das determinações que conferem à forma histórica, concreta, do trabalho, a condição de momento predominante, de prioridade ontológica, da sociedade emancipada da dominação e opressão do capital. Emancipação da humanidade e emancipação do trabalho são termos equivalentes. Como diz Lessa (2005b:77 – em nota:5): “O antípoda do trabalho abstrato não é o trabalho concreto, mas sim o trabalho emancipado”.

Preliminarmente, cumpre fixar uma importante observação: aqui, dar-se-á ênfase à crítica da tese propugnada pela então chamada esquerda democrática segundo a qual a inteligibilidade do ser social assentar-se-ia na dimensão da práxis política e não no trabalho. A categoria privilegiada, determinada histórico-ontologicamente, mediante a qual esta crítica fora elaborada, (em especial por Tonet), consiste na liberdade.

Importa também deixar exposto que o constructo teórico elaborado pela esquerda democrática não se configura mediante uma defesa da ordem capitalista.

Lukács, em seu famoso Posfácio de 1967, diz que, entre outros méritos, fora o fato de *HCC* “ter dado à categoria da totalidade, (...), o lugar metodologicamente central que sempre ocupara na obra de Marx” (1974:360).

O autor húngaro, todavia, faz a seguinte ressalva: enquanto Lênin, também acerca desta importante categoria,

(...), renovava realmente o método de Marx, houve em mim um exagero (hegeliano), porquanto eu punha o lugar metodologicamente central da totalidade à prioridade do fator econômico: ‘Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade’. (Idem:360-361).

Tal paradoxo metodológico, continua o autor, era ainda acentuado pelo fato de se considerar que “a totalidade é a categoria portadora do princípio revolucionário da ciência: ‘O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência’” (Idem).

Como se vê, segundo o próprio autor, este deslocamento é incompatível com o revolucionário método ontológico de Marx. Na *OSS*, o momento predominante comparece como uma das características mais marcantes e inovadoras da dialética marxiana relativa à de Hegel. Ainda segundo o autor de Budapeste, a inovadora concepção deste acerca do trabalho como teleologia posta, é suprimida em virtude desta categoria peculiar à ontologia do ser social, receber em seu sistema filosófico uma determinação lógica.²⁸ Em Marx, ao contrário, as categorias particulares constitutivas do ser social não se confundem com os nexos causais que determinam a ontologia da natureza; e, fundamentalmente, com os aspectos lógico-gnosiológicos. Com efeito, para a ontologia dialético-materialista, as “categorias exprimem (...) formas de modos de ser, determinações de existência” (Marx, 1978:121).

No bojo do todo destas “formas de ser”, em todo sistema, assim como em toda inter-relação, por determinações intrínsecas aos diferentes complexos componentes da unidade, da totalidade, há sempre um momento predominante. A prioridade em termos ontológicos significa que a existência de um determinado complexo depende da existência de um outro; mas não vice-versa. Sem a sociedade civil no quadro dos contextos estruturados sobre a divisão social do trabalho, em classes sociais antagônicas, não há a possibilidade existencial

²⁸ Sobre a genial descoberta hegeliana da teleologia no processo do trabalho, no interior de seu sistema filosófico marcado por uma mescla de uma falsa e de uma verdadeira ontologia, Lukács, entre outras considerações, argumenta que “(...), toda essa concepção inovadora do trabalho como teleologia posta é tão-somente uma ilustração – usada incorretamente – da conexão lógica na qual a teleologia se apresenta ainda como ‘verdade’ do mecanicismo e do quimismo no interior da natureza entendida em termos logicistas; ou seja, apresenta-se ainda como categoria da própria natureza” (1979a:58).

do Estado. Ademais, que esta prioridade ontológica está ausente de toda hierarquia de valores; e de todo conteúdo de teor lógico-gnosiológico.²⁹ Linguagem e pensamento, por exemplo, não ultrapassam jamais os limites da auto-alimentação mútua. Porém uma vez estruturados,

(...) a linguagem e pensamento conceitual em virtude dos carecimentos do trabalho em seu desenvolvimento se apresentam como ininterruptas e inelimináveis ações recíprocas, e o fato de que o trabalho continua sendo o momento predominante não suprime estas inter-relações, mas ao contrário, as reforça e intensifica. Disto segue necessariamente que no interior de tal complexo, o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e sobre o pensamento conceitual, e reciprocamente (Lukács, 1981:58).

As inúmeras e diversas determinações reflexivas que se desdobram entre estes diferentes complexos, no interior da unidade, não suprimem, ainda que devidamente estruturados, o caráter do trabalho enquanto momento predominante. Consiste em uma determinação ontológica, no devir constitutivo e reprodutivo do ser social, posta em virtude do próprio caráter dos complexos envolvidos. A prioridade do trabalho abstrato, em virtude da intrínseca lógica do capital em seu devir reprodutivo e acumulativo, em relação ao trabalho como “a condição natural eterna da vida humana”, é senão uma determinação histórico-social, mas não histórico-ontológica.

Mais precisamente: o trabalho abstrato não consiste em um momento imanente da ontologia do ser social. Ao contrário: ele é a não ser uma das concretas formas históricas fetichizadas e estranhadas do trabalho – disto deriva que o trabalho abstrato não se articula ao problema “quem é o homem”, não se configurando, portanto, como uma problemática filosófica. Em síntese: o trabalho abstrato não é uma mediação primária, de primeira ordem, “cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal”

²⁹ No capítulo sobre Marx, a determinação lukacsiana é inteiramente lapidar e precisa: “(...) é preciso distinguir claramente o princípio da prioridade ontológica dos juízos de valor gnosiológicos, morais, etc., inerentes a toda hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível” (1979b:40). Para que se evite qualquer mal-entendido em relação à categoria da totalidade, enquanto um importante princípio ontológico-metodológico, é importante fixar que “Quando se afirma que a objetividade é uma propriedade primário-ontológica de todo ente, afirma-se em consequência que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade” (Idem:36).

(Antunes,1999:19); ao revés, ele consiste em um momento constitutivo de um grupo de mediações de segunda ordem³⁰, que, engendradas pelo sistema do capital,

(...) corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de *primeira ordem* ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico (Idem:20).

N^o *Capital*, referindo-se às intrincadas relações entre valor de uso e valor de troca (que em outras palavras, por mediações, são senão referências às inter-relações entre trabalho e trabalho abstrato), Marx (1982:42-43), assim se expressa:

Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma societal dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.

Em outros termos, por uma determinação ontológica, é absolutamente possível a construção de uma forma societal fundamentada na produção de valores de uso, na qualidade de sua riqueza material social, como “a condição natural eterna da vida humana” totalmente desvinculados da produção do valor de troca; mas não vice-versa. Enfatizando: o momento predominante (na unidade trabalho e trabalho abstrato) entre estes diferentes complexos, implacavelmente, consiste no trabalho como “a condição natural eterna da vida humana”. A justeza da crítica, efetuada pelos autores marxistas brasileiros aqui focalizados às teses que propugnam o fim do trabalho, o fim da história, a substituição do trabalho enquanto a categoria central do ser social por uma outra dimensão deste, revela-se, corroborada, em sua concreticidade e em sua magnitude.

³⁰ Antunes (1999:19-20), com Mészáros, esclarece que as mediações de primeira ordem se definem pelas seguintes características: “1) os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza; 2) eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem (...) baseados em um intercâmbio sem mediações com a natureza (como fazem os animais), regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que esse comportamento instintivo possa ser (...)”. Também com Mészáros (Idem: 21-22) explicita que as de segunda ordem se caracterizam mediante os seguintes componentes: “1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; 2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder que exerce o mando sobre eles; 3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas –, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias (...)”.

Em sua obra *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*, obra que se pauta pela intransigente defesa de que a prática educativa cujo objetivo seja o de contribuir para a formação de pessoas efetivamente livres, deve nortear-se pela emancipação humana (quer dizer, pelos princípios fundamentais para a superação da pré-história da humanidade – para a construção da civilização comunista) e não pela cidadania (ou seja, pelos princípios que não possibilitam ir para além dos limites da ordem vigente – da sociabilidade burguesa), Tonet, ao focar o tema da emancipação humana, insiste que este se conecta, em Marx, à dimensão da economia (ao trabalho) no sentido ontológico –sob a determinação de fundamento ontológico, na condição ontológica de momento predominante. E isto, com o propósito de se contrapor às “frequentes deformações e tentativas de desqualificar a ‘proposta’ marxiana, atribuindo-lhe um caráter idealista, especulativo, utópico ou fantasioso” (Tonet,2001:111); e às “incompreensões quando das tentativas de superação do capitalismo”(Ibidem) – as críticas do autor destinam-se sobretudo à então chamada esquerda democrática. Ilustrando: o conceito de “via democrática” para o socialismo, elaborado pela esquerda democrática, assevera Tonet,

(...), não significa apenas uma ênfase no espaço democrático como o meio mais adequado para a classe trabalhadora travar as suas lutas para a superação do capital. Mais do que isto, ele significa que as objetivações democrático-cidadãs (...) terão vigência também no socialismo (Idem:20).

Contudo, o mais importante, mediante a proposição “via democrática” para o socialismo, consiste no fato de que

(...), através de um deslizamento crescente (...) a economia vai perdendo o seu lugar como matriz do ser social, como princípio de inteligibilidade deste e como momento determinante da ação, sendo substituída pela política. Deslizamento este que, não por acaso, vai se aproximando cada vez mais do pensamento burguês (Ibidem).

As análises de Tonet assinalam que em primeiro lugar, a emancipação da humanidade em Marx é concebida como uma *possibilidade* concreta posta pelo dinâmico movimento das forças produtivas sob a égide da organização societal burguesa. Que se atente: trata-se apenas de *possibilidade posta*; e não de algo imanentemente inscrito no desdobrar do

constante revolucionar das forças produtivas intrínseca à sociedade capitalista.³¹ Quando do momento oportuno e necessário, deixar-se-á exposto que subjetividade e objetividade não obstante a distinção entre estas dimensões formadoras do ser social, possuem o mesmo estatuto ontológico; e que entre ambas dimensões há não só uma rede de complexas determinações reflexivas, mas que igualmente, a esfera da objetividade consiste no momento preponderante.

Em segundo lugar, que por razões do próprio método ontológico, Marx pôde somente tratar das determinações gerais da sociabilidade comunista. Assim que as análises de nosso autor, explicam e expõem o caráter científico-filosófico que Marx conduziu a efeito em suas reflexões acerca do modo de produção comunista. A abordagem ontológica do autor alemão assevera Tonet, une, inerentemente, trabalho e emancipação da humanidade. Com isto, Marx apresenta a esfera fundante, o fundamento ontológico material, o momento predominante, que, em determinações reflexivas com as demais esferas do ser social, o reproduz em sua totalidade. Nas palavras de Tonet (Idem:110):

(...) para compreender os lineamentos gerais desta forma de sociabilidade que chamamos, com Marx, de emancipação humana, devemos começar

³¹ De acordo Tonet, Castoriadis, “(...) critica o que entende ser uma concepção determinista da história em Marx e uma idéia indefinida e utópica de socialismo, além dos aspectos autoritários e centralizadores. Também critica a idéia de ditadura do proletariado e o conceito de proletariado como sujeito de uma ‘missão’ revolucionária por determinação de uma essência metafísica” (Idem:18). Aqui, é suficiente uma só referência à *Sagrada Família* para que se demonstre a incompatibilidade da proposição de Castoriadis acerca da concepção ontológica de Marx, ou melhor, de seu entendimento segundo o qual a problemática das classes e da consciência de classe conectam-se aos determinantes estruturais de uma determinada ontologia do ser social: “Não se trata de saber qual finalidade se configura no momento para este ou aquele proletário, ou mesmo para o proletariado no seu todo. Trata-se de saber o que o proletariado é e o que ele será obrigado historicamente a fazer, de acordo com este ser. Seu objetivo e sua ação histórica lhe são traçados, de maneira tangível e irrevogável, em sua própria situação, como em toda a organização da sociedade burguesa atual. Seria supérfluo expor aqui que uma grande parte do proletariado inglês e francês já tem *consciência* de sua tarefa histórica, e está trabalhando sem descanso para levar esta consciência ao seu mais alto grau de lucidez” (1987:38).

A proposição marxiana é evidente por si mesma: Marx ao afirmar a necessidade da ação proletária, ação que requer uma consciência lúcida para sua concretização, quer dizer, uma apropriação do mundo adequada que dê conta de sua complexidade em suas determinações particulares, se refere ao ser da classe proletária. Isto é de fundamental importância, porque com tal afirmação, ele de antemão indica o papel essencial da consciência como orientadora, como momento de prévia-ideação, como teleologia, da práxis social revolucionária, opondo-se, portanto, a todo tipo de mecanicismo econômico e a todo tipo de elaboração teórica que se assenta em supostas determinações metafísicas. Em outros termos, que o fator subjetivo, assume uma substancial importância como uma pré-condição necessária e imprescindível para que o trabalho supere a dominação e exploração às quais está submetido sob o capital. É claro, portanto, ao contrário da crítica de Castoriadis, que segundo a determinação marxiana, não se pode inferir direta e imediatamente, a natureza e a função social-revolucionária da consciência, de seu estatuto ontológico.

por identificar o ato fundante – que já sabemos ser um ato de trabalho – que está na sua base. A identificação deste ato, da sua precisa natureza essencial, juntamente com as demais condições de possibilidades, nos permitirá garantir o caráter materialista, isto é, imanente, real, possível, e não apenas imaginável ou desejável desta forma de sociabilidade.

Em suas considerações, Tonet (contrapondo-se firmemente a então chamada esquerda democrática, mas também a autores tais como Habermas, Offe, Gorz e Kurz), põe em destaque que para Marx o componente fundante e, portanto, o momento ontologicamente predominante da nova sociabilidade, (da superação da pré-história da humanidade), reside na forma concreta (histórica) daquele ato fundante – “trabalho associado” (Idem:111); e não na dimensão jurídico-política.³² Como diz Lukács: “À economia (...) pertence a função ontologicamente primária, fundante” (1981:90) – o trabalho determina-se como a categoria nodal da ontologia marxiana: sua categoria central.

Ora, isto coloca de modo palpável a posição científico-filosófica que a centralidade do trabalho ocupa na ontologia marxiano-lukacsiana, assim como na impossibilidade de substituí-la (como propugna a esquerda democrática) pela dimensão política e/ou (aos moldes de Gorz) pela “não-classe dos não-produtores” etc.

Neste local, vale a pena fixar que Antunes, em seu *Adeus ao Trabalho?*, não deixa por menos, ironiza a Gorz:

Para André Gorz, a *não-classe dos trabalhadores* ‘é portadora do futuro; a abolição do trabalho não tem outro sujeito social possível que não essa não-classe’. Ou, conforme outra passagem: ‘O reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais: só pode ser instaurado pelo ato fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador: pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes’ (...). Para quem

³² “Diferentemente do liberalismo, para o qual o aperfeiçoamento da cidadania e da democracia jamais pode ultrapassar a ordem do capital, a esquerda democrática entende que, por haver uma contradição entre o capital e a cidadania e a democracia, estas só podem realizar-se em sua plenitude com a erradicação do capital. Discordando de Lefor, para quem Marx estaria errado ao afirmar que os direitos civis são direitos burgueses, Coutinho afirma: ‘O sentido da crítica de Marx é outro: os direitos civis – os direitos do indivíduo privado – não são ‘suficientes’ para realizar a cidadania plena, que ele chamava de ‘emancipação humana’, mas são certamente necessários’ (...). ‘Portanto, a cidadania plena (...) certamente incorpora os direitos civis (...), mas não se limita a eles’. Como se vê, para o autor, cidadania plena é exatamente sinônimo de emancipação humana, idéia que seria esposada pelo próprio Marx” (Tonet,2001:69-70). Com efeito, a crítica de Tonet é justa e não permite nenhum tipo de tergiversação. Que se pense na seguinte passagem extraída d’*A Questão Judáica*. Para Marx, o judeu pode emancipar-se politicamente sem desvincular-se “radical e absolutamente do judaísmo porque a emancipação política não implica (...) emancipação humana” (1991:37).

escreveu um capítulo sobre ‘o proletariado segundo São Marx’, as citações que fizemos acima dão também uma amostra de que Gorz não se pautou, nem um pouco, pela ausência de enorme dose de religiosidade, ao caracterizar as possibilidades de ação da ‘não-classe dos não-trabalhadores’ (1995:95-96 – em nota 15).

Tanto as críticas de Tonet à esquerda democrática, quanto às de Antunes a Gorz, não devem ser entendidas como uma simples casualidade; antes como defesas intransigentes da centralidade do trabalho no mundo humano-social: nesse contexto de crise da sociedade contemporânea em sua globalidade, que compreende a crise do Estado do bem-estar social e o colapso do “socialismo real”.

Pois, como diz Chasin, quando a obra marxiana, é tomada de um modo meramente “cientificista”, ou quando é reduzida a “uma disciplina qualquer (economia, história, política)”, ou a uma “mera reflexão gnosiológica (lógica, epistemologia, teoria do conhecimento), ou ainda à simples ideação da prática política”, o que se perde,

(...) é justamente o centro nervoso e estruturador da reflexão marxiana: o complexo de complexos constituído pela problemática da autoconstrução do homem, ou, sumariamente, o devir homem do homem; a questão ontológico-prática que funda, transpassa e configura o objetivo último e permanente de toda a sua elaboração teórica e de toda a sua preocupação prática, na ampla variedade em que esta se manifesta (1989:30).

Ou seja, perde-se exatamente a essencialidade da natureza ontológica revolucionária da obra marxiana: o processo da ontológica autoconstrução humana, eixo fundamental e norteador das preocupações de Marx, cujo caráter fundante enlaça-se eminentemente ao trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social, como produtor de valores de uso, quer dizer, em sua “qualidade de trabalho útil e concreto”; enfim, ao trabalho como o momento predominante que em última instância determina o sentido e a orientação da reprodução social em seu todo. Expresso de outro modo: perde-se a possibilidade de identificar o “ato fundante” imprescindível e insubstituível necessário à materialização da emancipação humana da opressão e da exploração do capital.

O núcleo racional da crítica de Tonet à esquerda democrática fora elaborado pela mediação da categoria “liberdade”.³³

³³ Cf. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana* (2001); e *Democracia e Liberdade* (1997).

É de conhecimento que Marx dividira a história da humanidade em dois períodos radicalmente distintos entre si: 1) o período da pré-história, caracterizado pela composição de classes sociais contraditórias e antagônicas entre si; e 2) o período da História propriamente dita, determinada pelo processo da autoconstrução humana.

Qual seria o fundamento deste importante e primordial divisor de águas?

Entre estes dois períodos há uma diferença fundamental. E esta

(...) diferença está exatamente na questão da liberdade. No primeiro, embora haja graus e formas diferentes de liberdade, seu grau máximo jamais pode ultrapassar o caráter jurídico-político. Desse modo, ela é essencialmente parcial e limitada. No segundo, ela se apresenta sob uma forma real, integral e essencialmente ilimitada, ou seja, é uma forma de liberdade que expressa o homem como um ser integralmente livre. É a este segundo período que Marx chama de comunismo, reino da liberdade e emancipação humana (Tonet:2001:108).

Liberdade “que se apresenta sob uma forma real, integral e essencialmente ilimitada”, vale dizer, a liberdade no sentido de “liberdade plena” (Tonet,1997:151), consiste na forma de liberdade, cujo conteúdo “expressa o homem como um ser integralmente livre”. Ou seja, liberdade não no sentido de “liberdade geral, nem a liberdade expressa pela democracia e pela cidadania” (Ibidem) – liberdade expressa segundo os limites da emancipação política. Como diz Chasin,

(...) é preciso bem compreender, o que não aconteceu até hoje, a liberdade política, em sua importância própria, é apenas uma forma do processo geral de libertação humana, não a forma final desta, mas somente a última forma de liberdade alcançada, a forma própria de liberdade de um dado mundo, o universo do capital. Trata-se da *liberdade limitada* de base *limitada*. A construção da liberdade prossegue, portanto, só e somente só para além do capital e sob forma *não política*. A emancipação do homem, a construção humana do homem exige, pois, a ultrapassagem do capital e da política. A *humanidade social* ou a *sociedade* humana é a sociabilidade livre do capital e da política (1989:33-34).

Ou como enfatizou o próprio Marx:

O limite dentro do qual todo homem pode mover-se *inocua*mente em direção a outro é determinado pela lei, assim como as estacas marcam o limite ou a linha divisória entre duas terras. Trata-se da liberdade do homem como de uma mônada isolada, dobrada sobre si mesma (1991:42).

Portanto, essas determinações tornam explícita que o caráter substantivo da liberdade, na qualidade de categoria ontológica necessária para a materialização das mais significativas e ricas faculdades humanas, quer dizer, dos momentos peculiares constitutivos da essência humana, conecta-se, imanentemente, à emancipação do trabalho – cuja produção material pelo ser social, assenta-se na sociedade civil determinada pelo “trabalho associado”. Isto significa essencialmente que

(...) pela potência onímoda da lógica do trabalho, difundida por toda a enervação da convivência, o indivíduo recupera em si mesmo o cidadão abstrato, não mais separa de si força social sob a forma política, reconhece e organiza suas próprias forças como forças sociais, de modo que se converte, por tudo isso, na vida cotidiana, no trabalho individual e nas relações individuais, em ser *genérico*, em individuação atual pela potência de seu gênero (Chasin, 1989:37).

Ora, tal determinação, se insere no contexto das determinações marxianas. Se se julgar, por exemplo, pela mediação do *Prefácio* de 1859 à *Crítica da Economia Política*, é possível constatar que o itinerário de Marx seguiu rumo firme em virtude de sua desembocadura primígena – como atestam a *Questão Judaica*, a *Ideologia Alemã* etc. Quer dizer, na contundente asseveração de que o modo de produção (a organização do trabalho, sua forma histórica, concreta, a sociedade civil) condiciona as demais dimensões da vida social – trata-se da prioridade e dependência ontológicas. Em suas próprias palavras:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’ (...), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (...) deve ser procurada na Economia Política. Comecei o estudo desta matéria em Paris (...). O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. (1978:129-130).

Explicita-se deste modo que de acordo com Marx a anatomia da sociedade burguesa “deve ser procurada na Economia Política”. Em outros termos, a sociedade civil é a dimensão precisa na qual se desdobra o metabolismo social do MPC – esfera precisa onde se desdobram os conflitos entre classes antagônicas, entre capital e trabalho: “relações de produção”, “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política”. Isto evidencia, “que a forma concreta do trabalho constitui, a cada momento da história, a matriz de uma determinada forma de sociabilidade” (Tonet,2001:110). As determinações acerca do fenômeno da liberdade vinculam-se, imanentemente, à prioridade ontológica, à forma histórico-concreta do trabalho – ao seu contrário, portanto.³⁴

Toda essa problemática, há que se fixar, liga-se a uma complexa e candente questão, qual seja: teórico-metodológica.

É suficiente recordar que, do ponto de vista da ontologia crítico dialético-materialista, a produção conceitual requer a articulação (em unidade) de dois momentos: um filosófico e outro científico.³⁵

³⁴ Na determinação ontológica marxiano-lukacsiana, o fenômeno da liberdade materializa-se no interior do todo social mediado por uma unidade de contrários: de determinismo e liberdade, necessidade e liberdade – isto é, por determinações reflexivas entre objetividade e subjetividade: toda decisão alternativa, como e enquanto um momento constitutivo da elaboração teleológica, da prévia-ideação, implica um ato de liberdade; mas esse ato de liberdade é uma determinação de dado momento sócio-histórico que estabelece determinadas necessidades concretas que por sua vez implicam determinadas respostas igualmente concretas. A forma categorial “liberdade”, esta categoria concreta, como derivação genético-ontológica do intercâmbio orgânico ser social-natureza, revela a magnitude da práxis produtiva material para a constituição do gênero humano. Além disso, este fenômeno articula-se ao trabalho em razão de este possuir ontologicamente a capacidade de produzir para além das necessidades materiais para a manutenção e/ou reprodução de uma determinada sociedade em um dado momento histórico. Disto deriva inexoravelmente que o tempo livre do ser humano é uma consequência ontológica do trabalho. Com o incessante desenvolvimento das forças produtivas, se tem cada vez mais uma diminuição do tempo socialmente necessário para a produção de valores de uso destinados à reprodução social. Evidentemente que o tempo da jornada de trabalho no interior das sociedades estruturadas sob a divisão social do trabalho é senão uma determinação socioeconômica e política que implica específicas formas de lutas entre as classes. Com o fenômeno da liberdade, é simplesmente evidente que o trabalho se constitui na base ontológica objetiva mediante a qual o ser social ao travar determinadas relações com a natureza, à medida que o aperfeiçoa, a submete a seus intentos com maior eficiência e capacidade; e que modifica seu modo de atuar sobre ela, constituindo no fundamento objetivo, quer dizer, em uma pré-condição imprescindível para significativas mutações sociais, com a consequente mutação do caráter das relações sociais – dos seres humanos ente si e com a natureza..

³⁵ Na OSS, ciência e filosofia são concebidas em unidade. Lukács insiste que o marxismo instituiu uma nova articulação entre ciência e filosofia. Tal articulação se estabelece segundo uma determinação de princípio de caráter metodológico: “(...) a crítica recíproca entre filosofia e ciência: isto é, a ciência controla, em geral ‘por baixo’, se as generalizações ontológicas das sínteses filosóficas estão de acordo com o movimento efetivo do ser social, se não se distanciam deste na estrada da abstração. Por sua vez, a filosofia submete a ciência a uma permanente crítica ontológica ‘do alto’, controlando continuamente até que ponto cada questão singular é discutida no plano do ser no lugar adequado, no contexto adequado, do ponto de vista estrutural e dinâmico, se e até que ponto a imersão na riqueza das experiências singulares concretas não torna confuso o

A filosofia se preocupa com as determinações mais gerais e essenciais do ser-precisamente-assim em questão, consiste no momento, em termos gerais, mais abstratos. Neste patamar, a conexão do singular com o universal é assegurada. A ciência por seu turno tem por mira as determinações histórico-concretas (particulares). Pela mediação desta dimensão, as conexões, tanto com as determinações universais, quanto com as singulares, são asseguradas. Que se recorde das reflexões lukacsianas acerca da unidade que compreende as categorias universalidade-particularidade-singularidade, quer seja no campo do reflexo estético, quer seja na esfera do reflexo científico, em sua *Introdução a uma Estética Marxista*.

Assim, para concretizar, de um melhor modo, os objetivos propostos para este subitem, cumpre tão-somente deixar fixado dois momentos da crítica à esquerda democrática que se enlaçam imanentemente à problemática da liberdade, a saber: 1) relativo à natureza da sociedade civil, deste ser-precisamente-assim para Marx ; e, 2) concernente ao caráter do Estado segundo Marx.

Segundo as considerações de Tonet, a proposição “via democrática” para o socialismo, implicou na revisão³⁶ e reformulação de conceitos tais como o de Estado,

conhecimento dos desenvolvimentos contraditórios e desiguais da totalidade do ser social, mas, ao contrário, o eleva e o aprofunda” (1981:550).

³⁶As condições sociais-materiais que se constituíram em um terreno favorável à formação da esquerda democrática, estavam transpassadas por contradições que geraram por um lado uma trágica desilusão, e por outro, um igualmente trágico abandono das premissas marxianas fundamentais para a construção da civilização comunista. “A concepção mais comum entre os marxistas, até por volta da década de 1940, era de que democracia e cidadania eram valores meramente burgueses que, portanto, deveriam ser suprimidos assim que o proletariado assumisse o poder. E este modo de pensar teve uma grande influência em todas as tentativas de revoluções socialistas.

“Diversos fatores vieram abalar estas convicções. Por um lado, as conseqüências práticas trágicas deste modo de pensar, nos países ditos socialistas. Todos tinham suprimido as liberdades democráticas e tinham se transformados em ditaduras brutais, tornando os homens menos livres, como se supunha que aconteceria no socialismo. Por outro lado, nos países ocidentais, a sociedade capitalista tinha atingido um grau de complexidade muito grande, aí incluindo as instituições democráticas e os direitos do cidadão, de modo que seria impensável suprimi-los para substituí-los por uma ditadura, mesmo que esta fosse a da classe trabalhadora.

“Foi esta situação concreta que levou à formação da chamada esquerda democrática, num processo extremamente complexo”. (Tonet,2001:17). Como se pode depreender, as tentativas de substituir a centralidade do trabalho no mundo dos homens, vêm de longa data.

“É neste contexto” – continua o autor – “que se dá a revisão dos conceitos de história, socialismo, revolução, partido, Estado, sujeito da revolução, democracia, cidadania e outros. Apoiando-se num teórico marxista muito conhecido – Gramsci –Togliatti, Ingrao, Cerroni, Radice, Gerratana e muitos outros intelectuais e dirigentes do PCI lançaram as bases para a construção de um caminho para o socialismo que não implicaria, nem antes e nem depois da superação do capitalismo, a desvalorização e a supressão das liberdades democráticas” (Ibidem). À frente “desta reformulação estavam os comunistas italianos, baseados na sua leitura de Gramsci e, na esteira deles, outros integrantes da esquerda européia e, aqui no Brasil, vários autores de expressão, entre eles, especialmente, Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort (...) (Tonet,1997:145-

sociedade civil, democracia, socialismo etc. Conduzidas a efeito, o distanciamento da ontologia dialético-materialista tornou-se inexorável.

Na determinação marxiana, o Estado não se configura pela mediação da universalidade; e não obstante a constante mobilidade e transformação sempre presentes no MPC,³⁷ ou mais precisamente por razões dessas, a definição de Estado por Marx, “em seu núcleo, como dominação de classe”(Tonet, 1997:149), não sofreu qualquer tipo de abalo como atesta o peculiar papel político do Estado no atual estágio do capitalismo *contemporâneo*. Ou seja, propugnar o conceito de “Estado ampliado”³⁸ em virtude da complexificação do constante evoluir do MPC, não coloca em questão “a função social que este monopólio da força cumpre” (Idem:149) – não altera a natureza peculiar do Estado: sua ontologia.

A redefinição do conceito de Estado (sempre segundo Tonet), supôs uma reformulação do conceito de sociedade civil. Que se re-enfatize, para Marx

A sociedade civil compreende o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desembaraçado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil como tal só se desenvolve com a burguesia; a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura idealista (...) (Marx e Engels,1984:99).

Todavia para a esquerda democrática que preconiza a “via democrática” para a construção do socialismo, sociedade civil “passou a significar o conjunto dos organismos não estatais criados pelos indivíduos para lutar por seus interesses e direitos”

146).

³⁷ Cf. nota 2 do presente capítulo.

³⁸ Tonet assinala que a esquerda democrática tem como ponto de partida, a “constatação de que, após a segunda metade do séc. XIX, o Estado tinha ampliado de tal forma que já não correspondia ao conceito estreito que dele tinham Marx e Engels” (1997:145). Ainda segundo o autor, quando a esquerda democrática, discute a questão do Estado, percebe-se sempre “que o pano de fundo é constituído pelo chamado ‘socialismo real’. O que se questiona, aí, não é propriamente a existência do Estado, mas o fato de que ele não tenha se estruturado de forma democrático. Como se *Estado democrático* não fosse uma forma de dominação de classe burguesa e, portanto, ainda que constituindo o terreno mais favorável para a luta dos trabalhadores, não estivesse em oposição integral à auto-organização comunista da sociedade” (Idem:149-150).

(Tonet,1997:145). Conseqüentemente, a contradição fundamental da sociabilidade burguesa passou a ser não mais entre capital e trabalho, entre compra e venda da força do trabalho, cujos conflitos se desdobram no bojo da sociedade civil, segundo a determinação marxiana, mas “entre o Estado e a nova sociedade civil”(Idem:145).

De tal determinação, pode-se depreender um implacável afastamento do pensar ontológico, já que ela descaracteriza a prioridade e dependência ontológica e, conseqüentemente, a descentralização da sociedade civil como a dimensão privilegiada, como o princípio teórico-metodológico para se apreender a inteligibilidade do ser social burguês. É suficiente pensar no fato de que o controle e orientação do Estado vincular-se-iam ao grau de consciência e de organização da nova sociedade civil.³⁹ Rompida a dependência ontológica que, na particularidade capitalista, implica o rompimento da dependência essencial do Estado para com o capital, o caráter do Estado constituir-se-ia a não ser como o resultado de uma correlação de forças “que pode ser hegemonzada por classes sociais antagônicas”(Idem:148).

Finalmente, o conceito de democracia de valor restrito, particular (de classe) burguês, desdobrou-se no sentido de um valor universal. E, isso, com o intuito de assegurar que a democracia consiste em um instrumento viável para o enriquecimento do gênero humano. Que se pense na determinação de Coutinho, segundo a qual a democracia se determina em razão de seu valor universal.

Porém, um exame mais cuidadoso, da determinação categorial “democracia”, isto é, mediante a unidade de filosofia e ciência, é possível verificar que o conceito de democracia, enquanto um valor universal, se esvaece – exatamente porque a problemática da liberdade vem à superfície: o que explicita, primeiro, que a política não é uma dimensão imanente, ontológica do ser social, segundo, que a determinação central do comunismo, da sociedade emancipada, reside na liberdade, (que, na determinação marxiano-lukacsiana, é

³⁹ Tonet (1997:32-33), faz notar que “Um artigo do prof Carlos Guilherme Motta (...), intitulado ‘A nova sociedade civil’, exemplifica bem, (...). o deslocamento que esse conceito sofreu recentemente e também os problemas que ele suscita. Referindo-se `a situação de transição que o Brasil viveria hoje, entende ele que há uma luta entre as forças que objetivam transformar o Brasil e as que tendem a perpetuar os traços mais arcaicos da sociedade brasileira. Assim, põe-se de um lado ‘a reação conservadora dos detentores atuais do poder (...) que evanesceram e indefiniram a vida político-ideológica da República e de outro ‘setores do mundo jurídico empresarial, intelectual e sindical, que objetivaram tornar o Brasil ‘um país contemporâneo’. Este segundo conjunto de forças é considerado a nova sociedade civil”.

compreendida em unidade com o seu contrário), e não no “caráter democrático tanto no plano econômico quanto no plano político”(Idem:147). Nas palavras do próprio Marx,

Já se demonstrou como o *reconhecimento dos direitos humanos* pelo *Estado moderno* tem o mesmo sentido que o reconhecimento da escravidão pelo *Estado antigo*. Com efeito, assim, como o Estado antigo tinha por fundamento natural a escravidão, o *Estado moderno* tem como base natural a sociedade burguesa e o *homem* da sociedade burguesa, isto é, o homem independente, ligado ao homem somente pelo vínculo do interesse particular e da necessidade natural *inconsciente*, tanto a própria como a alheia (1991:93).

Portanto, se por democracia, no interior da sociedade emancipada, se entender a efetiva participação de todos na gestão do processo social, então, “obviamente, supõe já uma forma de entificação deste mesmo processo a partir da matriz do trabalho associado” (Tonet,1997:153), ou seja, do componente ontologicamente fundante da nova sociabilidade, da história propriamente dita, cuja estrutura organizacional, é incompatível com a dimensão da política.

Em síntese: a intransigente defesa da centralidade ontológica do trabalho no mundo humano-social revela-se, novamente, pela mediação da categoria liberdade, vale dizer, pela mediação do ato fundante, da forma histórico-concreta do trabalho, “trabalho associado”, na qualidade de prioridade ontológica da sociedade emancipada, teórico-metodologicamente, corroborada.

Para que se evite qualquer mal-entendido acerca da crítica à então denominada esquerda democrática que preconiza a substituição do trabalho pela política sob a determinação de guardar em-si a inteligibilidade do mundo humano-social, é suficiente uma só referência exposta por Max em *A Questão Judáica*:

Não há dúvida que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação *dentro* do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos `a emancipação real, à emancipação prática” (1991:28).

Capítulo III. Ontologia: Trabalho e Subjetividade.

3.1. Introdução.

A subjetividade, a esfera subjetiva, ocupa, indiscutivelmente, um posto central na produção ideal marxiana.¹ Há uma enorme e constante preocupação em Marx de tornar evidente teórico-metodologicamente a presença indestrutível da subjetividade nas mais heterogêneas dimensões constitutivas do ser social e na construção do próprio devir formador da história humana. Na esfera da estética, por exemplo, diz Lukács (1968:36) que

¹ “Um dos pressupostos fundamentais do materialismo histórico é a primazia das relações e dos conflitos entre as forças sociais na determinação do curso da história. Nas sociedades divididas em classes, tais relações são, necessariamente relações de classes. Deste modo, a história é explicada, em última análise, como a história das lutas entre as diversas classes sociais e suas frações essenciais, extensamente sobredeterminada pela lógica interna de cada modo de produção específico. Tal visão da história não está baseada na ‘negação’ da individualidade humana nem no ‘menosprezo’ pela autonomia individual, estrutura de caráter ou ‘valores’. Ao contrário, a visão de que a história é configurada basicamente pelas forças sociais resulta, precisamente, do completo entendimento do fato de que um número infinito de pressões individuais tende a criar movimento *definitivo* da história – isto é, para que a história possua um padrão inteligível e não seja uma mera sucessão sem importância de fatos desconexos – aspectos comuns têm de ser descobertos no comportamento dos indivíduos” (Mandel, 1989:181).

“a objetividade da estética marxista não se acha absolutamente em contradição com o reconhecimento do fator subjetivo na arte”.

Ora, a tradição marxista salienta a capacidade humana de apreender teoricamente a objetividade (e, isto, não só superficialmente, mas substancialmente, as intrincadas e complexas relações e interações que se desdobram entre essência e fenômeno) do mundo. As considerações de Marx (e de Engels) não só realçam a objetividade mais contundente e radical do reflexo estético, como também acentuam “o papel indispensável do sujeito criador, já que este processo, esta aproximação gradual da essência oculta, é uma estrada que se abre somente para os maiores e mais persistentes gêneros da criação artística” (Ibidem).

Ademais, e fundamentalmente, toda esta ênfase à subjetividade, à dimensão subjetiva, em realidade, não se reduz a meras especulações abstratas sobre o ser do homem; antes, trata-se de um momento criador de um humanismo verdadeiramente concreto que consiste na marca indestrutível, no ícone, na distinção particular e profícua do modo de pensar ontológico dialético-materialista em relação às demais linhas de pensamento, inclusive com determinadas formas de pensar que se auto-intitulam marxistas – que se pense no estruturalismo; e, no denominado marxismo analítico.

Do ponto de vista da ontologia dialético-materialista e histórica, o tema da subjetividade articula-se inerentemente, primeiro, ao trabalho como produtor de valores de uso, como a necessidade “eterna da humanidade”, como o fundamento ontológico do ser social; segundo, ao trabalho como o momento predominante que em última instância determina o sentido e a orientação da reprodução social em sua totalidade; e finalmente, ao processo da ontológica autoconstrução humana, eixo fundamental e norteador das preocupações marxianas.

Em síntese: o tema da subjetividade insere-se no contexto do projeto revolucionário de emancipação do trabalho da dominação e exploração do capital – já que as relações humanas só podem ser realmente autênticas (isto é, isentas tanto do fenômeno da alienação quanto da coisificação) à medida que se pautarem e forem de fato parametradas pelas imprescindíveis relações e interações entre gênero e indivíduo. Ou (o que expressa a mesma coisa): o tema da subjetividade na perspectiva ontológica dialético-materialista articula-se à problemática do indivíduo emancipado, ao indivíduo automediado, como um ser universal

e, portanto, que conecta à classe proletária enquanto classe para-si, como uma classe universal.²

Considerando a importância que a questão da subjetividade assumiu como um momento dos candentes embates contemporâneos; e que pela mediação das pesquisas ontológicas lukacsianas, os estudiosos marxistas em foco têm-se contraposto quer seja contra a tradição liberal, quer seja ao marxismo vulgar e às formas contemporâneas do marxismo, ou ainda, contra Habermas, que ao propugnar a substituição da categoria “trabalho” como fundante do ser social pela categoria “o mundo da vida (...) se converteu no autêntico filósofo da burguesia nesta época de crise pois forneceu as bases para uma concepção de mundo em tudo compatível com o mercado e com as relações político-democráticas do capitalismo desenvolvido” (Lessa,2002b:205), a teoria da subjetividade em base ontológica dialético-materialista consiste na preocupação central do tema por ora proposto.

A teoria da subjetividade (entendendo a subjetividade sob a determinação de fundamento ontológico essencial de todo pôr teleológico – neste preciso sentido, como um momento de expressão da liberdade humana, outrossim, como uma pré-condição substancial do processo revolucionário; e como a dimensão de distinção e desenvolvimento das particularidades de cada singularidade individual) tem-se constituído em um dos momentos centrais do esforço constante de se renovar e de se assentar o marxismo sobre bases ontológicas.

A determinação da subjetividade em bases ontológicas se constitui entre outros aspectos em uma radical crítica ao conjunto de teses (valores e idéias) profundamente conservadoras que expressam uma determinada concepção de homem, de sociedade etc., que o grande capital e suas personificações difundiram sob a designação de “neoliberalismo”. Vale a pena fixar que

O que se pode denominar de *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados)

²“O conceito do proletariado também como uma classe para si implica uma universalidade autoconstituente, isto é, uma oposição consciente não somente à particularidade burguesa, mas a qualquer particularidade, inclusive aquela que acompanha necessariamente todas as formas do ‘poder político propriamente dito’, mesmo se esse estiver nas mãos do proletariado” (Mészáros, 1993:103).

fundada na idéia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma rasteira noção da liberdade (vista como função da liberdade de mercado) (Netto e Braz,2006:226).

Como se vê, trata-se da noção de que o mercado consiste na instância privilegiada de todo pôr teleológico. Subsumida a subjetividade pelo mecanismo imanente à lógica do mercado, a “noção rasteira da liberdade”, torna-se “racional”. Trata-se a não ser da ausência de liberdade, pois que a subjetividade transformada em um simples epifenômeno, regida pela lógica do mercado, tem-se como corolário uma caricatura da liberdade, ou melhor, uma

Alegoria da liberdade – econômica e política, alusão abstrata à ‘sociabilidade perfeita’, baseada na clausura das individualidades e nas suas recíprocas contradições, entendidas como artífices naturais do ardid da razão pela afirmação do egoísmo (Chasin,1989:31).

Trata-se como se pode depreender da liberdade peculiar do indivíduo mônada, típico da sociedade civil burguesa, na qual ele “considera outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em joguetes de poderes estranhos (Marx,1991:26).

O neoliberalismo, não apresenta um fundamento ontológico e, portanto, passível de ser detectado, do qual a gênese e o desdobrar do fenômeno da liberdade tornar-se-iam satisfatoriamente racionais. A liberdade, concebida como a “liberdade de mercado”, inexoravelmente, implica na transformação da subjetividade em um simples epifenômeno.

Nos parâmetros do mercado e em razão de sua determinação causal, o capitalismo *contemporâneo*, emerge regido em sua essência pela dinâmica imanente à circulação das mercadorias – pela mediação das leis de mercado, pela “mão invisível”. As mercadorias, na totalidade do ser social em sua práxis cotidiana, assumem, por conseqüência, um estatuto ontológico cujos elementos determinantes caracterizar-se-iam mediante a sua perenidade e imutabilidade: tudo flui, tudo seria efêmero no interior do todo social, à exceção das mercadorias, do mercado.

O corolário desta abstrata e vazia determinação, resulta evidente:

Se a história fosse uma deusa, poderíamos com razão supor que desejasse nos enlouquecer. Em nossa vida cotidiana, ao mesmo tempo em que nos assegura, tão certo quanto iremos morrer, que nada permanecerá como é

hoje, também nos assegura, com igual certeza e com igual convicção, que o mercado é eterno. O que permanece na transformação extremada de tudo e todos é o mercado, a mercadoria. E, sendo a mercadoria a nossa ‘essência’, seríamos sempre essencialmente os mesmos – ainda que em tudo sempre diferentes (Lessa, 2005b:71).

Pois bem, é exatamente em razão deste contexto sócio-histórico, que a determinação da subjetividade em bases ontológicas, se revelou como um momento fundamental de crítica às teses que preconizam o fim do trabalho, a descentralidade do trabalho do mundo humano-social, o fim da história etc.

3.2. Práxis: Determinação Ontológica do Ser Social

Intenta-se, aqui, demonstrar que a práxis, esta determinação que se revelou, teórico-metodologicamente, como uma categoria de extremo valor filosófico-ontológico, converteu-se em um momento da defesa intransigente do trabalho na determinação de ser o fundamento ontológico do ser social.

Segundo Lessa, tornou-se um lugar comum determinar que a tradição marxista mediante a categoria trabalho revelou-se incapaz de conceber adequadamente a subjetividade, “a não ser reduzindo-a, tal como ocorre em Althusser, a mero suporte das determinações infra-estruturais” (2002b:242). E que ao contrário, a capacidade teórico-metodológica de abordar com êxito fenômenos altamente complexos como a subjetividade e a individualidade, seria segundo esta determinação, “uma evidente superioridade de Habermas em relação ao marxismo contemporâneo” (Ibidem) – quer dizer, uma evidente superioridade do pensamento burguês em relação ao marxismo em sua versão ontológica. Mais precisamente: à ontologia marxiano-lukacsiana.

Um dos pontos fulcrais da ontologia lukacsiana é o de ter enfatizado o impulso à genericidade humana imanente ao trabalho, o que o torna, incontestavelmente, a categoria fundante do ser social. Uma das premissas objetivas, ontológicas, é que só por meio de um

reflexo correto da realidade como ela é em-si, independentemente da consciência, pode-se conduzir a causalidade natural, que de heterogênea e indiferente à finalidade, é ao contrário, transformada em causalidade posta, a serviço da posição teleológica. Sem poder aprofundar aqui sobre a problemática relação dialética entre necessidade e liberdade, é imperioso deixar fixado que o conhecimento se dá mediante um processo acumulativo que o torna sempre mais objetivo, porém, sem jamais abarcar o jogo das complexas conexões e legalidades do mundo natural em sua infinitude.³ Nas palavras do próprio Lukács: “Com efeito, a busca dos meios para atualizar a finalidade implica um conhecimento objetivo do sistema causal daqueles objetos e processos que postos em movimento podem realizar o fim posto” (1981:25-26).

Evidentemente que a complexificação entre meio e fim é correspondente à complexificação da sociedade humana. A finalidade imediata se torna cada vez mais mediata. E trabalho mais complexo implica um maior controle e aperfeiçoamento dos atos refletidos, assim como em sua generalização. As experiências de um trabalho em sua singularidade são estendidas para outros. Se produz gradualmente uma – relativa – autonomização, isto é, são generalizadas e fixadas determinadas observações, analogias, comparações, análises, sínteses, que, já não se referem a um momento exclusivo e derivado de um procedimento particular, senão que adquirem, ao revés, como procedimentos concernentes a eventos da natureza, um sentido universal, um determinado caráter de generalidade. O pensador húngaro descreve estas generalizações ontológicas do trabalho como “os germens das futuras ciências, cujos inícios, como por exemplo, a geometria e a aritmética, se perdem na noite dos tempos” (Idem:59).

Em outros termos, a generalização advinda como uma conseqüência ontológica do processo de trabalho se caracteriza e se expressa pela capacidade intrínseca à inteligência humana de produzir abstrações, isto é, de elaborar conceitos que “substituem” as coisas em sua realidade imediata. Como diz Tonet (2001:50):

³Sobre a dialética do absoluto e do relativo no campo específico do conhecimento esclarece Lukács (1979c:233): “Nossos conhecimentos são apenas aproximações da plenitude da realidade, e por isso mesmo, são sempre relativos: na medida, entretanto, em que representam a aproximação efetiva da realidade objetiva, que existe independentemente de nossa consciência, são sempre absolutos. O caráter ao mesmo tempo absoluto e relativo da consciência forma uma unidade dialética indivisível”.

Armazenados na consciência e cristalizados nos instrumentos de trabalho, os conceitos permitem o seu aproveitamento em novas atividades do mesmo indivíduo e a sua transmissão a outros indivíduos.

Ao contrário, portanto, da inteligência concreta, peculiar aos animais situados nos níveis mais altos da escala zoológica (os mamíferos, por exemplo), inteligência concreta porque depende, porque está direta e imediatamente articulada com a experiência vivida, quer dizer, no “aqui” e no “agora” do ato executado pelo animal – que se pense na ação do chimpanzé que mediante a utilização de uma vara, “caça” cupins. Este ato se esgota em si mesmo, no momento mesmo de sua execução, em virtude de que o animal não conserva o “instrumento”, nem o aperfeiçoa para um seu uso posterior. Assim que, o ato animal em seu “trabalho” não domina o tempo, não assumindo seu ato por consequência, o significado de uma experiência propriamente dita.

Por este impulso à generalização, através de complexas mediações, como a linguagem, por exemplo, o trabalho ao interagir com a totalidade social, “dá origem a dois pólos distintos, sempre articulados, da processualidade reprodutiva: a individuação e a sociabilidade” (Lessa,2002b:243). Mais precisamente: sem a mediação da subjetividade não há reprodução social, não há historicidade humana. De tal entendimento, resulta evidente a imprescindibilidade do movimento da práxis social-humana para o devir histórico do mundo dos homens – quer dizer, o movimento das estruturas sociais, ao contrário de como concebe o estruturalismo; e/ou ao contrário da concepção liberal que propugna a “mão invisível” do mercado, requerem por necessidade indelével, da subjetividade como um momento da práxis social.

Isto é significativo, na medida em que não há práxis social subtraída de um momento ideal, teleológico – inclusive a práxis econômica. Já se tornou devidamente conhecida àquela categórica afirmação marxiana exposta n’*O Capital* segundo a qual o pior arquiteto é melhor do que a melhor abelha, visto que o arquiteto antecipa o resultado de seu trabalho em sua consciência, idealmente. Na acepção lukacsiano-marxiana o ser social cujo fundamento ontológico reside no trabalho é um complexo de complexos. As mediações que genético-ontologicamente surgem do trabalho e o relacionamento destas mediações entre si e com aquele, instaura uma totalidade cujo desdobrar processual de sua lógica interna em nada há de finalismo, de teleologismo.

Toda esta dinâmica própria que se materializa mediante leis objetivas, mediante determinações causais, segundo Tonet, consiste na terrenalidade precípua e adequada para se apreender intelectualmente toda a complexidade que envolve o campo da infraestrutura e da superestrutura. “Esta,”– diz o autor (2001:54) – “certamente, foi uma das questões que mais expressaram a incompreensão daquilo que de modo mais profundo marcou a instauração marxiana”.

Ainda segundo o autor, esta problemática articula-se ao clima empirista e positivista e do constante e decidido combate ao idealismo, “no interior do qual o pensamento de Marx foi recebido” (Ibidem). O resultado inexorável fora senão o entendimento segundo o qual a estrutura econômica era concebida como uma esfera cujo “movimento era regido por leis iguais às leis da natureza” (Ibidem). Quanto à consciência (à subjetividade), que, derivada da estrutura econômica, como subproduto desta, se manifestava sob a forma de superestrutura. Quer dizer, domínio absoluto da objetividade sobre a subjetividade. Esta sendo concebida como um simples epifenômeno.

Porém, na perspectiva ontológica marxiano-lukacsiana “a economia não pode ser entendida objetivadamente” (Ibidem). Ao contrário, a economia “como elemento nuclear” já “contém em si”, um ato que é “ele mesmo, uma síntese de subjetividade e objetividade” (Ibidem). É evidente que das determinações reflexivas (ainda que a objetividade seja o momento predominante) entre estes pólos constitutivos do ser social, engendra a problemática da liberdade. Desta compreensão ontológica, deriva que assim sendo,

(...) nem a economia é o reino da pura objetividade, nem as outras dimensões sociais são o lugar da pura subjetividade. Ambas têm, de modo diferente, como substância a interatividade humana: ambas são produtos da práxis humana, que é sempre uma síntese entre subjetividade e objetividade (Ibidem).

Em outros termos, subjetividade e objetividade possuem o mesmo estatuto ontológico; ambas dimensões são igualmente indispensáveis para a reprodução do ser social. Ora, a subjetividade, é sempre social, daí que sem sua atuação, “não há continuidade social, o que significa que não há essência humana possível sem a mediação da consciência” (Lessa,2002b:243). Disto, imediatamente, vem à tona a significativa, (para a

emancipação do trabalho), determinação ontológica segundo a qual a consciência não consiste em um simples epifenômeno. “A essência do trabalho” – diz Lukács (1978:04-05)

consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal. Talvez surpreenda o fato de que, exatamente na delimitação materialista entre o ser da natureza orgânica e o ser social, seja atribuído à consciência um papel tão decisivo. Porém, não se deve esquecer que os complexos problemáticos (...) emergentes (cujo tipo mais alto é o da liberdade e da necessidade) só conseguem adquirir um verdadeiro sentido quando se atribui – e precisamente no plano ontológico – um papel ativo à consciência.

Em seu comentário (em defesa da centralidade do trabalho) sobre a obra de Robert Kurz (*O Colapso da Modernização – da Derrota do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*), Antunes (1995:110) fixa que se trata de uma investigação que se pauta pela prioridade do “ontológico, onde a apreensão da lógica do objeto – a crise contemporânea do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo – é perseguida em seus nexos essenciais e totalizantes”. De tal modo que

Pode-se dizer, sinteticamente, que suas formulações acertam no essencial, no *diagnóstico* da crise do capital dos nossos dias e *falham* nas visualizações, nas proposições, no modo de caminhar para *além do capital* (Ibidem).

Nas considerações do autor, ainda que Kurz tenha parametrado a análise de seu objeto nos aspectos ontológicos, na medida em que suprimiu a dimensão subjetiva, dimensão esta decisiva na elaboração teórica de Marx, o materialismo de Kurz “é mais próximo de Feuerbach do que de Marx” (Ibidem). Ainda segundo o autor:

A lacuna que Kurz atribui a Marx é, em verdade, uma lacuna de Kurz: o seu entendimento do fetichismo como integral, insolúvel e irremovível obsta a existência ativa e a existência efetiva dos sujeitos. Kurz aqui paga um preço desnecessário aos críticos da sociedade do trabalho, que ele tanto se aproxima como se diferencia. Próximo de Habermas (e por tabela

de Gorz e Offe) Kurz se insere no universo dos críticos da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo (Idem:111).⁴

Trata-se de considerações substanciais, porque já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx tratando do tema da efetividade das entificações, afirma categoricamente que ser sensível é ser efetivo; e que por isso é ser objeto dos sentidos. Na *Ideologia Alemã*, esboça as particularidades do ser social, de seu processo de autoconstituição e complexificação que o torna singular concernente ao ser da natureza.

Em outras palavras, delinea a especificidade ontológica humana: sua peculiaridade prática (material) como um componente imanente de seu ser-precisamente-assim necessário para o devir da produção e reprodução das particularidades do ser social – da reprodução social em sua totalidade. De modo que a determinação da objetividade e da subjetividade social-humanas é produto da autoconstituição do ser humano, de superação de suas determinações meramente biológicas, ainda que não em termos absolutos, porque não obstante o caráter humano da natureza humana, as barreiras naturais não são absolutamente superadas. A *aufhebung* hegeliana tem o significado de superar-conservar, de colocar em patamares mais elevados os momentos de superação e de conservação. Porém, se ao transformar a natureza, mediado por sua atividade prático-material, atividade que pressupõe um momento ideal porque é dirigida a um fim, o ser humano, se autotransforma, então, já aqui se explicita (segundo Marx) que o ser social se particulariza, ou melhor, que sua peculiar maneira de ser, é ser senão um ser onto-prático. O materialismo contemplativo de Feuerbach, portanto, carece de uma concepção dialético-materialista da história.

Disto segue que a práxis é um momento imanente à ontologia própria do ser social; e que ela se revelou para a ontologia dialético-materialista uma categoria central. Isto é, a mediação categorial concreta que exprime a maneira específica de ser do ser do homem. Segundo o autor húngaro, uma das premissas essenciais como condição necessária para se

⁴Com efeito, e é suficiente recordar que em sua primeira das *Teses sobre Feuerbach*, Marx, categoricamente, afirma que “A insuficiência principal de todo materialismo até aos nossos dias (o de Feuerbach incluído) é a de a coisa (...), a realidade, o mundo sensível, serem tomados apenas sob a forma do objeto (...) ou da contemplação (...); mas não como atividade humana sensível, práxis, não subjetivamente. Daí o lado ativo desenvolvido abstratamente, em oposição ao materialismo, pelo idealismo – o qual naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos (...) sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva (...). Daí que, na *Essência do Cristianismo*, apenas considere a atitude teórica como a genuinamente humana. Ao passo que a práxis é apenas tomada e fixada na sua forma de manifestação sordidamente judaica. Daí que ele não compreenda o significado da atividade ‘revolucionária’, de ‘crítica prática’” (1984:107).

apreender intelectualmente as determinações particulares do ser social consiste na práxis, tanto em seu sentido subjetivo quanto objetivo. Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx enfaticamente estabelece o caráter de predominância ontológica da práxis em relação à gnosiologia e à lógica; como um momento essencial do longo processo autoconstrutivo da história humana. Portanto, ele rompe definitivamente com todas as filosofias anteriores, quer seja com as de corte idealistas (filosofia clássica alemã) quer seja com o materialismo de caráter contemplativo feuerbachiano. Lukács demonstra que se pode ver, sobretudo na última das *Teses* o fato ontológico da práxis nos sentidos assinalados em linhas acima. Nas palavras de Lukács (1976:06):

Objetivamente, com efeito, o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis assume o papel de *conditio sine qua non* para a manutenção e movimento da objetividade, para sua reprodução e desenvolvimento. E, ademais desta função original na estrutura e dinâmica do ser social, no plano subjetivo, gnosiológico, a práxis é o critério determinante de todo conhecimento correto.

Isto é emblemático. A práxis como uma premissa substancial para a ontologia do ser social. Nas palavras do autor, ela é *conditio sine qua non* para a “manutenção e movimento da objetividade, para sua reprodução e desenvolvimento”. No transcurso desta exposição se fará outras referências à práxis material produtiva (ao trabalho) como a concreta mediação pela qual a sociabilidade humana articula-se à ontologia da natureza; e que esta mediação na dimensão específica da ontologia humana, em determinações reflexivas com os demais momentos sociais, une as complexas e heterogêneas mediações que a constituem como um todo orgânico articulado. Neste momento, é suficiente re-enfatizar que este todo articulado para o devir de sua reprodução, requer a presença de dois pólos que possuem o mesmo estatuto ontológico: a individuação (a subjetividade) e a sociabilidade (a objetividade).

O conceito “práxis” implica que o ser humano é um ser ativo, prático, que transforma o mundo ambiente; que conhece e cria; que conhece e faz. E se se recorda que toda práxis social requer um momento de prévia-ideação, engendra-se a genial idéia ontológica segundo a qual a objetividade social é construída mediante um complexo de objetivação; que a objetividade consiste no resultado da atuação da prática sensível, subjetiva, humana. Na IX *Tese sobre Feuerbach*, Marx é categórico:

O mais alto a que chega o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não compreende o mundo sensível como atividade, é a visão (...) dos indivíduos isolados e da sociedade civil (1984:110).

Em outros termos, este materialismo é incapaz de perceber que o mundo sensível que o envolve é o resultado da atividade prática sensível humana. Mais precisamente: da atividade prático-sensível material em sua forma industrial em consonância com o estado atual da sociedade; e que o ser social não só desenvolve sua práxis produtiva e suas formas de intercâmbio comerciais, senão que também revoluciona seu modo de existência segundo seus intentos, necessidades e condições existentes em determinadas situações sócio-históricas. Assim que a crítica de Marx e Engels (1984:27) sobre Feuerbach relativa ao caráter do mundo humano-sensível como resultado da prática social-humana e, conseqüentemente, da condição socialmente derivada da certeza sensível, é incisiva:

Mesmo os objetos da mais simples ‘certeza sensível’ são-lhe apenas dados por meio do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial. A cerejeira, como é sabido, e bem assim quase todas as árvores de fruto, só há poucos séculos foi transplantada para nossa zona por meio do comércio, e por isso, só por meio desta ação de uma determinada sociedade num determinado tempo foi dada à ‘certeza sensível’ de Feuerbach.

Isto ainda não é tudo. Do que se está expondo, cumpre novamente chamar a atenção para o fato de que a toda realidade socialmente produzida, corresponde um sujeito social produtor; e para o fato de que entre sociabilidade e individualidade humanas há uma relação dialética: o sujeito só é social, no entanto, a sociedade é sempre o resultado da ação (tenham ou não os indivíduos consciência deste fato ontológico inexorável, na medida em que o ser humano é uma determinação recíproca entre subjetividade e objetividade) dos sujeitos.

Contudo, se subjetividade e objetividade são dois pólos com igual estatuto ontológico e, portanto, igualmente imprescindíveis para a reprodução social, desta verdade não resulta que se possa colocá-los em pé de igualdade

(...) quando se trata da questão do que é fundado e do que é fundante. Neste momento a consciência encontra o seu campo de escolha delimitado pelas possibilidades postas objetivamente, assumindo, pois, o posto de momento fundado. Do mesmo modo, não os iguala, em termos de importância ao longo do processo de autoconstrução do ser social, pois a

decisão, quanto a este aspecto, só pode ser abstraída da análise concreta de cada caso concreto (Tonet, 1999:48).

No campo das complexas determinações reflexivas entre consciência e objetividade, entre fundado e fundante, entre determinante e determinado, “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 1984:23). Considerando o complexo movimento que se desdobra entre estas complexas dimensões imprescindíveis para a reprodução do ser social, subjetividade e objetividade, os defensores da centralidade do trabalho (na esteira da ontologia marxiano-lukacsiana), realçam inúmeras vezes que não há um finalismo na história, ainda que esta seja a síntese de atos teleologicamente postos por singularidades individuais em sua cotidiana práxis social imediata.

Em inteira consonância com o exposto nas linhas precedentes, faz-se mister imediatamente retornar à crítica de Antunes a Kurz, já que para Antunes, Kurz, tal qual o materialismo contemplativo de Feuerbach, elimina a “subjetividade”, concebendo “Os seres e personagens do capital e do trabalho” como simples “epifenômenos de uma lógica dada por um objetivismo férreo” (1995:110). Quer dizer, não apreende que a subjetividade enquanto o fundamento ontológico essencial de todo pôr teleológico, consiste em um momento imprescindível para a construção da objetividade social em virtude do processo de objetivação inerente ao trabalho. Neste sentido, a objetividade social está indissociavelmente conectada aos processos de objetivação – aqui, é suficiente recordar que todo processo de trabalho pressupõe um momento ideal, de prévia-ideação, um momento teleológico que é senão elaborado pela consciência.

Em razão da importância para o tema proposto e da complexidade das categorias *objetivação* e *exteriorização*, cumpre expor (ainda que brevemente) com Lessa, as considerações lukacsianas acerca do fenômeno da subjetividade a partir da categoria trabalho como a protoforma da práxis social.

3.3. Subjetividade: Teleologia-Causalidade.

Aqui, objetiva-se evidenciar que segundo a versão ontológico do marxismo, a subjetividade, onto-geneticamente, se insere imanentemente à unidade (orgânica) do trabalho: teleologia-causalidade.

A concepção de subjetividade formulada por Lukács não implicaria na supressão das intrincadas determinações reflexivas entre o todo e as partes? Reconhecer a imprescindibilidade do caráter subjetivo para a historicidade humana não implicaria colocar em xeque a tese fundamental da ontologia lukacsiana segundo a qual o trabalho consiste na categoria fundante e, em última análise, na dimensão que determina o sentido e o movimento da reprodução social? Não questionaria a teoria da história presente em sua *Ontologia do Ser Social (OSS)* segundo a qual não há um finalismo na história como se a história humana fosse o resultado de um determinismo racional imanente ao mundo, mas, ao contrário, se os indivíduos atuam teleologicamente em seu imediato da vida cotidiana, o processo social em sua totalidade não é o resultado de posições teleológicas postas, senão que de cadeias causais que atuam com (relativa) independência e até mesmo contra a vontade dos indivíduos?

O ser social estrutura-se pela mediação de um complexo de complexos; por múltiplas determinações. A subjetividade é tão-somente uma de suas determinações constitutivas; um dos complexos momentos que o compõem. E, “Enquanto parte, é predominantemente determinada pelo movimento da totalidade social, pelas novas necessidades e possibilidades postas pelo devir-humano dos homens” (Lessa,2002b:243) – por meio de complexas mediações: valores, a própria linguagem, as instituições, o peso da dimensão econômica etc. É importante trazer sempre à lembrança, que se por um lado o trabalho funda o ser social, por outro, a sociabilidade não se reduz a ele.

Os estudos de Lessa demonstram que o ponto de partida das análises lukacsianas acerca da subjetividade reside na mais pura sociabilidade. É claro que isto não se trata de uma mera casualidade no interior da totalidade das investigações ontológicas de Lukács. Suas análises sobre o fenômeno da liberdade, categoria social da mais alta complexidade, por exemplo, evidenciam as complexas determinações reflexivas que ocorrem na cotidianidade entre os momentos do gênero e da individualidade.

Ora, a prática social cotidiana do indivíduo genérico é *conditio sine qua non* e simultaneamente mediada e articulada à concepção mais geral do mundo no qual o

indivíduo está inserido, mundo que por sua vez, é a síntese de atos teleologicamente postos por individualidades singulares. A relevante compreensão de que na reprodução social, que na historicidade humana, não há espaço para finalismo algum e/ou para um demiurgo alheio que determinaria mediante atos teleológicos, o destino humano, vem à superfície. Os homens fazem a história, mas sempre a partir de determinadas condições sócio-históricas já estruturadas. Há uma rede de determinações reflexivas entre subjetividade e objetividade; e que, portanto, “as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias” (Marx/Engels,1984:49). Contudo, a reprodução social em sua totalidade, é transpassada por determinações causais.

As determinações ontológicas dialético-materialistas lukacsianas assinalam que a gênese e o desdobramento do processo constitutivo da subjetividade vinculam-se à unidade teleologia-causalidade. Mais precisamente: aos momentos de objetivação e exteriorização. Estes são heterogêneos entre si, mas pertencem por necessidade ontológica, à mesma processualidade unitária: o trabalho.

A objetivação se define pelo momento do trabalho mediante o qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. Corresponde ao momento de transformação teleologicamente orientada dos nexos e determinações causais da natureza – a causalidade espontânea da natureza é transformada em causalidade posta. Na ontologia lukacsiana, a objetivação se configura como o necessário ponto de partida para a apreensão ideal das complexas relações e interações entre trabalho e exteriorização.

Isto porque a objetivação dá origem a uma nova esfera objetiva que é não só relativamente independente, mas, sobretudo, ontologicamente distinta do sujeito que efetuou o processo de trabalho. Neste contexto, emerge o fato de que na produção ideal de Lukács, na esteira da teoria do ser social de Marx, não reside um sujeito-objeto idêntico. A ruptura com a ontologia idealista, ainda que objetiva, de Hegel, é radical. N’*O Capital*, esta não-identidade entre sujeito e objeto está expressa como segue:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador,

se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido (1982:205).

A crítica marxiana ao sujeito-objeto idêntico hegeliano, pode ser explicitamente constatada em sua *Introdução à Crítica da Economia Política* (1978:117), exatamente quando Marx aborda a problemática acerca do método da Economia Política:

O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente.

Agora bem, por seu turno, a exteriorização consiste na ação de retorno da objetivação e do objetivado sobre o sujeito que materializou o ato laborativo.

Em sua abordagem da ontologia lukacsiana sobre as relações e interações entre estes dois momentos e das conseqüências daí advindas para a conformação da subjetividade, Lessa (2002b: 141) observa que

A objetivação corresponde ao momento de transformação teleologicamente orientada do real, e a exteriorização ao momento da ação de retorno da objetivação e do objetivado sobre o indivíduo agente. Em outras palavras, a exteriorização corresponde ao momento pelo qual a objetivação, ao confrontar o sujeito com a realidade a ele externa, ao dar origem a um produto que se distingue ontologicamente do sujeito e que, nesta medida, adquire uma história sua, própria, relativamente autônoma em relação a seu criador, exercer uma ação de retorno sobre o próprio sujeito que o criou. Em outras palavras, ao construir o objeto enquanto ontologicamente distinto do sujeito, a objetivação e o produto dela resultante exibem uma autonomia relativa diante do sujeito agente – e essa autonomia relativa é o fundamento ontológico último das diversificadas ações de retorno do objetivado sobre os indivíduos.

Explicita-se, portanto, que a exteriorização enquanto ação sobre o sujeito da objetivação, isto é, do agente que mediante o ato de trabalho transmuta teleologicamente a causalidade espontânea da natureza em causalidade posta, configura uma concepção essencialmente positiva e *sui generis* na ontologia de Lukács: trata-se de um momento indispensável para o processo constitutivo da subjetividade e, por esta mediação, do simultâneo desdobrar do gênero humano. Neste preciso sentido, a exteriorização é senão

um momento imanente, insubstituível e universal do processo de trabalho – com os momentos de objetivação e de exteriorização, se explicita que o trabalho consiste na *conditio sine qua non* para a determinação do ser social: como a categoria que ontologicamente funda o ser social.

À medida que se complexifica o ser-precisamente-assim social, por razões de seu ininterrupto processo de afastamento das barreiras naturais, (ainda que em termos jamais absolutos), o sucesso da conversão da teleologia em causalidade posta, demanda o desenvolvimento de subjetividades cada vez mais complexas, ricas e mediadas.

Ora, o desenvolvimento das faculdades humanas (capacidade de imaginação, reflexão, abstração, memória, análise, síntese, criatividade, observação, coordenação motora etc., e de controle sobre as emoções, afetos etc.) indispensáveis para a concretização do processo de trabalho, somente com o surgimento da civilização burguesa e da grande indústria, e das novas exigências postas pela divisão estrutural do trabalho como um seu momento estruturante, é que se tornaram prescindíveis – ou melhor, instaurou-se uma contraditória duplicidade: por um lado, simultânea e por exigência do enorme fomento dos avanços das forças produtivas para satisfazer as exigências do capital, se requer subjetividades cada vez mais complexas, ricas e mediadas; por outro, igualmente, por uma exigência intrínseca deste mesmo processo, uma enorme massa de subjetividades é simplesmente transformada em apêndice do maquinário.

Nesses tempos de reestruturação produtiva, o exército industrial de reserva tem-se potencializado. O desemprego estrutural configurado resultante desse processo de reestruturação produtiva é a não ser um momento da luta de classes. O enorme fomento das forças produtivas sob o impulso científico-tecnológico e o desemprego são, portanto, faces constitutivas de um único e mesmo (contraditório) processo.

O crescente e longo desenvolvimento sócio-histórico das habilidades humanas (de subjetividades cada mais complexas) em virtude de uma exigência imanente ao êxito dos processos de trabalho, vinculam-se às exigências próprias de um dos momentos essenciais para a atividade teleológica, a saber: o dever-ser. De acordo com Lukács (1981:71), o dever-ser é “o momento categorial determinante” da posição teleológica, na medida em que o ato teleológico “implica o emergir de uma práxis caracterizada pelo dever-ser”. Isto é, o dever-ser se configura enquanto momento determinante de toda ação intencionada. No

processo de trabalho, a atividade do sujeito é determinada a partir de um futuro posto, definido; é um atuar orientado pela mediação do dever-ser do fim.

Lessa (2002b:144), em sua abordagem da ontologia lukacsiana acerca da imprescindibilidade do dever-ser para o devir constitutivo das individualidades e, por sua mediação, para o desenvolvimento do gênero humano, assevera que

Uma ação semelhante do dever-ser sobre a individuação pode ser percebida numa esfera conexas, a da construção de um reflexo cada vez mais correto da sociabilidade, a correção gnosiológica do reflexo exige de modo crescente ‘o predomínio do cômico sobre o instinto, do cognitivo sobre o quanto seja emocional’. Com isto, mais uma vez, além da transformação do existente, o trabalho realiza também a potencial transformação do sujeito que trabalha.

Novamente torna-se evidente a essencial importância do trabalho na qualidade de categoria fundante do ser social. É suficiente pensar na relevância da “correção gnosiológica do reflexo” para a apropriação intelectual do mundo objetivo. A justeza da tese de Lênin sobre o reflexo torna-se evidente. Ora, do que se vem expondo, patenteia-se o fundamento, a mediação concreta por meio da qual (a unidade orgânica do trabalho, que por seu intermédio, a humanidade estabelece o seu intercâmbio com a natureza) a ontologia marxiano-lukacsiana apreende e expõe a gênese e o desdobrar do processo constitutivo da subjetividade e, simultaneamente, do devir igualmente formador do gênero humano – genericidade e individualidade formam uma unidade, um todo. Na esfera precisa da sociabilidade humana, as complexas determinações reflexivas que se estabelecem entre as complexas e em ininterrupto processo de complexificação que abarcam a dialética categorial singular-particular e universal, se manifestam.

Em outros termos, a historicidade, o processo de autocriação da sociabilidade humana revela-se inabalável. A unidade orgânica do trabalho (teleologia-causalidade), revela-se o fundamento ontológico do ser social. A partir desta unidade orgânica, desfaz-se todo o mistério que ofusca e obstrui o caráter autocriativo da sociabilização humana. A objetividade social se manifesta como o resultado dos processos de objetivação e de exteriorização inerentes ao trabalho – a história humana torna-se racional.

Assim, torna-se forçoso recordar neste momento que na primeira *Tese sobre Feuerbach*, a crítica de Marx possui claramente um caráter ontológico e não gnosiológico:

é a denúncia de uma lacuna ontológica, dado que o velho materialismo ignora por completo a qualidade da objetividade social. Ou melhor, não se adverte de que a objetividade social consiste no resultado da prática sensível dos homens, ou simplesmente, desconhece sua forma subjetiva. Para este materialismo, a realidade é só exterioridade, contraposta ao sujeito, que este tão-somente pode apropriar-se desta realidade idealmente, mas não existindo um outro vínculo entre ambos. Marx articula a atividade humana sensível-prática, à sua forma subjetiva. Mediado por sua atividade prático-teórica o homem atribui uma determinada forma ao mundo. Forma subjetiva e prática-sensível determinam-se dialeticamente, uma vez que toda efetividade humana redonda da atribuição de uma forma humana à coisa. Evidentemente que toda atualização pressupõe um momento ideal (a elaboração de uma teleologia). Já se observou que n’*O Capital* Marx diferencia essencialmente o ser social dos animais precisamente em razão do fato de o ser humano antecipar teleologicamente o resultado material de seu trabalho.

Vê-se nitidamente, portanto, que a racionalidade da história humana se funda sobre e se articula (mediada pelo trabalho) com a ontologia da natureza. Disto decorre que as categorias ontológicas não hão de ser entendidas tão-somente como categorias da sociedade, senão como categorias histórico-ontológicas. Segundo Marx e Engels, haverá uma única ciência. A processualidade histórica engendra-se como um momento indelével da heterogeneidade do ser-precisamente-assim existente das estruturas ontológicas respectivas – ontologia da natureza (tanto em sua dimensão orgânica quanto inorgânica) e ontologia do ser social. Se por um lado, a práxis é uma das premissas essenciais para se apreender a peculiaridade do ser social, por outro, segundo o filósofo húngaro, a ontologia do ser social pressupõe como um momento, igualmente, indestrutível, uma ontologia geral. Nas palavras de Lukács (1976:05):

(...) o que se conhece em uma ontologia geral, não são senão os fundamentos ontológicos de todo ser. E se na realidade, surgem outros complexos, outras formas de ser (vida, sociedade), as categorias da ontologia geral devem permanecer como momento superado; e o superar tem em Hegel, corretamente, também o significado de conservar. A ontologia geral, ou expresso mais concretamente, a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente, é geral porque não pode existir nenhum existente que não seja ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas somente podem operar no nível ontológico sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E, o mesmo ocorre com as categorias por

sua vez novas, do ser social relativas àquelas da natureza orgânica e inorgânica. A pergunta marxiana sobre a essência e a constituição do ser social só pode ser conseqüentemente posta racionalmente baseando-se nos graus de tal fundamento. A pergunta sobre a especificidade do ser social contém a confirmação da unidade geral de todo ser e, simultaneamente, o emergir de suas determinações específicas.

Com estes delineamentos, já se evidencia que a ontologia de Lukács é adversa e contundentemente crítica a toda e a qualquer homogeneização lógica. A categoria “superação” em seu sentido estritamente dialético-materialista impossibilita a simples dedução e/ou a elevação de uma estrutura ontológica a outra – a busca pelas imprescindíveis mediações concretas que articulam as heterogêneas e irredutíveis estruturas ontológicas se impõe como uma inexorável necessidade.

A partir do trabalho, Lukács, fixa sua defesa intransigente e a demonstração cabal teórico-metodologicamente da unitariedade última da sociabilidade humana em unidade com a unitariedade última do ser em geral.⁵

Sintetizando: pelo trabalho, realiza-se a articulação das heterogêneas esferas ontológicas: natural e social. A práxis material produtiva consiste na mediação concreta pela qual determina-se a unitariedade última entre o ser social e a natureza. Esta unitariedade última entre estas distintas dimensões ontológicas, pode ser expresso como segue: a realidade humana é uma unidade (totalidade) que compreende natureza e sociabilidade. Não obstante o avanço das forças produtivas com o conseqüente e permanente processo do afastar das barreiras naturais; malgrado a humanização da natureza ou da natureza humanizada, cujo significado não é outro senão o superar do momento meramente biológico, de subsumi-lo à sociabilidade, o fator biológico, apesar do seu limite como e enquanto fator biológico, com sua ininterrupta e insuperável presença, também consiste em um momento fundamental para a reprodução do ser social.

No que tange especificamente ao ser social, a partir da unidade orgânica do trabalho, o autor de Budapeste ressalta teórico-metodologicamente o liame concreto que articula subjetividade-objetividade social. De súbito, irrompe a categoria “totalidade” – para que se

⁵ “A afirmação da unitariedade ontológica particulariza o filósofo húngaro no contexto da produção teórica nas últimas décadas” (Lessa,2002b:253).Tal particularidade consiste em um divisor de águas relativamente a correntes burguesas de pensamento; a supostas formas contemporâneas de pensar marxista; e, inclusive, a pensadores que postularam a necessidade imperiosa de desenvolvimento dos delineamentos ontológicos deixados por Marx. Quanto a estes últimos, Lessa tece sua crítica a Carol Gould e a Joseph MacCarney. Além destes, sua crítica dirige-se a Heller, Habermas, Tamás e ao marxismo analítico na figura de Gabriel Cohen.

evite um possível mal-entendido, tornar-se novamente imperioso observar que no interior de toda organicidade, há sempre e indissoluvelmente, um momento predominante. No interior deste todo, na medida em que o trabalho é a mediação pela qual a humanidade estabelece o seu intercâmbio com o ser natural; já que o trabalho engendra (ontogeneticamente) outras categorias, outras mediações imprescindíveis para a reprodução social (a linguagem, a ciência, a educação, a liberdade, o valor etc.), estabelecem-se entre ele e estas dimensões uma cadeia de determinações reflexivas, sem, contudo, romper a dependência ontológica destas mediações com o trabalho. Este continua sendo o momento predominante não obstante no desdobrar do vir-a-ser estrutural destes momentos, estes, terminam por adquirir uma – relativa – autonomia, uma sua história própria relativamente ao trabalho.

Sumariando: mediado pela categoria trabalho, o marxismo em sua versão ontológica dialético-materialista e histórica, constitui-se em um arcabouço teórico-filosófico auto-suficiente e, portanto, absolutamente capaz de exibir, como se tem demonstrado, uma teoria da subjetividade até às últimas conseqüências.

3.3.1. Trabalho: A Ontológica Unitariedade do Ser Social.

A não apropriação intelectual do liame, da mediação concreta que articula as heterogêneas esferas ontológicas e, em especial, que une as complexas e igualmente heterogêneas mediações constitutivas do ser social como um todo orgânico articulado, implica não só conseqüências desastrosas no campo metodológico propriamente dito, mas, sobretudo, no quadro da práxis social, seja em termos de uma postura gnosiológica conseqüente, seja para uma práxis revolucionária.

No entanto, aqui, em consonância com o tema proposto por este subcapítulo, o que importa é realçar que a não apreensão desta mediação implica converter a racionalidade do mundo social em irracionalidade, ou seja, inapreensível teoricamente, na medida em que no plano teórico-metodológico, a prioridade do ser em relação aos aspectos lógico-gnosiológicos é simplesmente suprimida, do que decorre, por exemplo, o transformar uma necessidade meramente teórica em uma necessidade ontológica – dá-se o fenômeno da

“inversão ontológica”.⁶ Em virtude destes motivos, vale a pena trazer à baila alguns dos aspectos da crítica que tanto Lessa quanto Antunes direcionaram a Habermas em seu esforço de apresentar a concreta mediação cujo desdobrar de seu inerente movimento articularia a subjetividade com a intersubjetividade – a subjetividade com a totalidade social cujo corolário seria a reprodução social.

Neste momento, (neste subitem), a preocupação é a de realçar que tanto Lessa quanto Antunes na crítica destinada a Habermas, não só novamente, enfatizaram a inviabilidade teórico-metodológica de substituir o trabalho por uma outra das mediações do ser social, como também, (na esteira da *OSS* de Lukács), salientaram que o trabalho (do ponto de vista ontológico-metodológico) consiste na mediação categorial pela qual assegura-se a (objetiva) unitariedade última do ser social.

Lessa, considerando a importância de Habermas para o debate teórico contemporâneo, na medida em que ele mediante sua *Teoria do Agir Comunicativo*, elabora depois de Marx, o primeiro constructo filosófico

(...) capaz de fornecer uma concepção articulada de toda a reprodução da sociabilidade contemporânea. E capaz de o fazer (...) a partir de uma categoria, o mundo da vida, que se propõe como substituta do trabalho enquanto fundante do mundo dos homens (2002b:205),

⁶Em sua (*OSS*), no capítulo sobre Hegel, Lukács se vale desta expressão (“inversão ontológica”) para determinar explicitamente o movimento pelo qual a “filosofia clássica alemã – para poder prestar homogeneidade à imagem unitária de natureza e sociedade – teve de traduzir na linguagem filosófica do idealismo também o conhecimento da natureza” (1979a:33). Este tema foi tratado por Lessa : *Lukács, Engels, Hegel e a categoria da negação*. Em: Revista Ensaio, número 17/18. Editora Ensaio. São Paulo. 1989. Nesta obra, Lessa assim se expressa: “(...) há uma passagem de Engels sobre a categoria da negação que foi muito divulgada, como diz Lukács, por uma ‘certa tradição do marxismo vulgar’. Nesta passagem, Engels tenta explicar a Dühring o que é a negação e a negação da negação recorrendo a exemplos de todas as esferas do ser. Através de um processo erosivo, o vale nega a montanha; através de um processo biológico, a semente é negada pela planta; através de um processo de luta de classes, o capitalismo nega o feudalismo; e, através de um raciocínio de tipo matemático, a raiz quadrada de 4 surge como a negação da negação formada por 2 e -2. Um pouco antes, Engels, no mesmo sentido, argumenta serem ‘negações’ tanto a transformação de um grão de cevada em planta de cevada como a sua transformação em cerveja” (1989:340). Na esteira das determinações ontológicas marxiano-lukacsianas, como indica Lessa, no fragmento citado, não é difícil de perceber que Engels confunde conexões e legalidades de modos de ser que são por suas características ontológicas intrínsecas, distintas entre si. No plano puramente lógico-abstrato, a semente nega a planta do mesmo modo que o capitalismo nega o feudalismo, não obstante que no plano do ser há concretamente dois processos radicalmente heterogêneos. A transformação da semente em planta não é senão sua continuidade para o seu outro biologicamente natural: a planta. Aqui, portanto, no plano do ser, não existe negação qualquer, na medida em que nada foi conduzido à destruição; e nada de radicalmente novo surgiu tampouco. Não é possível neste processo natural o momento de negação. Em suas considerações, Lessa, ressalta que para Lukács, a negação é uma categoria essencialmente social, não ocorrendo na ontologia da natureza – morte e nascimento consistem nas exceções.

ataca e demonstra que em seu constructo teórico há uma problemática que se caracteriza pela mediação de uma circularidade derivada de seu método de abordar a complexidade social – descaracterizando e frustrando, portanto, sua produção ideal.

O autor, incisivamente, assevera que as várias tentativas de Habermas encontrar o elo de articulação da individualidade com a totalidade social terminaram por conduzi-lo a postular “a transcendência do ‘mundo da vida’” (2002b:245) na condição de mediação essencial para a superação da individualidade fechada em si mesma, mesquinha, egoísta e proprietária privada específica da organização societal burguesa. O “mundo da vida habermasiano”, diz Lessa,

(...) apenas tem sentido na medida em que as subjetividades não são capazes, por si próprias, de superar sua particularidade e se remeter, por uma pulsão a elas imanente, à totalidade social. (...), as várias alternativas de encontrar esse elo da individualidade com a totalidade social terminaram por levar Habermas a postular a transcendência do ‘mundo da vida’ como momento de superação da individualidade fechada em si própria (2002b:244-245).

Ao passo que para Lukács, a resolução desta questão se dá de uma forma radicalmente oposta, já que para o autor húngaro, a “individualidade enquanto uma mônada não passa, (...), de um reflexo estranhado da cotidianidade sob a regência do capital” (Ibidem). Com isto, ilustra-se a essencialidade histórica inerente à determinação categorial “individualidade”.

O “mundo da vida” em Habermas tem, (sempre segundo Lessa), como pressuposto, sua necessidade demonstrada através dos “diversos deslocamentos⁷ do campo de resolução”

⁷Lessa sintetiza esses deslocamentos do seguinte modo: “Por uma última vez, refaçamos o percurso habermasiano em *Teoria da ação comunicativa*. O início se dá pelo estabelecimento de uma peculiar relação entre racionalidade e saber, pela qual a primeira diz respeito muito mais à forma que ao conteúdo, e o segundo se caracteriza por possuir uma estrutura proposicional. Tanto as características do saber como as da racionalidade estariam relacionadas com a confiabilidade de uma opinião, o que conduz o autor à busca do fundamento dessa confiabilidade enquanto elemento intersubjetivo. A questão decisiva, nesse momento, seria o estabelecimento dos fundamentos dessa intersubjetividade.

“Essa questão será sucessivamente deslocada. Num primeiro momento, assume a forma de um estudo da argumentação, enquanto estrutura interna da prática comunicativa, que estaria na base do consenso intersubjetivo. Num segundo momento, se transforma na investigação acerca das diversas formas da práxis social e na distinção entre a forma originária da fala. Tal distinção permite colocar no centro da ação comunicativa o consenso propiciado por um entendimento intersubjetivo de uma situação dada, com o que Habermas se volta para a investigação do ‘entendimento’, o qual revela o papel central da fala na constituição da intersubjetividade. Este passo, por sua vez, permite a Habermas recolocar a questão acerca do fundamento da intersubjetividade investigando de onde a fala obteria a ‘força’ necessária para coordenar as subjetividades em uma intersubjetividade. A ‘teoria do significado’ permite que encontre no ‘mundo da vida’, definido

acerca da problemática do “fundamento” último “da intersubjetividade” (Idem:246). Nas palavras precisas de Lessa (Ibidem):

Como tais deslocamentos não permitem sua resolução, para fugir ao solipsismo não resta ao autor outra saída senão conceber um espaço transcendental que articularia as subjetividades num mundo de significados pré-temáticos. Como, nesses deslocamentos, a subjetividade *per se* não pode produzir a intersubjetividade qualitativamente distinta das subjetividades singulares, não restou a Habermas senão a alternativa de projetar, numa transcendência, essa nova qualidade característica da intersubjetividade. Uma vez admitido esse espaço transcendental, o constructo habermasiano adquire uma base sólida.

Quer dizer, com este pressuposto, a transcendência do “mundo da vida”, Habermas não só postula uma necessidade teórica, mas, sobretudo, o transforma em uma necessidade ontológica. Por conseqüência, o constructo de Habermas, carece de um ponto de arrimo a partir do qual as asserções acerca do ser-precisamente-assim existente, objetivo, podem ser demonstradas. Em Lukács, ao contrário, há um pressuposto que pode ser constatado ontologicamente: “os homens, para se reproduzir, devem necessariamente trabalhar (...)” (Idem:247).⁸

A constatação objetiva das premissas a partir das quais se constrói um arcabouço teórico é de fundamental importância, em especial se elas forem verificadas “empiricamente”. Na crítica aos ideólogos alemães, Marx e Engels (1984:14), ressaltam a relevância de se demonstrar os pressupostos sobre os quais se edificará a elaboração teórico-científica:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e elas só na imaginação se pode abstrair. São os

enquanto saber pré-temático, o ‘lugar transcendental’ em que se apoiaria a intersubjetividade. Este seria o fundamento último do consenso intersubjetivo sem o qual não haveria a articulação entre trabalho e linguagem que caracterizaria o ser social” (2002b:239-240).

⁸Engels (1981:02), sintetizando a concepção materialista, afirma que para esta “o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie”. Quer dizer, antes de construir grandes elaborações teóricas, os homens têm que garantir (materialisticamente ou como diz Lukács, ontologicamente) a sua existência. E isto, é extremamente palpável.

Na *Ideologia Alemã* (Marx e Engels), contra os ideólogos idealistas alemães que não apreendem a materialidade processual da história, asseveram que a primeira premissa de toda existência humana “e, portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas”.(1984:31).

indivíduos reais, a sua ação e as suas condições de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. Estas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico.

“Empírico” como premissa metodológica deve ser entendida no sentido ontológico e não meramente em seu restrito e limitado parâmetro empiricista. O ser humano é aqui compreendido enquanto o ser da práxis, que mediado pelo trabalho, une teleologia e causalidade, conhece e transforma o mundo e, ao fazê-lo, transmuta sua própria natureza: humaniza-se, funda um mundo particular sem analogias com o ser natural – o ser social. Ao transformar a natureza mediado por sua prática material produtiva funda o mundo da cultura. Esta surge como a transformação da natureza; e igualmente na forma dos produtos como resultado desta transformação.⁹

Trata-se, enfim, de indivíduos concretos, objetivos, que mediados pelo trabalho (pelas relações econômicas, inseridas na sociedade civil) estabelecem determinadas e históricas relações entre si e com a natureza, cujo resultado consiste em uma determinada forma de organizar a vida (uma determinada forma de sociabilidade com suas complexas instâncias, que, estabelecem entre si complexas interações) em sua totalidade. Neste preciso sentido, são essencialmente distintos do *eu penso* de Descartes, reduzido à esfera gnosiológica; e dos indivíduos mônadas, a-históricos, de toda a tradição liberal.

Assim que o pressuposto lukacsiano, não só pode ser assumido enquanto tal, porque é passível de verificação ontológica; como também dá sustentação a toda tentativa de se apreender, teórico-metodologicamente, a objetividade concreta, material. Como diz Lessa (2002b:247):

Diferentemente do que ocorre com Habermas, a possibilidade de essa ‘constatação ontológica’ se transformar em ponto de apoio para a teoria é, em Lukács, ontologicamente demonstrada: pelo trabalho, o sujeito é capaz de se aproximar teoricamente do ser-precisamente-assim existente.

Ora, tal capacidade de reproduzir intelectualmente o mundo objetivo, consiste no fundamento último da possibilidade teórico-metodológica do autor de Budapeste “recorrer a uma constatação ontológica como ponto de partida de sua investigação do ser social” (Idem:248). Não se trata, portanto, como em Habermas, de afirmar o pressuposto como

⁹Evidentemente que a cultura não se reduz aos produtos como resultado da transformação material da natureza. Em sentido genérico, cultura é toda criação humana.

uma necessidade interna da própria teoria; antes, “pela possibilidade ontológica de o ser humano reproduzir, de forma aproximativa, o real na consciência” (Ibidem).

No decorrer desta exposição, realizar-se-á outras referências à problemática dos pressupostos como o ponto de apoio a partir do qual se elabora teórico-metodologicamente o saber. Imediatamente, contudo, é imprescindível (como também um momento de sustentação do tema central da preocupação, aqui, proposta), apresentar algumas das considerações acerca do caráter das conexões (segundo as investigações ontológicas lukacsianas) entre trabalho e interação ou entre práxis laborativa e interativa, levadas a efeito por Antunes contra Habermas em seu intento de (segundo Antunes) substituir o trabalho como o fundamento ontológico do ser social pela esfera comunicacional.¹⁰ Suas considerações (novamente) põem à luz o caráter da unitariedade última do ser social em unidade com a unitariedade última do ser em geral.

Preliminarmente, porém, faz-se necessário uma importante observação. Expôs-se em linhas imediatamente acima que de acordo com Lessa, o propósito de Habermas é a de substituir a centralidade do trabalho do mundo dos homens pelo então denominado “mundo da vida”. Agora, chama atenção o fato de que segundo Antunes, a proposição habermasiana consiste em substituir tal centralidade do ser social pela esfera comunicacional.

Pois bem, é desnecessário dizer que estas nuances interpretativas não são objetos de preocupação do presente estudo; aqui, objetiva-se precipuamente, em consonância com o tema e o respectivo objetivo proposto para este momento do presente trabalho que tanto Lessa quanto Antunes (apesar das nuances interpretativas) acentuam o fato indestrutível de que o trabalho (na esteira da ontologia marxiano-lukacsiana), do ponto de vista ontológico-metodológico, é a categoria central do ser social sobre e a partir da qual se pode fundamentar uma teoria da subjetividade; que recíproca e igualmente, possibilita a apropriação ideal da mediação concreta que articula subjetividade-objetividade; na categoria social que por razões de suas propriedades intrínsecas, possibilita, em termos analíticos, a apropriação das complexas mediações sociais que se desdobram desta categoria nodal e o todo do ser social.

¹⁰Nas palavras do autor (1999:146): “Habermas propugna, em sua análise sobre a sociedade contemporânea, que a *centralidade do trabalho* foi substituída pela centralidade da *esfera comunicacional ou da intersubjetividade*”.

Ou seja, mediação categorial, que, por ser o fundamento ontológico último do ser social engendra outros complexos com os quais em seu desdobrar, uma vez estruturados e relativamente autônomos a este seu fundamento genético, trava determinadas complexas inter-relações, sem, contudo, perder este seu posto de fundamento último do ser social não obstante a imprescindibilidade daqueles complexos para que este fundamento possa ser conectado com o todo da sociabilidade humana.

A crítica de Antunes a Habermas, se dá mediante a exploração conceitual da categoria “interação” como uma categoria ontológica. Em termos sumários: como categoria ontogeneticamente intrínseca ao trabalho e, que, portanto, ontologicamente, se insere de modo inerente como um momento absolutamente necessário e imprescindível no contexto da ontologia do ser social.

Na esteira das pesquisas ontológicas lukacsianas, o autor concebe a práxis social interativa como um momento de expressão da subjetividade do ser social, cuja mediação na qualidade de solo ontológico fundante desta (práxis) reside no trabalho – dimensão da ontologia do ser social na qual a prática teleológica se “manifesta pela primeira vez em sua plenitude” (Antunes,1999:156). Ou ainda, no trabalho, mediado pela posição teleológica, pela busca de finalidades, o ser social se expõe como subjetividade que “cria e responde ao mundo causal” (Idem:157).

Por isso, ao contrário de Habermas que confere à esfera intercomunicacional o papel de componente fundante e estruturante do ser social, não obstante o fato indelével de que a linguagem e/ou a comunicação também sejam um componente central, Antunes, entende que é o trabalho a categoria central, fundante e estruturante, do processo de sociabilização do homem, protoforma do ser social, porque é o trabalho a categoria histórico-ontológica que materializa a síntese entre a posição teleológica e a causalidade espontânea da natureza. Síntese mediante a qual deu-se a gênese do ser social – é o trabalho que “possibilita pela primeira vez no ser social o advento do ato teleológico interagindo com a esfera da causalidade” (Idem:156).

Exatamente por isso, continua o autor, é que o trabalho se configura enquanto a categoria ontológica imprescindível, quer dizer, na chave analítica para a apreensão das posições teleológicas mais complexificadas, “que se pautam não mais pela relação direta

entre homem e natureza, mas sim por aquela que se estabelece entre os próprios homens” (Ibidem).

Trabalho, sociabilidade e linguagem, consistem em determinações (em complexos) imprescindíveis para a gênese do ser social. Estes complexos formam um todo orgânico, que, em razão de sua própria organicidade, possui um momento predominante. Já se deu a devida ênfase acerca do significado desta prioridade em termos ontológicos. Segue-se conseqüentemente a necessidade de apenas assinalar que no plano ontológico, como momentos da práxis social, trabalho, sociabilidade e linguagem, travam entre si recíprocas relações e interações e, que, portanto, jamais podem ser separados.

Pois bem, neste plano, considerando o ser como parâmetro de sua crítica, Antunes, afirma que ao transcender e transferir a subjetividade e o momento da intersubjetividade para o “mundo da vida”, como “universo diferenciado e separado do sistema”, Habermas, em sua construção analítica, rompe “o liame ontologicamente indissolúvel” (Idem:157) do ser social, abrindo por conseqüência, espaços para uma sua aceção dualista da sociabilidade humana. Ou seja, se analiticamente, desestrutura-se o ser social como um complexo de complexos, como um todo orgânico articulado, desestrutura-se igualmente em termos analíticos o monismo ontológico, real, concreto: a complexa dialética objetiva, que ao ser apreendida pela dialética subjetiva, se expressa mediante àquela unitariedade última do ser social – que por múltiplas mediações, se expressa através das complexas relações da identidade da identidade com a não-identidade.

Sempre segundo Antunes, a disjunção analítica entre trabalho e interação, entre práxis laborativa e ação intersubjetiva, entre atividade vital e ação comunicativa, entre sistema e mundo da vida, quer dizer, ao cindir analiticamente a totalidade do mundo objetivo em esferas estanques e distintas, tem-se a perda do “momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social” (Ibidem). Com efeito, basta pensar na liberdade; e na concreta categoria “totalidade” enquanto um complexo de complexos, como o resultado de múltiplas determinações.¹¹

¹¹ Antunes assevera que “É exatamente por operar essa disjunção que a crítica de Habermas à teoria do valor começa pela recusa da noção de *totalidade* em Marx. Se *trabalho e interação* são momentos distintos de um todo articulado, se entre as *posições teleológicas primárias e as posições teleológicas secundárias*, no sentido dado por Lukács, existe alargamento, complexificação e *distanciamento*, mas não *separação*, a crítica realizada por Habermas, tanto a Marx quanto a Lukács, pode mostrar-se desprovida de maior fundamentação. Pode ser uma *complexa construção gnosiológica desprovida, entretanto, de densidade ontológica*”

Ainda segundo o autor, o que se apresenta na construção ideal de Habermas como “a mais ousada reformulação” (1999:157) da teoria social de Marx, carece de fundamentação objetiva. Antunes é contundente: “Habermas atribui a Marx a redução da esfera comunicacional à ação instrumental”. E, como contraposição, “realiza uma sobrevalorização e disjunção” entre “dimensões decisivas da vida social”, que no interior do sistema de Habermas, se desdobrou em um ponto de apoio analítico, lhe possibilitando “valorizar e autonomizar a esfera comunicacional” (Idem). Neste sentido, incisivamente, arremata Antunes (Ibidem):

(...) falar em *colonização do mundo da vida* pelo sistema parece ser, então, uma versão muito tênue, no mundo contemporâneo, frente à totalização operada pela vigência do trabalho abstrato e pela fetichização da mercadoria e suas repercussões reificadas no interior da esfera comunicacional. E o capitalismo por certo é muito mais do que um subsistema.¹²

Por isto, se pode determinar que o componente determinante da radical e essencial diferença (sempre segundo Antunes) entre Habermas e Lukács; e que torna a crítica do primeiro a Marx desprovida de uma densidade ontológica implicando a redução da abordagem analítica elaborada à dimensão gnosiológica, consiste em que num nível alto de abstração, a “sobrevalorização e disjunção” entre as “dimensões decisivas” do ser social, se efetivam

(Idem:158).

¹² No constructo teórico de Habermas, o desacoplamento entre sistema e mundo da vida, se consolida em virtude da complexificação maior da sociedade moderna e “com o advento de novos níveis de diferenciação sistêmicas, que dá origem ao aparecimento de subsistemas (...)” (Antunes,1999:149). O que abarca o sistema? Este, “engloba as esferas econômicas e políticas voltadas para a reprodução societal, esferas que têm como meios de controle o dinheiro e o poder (...)” (Ibidem). E o mundo da vida? Este é o “*locus* do espaço intersubjetivo, da organização dos seres em função da sua identidade e dos valores que nascem da esfera da comunicação. A cultura, a sociedade e a subjetividade, (...) encontram seu universo no mundo da vida”. (Ibidem). O desacoplamento entre ambas as esferas só poderá ser apreendida intelectualmente “na medida em que se possa apreender as transformações que vêm ocorrendo nas relações entre ambas (...)” (Ibidem). Em outros termos, o mundo social é cindido analiticamente; é concebido dualisticamente; a categoria da totalidade perdeu seu *status* de categoria ontológico-metodológica. Marx, já não pode dar conta da complexidade contemporânea. O poder e o dinheiro, “como meios de controle que se desenvolvem no interior do sistema, acabam por se sobrepor ao sistema interativo, à esfera comunicacional”. (Ibidem). Disto resulta uma “instrumentalização do mundo da vida, sua tecnificação. Com o aumento e complexificação dos subsistemas, o fetichismo, descrito por Marx, acaba por invadir e instrumentalizar o mundo da vida” (Idem:149-150). Segundo Antunes, esses fenômenos são em consequência do desacoplamento entre sistema e mundo da vida. Mas isto ainda não é tudo. Para Habermas, o próprio sistema capitalista como o seu “aparato estatal moderno configuram-se como *subsistemas* que, pelos meios poder e dinheiro, se diferenciam do poder institucional, isto é, do componente social do mundo da vida” (Ibidem). Assim que, na sociedade burguesa moderna, “as áreas de ação socialmente integradas assumem, frente às áreas de ação *sistematicamente* integradas, dadas pela economia e pelo Estado, as formas de esfera privada e pública, que mantêm uma relação de complementaridade (...)”. (Ibidem).

(...) pela perda da relação de distância e prolongamento existente entre o trabalho e a práxis interativa, que assume a forma relacional entre esferas que se tornaram dissociadas, a partir da complexificação da vida societal. Enquanto para Habermas opera-se um *desacoplamento* que leva à separação, para Lukács tem lugar um *distanciamento*, complexificação e ampliação que, entretanto, não rompe o liame e os vínculos indissolúveis entre essas esferas da sociabilidade, vínculos que ocorrem tanto na gênese como no próprio processo emancipatório (Idem:157-158).

A síntese crítica é lúcida e dela é possível extrair dois pontos: em primeiro lugar, que com a complexificação da vida societal, mediante o desdobramento da posição teleológica articulada direta e imediatamente ao ato laborativo tem-se a gênese de uma segunda forma de posição teleológica, cuja finalidade é a de interferir teleologicamente na posição teleológica de outros indivíduos sociais. Mas que por múltiplas mediações, permanece, no entanto, articulada ao seu processo onto-genético. A posição que tem por finalidade interferir teleologicamente na posição teleológica de outros indivíduos, Lukács a denomina de secundária;¹³ a outra primária. Nas palavras do autor:

(...), Lukács fala em posições teleológicas *primárias*, que remetem diretamente ao trabalho e à interação com a natureza, e em posições teleológicas *secundárias* (como a arte, a literatura, a filosofia, a religião, a práxis política etc) mais *complexificadas e desenvolvidas* que *as anteriores* porque supõem a *interação entre seres sociais, como práxis interativa e intersubjetiva*, mas que se constituem como *complexos* que ocorrem a *partir do trabalho em sua forma primeira*. São *secundárias*, portanto, não quanto à sua importância, uma vez que a esfera da intersubjetividade é decisiva e dotada de maior *complexidade* nas formações sociais contemporâneas, *mas são secundárias tão-somente em seu sentido ontológico-genético* (Idem:146).

Em segundo lugar, ao contrário, portanto de Habermas, que na disjunção que opera a partir da complexificação do ser-precisamente-assim social conferirá à "esfera da linguagem e da comunicação o espaço privilegiado da emancipação" (Idem:158). Em síntese: ao "*desacoplamento*" efetuado por Habermas, que significa em Lukács um "*distanciamento*", trata-se daquela já algumas vezes enfatizada unitariedade última do ser

¹³ De acordo com o autor de Budapeste, as posições teleológicas secundárias, que têm por objetivo atuar sobre a práxis social de outros homens, somente adquirem plena corporalização à medida que avança a divisão social do trabalho, de modo que "com a diferenciação do nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagonísticos, este tipo de posição teleológica tornar-se-á a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia" (1978:05).

social – que se expressa mediante as relações da identidade da identidade e da não-identidade.

O romper com o liame (a mediação concreta) e os vínculos entre as “esferas da sociabilidade” que ocorre no constructo analítico habermasiano é uma consequência de sua postura metodológica, que, diga-se de passagem, em muito se aproxima do método metafísico presente e levado até às últimas consequências por Kant em sua *Crítica da Razão Pura*. O oposto, portanto, do método ontológico dialético-histórico. No transcurso da exposição deste presente trabalho, vem-se assinalando que este método parte de premissas reais, concretas; que o ser é prioritário em relação aos aspectos lógico-gnosiológicos; que em toda organicidade há sempre um momento predominante; que a historicidade transpassa todas as esferas ontológicas; e, que, portanto, a história humana mediada pelo trabalho (dialeticamente) funda-se sobre e conecta-se à história da natureza.

Corroborar-se, portanto, que o trabalho consiste no fundamento ontológico da subjetividade; e que o marxismo em sua versão ontológica é auto-suficiente e inteiramente capaz de elaborar até às últimas consequências uma teoria da subjetividade – preservando ontológico-metodologicamente, o mundo humano-social em sua unitariedade última; e o mais significativo: que a teoria do valor-trabalho de Marx, sua crítica à Economia Política, ou seja, sua crítica à sociedade civil em sua forma burguesa que se fundamenta na compra e venda da força de trabalho, continua como uma importante contribuição teórica no bojo do capitalismo *contemporâneo*.

Contudo, se se recorda que o ser social não se reduz ao trabalho, vem à superfície que a determinação categorial “subjetividade” tão-somente se explicita no interior de um determinado todo social. A subjetividade é sempre histórica. As determinações genéricas (filosófico-ontológicas) unem-se às determinações particulares (concretas) formuladas pela ciência.

Com efeito, o sujeito é sempre social. Só no interior de uma determinada totalidade social, é que sua subjetividade pode ser adequadamente compreendida. Seus atos, sua maneira de pensar e de sentir são atitudes de um ser social. O homem só atua socialmente. Ademais, a sociabilidade da consciência o torna consciente de sua genericidade; e, esta, por sua vez, confirma que sua vida é social. O longo processo onto-genético constitutivo de seu ser faz com que inclusive seus sentidos sejam um produto sócio-histórico. Ou seja, seus

sentidos, à medida que o ser humano, mediado pelo trabalho domina a natureza e faz com que, conseqüentemente, nele mesmo, também se suceda um retroceder das barreiras naturais, se tornam humanos. Os sentidos humanos ao contrário da tosca sensibilidade animal são teóricos. A cada particular objeto concreto lhe corresponde um humano sentido peculiar. Pelos ouvidos, distinguem-se as tonalidades musicais. A atualização dos sentidos, do pensamento e de todas as faculdades humanas, são atualizações de predicados do ser humano, cuja ontologia por sua vez, é senão práxis social.

Esta imanência social, todavia é, do mesmo modo, uma determinação sócio-histórica: um momento do processo da autoconstrução humana. A versão ontológica do marxismo determina o ser social como um complexo de complexos, o que pressupõe que suas dimensões formadoras travam entre si, em sua concreticidade, independente da consciência, uma multiplicidade de complexas determinações reflexivas, de concretas “interações complexas”; como uma dinâmica e complexa totalidade, mas que mediante a práxis revolucionária, é passível de ser transformada radicalmente. Simultaneamente ao par dialético continuidade-descontinuidade o salto qualitativo também consiste em um componente indelével do processo histórico.

Portanto, novamente, emerge que a concepção do mundo na versão ontológica marxiano-lukacsiana é absolutamente ímpar em relação às demais correntes de pensamento. No que tange à especificidade do tema subjetividade, ao contrário da tradição liberal, do existencialismo, estruturalismo, positivismo, neopositivismo, do marxismo vulgar e/ou em sua versão mais contemporânea, o então denominado marxismo analítico¹⁴, etc., as investigações ontológicas, além de enfático e contundentemente demonstrarem que a subjetividade quer seja em termos genéticos quer seja em seu desdobrar articula-se ao trabalho, a considera, inserida em precisos contextos sócio-históricos – quer dizer, jamais a desvinculando das intrincadas e complexas interações com a objetividade social: trata-se da unidade metodológica entre filosofia e ciência.

Indivíduo e gênero são senão dois pólos essenciais e, portanto, imprescindíveis para a reprodução social: são sua *conditio sine qua non*. Neste preciso sentido, ressalta Tonet (2001:42) que Marx jamais parte de idéias, de especulações ou fantasias,

¹⁴ O marxismo analítico – assinala Lessa – é radicalmente distinto da posição de MacCarney, já que este propõe “uma dualidade sociedade/natureza no interior do mundo dos homens que conduz a uma perspectiva, (...), anticapitalista. Em Gabriel Cohen e em alguns marxistas analíticos, uma dualidade semelhante conduz à aproximação, senão à identificação, do marxismo com o liberalismo” (2002b:258).

(...) mas de fatos reais, ‘empiricamente verificáveis’, no caso os indivíduos concretos, o que eles fazem, as relações que estabelecem entre si e as condições reais de existência, para então apreender as determinações essenciais que caracterizam este tipo de ser e o seu processo de reprodução.¹⁵

Escusado retornar neste local que estes “empiricamente verificáveis” se trata de uma determinação ontológica. O próprio autor em linhas que seguem imediatamente esclarece que quando “Marx diz que estes pressupostos são empiricamente verificáveis, está enfatizando o caráter de realidade deles em contraposição às especulações produzidas apenas pelo automovimento da imaginação ou da razão” (Ibidem).¹⁶ Por ora, o fundamental consiste em tecer algumas considerações acerca das complexas determinações reflexivas que se estabelecem entre os indivíduos reais, em suas condições concretas de existência, no interior de um determinado todo social.

Na história do marxismo (ao menos ao que se refere a um marxismo criativo), a compreensão da história remonta aos fundamentos, às condições materiais objetivas do *que fazer* humano, do ato fundante, da forma histórico-concreta do trabalho, ao modo da produção e reprodução do ser social em sua totalidade. Nesse processo, apreende as leis objetivas da história, “mas não nega, no entanto, o papel da subjetividade na História. Apenas determina o lugar exato que lhe cabe na totalidade objetiva da evolução da natureza e da sociedade” (Lukács, 1979c:127).

¹⁵ Em sua crítica (contra Proudhon) ao método idealista Marx tece uma complexa e arguta argumentação cuja trama resultou na seguinte urdidura: “Se cada coisa se reduz a uma categoria lógica, e cada movimento, cada ato de produção ao método, disto se infere que cada conjunto de produtos e de produção, de objetos e de movimento, se reduz a uma metafísica aplicada. O que Hegel fez em relação a religião, o direito, etc., o senhor Proudhon pretende fazer com a economia política. O que é pois, o método absoluto? A abstração do movimento. O que é a abstração do movimento? O movimento em estado abstrato. O que é o movimento em estado abstrato? A fórmula puramente lógica do movimento ou o movimento da razão pura. Em que consiste o movimento da razão pura? Em situar-se em si mesma, opor-se a si mesma e combinar-se consigo mesma, em formular-se como tese antítese e síntese, ou então em afirmar-se, negar-se e negar sua negação. Como faz a razão para afirmar-se, para apresentar-se na forma de uma categoria determinada? Isto já é coisa da razão mesma e de seus apologistas” (1985:86-87).

¹⁶ Marx e Engels em (1987:07) observam que “O humanismo real não encontrou na Alemanha inimigo mais perigoso do que o *espiritualismo* ou *idealismo especulativo* que, no lugar do *homem individual real*, coloca a “Consciência de si” ou o “Espírito”, ensinando com o Evangelista: ‘É o espírito que tudo vivifica; a carne não serve para nada’. É claro que esse espírito desencarnado só tem espírito na imaginação. O que nós combatemos na Crítica a Bauer é justamente a reprodução caricatural da especulação. Para nós ela é a expressão mais requintada do princípio germano-cristão que joga sua última cartada transformando a própria ‘Crítica’ em um poder transcendental”.

Ademais, se se recorda das asseverações de Marx e Engels expostas na *Ideologia Alemã* (1984:15), torna-se definitivamente explícito que a subjetividade é sempre histórica, que entre as singularidades individuais e o todo há uma rede de complexas determinações reflexivas, mas que substancialmente, estas “interações complexas” têm por ponto de arrimo, como o seu momento predominante, o trabalho, em sua forma histórico-concreta, as condições de sua produção. Em síntese: a sociedade civil, a dimensão econômica do ser social, já que

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado **modo de vida** dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são, coincide, portanto, com a sua produção, com o **que** produzem e também com o **como** produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Disto deriva, que ontológica e imanentemente, toda riqueza, do ponto de vista estritamente pessoal (as faculdades humanas), articula-se igualmente, ontológico e inerentemente, às riquezas de suas relações sociais engendradas (por múltiplas mediações) pela dinâmica da totalidade social na qual os indivíduos estão inseridos.¹⁷

No processo de amadurecimento, e conforme as *condições sociais* que lhe são oferecidas, cada homem vai se apropriando das objetivações existentes na sua sociedade; nessa apropriação reside o processo de construção da sua subjetividade. A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser

¹⁷Os momentos históricos marcadamente progressistas e/ou revolucionários, são pródigos em produzir seres humanos da mais alta qualidade em múltiplas dimensões, em sua *omnilateralidade*. Engels (1976:16) traz o seguinte testemunho (o autor está se referindo às radicais transformações sócio-política-econômicas e culturais que se desdobraram do Renascimento ao século XVIII) : “Foi essa a maior revolução progressista que a humanidade havia vivido até então, uma época que precisava de gigantes e, de fato, engendrou-os: gigantes em poder de pensamento, paixão, caráter, multilateralidade e sabedoria. Os homens que estabeleceram o moderno domínio da burguesia eram alguma coisa em quase nada limitados pelo espírito burguês. Muito pelo contrário, o caráter aventureiro dessa época neles se refletiu em certa dose. Não existia, então, quase nenhum homem de certa importância que não tivesse feito extensas viagens, que não falasse quatro ou cinco idiomas; que não se projetasse em várias atividades. Leonardo da Vinci era não só um grande pintor, mas também um grande matemático, mecânico e engenheiro, a quem os mais variados ramos da física devem importantes realizações. Albert Dürer era pintor, gravador, escultor, arquiteto e, além disso, inventou um sistema de fortificações que continha várias idéias, muito mais tarde assimiladas por Montalembert, das modernas fortalezas alemãs”.

singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração da sua personalidade (Netto e Braz,2006:47).

Em consonância com estas determinações, torna-se significativo apresentar (com Lessa) algumas das considerações lukacsianas acerca das complexas e fundamentais mediações materiais-objetivas pelas quais as personalidades (das singularidades) individuais atualizam-se.

Para a teoria social de Lukács o indivíduo social-humano (é importante enfatizar) é substancialmente distinto do espécime biológico singular. Neste, a substancialidade se resume a uma determinação genética. Por outro lado, o indivíduo humano constrói historicamente sua essência (sua personalidade, sua subjetividade) ao longo de sua vida mediante escolhas entre uma multiplicidade de alternativas postas e impostas pelo todo social em seu ininterrupto processo reprodutivo no interior do qual o indivíduo está inserido. Trata-se de uma articulação (entre o indivíduo e o todo social) absolutamente necessária e imprescindível (do ponto de vista histórico-ontológico) para que a individualidade possa explicitar-se categorialmente. Os estudos de Lessa trazem à luz três momentos-chave sobre os quais fundamenta-se e se manifesta tal articulação.

O primeiro momento corresponde ao fato de ser o desenvolvimento objetivo da historicidade humana em sua totalidade um processo (mediado pelo avanço das forças produtivas) contínuo de complexificação de um complexo afastamento (ainda que em termos jamais absoluto) das barreiras naturais, que, simultaneamente, proporciona e exige o desenvolvimento de “personalidades cada vez mais ricas, mediadas e complexas. Por tal mediação, o impulso à generalidade humana inerente ao próprio trabalho se constitui no fundamento ontológico último do processo de individuação” (Lessa,2002b:147). Considerações mais precisas a respeito deste “impulso” ontologicamente inerente ao trabalho, já foram realizadas em momentos anteriores neste capítulo.

Em definitivo, como demonstra Lessa, para Lukács, fora do ser social nenhuma subjetividade é possível; e que a complexificação das personalidades se determina pela mediação do momento imanente à própria complexificação do devir-humano – do gênero humano, da sociabilidade humana.

No contexto da sociabilidade burguesa, esta riqueza, esta complexidade, é simplesmente concebida como uma mercadoria descartável na medida em que o que importa do ponto de vista dos interesses do capital, é a não ser o *quantum* de trabalho (abstrato) coletivo socialmente necessário para a sua própria reprodução e acumulação, e não o bem estar das singularidades (e do gênero) individuais. Neste preciso sentido, é significativo salientar que, primeiro, o capital consiste na fonte mais incisiva da alienação das sociedades contemporâneas, e que, portanto, explicita-se que a autêntica relação entre o gênero e a individualidade humana, depende da supressão do capital – e não só do capitalismo. Segundo, que sobre o porquê de uma ontologia no século XX, (pode-se acrescentar: neste limiar do século XXI), Lessa, (1996:8-9) é contundente:

A resposta, em sua forma mais sintética, pode ser esta: porque a derrota das tentativas revolucionárias para superar o capital é de tal magnitude, até o presente momento, que cria a ilusão da impossibilidade dos homens de construir conscientemente sua história. A derrota revolucionária revitalizou a concepção liberal segundo a qual a permanência da ordem capitalista se deve ao fato de ela corresponder a uma suposta ‘essência’ humana. O homem seria de acordo com esta concepção, de modo essencial e insuperável, um proprietário privado que se relaciona com os outros pela mediação de seus interesses egoístas.

A ontologia marxiano-lukacsiana contrapõe-se frontalmente à concepção liberal como inerente à essência humana. A concepção liberal sobre a essência humana é considerada por esta versão marxista como própria do período pré-histórico da evolução do gênero humano. Como reflexo de relações de natureza contraditórias, atualmente determinada pela estrutura antagonica da divisão social do trabalho sob a regência do capital, a elaboração teórica liberal é senão histórica e circunstancial; contingente. Basta lembrar que segundo Lukács o indivíduo múnada não consiste a não ser num reflexo estranhado da práxis social cotidiana sob a dominação e exploração do capital.

O segundo momento da articulação entre indivíduo e o todo social de acordo com Lessa, concerne-se à particularidade absolutamente histórico-social e, portanto, sem paralelo com a natureza, com as determinações meramente biológicas, segundo a qual o indivíduo genérico é sempre social já que seu componente fundante, isto é, as ações individuais, somente podem se explicitar como síntese (no sentido dialético) de elementos

genéricos e particulares. As categorias universal e particular são igualmente concretas, são formas de ser. Não há entre elas diferença alguma de estatuto ontológico. Assim que,

Os elementos genéricos são dados: 1) pela demanda específica, sempre socialmente determinada, que está na raiz de todo ato; 2) pela ação de retorno do produto criado sobre o seu criador; 3) e, finalmente, pelos avanços sociogenéricos incorporados às consciências individuais pelo fluxo espontâneo da práxis social. Os elementos particulares, por sua vez, se originam: 1) na singularidade de cada situação; 2) na singularidade de cada individualidade; 3) e, por fim, na singularidade da resposta que corresponde à alternativa escolhida (2002b:148).

No devir histórico constitutivo do ser social, é imanente às intrincadas e complexas determinações reflexivas que se estabelecem entre os componentes genéricos e particulares o desdobrar de uma tensão. De acordo com Lessa, em suas investigações ontológicas, o filósofo húngaro enfatiza que tal “tensão” entre os componentes genéricos e particulares cumpre uma função ontológica específica: “é o *médium* que permite, no nível da práxis cotidiana, a percepção da contraditoriedade gênero/individualidade” (Idem:149).¹⁸ Em outras palavras, é exatamente na escolha entre as alternativas concretas postas por uma determinada realidade sócio-histórica que “essa tensão faz com que o indivíduo tenha de escolher entre possibilidades mais ou menos genéricas ou mais ou menos particulares” (Ibidem).

No longo processo autoconstitutivo e de complexificação do ser social e, simultaneamente, de individualidades também mais complexas, cumpre assinalar que também segundo as análises de Lukács, materializaram-se mediações, que, necessariamente genéricas, criaram as condições necessárias e viáveis para que o indivíduo se referisse a si mesmo as exigências postas pela evolução do próprio gênero. Sobre esta complexa particularidade das relações e interações que terminaram por configurar entre a genericidade e a individualidade humana, Lessa, em seu rastrear a ontologia lukacsiana, observa que a necessidade

¹⁸ Os então chamados conflitos de gerações possuem sua raiz na sociabilidade burguesa contemporânea. No movimento da contracultura, diz Pereira (1986:10) que no final da década de 60 “Já começava a se delinear, de modo bastante claro, algo que seria de grande importância para a compreensão da década seguinte: uma consciência etária. A oposição jovem/não-jovem começava a ganhar cada vez maior sentido para a compreensão de determinados movimentos sociais”.

(...), permanente na reprodução social, de os indivíduos remeterem a si próprios, como suas, as necessidades postas pelo desenvolvimento humano genérico é o solo genético de complexos como os costumes, o direito, a ética etc. Ao influenciar na escolha das alternativas a cada momento postas pelo desenvolvimento social à ação de cada indivíduo, tais complexos mediadores desempenham papel fundamental no desenvolvimento interno peculiar a cada individualidade (Ibidem).

Elucida-se deste modo, em primeiro lugar, ao contrário de toda a tradição liberal, do marxismo vulgar e das demais correntes de pensamento, que as individualidades são, inexoravelmente, do ponto de vista do materialismo-histórico e dialético, uma afirmação contundentemente histórico-ontológica; e que em segundo lugar, os valores, no terceiro momento da articulação (entre o todo social e a subjetividade), têm um peso ontológico decisivo para a formação das singulares individualidades. Os valores, (que em termos ontogênicos, articulam-se ao trabalho), como um complexo social, como uma determinação social, são absolutamente necessários (como um dos imprescindíveis momentos – o terceiro assinalado por Lessa) da ótica ontológica para o determinar do indissolúvel liame entre o todo social e a individualidade. Em outros termos, os valores como mediações são momentos imprescindíveis que atam os indivíduos ao todo social.

Historicamente, a atuação dos valores transpassou as formações societárias. Contudo, a gênese e o desenvolvimento da sociabilidade burguesa, exigiram um salto qualitativo na relação gênero-particularidade, entre o todo social e a individualidade. O resultado inexorável consiste em uma antinomia entre duas dimensões: a esfera do privado, do mais puro individualismo burguês (do *bourgeois*) e a esfera pública (do *citoyen*). Como já anteriormente a Lukács, havia se expressado Marx:

Somente no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (...) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento (1978:104).

Isto é de extrema relevância. Sociabilidade rica e complexa, na qual as “relações sociais alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento”, mas repleta de contradições, que trazem inerentemente à natureza destas relações, a potencialidade de configurar o indivíduo mônada, quer dizer, dialética e contraditoriamente, em virtude da alta complexidade desta

sociabilidade, engendra-se a possibilidade do indivíduo, no interior mesmo da sociedade, isolar-se, fechar-se em si mesmo. Engendra-se o fenômeno da individuação tipicamente capitalista que se conecta com as características da sociedade civil em sua forma peculiarmente burguesa. Como diz Tonet (2001:90-91):

A individuação, ou seja, este processo de transformação do sujeito singular em um indivíduo autônomo (com personalidade própria) face aos grupos sociais – o que não significa que não pertença a eles, mas apenas que a sua vida não está atada de modo irremediável a eles – é uma realização do capitalismo. Não é nosso propósito examinar em seu conjunto, incluindo os aspectos altamente positivos, este processo de individuação. O que nos interessa ressaltar é que esta individuação não é uma individuação *tout court*, mas uma individuação individualista, ou seja, centrada no indivíduo. Isto quer dizer que, se nas formas sociais anteriores, o pólo determinante era a comunidade, agora este pólo se desloca para o indivíduo singular.

Trata-se evidentemente do indivíduo mônada isolada que se choca com as demais; de indivíduos proprietários privados que, ao usufruírem-se de sua liberdade “natural”, em sua eterna competição, estabelecem determinados conflitos entre si em sua constante busca de realização pessoal. A estas individualidades mônadas, verdadeiras ilhas, como se bastasse um único homem para se fazer homem, quer dizer, socializar-se, humanizar-se, correspondem (por meio das necessárias mediações) determinadas formas de consciência. À época da formação societal burguesa e de suas formas ideológicas,

Robson Crusoe, de Daniel Defoe, torna-se o primeiro romance burguês clássico, enquanto Adam Smith e Ricardo explicam a produção capitalista e a estrutura da sociedade burguesa, a partir de operações de troca entre caçadores e pescadores primitivos, isolados e solitários. (...). Criticando as teorias de Adam Smith e de Ricardo, Marx demonstra que esse indivíduo solitário e abandonado é um produto da sociedade capitalista em vias de formação (...) (Lukács,1979c:154).

Já na *Miséria da Filosofia*, Marx (contra Proudhon) enfatizara que nas relações sociais baseadas no antagonismo de classes, na divisão social do trabalho, as relações entre os indivíduos são mediadas pela compra e pela venda, pelas relações de troca, portanto, as “relações não são relações entre um indivíduo e outro, senão entre o operário e o capitalista, entre o arrendatário e o proprietário da terra, etc” (1985:81). Disto decorre que no interior da sociedade civil, caracterizada pela compra e venda da força de trabalho, da sociedade

burguesa assentada na estrutural divisão social do trabalho, na propriedade privada, as relações entre os indivíduos são mediadas pela origem da classe social. Se a isto se acrescentar que os indivíduos são subsumidos pelas respectivas classes, explicita que o abismo que os distancia do gênero humano se alarga e se intensifica. Trata-se daquela “tensão”¹⁹ entre os indivíduos e o gênero de que fala Lukács.

No interior das sociedades estruturadas em classes, os conflitos entre os indivíduos e o todo da classe respectiva, são inevitáveis. Nesta época de total estranhamento,²⁰ na qual a alienação e a coisificação transpassam a práxis cotidiana em sua totalidade, torna-se explícito e justo o reclamo de Antunes segundo o qual é necessário recuperar “o sentido de pertencimento de classe”. De fato, a emancipação do indivíduo de sua própria classe, e de todo tipo de dominação e de opressão, não pode ser concretizada “antes que se tenha formado uma classe que, contra a classe dominante, já não tenha de afirmar nenhum interesse particular de classe” (Marx e Engels,1984:84). Quer dizer, a emancipação do indivíduo conecta-se à transformação da classe proletária em classe para-si, em classe universal. Mézáros (2004:330) enfatiza que

Marx é enfaticamente claro e firme neste ponto, vinculando a questão da emancipação à necessidade de também superar a dominação dos indivíduos por sua própria classe, justamente com sua libertação das restrições paralisantes da divisão social do trabalho historicamente estabelecida, da qual a classe em si é a articulação estrutural necessária.

Fica claro, portanto, que nas sociabilidades contemporâneas fundamentadas no trabalho abstrato, na divisão social do trabalho, que esta “tensão” se complexifica. Entre indivíduos de classes contraditórias e antagônicas, esta “tensão” se expressa como um

¹⁹Com efeito, dizem Marx e Engels (1984:83) que “Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns contra aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal –, estão subsumidos na classe. É este o mesmo fenômeno que a subordinação do trabalho, e só pode ser eliminado por meio da abolição da propriedade privada (...)”.

²⁰ “Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis”(Netto,2005:86-87)

verdadeiro campo de batalha que, às vezes, se manifesta de modo obscurecido e subterrâneo; outras vezes, de forma aberta e com derramamento de sangue. Do ponto de vista dos interesses mesquinhos do capital, o trabalhador não significa absolutamente nada. N’*O Capital*, Marx (1982:301) é explícito:

O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade.

Nos momentos de crise do capital, sua dominação e exploração sobre o trabalho são acentuadas; e não se tem o menor escrúpulo de se lançar mão de antigas formas de exploração humana, convertendo-a em simples objeto de uso e de usurpação. Como dizem Netto e Braz, referindo-se ao capitalismo *contemporâneo*, vale dizer, à fase atual do “estágio imperialista”, no qual a destrutiva produção do capital predomina:

A precarização e a ‘informalização’ das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias – também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável (...)(2006:220-221).

Exatamente por isso, no interior deste contexto social altamente complexo; e que em seu dinamismo se complexifica ininterruptamente, que a questão dos valores assume uma importância particular. Dado os enormes conflitos que ocorrem entre os indivíduos mênadas, proprietários privados, estranhados e fragmentados; dado a intensificação da “tensão” entre o indivíduo e o gênero, entre as complexas relações entre indivíduos e sua própria classe de origem; do fenômeno do estranhamento que transpassa contemporaneamente toda a práxis social cotidiana; da luta entre classes contraditórias e antagônicas; em suma, do estado atual de todas estas coisas, deriva inexoravelmente que os valores, dialética e contraditoriamente, transformam-se em mediações substanciais, em um

momento necessário da luta revolucionária para a emancipação do trabalho. Ora, no contexto da sociabilidade burguesa, pelas razões enumeradas, é necessário que sempre se dê a devida ênfase:

(...),ou os valores impulsionam as individualidades a posições teleológicas mais mediadas socialmente, mais genéricas, valorizando positivamente as reais exigências postas pelo desenvolvimento da humanidade enquanto gênero, ou, pelo contrário, estimulam a adoção de alternativas centradas na particularidade da individualidade que se compreende como mônada. As conseqüências práticas para a individuação são imediatamente visíveis: a opção pelos valores genéricos pode elevar a substancialidade de cada individualidade à generalidade humana – ou, pelo contrário, a opção pelos valores meramente particulares pode rebaixar o conteúdo de sua existência à mesquinhez do universo do *bourgeois* que se contrapõe/sobrepõe à humanidade (Lessa, 2002b:149-150).

Certamente que as tomadas de decisões alternativas viáveis e indispensáveis para a superação de tal estado de coisas, têm que ser baseadas no conhecimento teórico-científico da situação concreta, conflitiva, em seu contexto social global. O que exige evidentemente que os aspectos ontológicos da concreta situação sócio-histórica sejam considerados como primários aos aspectos lógico-gnosiológicos.

Em razão dos objetivos propostos concernentes ao tema “subjetividade”, faz-se mister uma vez mais chamar a atenção para o fato de que a subjetividade segundo as investigações ontológicas do filósofo húngaro (na esteira dos delineamentos ontológicos deixados por Marx) é, primeiro, histórico-ontologicamente construída, segundo, um dos pólos fundamentais para a reprodução social em sua totalidade; que não se trata de um epifenômeno; e que a sistematização de uma teoria da subjetividade (no duplo sentido exposto: como e enquanto o fundamento ontológico essencial de todo pôr teleológico; e como a dimensão de distinção e desenvolvimento das particularidades de cada singularidade individual) como um conjunto categorial que se articula com os demais complexos categorias que compõem a ontologia lukacsiana, este concreto de pensamentos, deve ser entendida como um esforço do filósofo húngaro no sentido de recuperar aquela que foi, indubitavelmente, a quintessência de todas as importantes questões que decisivamente impulsionaram a Marx, do ponto de vista do trabalho como a “condição natural eterna da vida humana”, a apreender o fundamento último dos nexos e conexões

causais que movem o sistema metabólico do capital e de como suprimi-lo, a saber: a emancipação da humanidade. Na feliz expressão de Lessa (2002a:106-107):

(...), em sua Ontologia Lukács recupera a concepção de Marx acerca da emancipação humana. Esta, do ponto de vista negativo, implica a superação de todas as alienações oriundas da exploração do homem pelo homem, sua explicitação contemporânea consubstanciada pela regência do capital inclusa. E, do ponto de vista positivo, consubstancia a explicitação categorial do para-si do gênero humano: o fim da ‘pré-história da humanidade’. A clivagem, nítida e qualitativa, ao lado da insuperável articulação, entre o reino da necessidade e o reino da liberdade, que recupera de Marx, não deixa dúvidas de que, para o pensador húngaro, não há reformas do capitalismo que possam conduzi-lo ao socialismo e ao comunismo, concebidos, na esteira de Marx, como superação do capital e constituição da ‘livre associação dos produtores associados’.

Em outras palavras, a teoria da subjetividade insere-se no contexto das preocupações marxiano-lukacsianas no sentido de se buscar as concretas mediações pelas quais, concretamente, se poderá suprimir o abismo que foi posto e imposto, ou melhor, intensificado pelas relações sociais capitalistas, entre o indivíduo e o gênero humano.

Como se expôs no limiar deste capítulo, o tema da subjetividade na perspectiva ontológica dialético-materialista e histórica, conecta-se inerentemente à problemática do indivíduo emancipado, à automediação do indivíduo, como um ser universal e, que, portanto, articula à classe proletária como e enquanto classe para-si, como uma classe universal. O indivíduo universal, automediado, não significa outro componente a não ser o único e verdadeiro ícone da sociabilidade humana emancipada. O ser humano não nasce livre; terá que se fazer livre. O sentido da vida humana não se vincula a um conteúdo de caráter gnosiológico; antes, a uma densidade ontológica concreta: trata-se de uma construção humano-social cujo fundamento ontológico, objetivo, consiste na forma histórico-concreta do trabalho: “trabalho associado”.

Considerações Finais

Dentre as possibilidades (de estudo) postas pela trajetória das idéias lukacsianas em terras brasileiras, este trabalho de pesquisa se preocupou e se estruturou mediante a abordagem de duas dimensões: 1) a recepção e a utilização das idéias estéticas e literárias lukacsianas para a elaboração de um projeto de política cultural por jovens comunistas ávidos por fazer política como um momento orgânico no interior de um todo de uma política partidária; e, 2) a adoção das idéias ontológicas no Brasil enquanto preocupação central do último Lukács, idéias que se articulam, primeiro, ao esforço do filósofo na defesa intransigente da necessidade imperiosa de se renovar o marxismo após longos anos da desastrosa experiência do “socialismo real”, segundo, ao necessário combate constante e crítico ao capital pela mediação da tese segundo a qual o trabalho consiste no fundamento ontológico do mundo humano-social.

O emblemático que fortemente marca o valer-se destas idéias de Lukács no Brasil, em distintas conjunturas sócio-históricas, consiste na materialização dialética que se determina pela mediação da unidade de continuidade-descontinuidade – isto é, de uma recepção e utilização (em especial, das idéias estéticas e literárias) como um momento orgânico de uma política partidária à predominante utilização das idéias ontológicas, não obstante a

recepção e uso destas últimas se desdobrem no âmbito da academia e de outras instâncias de caráter científico, há inexoravelmente, um componente ídeo-político que as caracteriza.

Preliminarmente, aqui, nestas considerações finais, cabe uma importante observação: a receptividade das idéias ontológicas lukacsianas (mais precisamente, da ontologia marxiano-lukacsiana) no âmbito da vida acadêmica e das demais instâncias aludidas, enquanto um imprescindível fulcro teórico-metodológico (entre outras contribuições teóricas) indispensável à intransigente crítica ao capital com o objetivo último de asseverar a necessidade imperiosa de a humanidade emancipar-se dele, na medida em que isto se traduz como um vetor substancial para se salvaguardar a própria existência da humanidade, não deve ser confundida com um simples academicismo, teoricismo, ou ainda, como uma falta de responsabilidade social – fundamentalmente com o proletariado na condição de ser a única contradição, concreta, real, ao capital.

A atividade teórica, articulada aos interesses específicos da emancipação da humanidade, da construção da civilização comunista, é importante fixar, não obstante os limites específicos das atividades acadêmicas, consiste em um momento imprescindível para o desdobramento da luta conseqüente e ininterrupta do proletariado e de seus necessários aliados, no interior de um determinado todo social, contra os ditames do capital no bojo da sociedade civil em sua particularidade burguesa.

Neste preciso sentido, na condição de uma significativa contribuição intelectual para a tomada de posições alternativas (em nome do trabalho) no sentido da superação dos mais urgentes desafios postos pelos mais diversos complexos mediadores (com suas complexas determinações reflexivas) que determinam a tecitura do contexto sócio-histórico em questão.

Ora, em cada dimensão social-humana, (nos mais variados setores do trabalho, na política, arte, educação, produção científica, nos movimentos sociais-populares etc), é necessário “combater não só a perspectiva neoliberal, mas também o reformismo e imprimir a todas as lutas um caráter anticapitalista”(Tonet, 1997:183). Exatamente por isso, que é preciso ter

(...) claro que a mediação entre cada setor, cada espaço, cada atividade e a orientação geral (anticapitalista), se já é difícil quando esta última está clara, se torna muito mais complicada quando esta inexistente (...) (Ibidem).

O momento de continuidade desta dialética unidade se expressa precisamente pelo fato de que tanto o uso das idéias estéticas quanto o das ontológicas, consistir em uma intransigente defesa do arsenal teórico-metodológico do materialismo-dialético e histórico. Melhor dizendo: há um contundente componente, em ambos momentos, (não obstante a heterogeneidade conjuntural), que os conecta num *continuum* no sentido de vincular as idéias do filósofo-húngaro à renovação do marxismo contra as deformações teóricas oriundas da vulgata terceiro-internacionalista stalinizada; e de todos os elementos estranhos, alheios, ao pensar dialético-materialista: que se pense nos componentes positivistas, estruturalistas, mecanicistas, naturalistas, economicistas, politicistas, idealistas etc., que tanto impregnaram e desvirtuaram o caráter dialético-revolucionário da inovadora forma de se fazer ciência e filosofia instaurada pelos fundadores do socialismo científico – sobretudo por Marx e, secundariamente, por Engels. Ademais, este contundente componente, se expressa mediante a incisiva crítica das formas societárias estruturadas sob a lógica de reprodução e de acumulação do capital¹.

Isto é extremamente emblemático, porque este momento de continuidade na unidade vincula-se de um modo imanente à própria batalha teórica do filósofo iniciada a partir dos anos 1930. Em princípios deste ano até o verão do ano seguinte, em Moscou, aprofunda seus estudos marxianos mediante a leitura dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e dos *Cadernos Filosóficos* de Lênin. Como diz Oldrini (2002:73):

Poderíamos nos exprimir melhor dizendo que aqui acontece, em toda a precedente carreira de Lukács, uma unidade de continuidade e descontinuidade de desenvolvimento. A unidade está em que, *Estética* e *Ontologia*, continuando, mas também desenvolvendo a batalha teórica iniciada com a virada dos anos 1930, têm ambas como objetivo a elaboração de uma teoria da completa emancipação humana, da superação

¹ No que tange peculiarmente à receptividade das idéias estéticas e literárias, para que a crítica às formações sociais subsumidas pelo capital se explicita, é suficiente que se pense em algumas das determinações estruturantes da estética lukacsiana apropriadas por aqueles jovens comunistas para a formulação de um projeto de política cultural: 1) na determinação de Lukács acerca da função social da produção artística; 2) em sua concepção de realismo; e 3) na feliz expressão de Konder segundo a qual, para Lukács, “O valor duradouro da arte tinha algo a ver com a condição do homem como produtor de valores de uso”.

da mera singularidade particular (o individualismo burguês) em direção àquilo que, para o homem, é a sua essência, o realmente humano.

Em síntese: esta “batalha teórica” do filósofo, no Brasil, vincula-se tanto à receptividade das idéias filosófico-estéticas, quanto à das ontológicas.

Aqui, vale a pena recordar que esta continuidade (ídeo-política) se objetiva, num primeiro momento, mediante o emprego das idéias de Lukács para a formulação de um projeto de política cultural, (aqui, em especial, das idéias estéticas e literárias), projeto que as inseriam no interior de um todo de uma determinada política do PCB – de uma “renovação” político-partidária, que, propugnava a tese (de forte impregnação terceiro-internacionalista) segundo a qual a revolução nacional e democrática constituiria num momento imprescindível para se implantar em solos brasileiros a sociedade socialista.

Se esta “renovação” político-partidária, por um lado, procurava entrar em sintonia com as vicissitudes do MCI após os acontecimentos do XX Congresso do PCUS, por outro, buscava entrar em consonância com as exigências postas pelas significativas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que abalavam os alicerces do dependente e periférico capitalismo brasileiro naqueles anos de desenvolvimentismo (nacional) econômico, e, posteriormente, às exigências impingidas ao enfrentamento político no bojo de um contexto de uma ditadura militar instaurada a partir de 1964.

Posteriormente, este *continuum*, no contexto desta fase atual do “estágio imperialista” do MPC, contexto que se determina, dentre outros aspectos, por meio de uma ofensiva do capital total (em escala global) à totalidade da classe trabalhadora, pela mediação das idéias ontológicas do ser social lukacsianas, na esteira do espírito do filósofo de recuperar o verdadeiro pensamento de Marx e de renovação do marxismo em bases ontológicas como um momento fundamental da constante crítica radical ao capital.

Simultânea e dialeticamente, materializa-se no interior desta contextualização sócio-histórica, o momento de descontinuidade da unidade (dialética e, portanto, sempre em movimento) da receptividade e utilização das idéias (estéticas e ontológicas) de Lukács no Brasil. Mais precisamente: a dimensão ídeo-política, no interior deste contexto da terceira fase do “estágio imperialista” do MPC, se objetiva, em primeiro lugar, em virtude desta dimensão, diferentemente do que ocorrera com o emprego das idéias estéticas, concretizar-se no âmbito da academia e de outras instituições de caráter científico.

Em segundo lugar, evidentemente, por razões da contemporânea conjuntura sócio-histórica, o emprego das idéias ontológicas conectar-se, prioritariamente, à imperiosa necessidade da defesa intransigente do trabalho enquanto o fundamento ontológico do ser social e, por conseqüência, na defesa igualmente contundente do proletariado na qualidade de ser a classe social que (potencialmente) pode rebelar-se contra os ditames do capital.

No que diz respeito à utilização das idéias filosófico-estéticas, é suficiente recordar que a elaboração de uma política cultural de extração lukacsiana, fora relevante, entre outros importantes aspectos, para a disputa pela hegemonia das idéias artístico-culturais entre os produtores artísticos num quadro histórico profundamente determinado por conflitos sociais e pela exigência de engajamento cultural-artístico que transpassaram a conjuntura nacional no decorrer dos anos 60 do século XX; e, para uma crítica à cultura partidária (do PCB), que, no campo específico da arte, além de aspectos não-imanentes ao ser-precisamente-assim da produção estético-artística, quer dizer, por elementos político-ideológicos, era fortemente marcada por componentes estéticos de extração stalinista/zhadnovista.

Uma política cultural de extração stalinista/zhadnovista, em conseqüência de uma sobrevalorização de componentes político-ideológicos, desconsidera os momentos ontológicos da produção artística – as determinações categoriais peculiares, imanentes, constitutivas da produção estético-artística na qualidade de reflexo particular da objetividade.

Assim, o PCB, ao elaborar uma “cultura de Partido” transpassada e forjada por elementos marcadamente de natureza político-ideológica, não só concretizou uma politização excessiva da cultura, como também, em seus momentos de maior submissão à hegemonia stalinista/zhadnovista com o seu realismo-socialista, uma eliminação da arte como um peculiar complexo da ontologia do ser social – que se pense aqui na política cultural forjada no bojo de um contexto conjuntural (determinado por momentos nacionais e internacionais), em que o partido consolidara com o Manifesto de Agosto de 1950, uma política de descontinuidade em relação a uma linha política colaboracionista de classe e de união nacional.

As críticas ao sociologismo, que se configura por meio de uma identificação vulgar e mecânica entre literatura e propaganda política; as análises tendo como ponto de partida

metodológico a objetividade (a objetivação) de momentos inerentes ao ser-precisamente-
assim da produção literária brasileira (as análises de Coutinho acerca das obras de Lima
Barreto, das de Graciliano Ramos), são expressivos momentos inteiramente interligados
entre si: 1) como expressões de momentos formadores da teoria estética lukacsiana; e 2) em
componentes que objetivam o rompimento e a superação de uma tradição cultural-
partidária (com a concorrente política cultural) subordinada à hegemonia
stalinista/zhadnovista cujo elemento determinante e distintivo se configurara pela mediação
caricatural de seu realismo-socialista.

O realismo para Lukács, como se expôs com Heller, (autora que terminou por
abandonar as idéias do filósofo), articula-se ao “ponto de vista da causa da humanidade”.
Trata-se da indissolúvel relação entre o indivíduo genérico e o gênero humano. Ou como
diz Oldrini, o “realismo como método de criação artística” e a “teoria materialista marxiana
da objetividade” (2002:57), se ligam de um modo muito estreito. O realismo com todas as
conexões (herança cultural, teoria dos gêneros), se impôs ao filósofo, exatamente porque
ele, “melhor do que outra tendência artística, (...) traz em si a consciência dialética da
‘totalidade’” (Ibidem). Que se pense, por exemplo, nas complexas determinações reflexivas
que se desdobram entre essência e fenômeno, entre a estrutura econômica e as demais
instâncias constitutivas do todo social.

Disto decorre que

O escritor atinge um grau tanto maior de realismo quanto mais ele
consegue trazer à luz, para além dos fenômenos de superfície, as
verdadeiras forças motrizes do desenvolvimento social, isto é, a essência –
artisticamente configurada – de um determinado momento ou situação ou
conexão histórico-social relevante para a humanidade (Ibidem).

A determinação do autor, como se pode perceber, é explícita. Diferentemente do
naturalismo, que se determina por meio de um método cujo reflexo da realidade é
mecânico, fotográfico, Lukács, mediado por uma gnosiologia de caráter dialético-
materialista, rechaça veementemente a descrição da realidade em sua imediatez. O
autor húngaro, ao determinar a categoria “particularidade” como a esfera *organizacional* do
universal e do singular, como a dimensão da configuração artística, a determina, como o
momento privilegiado sobre o qual se pode erguer a tipicidade.

Trata-se, portanto, de um realismo que se propõe a apreender e expressar (através da configuração de imagens-sensíveis) a unidade essência-fenômeno com suas complexas contradições, com suas situações típicas no interior de um determinado todo sócio-histórico – que se pense aqui nas referências de Frederico a Gullar, que bem ao gosto de Lukács, expressara, contra os poetas concretistas que desejavam “expressar o universal eliminando o particular, (...) a necessidade de enraizamento nacional para tornar a expressão artística, assim, particularizada, uma figuração verdadeira dos destinos humanos” (Frederico, 1998:285). Ou em Coutinho, que ao analisar, (na esteira da tipicidade propugnada por Lukács), momentos da produção literária de Graciliano Ramos, sugere a presença de personagens tipos em circunstâncias típicas em seu *São Bernardo*.

Pois bem, sobre a política cultural de extração lukacsiana, qual seria a avaliação desses estudiosos (nos dias de hoje) que nos idos dos anos 1960 se valeram das idéias estéticas e literárias do autor de Budapeste para a elaboração de um projeto de política cultural e para a disputa pela hegemonia das idéias filosófico-estéticas entre os produtores artísticos?

Na entrevista concedida a Sérgio Lessa (SL) e a Maria Orlanda Pinassi (MOP), Carlos Nelson Coutinho (CNC) e Leandro Konder (LK), falam dos limites da política cultural proposta por Lukács.

MOP: “Vocês falaram em limites da política cultural lukacsiana. Quais seriam tais limites?” (2002:173).

CNC: “Havia grandes acertos na política cultural proposta por Lukács, sobretudo sua preocupação em valorizar o legado progressista do humanismo burguês, do realismo crítico na arte, do racionalismo dialético na filosofia etc. Essa valorização rompia enfaticamente com as formulações de Stalin e de Zhadnov, que, entre outras coisas, viam em Hegel por exemplo, um filósofo reacionário, um ideólogo do prussianismo em oposição à Revolução Francesa. Mas, malgrado isso, quando se referia ao presente, Lukács operava perigosas dicotomias. Ele usava muito ‘ou ... ou’. Lembremos, por exemplo, do infeliz capítulo do *Realismo crítico hoje* intitulado ‘Franz Kafka ou Thomas Mann’. Na esteira de Lukács, em meu primeiro livro, *Literatura e humanismo*, concluo um ensaio perguntando: ‘Camus ou Sartre? Heidegger ou Lukács? Joyce ou Thomas Mann? (...)’ (Idem:173-174).

MOP: “Aliás, são vários ensaios de Lukács que levam o ‘ou ... ou’: além do ‘*Kafka ou Thomas Mann*’, há também, por exemplo, ‘*Narrar ou descrever*’” (Ibidem).

LK: “É uma dicotomia perigosíssima, essa Kafka ou Thomas Mann” (Ibidem).

CNC: “*Narrar ou descrever* me parece um belíssimo ensaio. Trata-se de uma alternativa de figuração literária, são dois métodos realmente alternativos de figuração literária, mas que Lukács exemplificava com uma opção entre Tolstoi ou Zola. Lembro-me de que o saudoso Nelson Werneck Sodré não se conformava com o fato de Lukács, que ele admirava muito, ser contra Zola: ‘Zola – dizia Nelson – é um escritor progressista, escreveu o *Germinal*; não entendo por que Lukács não gosta dele. Se tivesse lido Eça de Queiroz, o que diria?’ Na verdade, embora no geral acerte em suas observações sobre o naturalismo, Lukács era realmente muito duro com Zola. E também com Flaubert. E é muito provável que também o fosse com Eça, se o tivesse lido” (Ibidem).

Este trabalho de pesquisa, não se pautou pela preocupação de investigar acerca da receptividade e da utilização das idéias filosófico-estéticas e literárias de Lukács nos dias de hoje – marcado por uma ambiência ídeo-política e cultural dominante denominada de cultura “pós-moderna”, caracterizada por um irracionalismo, avessa ao grande pensamento sistemático, antiontológica. Por isso, cumpre tão-somente deixar registrada uma importante observação realizada por Tertulian acerca da grande *Estética* do filósofo:

A *Estética* de Lukács, trinta anos depois de sua publicação definitiva (...), por mais surpreendente que pareça, ainda não recebeu o tratamento crítico que merece. Seria falso dizer que não existem comentários (...), mas ainda esperamos por uma análise exaustiva de sua estrutura, das suas principais teses e de seu rico desdobramento categorial (2002:13).

Em consonância com esta importante observação, que, como se pode perceber, adquiri um tom de denúncia, vale a pena deixar expostas algumas das indicações realizadas por José Paulo Netto acerca desta monumental obra. Diz o autor que

(...), a leitura da *Estética* implica um razoável esforço intelectual. De fato, ela coloca o leitor diante de uma das obras mais inclusivas e complexas produzidas no interior do pensamento comunista depois de Marx. Todavia, este é um esforço que vale a pena: a argúcia das análises, a finura dos argumentos e a abundância das informações culturais contidas na *Estética* constituem uma fonte inesgotável de sugestões para a compreensão da arte (1983:79-80).

Imediatamente após, sintetiza:

Mesmo sem ter o seu seguimento nas duas outras partes originalmente planejadas, a *Estética* sustenta-se como a culminação da obra lukacsiana. E não apenas porque nela se retomam os temas e os problemas que acompanham a reflexão de Lukács desde a sua juventude, mas porque os amplia e enriquece significativamente. De um lado, o filósofo ultrapassa as fronteiras da literatura, objeto principal dos seus interesses: na *Estética*, ele procura determinar também a especificidade da música, da escultura, da arquitetura e do cinema; de outro, Lukács, para fundamentar a peculiaridade do estético, desenvolve formulações que dão conta de diferentes instâncias e planos da vida social (pode-se afirmar que a *Estética* contém teorias acerca da cotidianidade, da ciência e da religião) (Ibidem).

Pois bem: qual seria a contribuição da grande *Estética* para a elaboração de uma política cultural como um momento orgânico de um projeto revolucionário que se pautasse pelo resolutivo intento de emancipar a humanidade da opressão e da exploração do capital? Note-se: do capital e não só do capitalismo.

Para finalizar este primeiro momento destas considerações finais, cumpre tão-somente re-enfatizar que em consonância com o contexto receptivo das idéias filosófico-estéticas de Lukács, estabeleceu-se uma crítica à afirmação de Frederico segundo a qual *As Teses Blum* “guardam algumas semelhanças estratégicas com a linha” política “desenvolvida pelo PCB após 1958”.

Com efeito, demonstrou-se que as complexas relações e interações entre as revoluções burguesa e proletária são, dialeticamente, concebidas pelas *Teses* elaboradas por Lukács para o II Congresso do Partido Comunista da Hungria e, que, portanto, radicalmente, se distanciam da aceção sectária e esquemática advinda da IC que transpassara e determinara o conteúdo das Teses estratégico-políticas como formas “mediativas” (ou melhor, uma política de frente ampla, colaboracionista de classe, gradualista e etapista) propugnadas pela “nova política” para o *que fazer* político e, primordialmente, materializar a revolução proletária em solo nacional.

No que se refere ao caráter ídeo-político, (no momento de descontinuidade na dialética unidade), o valer-se das idéias filosófico-ontológicas de Lukács, nos parâmetros da renovação do marxismo em bases ontológicas e nos da defesa intransigente da centralidade do trabalho no mundo humano-social, cumpre, no contexto destas

considerações finais, expressá-lo pela mediação da seguinte questão: por que uma ênfase na questão ontológica neste limiar do século XXI?

Porque em primeiro lugar, o processo de reestruturação produtiva com suas incisivas conseqüências ao proletariado, quer seja em sua dimensão objetiva, quer seja em sua esfera subjetiva, como um dos momentos constitutivos de um conjunto de respostas elaborado pelo capital monopolista no bojo do capitalismo *contemporâneo*, como decisões alternativas, com o intento de restaurar os patamares de lucratividade alcançados nos “anos dourados”,² não implicou na supressão da centralidade ontológica do trabalho do mundo humano-social. Ora, para sobreviverem, os homens têm que, necessariamente, trabalhar – produzir valores de uso indispensáveis à sua existência.

Que se enfatize: a mundialização do capital no contexto da terceira “fase do estágio imperialista”, ao não implicar na descentralização do trabalho, ratifica o proletariado, já que por razões de seu ser-precisamente-assim existente consistir na classe social que se vincula ao trabalho, na qualidade de ser a única classe social contraditória de fato ao capital. Daí que bem ao gosto de Antunes, tratar-se de uma classe social que potencialmente pode “rebelar-se”, “antagonizar-se” ao capital.

Em segundo lugar, na medida em que, teórico-metodologicamente, a ontologia marxiano-lukacsiana explicita a primordial e ontológica distinção entre trabalho como a “condição natural eterna da vida humana” e trabalho abstrato. Em outros termos, a ontologia dialético-materialista explicita a essência última da sociedade civil em sua forma burguesa – relações de produção, que, em sua totalidade, forma a “estrutura econômica da sociedade”.

Em síntese: uma ênfase à questão ontológica no interior do atual contexto sócio-histórico de ofensiva do capital monopolista ao trabalho, articula-se ao significado de uma produção teórica (do ponto de vista do proletariado) enquanto uma contribuição necessária e imprescindível para a formulação de tomadas de decisões alternativas cujo escopo se pautou e se orientou no sentido de (através das imprescindíveis mediações) materializar a emancipação do trabalho da dominação e exploração do capital.

² Segundo Netto e Braz (2006:214), “trinta anos depois, na entrada do século XXI, tais respostas **não alteraram** o perfil da *onda longa recessiva*: o crescimento permanece reduzido e as crises se amudaram; entretanto, *as taxas de lucro foram restauradas* – portanto, unicamente sob esse aspecto crucial, não restam dúvidas de que as respostas do capital foram exitosas”.

A ontologia de Lukács (na esteira da teoria do ser social de Marx), não se funda na idéia da existência de uma ontologia (como disciplina filosófica), que por definição, postula que as categorias são universais, imutáveis e, portanto, aplicáveis de um modo direto e imediato tanto à sociedade quanto à natureza. O anacronismo conceitual de ontologia no sentido de uma disciplina filosófica que não considera o devir constitutivo peculiar das distintas e particulares categorias no interior do todo da esfera ontológica respectiva e em unidade com as demais dimensões ontológicas, consiste em um componente alheio à produção intelectual do autor de Budapeste. A especificidade estética, por exemplo, é uma determinação particular das determinações peculiares do ser social.

A preocupação predominante das investigações ontológicas do autor húngaro reside em perscrutar sobre o modo próprio do (dialético) processo (ênfatisando a prevalência da base material, mas com suas determinações reflexivas com os demais momentos) autoconstitutivo do ser social. De acordo com o autor, na estrutura originária e orgânica do trabalho (teleologia-causalidade), ou seja, no trabalho (sob a condição de produtor de valores de uso) que se objetiva mediante o intercâmbio orgânico entre ser humano e natureza, reside o modelo da práxis social – sua protoforma.

Posto isto, a concreticidade das críticas, (porque dizem respeito diretamente aos específicos interesses de classe do proletariado; e, em razão de seu vigor e contundência) às teses (sob suas várias nuances) que propugnam a descentralidade do trabalho na condição de fundamento ontológico do ser social, pelos autores marxistas brasileiros aqui focalizados (Lessa, Netto, Tonet, Chasin, Antunes), assume um caráter (na determinação lukacsiana) ídeo-política.

O caráter ídeo-político assumido por estas críticas, pôde ser detectado pela mediação de três momentos inteiramente interligados entre si, os quais, unem-se, imanentemente, a uma questão de natureza metodológica – precisando: ao método ontológico-histórico.

O primeiro momento concerne-se à explicitação do caráter essencial das sociedades contemporâneas, cuja objetivação se dá mediante o trabalho abstrato produtor de mais-valia, assalariado e estranhado – forma histórico-concreta particular-universal das sociabilidades subsumidas pelos ditames do capital enquanto relação e controle societal. E, que, portanto, a supressão do trabalho abstrato não implica na abolição do trabalho como a “condição natural eterna da vida humana”, produtor de valores de uso indispensáveis à

reprodução social em sua totalidade. Disto deriva a atualidade (e, viabilidade) da teoria do valor-trabalho de Marx como uma imprescindível construção teórico-metodológica para o enfrentamento das candentes questões postas e impostas nesses tempos de ofensiva do capital total (em escala mundial) à totalidade do trabalho.

O segundo insere-se no quadro da determinação ontológica segundo a qual em toda organicidade, em todo sistema, há sempre e implacavelmente, um momento predominante, uma prioridade ontológica. Sobre esta relevante determinação teórico-metodológica, Lukács, no capítulo acerca de Marx em sua *Ontologia do Ser Social*, assinala que

O mesmo vale, no plano ontológico, para a prioridade da produção e reprodução do ser humano em relação a outras funções. Quando Engels, no discurso pronunciado junto à tumba de Marx, fala do ‘fato elementar (...) de que os homens devem primeiro de tudo comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião, etc., está falando precisamente de uma relação de prioridade ontológica. E o próprio Marx o afirma claramente, no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Onde é sobretudo importante o fato de que ele considere ‘o conjunto das relações de produção’ como a ‘base real’ a partir da qual se explicita o conjunto das formas de consciência; e como essas, por seu turno, são condicionadas pelo processo social, político e espiritual da vida (1979b:41).

O terceiro momento por meio da explicitação de que o marxismo ontológico pela mediação da unidade orgânica do trabalho (teleologia-causalidade) se determina na qualidade de um arsenal científico-filosófico absolutamente auto-suficiente e capaz de dar conta do complexo da subjetividade até às últimas conseqüências – a explicitação de que tanto a subjetividade quanto a sociabilidade, articulam-se, onto-geneticamente, à unidade (orgânica) do trabalho teleologia-causalidade, o que sustenta a tese segundo a qual a unitariedade última do ser social está em unidade com a unitariedade última do ser em geral.

Em congruência e, em conseqüência, estes momentos revelam a viabilidade das pesquisas filosófico-ontológicas (na esteira dos delineamentos ontológicos deixados por Marx) conduzidas até às últimas conseqüências pelo filósofo húngaro.

Aqui, é suficiente recordar que as investigações filosófico-ontológicas lukacsianas, ao enfatizarem a concepção marxiana da centralidade ontológica do trabalho para o mundo social-humano, implicam, antes de tudo, numa veemente crítica ao trabalho abstrato, que como uma forma concreta histórica do trabalho, como a forma particular-universal do

modo de produção capitalista, é a não ser produtor de mais-valia, de mercadoria, do que deriva, a sua não imanência à ontologia do ser social – antes, um momento constitutivo da pré-história da humanidade.

Outro aspecto importante consiste no fato de que tais investigações, no bojo dos efervescentes debates que têm transpassado a contemporaneidade, revelam a atualidade da genial idéia marxiana segundo a qual os seres humanos fazem a sua própria história, ainda que a partir de situações estabelecidas (que se pense nas complexas determinações reflexivas entre necessidade e liberdade, entre subjetividade e objetividade).

Ademais, a atualidade da, igualmente, genial demonstração marxiana de que o proletariado, na qualidade de classe social que ocupa o pólo negativo da unidade contraditória e antagônica, (capital trabalho), para se emancipar do jugo deste, terá que, necessária e imprescindivelmente, transformar-se de classe em-si em classe para-si. Ou seja, (o que expressa a mesma coisa): abolir-se a si mesmo como e enquanto classe. Na feliz asseveração (aqui retomada) de Lessa (2002a:104): as idéias ontológicas do autor de Budapeste, em razão de seu vigor e estruturação categorial, “constituem um patrimônio fundamental para um projeto revolucionário que aponte para além do capital”.

Bibliografia Consultada

ALMADA, Izaías, *Teatro de Arena: Uma Estética de Resistência*, 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2004.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de, “Insistente Desencontro: o PCB e a Revolução Burguesa no Período 1945-1964”, em: Mazzeo, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (Orgs.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*, São Paulo, SP. Cortez Editora, 2003.

ALVES, Giovanni, *O Novo (E precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*, São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2000.

_____. “Sindicalismo e Utopia no Brasil do Século XX: Breves Considerações sobre Anarquistas, Comunistas e Novos Sindicalistas”, em: Mazzeo, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (Orgs.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. São Paulo, SP. Cortez Editora, 2003.

ANTUNES, Ricardo, “Notas sobre consciência de Classe”, em: Antunes, Ricardo e Rêgo Walquiria Domingues Leão (orgs.) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 1996.

_____ *A Desertificação Neoliberal No Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2ª. Edição. Campinas, SP. Autores Associados. 2005.

_____ *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 3ª. Edição. São Paulo. Cortez Editora – Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____ *Os Novos Proletários do Mundo na Virada do Século*, em: Revista Lutas Sociais, número 06. NEILS PUC-SP. São Paulo, 1999.

_____ *Notas Sobre Redução da Jornada de Trabalho e Tempo Livre*, em: Revista Práxis número 07. Projeto Joaquim de Oliveira Editora; Distribuidora de Livros; Jornais e Revistas; Livraria. São Paulo, Jun-Outubro, 1996.

_____ *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 7ª. Reimpressão. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2005.

_____ *A Rebelião do Trabalho: O Confronto no ABC Paulista: As Greves de 1978-1980*. Campinas São Paulo. Editora Ensaio. Editora da Unicamp, 1988.

_____ *Classe Operária e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Libertadora*. 3ª. Edição. São Paulo, SP. Editora Ensaio, 1982.

BOITO JR, Armando, *O Golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo, SP. Editora Brasiliense S.A. Coleção: Tudo é História, 1982.

CHASIN, José, *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*, em: Revista Ensaio, número 17/18. Editora Ensaio. São Paulo, SP. 1989.

_____ “Marx-Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, em: Teixeira, José S. Francisco, *Pensando com Marx: Uma leitura Comentada de O Capital*. Editora Ensaio. São Paulo, SP. 1995.

_____ *Marx – Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão*, em: Chasin, José (org.) *Marx Hoje* Chasin. São Paulo, SP. Editora Ensaio, 1987.

_____ *A ‘Politização’ da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, em: Revista Temas de Ciências Humanas. São Paulo, SP. Número 2. Editora Grijaldo. 1977.

_____ *Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade*, em Revista Ensaio, número 9. São Paulo, SP. Editora Ensaio, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson, “Lukács, a Ontologia e a Política”, em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquíria Domingues Leão (Orgs.), *Lukács: UM Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 1996.

_____ *Uma Análise Estrutural dos Romances de Graciliano Ramos*, em: Revista Civilização Brasileira, número 5/6. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira. Março de 1966.

_____ *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1974.

_____ *Literatura e Humanismo: ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1967.

COUTINHO, Carlos Nelson e KONDER, Leandro, “Correspondência com Georg Lukács”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (Orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

ENGELS, F., *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*,. Tr. Leandro Konder. 7ª. Edição. Editora Civilização Brasileira. S.A. Rio de Janeiro, RJ. 1981.

_____ *Anti-Duhring*. Orbe: Editores y Distribuidores de Publicaciones. Habana.

_____ *A Dialética da Natureza*, 2ª. Edição. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ. 1976.

FREDERICO, Celso, “Presença e Ausência de Lukács” em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquíria Domingues Leão (orgs) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial. 1996.

_____ “A Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade” em: Moraes, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Volume 2: Os Influxos Teóricos. 1995.

_____ “A Política Cultural dos Comunistas”, em: Moraes, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Volume 3: Teorias. Interpretações. 1998.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie, “Lukács e a Crítica da Cultura”, em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquiria Domingues Leão (Orgs.) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 1996.

GORENDER, Jacob, *O Combate nas Trevas: a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo, SP. Editora Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio, *Concepção Dialética da História*. Tr. Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ. 1966.

_____ *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. 6ª. Edição. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ. 1988.

HEGEL, F. W. G. *Lecciones sobre la Historia de la Filosofía*. Tr. Wenceslao Roces. Fondo de la Cultura Económica. México.

_____ *Fenomenologia do Espírito*. Tr. Paulo Meneses. Vozes. Petrópolis. 1992.

HELLER, Agnes, *A Estética de Georg Lukács*, em: Revista Novos Rumos, ano 1, número 2, abril/junho, 1986. (Perguntar)

KONDER, Leandro, *Lukács*. Editora L&PM. Porto Alegre. 1980.

_____ *A Rebeldia os Intelectuais e a Juventude*, em: Revista Civilização Brasileira, número 15. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira. Setembro, 1967.

_____ *Alguns Problemas do Realismo Socialista*, em: Revista Estudos Sociais, número 17. São Paulo. SP. Editora Ensaio, junho, 1963.

_____ *O Que É Dialética*. São Paulo, SP. Editora Brasiliense. Col. Primeiros Passos, 1981.

_____ “Estética e Política Cultural” em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquiria Domingues Leão (orgs.) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 1996.

_____ *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira. S. A., 1965.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*, tr., de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra. 1976

_____ “A Dialética da Moral e a Moral da Dialética”, tr., Nice Rissone; em: *Moral e Sociedade*. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1969.

LÊNIN, V. I. *Materialismo y Empiriocriticismo* Editorial Progreso. Moscú.

_____ *Cuadernos Filosóficos*. Editorial Progreso. Obras Completas. Tomo 29. Moscú.

_____ *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. Tradução: Equipe de tradutores da Editora e Livraria Livramento. São Paulo, SP, 1975.

LESSA, Sérgio *A Ontologia de Lukács*. 2ª. Edição, Edufal. Maceió. 1997.

_____ *Hegel, Engels, Lukács e a Categoria de Negação*. Revista Ensaio número 17/18. Editora Ensaio. São Paulo, SP. 1989.

_____ “Para uma Ontologia do Ser Social”, em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquiria Domingues Leão (orgs.) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição Boitempo Editorial. São Paulo, SP. 1996.

_____ *Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt*, em: Estudos de Sociologia – Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação e Sociologia FCL – UNESP – Araraquara - Ano 6 – nº 11, 2º semestre de 2001.

_____ “Lukács: Direito e Política”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (Orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição Boitempo Editorial. São Paulo, SP. 2002a.

_____ *Mundo dos Homens – Trabalho e Ser Social*. 1ª. Edição, Boitempo Editorial. São Paulo, SP. 2002b.

_____ “Leandro Konder e Lukács”, em: Pinassi, Maria Orlanda (Org.) *Leandro Konder: A Revanche da Dialética*. Boitempo Editorial. Editora Unesp. São Paulo. 2002c.

_____ *Crítica ao Praticismo ‘Revolucionário’*, em: Revista Práxis, número 04. Belo Horizonte, MG. Editora Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____ *Para Além de Marx?: Crítica da Teoria do Trabalho Imaterial*. São Paulo, Xamã, 2005a.

_____ *História e Ontologia: A Questão do Trabalho*, em: Revista Crítica Marxista número 20. 1ª. Edição, Editora Revan LTDA. Unicamp, Campinas, SP. 2005b.

LESSA, Sérgio e PINASSI, Maria Orlanda, “Georg Lukács: Uma Breve Biografia”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (Orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição, São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002a.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de, *Via Prussiana, Revolução Passiva e Revolução Pelo Alto: Estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, SP. 2003.

LUKÁCS, Georg, *Per l’Ontologia dell’Essere Sociale* (Obra em três tomos).1ª. Edizione Editori Riuniti. Roma, 1976/1981.

_____ *Prolegomini all’Ontologia dell’Essere*, Milão, Guerini e Associati, 1990.

_____ *Ontologia do Ser Social*; “A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel”. Tr. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, SP. Editora Ciências Humanas, 1979a.

_____ *Ontologia do Ser Social*, “Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx”. Tr. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, SP. Editora Ciências Humanas, 1979b.

_____ *Ontología del Ser Social*: “El Momento Ideal de la Economía”, en: Lukács, Tertulian. *Ontología del Ser Social*. Tr. José Félix Hoyo Arana. Universidad Autónoma Chapingo. México. 1987.

_____ *História e Consciência de Classe*. Porto, Editora Publicações Escorpião, 1974.

_____ *Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética*; tr., Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 1970.

_____ *Estetica: La Peculiaridad de lo Estetico -1) Cuestiones Preliminares y de Principio*; tr., Manuel Sacristán. Barcelona/México, D.F. Ediciones Grijalbo, S.A., 1966.

_____ *Estetica: La Peculiaridad de lo Esttico -2) Problemas de la Mimesis*; tr., Manuel Sacristán. Barcelona/México, D.F. Ediciones Grijalbo, S.A. 1996.

_____ *Estetica: La Peculiaridad de lo Estetico -3) Categorías Psicológicas y Filosóficas Básicas de lo Estetico*; tr., Manuel Sacristán. Barcelona/México, D.F. Ediciones Grijalbo, S.A., 1996.

_____ *Conversando Com Lukács : Conversas com: Holz, Kofler e Abendroth*; tr., Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1969.

_____ *Existencialismo ou Marxismo?*; tr., José Carlos Bruni. São Paulo, SP. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979c.

_____ *A Autocrítica do Marxismo*. Entrevista com Leandro Konder em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (Orgs.) *Lukács: e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

_____ *Meu Caminho para Marx*, em: Cadernos Ensaio1: *Marx Hoje*, Chasin, José (Org.) São Paulo, SP. 1987.

_____ *Elogio do Século XIX*, em: Revista Novos Rumos, número 05. São Paulo, SP. 1986.

_____ *Carta Sobre o Stalinismo*, em: Revista Civilização Brasileira. Caderno Especial número 1. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira. Novembro de 1967.

_____ *Arte Livre ou Arte Dirigida?*, em: Revista Civilização Brasileira, número 13. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, Maio de 1967.

_____ *Teses de Blum: “A Ditadura Democrática”*, em: Revista Temas de Ciências Humanas, número 07. São Paulo, SP. Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

_____ *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*, em: Revista Temas de Ciências Humanas, número 04. São Paulo, SP. Editora Ciências Humanas LTDA. 1978.

_____ *Ensaio Sobre Literatua*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, S.A., 1968.

MANDEL, Ernest, “O Papel do Indivíduo na História: o caso da II Guerra Mundial”, em: Revista Ensaio, número 17/18. São Paulo. SP. Editora Ensaio, 1989.

MARANHÃO, Ricardo, *O Governo Juscelino Kubitscheck*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Editora Brasiliense. Coleção: Tudo é História, 1981.

MARX, Karl, *Manuscritos Económicos y Filosóficos del 1844*. Editorial Pueblo y Educación. La Habana. 1975.

_____ *O Capital*, Livro 1: “O Processo de Produção do Capital”, Volume 1, tr., Reginaldo Sant’Ana. 7ª. Edição. São Paulo, SP. Editora Difel: Difusão Editorial S.A., 1982.

_____ *Introdução à Crítica da Economia Política*, tr., José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo, SP. Abril Cultural. Coleção: Os Pensadores. 1978.

_____ *Prefácio à Crítica da Economia Política*, tr., José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo, SP. Abril Cultural. Coleção: Os Pensadores. 1978.

_____ *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, tr., Leandro Konder. São Paulo, SP. Abril Cultural. Coleção: Os Pensadores. 1978.

_____ *A Questão Judáica*, tr., Editora Moraes. São Paulo, SP. Editora Moraes, 1991.

_____ *Miseria de la Filosofía*. Traducción al español: Editorial Progreso. Moscú. Editorial Progreso, 1985.

_____ “Teses sobre Feuerbach” em: *A Ideologia Alemã*, tr., Sílvio Donizete Chagas. São Paulo, SP. Editora Moraes, 1984.

MARX, Karl y Engels, Friedrich, *A Ideologia Alemã*, tr., Sílvio Donizete Chagas. São Paulo, SP. Editora Moraes, 1984.

Marx, Karl e Engels, Friedrich, *A Sagrada Família*, tr., Sérgio José Schirato. São Paulo, SP. 1987.

MAZZEO, Antonio Carlos, *Sinfonia Inacabada: A Política dos Comunistas no Brasil*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 1999.

_____. “O Partido Comunista na Raiz da Via Colonial do Desenvolvimento do Capitalismo”, em: Mazzeo, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (Orgs.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2003.

_____. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. Belo Horizonte, MG. Oficina de Livros, 1989.

MÉSZAROS, István, *O Poder da Ideologia*, tr., Paulo Cezar Castanheira. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2004.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social Ensaio de Negação e Afirmação*. Tr. Else R. P. Vieira, Célia Maria Magalhães, Maria C. M. Vaz de Mello e Júlio Jeha. Editora Ensaio. São Paulo. 1993.

_____. *O Século XXI : Socialismo ou Barbárie?*, tr., Paulo Cezar Castanheira. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial.

_____. *Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da transição*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

NEMES, Dezso, *A República Soviética Húngara e sua Importância Histórica*, em: Revista da Paz e do Socialismo, número 2. Revista Teórica e de Informação Internacional. Rio de Janeiro, RJ. 1959.

NETTO, José Paulo, *G. Lukács*. São Paulo, SP. Editora Brasiliense, 1983.

_____. “Georg Lukács: Um Exílio na Pós-Modernidade”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

_____. “Lukács e o Marxismo Ocidental”, em: Antunes, Ricardo e Rêgo, Walquiria Domingues Leão (orgs.) *Lukács: Um Galileu no Século XX*. 2ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 1996.

_____ *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. 3ª. Edição. São Paulo, SP. Cortez Editora, 2001

_____ *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 5ª. São Paulo, SP. Cortez Editora, 2006.

_____ *Marxismo Impenitente: Contribuição à História das Idéias Marxistas*. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2004.

Netto, José Paulo e Braz, Marcelo, *Economia Política: Uma Introdução Crítica*. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2006.

Netto, José Paulo e Carvalho, M.C. Brant, *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. 6ª. Edição. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2005.

OLDRINI, Guido, “Em Busca das Raízes da Ontologia (Marxista) de Lukács”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio, *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

PEREIRA, Carlos Alberto M., *O Que É Contracultura?* São Paulo. SP. Nova Cultural: Brasiliense. Coleção: Primeiros Passos: 69. 1986.

Pinassi, Maria Orlanda, “Lukács: da Estética aos Fundamentos da Ontologia Marxista”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio, “Presença de Lukács no Brasil: Entrevista com Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

ROIO, Marcos Del, “Leandro Konder: Um Capítulo da História dos Intelectuais”, em: Pinassi, Maria Orlanda (org.) *Leandro Konder: A Revanche da Dialética*. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

_____ “De um Século a Outro: Trajetória e Atualidade da Questão Comunista no Brasil”, em: Mazzeo, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (Orgs.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2003.

_____ *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A Política de Alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, MG. Editora Oficina de Livros, 1990.

_____ “O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”, em: Moraes, João Quartim de e Filho, Daniel Aarão Reis (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. 2ª. Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. Volume I: *O Impacto das Revoluções*, 2003.

_____ *A Mundialização Imperialista*, em: Revista Lutas Sociais. Número 11/12. NEILS, PUC São Paulo, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas, *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986. (Texto Mimeografado).

_____ “Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil”, em: Moraes, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP. Editora Unicamp. Volume III. Teorias. Interpretações. 1998.

SANTOS, Raimundo, *A Primeira Renovação do PCB – Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte, MG. Oficina de Livros. 1988.

_____ “Criação e Pensamento Moderno no PCB dos Anos 50”, em: Moraes, João Quartim de e Filho, Daniel Aarão Reis (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. 2ª. Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. Volume I: *O Impacto das Revoluções*, 2003.

_____ “Um Anunciador da ‘Questão Comunista no Brasil’”, em: Pinassi, Maria Orlanda (Org.) *Leandro Konder: A Revanche da dialética*. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

SEGATTO, José Antonio, *Breve História do PCB*. 2ª. Edição. Belo Horizonte, MG. Oficina de Livros, 1989.

_____ “O PCB e a Revolução Nacional-Democrática”, em: Mazzeo, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (Orgs.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. São Paulo, SP. Editora Cortez, 2003.

_____ *Reforma e Revolução: As Vicissitudes Políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 1995.

TERTULIAN, Nicolas, *Georg Lukács e o Stalinismo*, em: Revista Práxis, número 20. Belo Horizonte, MG. Editora Projeto de Joaquim de Oliveira, 1994.

_____ “G. Lukács y las Tragedias del Siglo XX”, en: *Lukács, Tertulian: Ontología del Ser Social*. TR. José Félix Hoyo Arana. Universidad Autónoma Chapingo. México. 1987.

_____ “G. Lukács y la Reconstrucción de la Ontología en la Filosofía Contemporánea”. en: *Lukács, Tertulian: Ontología del Ser Social*. Tr. José Félix Hoyo Arana. Universidad Autónoma Chapingo. México. 1987.

_____ “El Renacimiento de la Ontología; Hartmann, Heidegger y Lukács”, en: *Lukács, Tertulian: Ontología del Ser Social*. Tr. José Félix Hoyo Arana. Universidad Autónoma Chapingo. México. 1987.

_____ “Teleología, Causalidad en la Ontología de Lukács”, en: *Lukács, Tertulian: Ontología del Ser Social*. Tr. José Félix Hoyo Arana. Universidad Autónoma Chapingo. México. 1987.

_____ “A Estética de Lukács Trinta Anos Depois”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (Orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

_____ “Lukács Hoje”, em: Pinassi, Maria Orlanda e Lessa, Sérgio (Orgs.) *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. 1ª. Edição. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

_____ *Metamorfoses da Filosofia Marxista: a Propósito de um Texto Inédito de Lukács*, em: Revista Crítica Marxista, número 13. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2001.

TONET, Ivo, “Lukács e as Esquerdas Brasileiras”, em: Pinassi, Maria Orlanda (org.) *Leandro Konder: A Revanche da Dialética*. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2002.

_____ *Democracia ou Liberdade?* Maceió: Edufal, 1997.

_____ *Marx e a Política: Prefácio às Glosas Críticas*, em: Revista Práxis, número 05. Belo Horizonte, MG. Projeto Joaquim de Oliveira, Editora, Distribuidora de Livros, Jornais e Revistas; Livraria. Outubro-Dezembro, 1995.

_____ *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista. Marília, 2001. (Texto Mimeografado).

VAISMAN, Ester, *A Ideologia e sua Determinação Ontológica*, em: Revista Ensaio, número 17/18. São Paulo, SP. Editora Ensaio, 1989.

VASAPOLLO, Luciano, *O Trabalho Atípico e a Precariedade*, 1ª. Edição. São Paulo, SP. Editora Expressão Popular, 2005.